

WILSON CORRÊA DA FONSECA JÚNIOR

**A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL:
UM ESTUDO EPISTEMOLÓGICO**

Universidade Metodista de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
São Bernardo do Campo, 2007

WILSON CORRÊA DA FONSECA JÚNIOR

A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO EPISTEMOLÓGICO

Tese apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-graduação em Comunicação social, da Umesp – Universidade Metodista de São Paulo, para a obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Wilson da Costa Bueno

Universidade Metodista de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
São Bernardo do Campo, 2007

FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese “A Comunicação organizacional: um estudo epistemológico”, elaborada por Wilson Corrêa da Fonseca Júnior, foi defendida no dia 10 de maio de 2007, tendo sido:

- Reprovada
- Aprovada, mas deve incorporar nos exemplares definitivos modificações sugeridas pela banca examinadora, até 60 (sessenta) dias a contar da data de defesa.
- Aprovada
- Aprovada com louvor

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wilson da Costa Bueno

Prof. Dra. Cícilia M. K. Peruzzo

Prof. Dr. Isaac Epstein

Prof. Dra. Margarida Kunsch

Prof. Dr. Laan Mendes Barros

Área de concentração: Processos Comunicacionais

Linha de pesquisa: Comunicação Segmentada

Projeto temático: Comunicação Corporativa

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a minha mãe
Enedina Baptista e à minha tia
Maria Lucia Zuliani, que me ensinaram o
valor da generosidade e da gratidão.

AGRADECIMENTOS

À EMBRAPA, pelo incentivo à minha qualificação profissional.

Ao meu orientador, professor Wilson da Costa Bueno, por sua amizade e pela confiança em mim depositada.

A José Roberto Rodrigues Peres e Alberto Duque Portugal pela possibilidade de realização desta tese.

Aos amigos da Embrapa: Rosa Maria Alcebiádes Ribeiro, Heloiza Dias da Silva, Maria Amália Gusmão Martins, Marita Feres Cardillo e Roberto Penteadó Camargo Filho pela generosidade e pela compaixão nas horas difíceis. À Edilson Fragalle, Edna Maria Martins, Luzmair Siqueira Santos, Minelvina Nascimento, Robinson Cipriano da Silva, Rosângela Evangelista da Silva, Rose Lane Azevedo e Ubiraci Rafael Gomes pelo apoio e pelo estímulo durante todo o trabalho.

Aos professores Anamaria Fadul, Cícilia Peruzzo, Elisabeth Gonçalves, Graça Caldas, Isaac Epstein, José Marques de Melo, Maria Cristina Gobbi e Onésimo de Oliveira Cardoso pelo aprendizado.

Aos amigos Eneas Leal e Marcelo Vasconcelos, pela convivência; a Antonio Xavier e Fernando Duval, Agostinho Catella e José Alonso Freire pelas jornadas de engenho e arte; à Elisabeth Brandão, Jorge Duarte, João Curvello e Margarida Kunsch, amigos da Comunicação Organizacional; a Sueli Bacha, Santos Lopes (*in memoriam*), Taninha, Lourdes, Gilson e Amélia por acompanharem minha trajetória pessoal e profissional.

Aos colegas da Assessoria de Comunicação Social da Embrapa.

LISTA DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Figura 1 – Diagrama sobre o conhecimento	45
Figura 2 – Modelo metodológico de pesquisa	63
Figura 3 – Componentes paradigmáticos do modelo metodológico	64
Figura 4 – Esquema de níveis epistemológicos	65
Figura 5 – Matriz de análise de sistema	102
Figura 6 – Matriz de análise de processo	103
Figura 7 – Matriz de análise de produto	104
Figura 8 – Fronteiras e relacionamentos disciplinares.....	105
Figura 9 – Exemplo de registro (<i>record</i>) disponível nas bases <i>Web of Science</i>	143
Quadro 1 - Características da dimensão local/emergente e elite/ <i>a priori</i>	89
Quadro 2 - Características da dimensão Consenso-Dissenso	90
Quadro 3 - Comparação das formas discursivas em Comunicação Organizacional	95
Quadro 4 - Modelo metodológico de pesquisa epistemológica	109
Quadro 5 – Relação de termos-chave e variações terminológicas	146
Quadro 6 – Número de co-ocorrências de termos relativos à Comunicação Organizacional	151
Quadro 7 – Número de co-ocorrências de termos relativos à Comunicação Organizacional e atividades profissionais	152
Quadro 8 – Número de co-ocorrências de termos relativos à Comunicação Organizacional às sub-áreas da Comunicação	154
Quadro 9 – Número de co-ocorrências de termos relativos às atividades profissionais afins em Comunicação Organizacional e às sub-áreas de Comunicação	155
Quadro 10 – Coerência sintática dos principais termos em Comunicação Organizacional	158
Quadro 11 – Classificação semântica dos termos em Comunicação Organizacional	158
Quadro 12 – Total de registros pertinentes por termo	159
Quadro 13 – Orientações discursivas em Comunicação Organizacional	160
Quadro 14 – Principais autores em Comunicação Organizacional	164
Quadro 15 – Principais periódicos em Comunicação Organizacional	165
Quadro 16 – Principais instituições produtoras de conhecimento em Comunicação Organizacional	167
Quadro 17 – Áreas do conhecimento pertinentes à Comunicação Organizacional	168
Quadro 18 – Principais idiomas em Comunicação Organizacional	169
Quadro 19 – Principais países produtores de conhecimento em Comunicação Organizacional	170
Quadro 20 - Principais afinidades dos termos em português e inglês relacionados à Comunicação Organizacional	177

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I – A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL ALÉM DO <i>MANAGEMENT</i>	15
1. Comunicação e organização na sociedade pós-globalizada	16
1.1 Administração e <i>management</i> : distinção e evolução	17
1.2 Contradições e desafios da sociedade pós-globalizada	18
1.3 Implicações da globalização para a Comunicação Organizacional	19
2. A Comunicação Organizacional em processo de transformação	21
2.1 A Comunicação Organizacional na Europa e na América do Norte	21
2.2 Relações Públicas, Comunicação Corporativa e Comunicação Estratégica	23
2.3 A Comunicação Organizacional na América Latina e no Brasil	25
3. Implicações epistemológicas do estudos em Comunicação Organizacional	27
3.1 O compromisso da Comunicação Organizacional com o mercado	27
3.2 Questões epistemológicas em Comunicação Organizacional	28
II – EPISTEMOLOGIA	29
1. A epistemologia no sistema filosófico	30
1.1 Epistemologia e Metafísica	30
1.2 Epistemologia e Lógica	33
1.3 Epistemologia e Ética	36
2. As ambigüidades da epistemologia	39
2.1 Filosofia e ciência: uma relação contraditória	39
2.2 A epistemologia como disciplina híbrida	41
3. Concepções de Epistemologia	42
3.1 A epistemologia como teoria do conhecimento	42
3.2 A epistemologia como filosofia da(s) ciência(s)	59
3.3 A epistemologia como ciência autônoma ou metaciência	60
3.4 A epistemologia como saber aplicado	62
4. A epistemologia contemporânea	67
4.1 O pensamento pós-metafísico	68
4.2 Filosofia e ciências humanas	69
4.3 Perfil metodológico e disciplinar da epistemologia contemporânea	71
5. Epistemologia das ciências humanas	74
5.1 Teses e postulações	76
5.2 O argumento do conhecimento do criador	77
6. Epistemologia da Comunicação	80
6.1 A formação do campo comunicacional	82
6.2 A comunicação como problema epistemológico	84

6.3 Epistemologia e Comunicação Organizacional	87
7. Metodologia em Epistemologia	106
7.1 O processo epistemológico	107
7.2 Proposta metodológica	108
7.3 Etapas da pesquisa epistemológica	110
III – A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO EPISTEMOLÓGICO	114
1. Procedimentos metodológicos	114
1.1 Formulação do tema-tese	114
1.2 Desenvolvimento do tema-tese	115
1.3 Adoção do referencial teórico	130
1.4 Realização da pesquisa empírica	133
1.5 Reflexão filosófica	133
2. Pesquisa empírica: perfil metodológico	134
2.1 Estudos terminológicos e sócio-lingüísticos	134
2.2 Bibliometria, Cienciometria e Informetria	136
2.3 Estratégia metodológica	137
2.4 A base de dados <i>Web of Science</i>	141
2.5 Critérios de seleção, análise e classificação dos termos e registros	145
3. Resultados	151
3.1 Levantamentos preliminares	151
3.2 Análise terminológica em sentido estrito	158
3.3 Análise teórica da Comunicação Organizacional	161
3.4 Perfil geral da Comunicação Organizacional	164
3.5 Conclusão geral e discussão	177
4. Reflexão: complexidade e Comunicação Organizacional	182
BIBLIOGRAFIA	186

RESUMO

Este trabalho consiste num estudo epistemológico tendo por objeto a produção teórico-metodológica em Comunicação Organizacional produzida no Brasil e no exterior. A tese procurou identificar, descrever, comparar e avaliar suas principais denominações, escolas, correntes teóricas, vinculações filosóficas e fatores sociais condicionantes. Para esse empreendimento houve a necessidade de elaboração de uma ampla revisão bibliográfica em epistemologia, assim como a proposição de metodologia específica para estudos epistemológicos. Essa metodologia contemplou abordagens qualitativas, provenientes da Filosofia, e abordagens quantitativas, provenientes da Bibliometria, entre outros. Neste caso, foram avaliados 1.181 registros e 517 documentos internacionais disponíveis nas bases de dados Web of Science, além da literatura produzida no Brasil e no exterior sobre o assunto. O estudo demonstrou que, em sua concepção hegemônica, a Comunicação Organizacional é profundamente marcada pelas ciências do *management* e concebida como um conjunto de práticas e atividades de comunicação voltadas à eficácia empresarial. Entretanto, enquanto realidade social e histórica, a comunicação organizacional é um objeto muito mais amplo e extenso, devido não apenas à existência de diversas formas de organização, mas também porque a interação das organizações, na atual configuração da sociedade em rede, é cada vez mais complexa.

Palavras-chave: Comunicação Organizacional. Epistemologia. Teoria da Complexidade

RESUMEN

Este estudio epistemológico tiene como objetivo la producción teórico-metodológica en la comunicación organizacional en el Brasil y en el exterior. En la tesis del estudio se identificó, describió, comparó e evaluó las principales denominaciones, escuelas, corrientes teóricas, vinculaciones filosóficas y factores sociales condicionantes de la comunicación. El estudio se basó en la información de investigación de documentos en epistemología y su metodología, con tratamientos cualitativo, filosófico, y cuantitativo, bibliométrico, de 1.181 registros y 517 documentos brasileños e internacionales disponibles en las bases de datos de la Web of Science. Un resultado importante es que la Comunicación Organizacional, en su concepción hegemónica, es influenciada por la ciencia de la administración y se desarrolla como un grupo de prácticas y actividades de comunicación orientada para la efectividad comercial. Sin embargo, esa Comunicación, como realidad social e histórica, tiene un objeto más amplio y extenso que la simple concepción de prácticas y actividades, no solamente por la existencia de varias maneras de organización, pero, también, para las interacciones entre ellas y por la complejidad creciente registrada en la sociedad moderna configurada redes.

Palabras-clave: Comunicación Organizacional. Epistemología. Teoría de la complejidad

ABSTRACT

This work consists of an epistemological study having for object the production theory and methods of Organizational Communication in Brazil and above. The thesis searched to identify, to describe, to compare and to evaluate the main denominations, theoretical schools, philosophical entailing and conditioning social factors. For the enterprise it was necessary the elaboration of an ample bibliographical revision in epistemology, as well as a proposition of a specific methodology for epistemological studies. This methodology contemplates qualitative propositions, proceeding from Philosophy and quantitative propositions, proceeding from Information Science (Bibliometry and Scientometry), among others. Were analyzed 1,181 records and 517 documents available from the international database Web of Science and literature produced in Brazil and above on the subject. The study demonstrated that, in its hegemonic conception, Organizational Communication is marked deeply by management sciences and conceived as a set of practices and activities of communication for corporation effectiveness. However, while social and historical reality, Organizational Communication is a much more ample and extensive subject, due not only to the existence of diverse organization forms, but also because organizations interactions, in the current net society configuration, is each time more complex.

Key words: Organizational Communication. Epistemology. Complexity theory

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste num estudo epistemológico em Comunicação Organizacional. Seu principal objetivo é compreender, no momento atual, o processo de transformação da comunicação organizacional enquanto área do conhecimento. Como objetivos específicos, procura identificar elos de diálogo, problemas de dissenso e influência recíproca entre as diversas escolas e concepções teóricas de comunicação organizacional, bem como identificar os principais obstáculos epistemológicos para o desenvolvimento da Comunicação Organizacional enquanto área do conhecimento. Para a realização desse empreendimento, houve a necessidade preliminar de elaboração de uma ampla revisão bibliográfica em epistemologia, de forma a propor uma metodologia específica para estudos epistemológicos, articulada em suas dimensões filosófica e científica. Na dimensão filosófica, de caráter reflexivo, esta pesquisa adota o pensamento de Edgar Morin sobre a complexidade. Na dimensão científica, de caráter empírico, o aporte teórico-metodológico é fornecido pela teoria geral dos campos e pelo método comparativo de Pierre Bourdieu, enriquecido por estudos terminológicos, bibliométricos, sócio-lingüísticos e comunicacionais.

A preocupação com a ausência de estudos reflexivos no campo comunicacional vem sendo manifestada, pelo menos, desde 1983, quando, a *International Communication Association – ICA* publicou um número temático do *Journal of Communication*, denominado *The ferment of the field*. Dez anos depois, a mesma instituição editou outro número especial daquela revista, *The future of the field*, com esse mesmo propósito. Nessa mesma época, a pesquisadora Maria Immacolata Vasalo de Lopes, publicou seu livro *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico* (LOPES, 1994), que passa então a servir de referência aos estudos na área. Nessa obra, ela já critica o descaso para com as questões epistemológicas nas pesquisas de Comunicação Social e lamenta a precariedade de textos voltados para as metodologias no campo comunicacional. A década seguinte, no entanto, será marcada pelo crescimento de análises auto-reflexivas em Comunicação, o que revela sinais de maturidade, mas também manifesta uma insatisfação generalizada com seu o estado atual (LOPES, 2003).

Desta forma, esta pesquisa se enquadra nesse contexto geral de insatisfação, mas direciona suas preocupações para a área de Comunicação Organizacional, que apresenta uma diversidade de escolas, teorias e modelos. Não se trata, neste caso, de propor uma metodologia específica para a Comunicação Organizacional, mas de realizar uma reflexão

epistemológica sobre os estudos nessa área do conhecimento, cuja produção acadêmica no Brasil tem se caracterizado historicamente por muitos estudos descritivos e poucos estudos críticos (KUNSCH, 2003b). No entanto, a escassa produção editorial em epistemologia e, particularmente, em epistemologia da comunicação, ainda dificulta a realização de estudos nessa linha. Neste sentido, esta pesquisa acaba contribuindo de duas maneiras para o campo comunicacional: proporcionando os aportes teórico-metodológicos para a pesquisa epistemológica em comunicação e avaliando a produção acadêmica em comunicação organizacional.

Sob o aspecto ideológico – não necessariamente metodológico – este trabalho possui mais afinidade com a perspectiva crítica em sentido amplo, podendo ser considerado tributário dos estudos inaugurados, respectivamente, por Juan Diaz Bordenave e Horácio Martins de Carvalho em “Comunicação e planejamento” (1979), por Maurício Tragtenberg em “Burocracia e ideologia” (1980) e por Cicília Krohling Peruzzo em “Relações Públicas no modo de produção capitalista” (1981). Nos dias atuais, essa linha é também seguida por Wilson da Costa Bueno em “Comunicação Empresarial no Brasil: uma leitura crítica” (2005b). Apesar de suas especificidades, esses estudos possuem em comum o fato de promoverem a reflexão sobre temas relacionados à esfera da comunicação e das organizações, e de se confrontarem com os estudos hegemônicos ainda vigentes, realizados sob a ótica funcionalista.

Os estudos citados anteriormente são importantes por diversas razões, estreitamente relacionadas. No primeiro caso, Bordenave e Carvalho (1979) propuseram o debate sobre a relação entre comunicação e planejamento, questionando a inserção desses dois processos sociais no âmbito de uma sociedade cada vez mais tecnificada, em que preponderam os movimentos concentradores de poder. Maurício Tragtenberg (1980), por sua vez, é considerado o primeiro autor brasileiro a realizar a apreciação crítica sobre a Teoria Geral da Administração em seu processo de constituição histórica, a partir do diálogo com as idéias de Max Weber e Karl Marx. Essas duas obras abriram caminho para a produção de reflexões críticas no âmbito da Comunicação Organizacional e disciplinas correlatas, sendo o melhor exemplo dessa influência a dissertação de mestrado de Cicília Krohling Peruzzo, defendida em 1981 e posteriormente transformada em livro (PERUZZO, 1986), onde a autora questiona a natureza instrumentalizadora da atividade de Relações Públicas. Wilson da Costa Bueno (2005) retoma a abordagem crítica da Comunicação Organizacional em seu esforço de desvendar a “hipocrisia” dessa atividade a partir de exemplos concretos.

Outro autor fundamental para este trabalho é Roberto Porto Simões em “Relações públicas: função política” (1995) e, posteriormente, em “Relações públicas e micropolítica” (2001), devido à sua discussão sobre o problema da inexistência de uma *rationale*, ou seja, de uma razão lógica, para a disciplina de Relações Públicas. Embora a visão de Simões sobre essa disciplina possa ser questionada em seus aspectos instrumentais, esse autor possui o mérito de propor uma fundamentação lógica para as Relações Públicas, chegando dessa forma a seu estatuto epistemológico. Essa discussão também pode ser estendida à Comunicação Organizacional, ainda que esse autor situe as Relações Públicas no campo da Administração, e não no da Comunicação.

De acordo com a proposta de classificação de pesquisas proposto por Gil (1999, p.43-45), esta pesquisa se configura como um estudo exploratório, tendendo para o descritivo, na medida em que procura explorar e descrever as principais manifestações terminológicas em Comunicação Organizacional. As pesquisas exploratórias possuem como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Por isso, “de todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento”, sendo que “procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coletas de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas” (GIL, 1999, p.43). Já as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, sendo uma de suas “características mais significativas a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados” (GIL, 1999, p.44).

Enquanto pesquisa epistemológica sobre Comunicação Organizacional, este trabalho encontra-se articulado em três partes principais, interdependentes. Na primeira parte, denominada “A Comunicação Organizacional além do *management*”, procura-se realizar uma primeira aproximação sobre a Comunicação organizacional enquanto problema epistemológico. Na segunda parte, denominada “Epistemologia”, a idéia é aproximar o leitor das principais questões relacionadas ao assunto, por meio de uma ampla revisão bibliográfica. Na terceira parte, “A Comunicação Organizacional: um estudo epistemológico”, o referencial teórico-metodológico estabelecido anteriormente é materializado em uma pesquisa epistemológica, de caráter filosófico-científico, sobre a área de Comunicação Organizacional. Devido à forte presença da epistemologia, este trabalho pode ser interpretado de duas formas: ora como um estudo epistemológico, ora como um estudo em Comunicação Organizacional.

I - A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL ALÉM DO *MANAGEMENT*

Racionalidade, eficácia, estabelecimento de objetivos e metas, definição de indicadores de desempenho, mensuração de resultados. Essas palavras e expressões, tão prezadas pelas organizações, principalmente pelas empresas, vêm se colocando, nas últimas décadas, como um desafio à gestão de suas práticas comunicacionais. A busca por indicadores de desempenho mensuráveis, em particular, coloca em xeque o estigma da intangibilidade da comunicação, cujas ações precisam agora estar alinhadas aos objetivos estratégicos das corporações. Esse desafio vem sendo enfrentado com mais disposição nos últimos anos não apenas pela academia (GALERANI, 2005), como também pelas empresas especializadas em comunicação e em relações públicas (BUENO, 2005a; LORENZETTI, 2005). No entanto, a aplicação de métodos mais rigorosos na avaliação da comunicação, em especial aqueles relacionados à imagem e reputação, ainda é uma distante realidade para muitas empresas (LOPES, 2005).

Provavelmente, esse cenário deva mudar a médio e longo prazos, resultando em mais oportunidades no mercado de trabalho, em melhorias na qualificação profissional e no reconhecimento da comunicação como insumo estratégico pelas organizações. Ainda que não se concretizem plenamente da forma e no tempo desejados, essas mudanças representam, pelo menos, um ideal a ser alcançado pelos pesquisadores e profissionais dedicados ao desenvolvimento de métodos e técnicas de gestão em Comunicação Organizacional. No entanto, ao mesmo tempo em que esse ideal oferece uma esperança sob o aspecto das práticas profissionais, ele também apresenta um risco à Comunicação Organizacional enquanto área do conhecimento¹: o de ser reduzida à condição de mera especialidade técnica a serviço da Administração, em especial do *Management* – como querem os autores anglo-saxões –, pelo comprometimento exclusivo, ou majoritário, da academia com o mercado.

O principal problema dessa redução não se deve, necessariamente, ao conhecimento técnico em si mesmo – apesar da existência de severas restrições quanto ao papel da administração na sociedade pós-globalizada (AKTOUF, 2004) – mas à consolidação dessa tendência hegemônica como sinônimo de Comunicação Organizacional, num momento em que outros setores da academia – contraditoriamente, a *Organizational Communication* norte-americana – também estão empenhados na superação de sua herança positivista (TOMPKINS

¹ A partir deste momento, o termo Comunicação Organizacional será grafado em letras maiúsculas e minúsculas quando se referir a disciplina ou área do conhecimento, e em letras minúsculas quando designar o fenômeno ou atividade comunicacional. Nos casos em que a expressão se referir, ao mesmo tempo, ao fenômeno e à disciplina ou área do conhecimento, também serão utilizadas letras minúsculas.

& WANCA-THIBAUT, 2001; DEETZ, 2001; PUTNAM, 2002). Caso a Comunicação Organizacional venha a se institucionalizar como área de conhecimento essencialmente técnica, possivelmente ela deixará de considerar, em maior proporção, orientações epistêmicas importantes para a melhor compreensão da diversidade de fenômenos e processos comunicacionais que lhe são afetos, inclusive em sua dimensão instrumental.

Entre as alternativas disponíveis para a superação dessa hegemonia encontra-se a realização de estudos epistemológicos com o objetivo de resgatar, discutir e disponibilizar o potencial heurístico dessa área de conhecimento. No entanto, a produção editorial sobre epistemologia em língua portuguesa ainda é muito pequena quando comparada com a produção de outros países, principalmente os de língua inglesa². Ao mesmo tempo, quando se trata de obras especializadas em epistemologia da comunicação e, particularmente, em epistemologia da comunicação organizacional, a carência de estudos se faz presente, inclusive, na produção editorial em língua inglesa. Neste caso, os poucos trabalhos disponíveis geralmente adotam a produção acadêmica norte-americana como principal referência sobre o que é produzido internacionalmente. Deste modo, ao ignorar as diferentes formas de organização do campo comunicacional em outras nacionalidades, esses estudos são elaborados a partir de uma base de dados limitada, privilegiando determinadas publicações e abordagens, em detrimento de outras (DEETZ, 2001; LAUF, 2005).

1. Comunicação e organização na sociedade pós-globalizada³

A realização de estudos epistemológicos em Comunicação Organizacional se faz necessária atualmente, porque os campos de estudo da comunicação e das organizações vêm sendo profundamente afetados pelo processo de globalização e pelas novas tecnologias da informação (ROGERS, 1999; CASTELLS, 2005), conduzindo à revisão de suas teorias, ao aprimoramento de suas metodologias e ao questionamento ético de seus princípios (AKTOUF, 2004; BUENO, 2003; BUENO, 2005b; CHANLAT, 2000; KLEIN, 2002). A emergência da sociedade em rede também está levando a Comunicação Organizacional a

² Algumas buscas exploratórias nas páginas eletrônicas de uma livraria brasileira (Cultura) e de uma livraria norte-americana (*Amazon*) revelaram, respectivamente, a existência de 49 obras em língua portuguesa contendo no título a palavra “epistemologia” e 975 obras em língua inglesa intituladas “epistemology”. Informações disponíveis em <<http://www.livrariacultura.com.br>> e <<http://www.amazon.com/>>. Acesso em 21 fev.2007

³ Autores como Gilberto Dupas (2002) preferem adotar o termo *pós-globalização* por considerar encerrado o ciclo de reformas neoliberais, iniciado na década de 1980, responsável por acelerar a integração das grandes economias da periferia do capitalismo ao mercado global, sustentado na retórica de que ele seria inevitável e virtuoso.

ampliar seu espectro de forma a contemplar não apenas a diversidade de organizações, mas também suas interações, contradições e assimetrias. No entanto, quando submetida à perspectiva internalista, para não dizer etnocêntrica, do *management*, essas contradições são geralmente interpretadas a partir da missão e dos objetivos de cada organização, ficando a realidade social reduzida à condição de mero ambiente organizacional.

1.1 Administração e *Management*: distinção e evolução

Embora seja muitas vezes considerado sinônimo de gestão, o *management* possui em comum a esse termo o fato de designar um "conjunto de práticas e de atividades fundamentadas sobre certo número de princípios que visam a uma finalidade: o alcance da eficácia, freqüentemente econômica, sendo o *management* para a empresa privada o que a administração representa para o setor público" (CHANLAT, 2000, p.31, grifo do autor). Entretanto, essa designação não se limita a práticas e atividades organizacionais por compreender também os atores que ocupam as funções de gestão (dirigentes, gestores, executivos e gerentes). Além disso, adquire uma perspectiva científica quando se fala em ciências da gestão, ciências administrativas, ou *management science*, entre os autores anglo-saxões (CHANLAT, 2000, p.15). Por isso o *management* pode ser considerado, em sentido amplo, sinônimo de gestão ou de administração de empresas.

Enquanto realidade social, o *management* encontra-se entre as principais manifestações do processo de racionalização do mundo ocidental. Seu desenvolvimento é marcado por três grandes momentos. O primeiro vai do fim do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, com sua institucionalização no âmbito das empresas, universidades e associações profissionais, em busca de soluções para problemas relacionados à produção. O segundo momento está situado entre o período pós-guerra e o início da década de 1980, com o surgimento da sociedade de consumo de massa, a expansão das consultorias norte-americanas em *management* e o aumento considerável da oferta de empregos em gestão, em função do crescimento das empresas e da terceirização da economia. A partir dos anos 80 os modos de gestão sucedem-se em ritmo frenético. A busca pela eficácia é dominada por imperativos financeiros em uma economia de mercado que se globaliza. Os operários, técnicos e executivos conhecem a experiência da instabilidade profissional. As empresas se deparam com exigências de ordem social, jurídica e ambiental, entre outras, forçando sua direção a considerá-las no processo de gestão e em seu discurso. O *management* entra na era da gestão estratégica (CHANLAT, 2000, p.31-34).

1.2 Contradições e desafios da sociedade pós-globalizada

Nos dias de hoje, a gestão estratégica se desenvolve em sintonia com o processo de profunda reestruturação do capitalismo, condicionado em grande parte pela revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação. Entre as principais características desse processo encontram-se a integração global dos mercados financeiros, o fortalecimento do capital *vis-à-vis* ao trabalho, o enfraquecimento do Estado de bem-estar social (*welfare state*) com a intensa privatização das empresas públicas e a intervenção estatal para a desregulamentação dos mercados (CASTELLS, 2005, v.1, p.39-40, DUPAS, 2002, p.9-10). Nesse novo contexto, a informação constitui a principal matéria-prima das organizações, o conhecimento é utilizado na agregação de valor a produtos e serviços e a tecnologia constitui um elemento vital para as mudanças, em especial o seu emprego sobre acervos de informação (TARAPANOFF, 2001, p.36).

Simultaneamente a essas transformações acontecem drásticas mudanças sociais em todo o mundo: a crise estrutural de legitimidade dos sistemas políticos, a consolidação de buracos negros de miséria, a disseminação de atividades e organizações criminosas, a emergência de novos movimentos sociais, a expansão do fundamentalismo religioso, bem como a aceleração dos avanços científicos e seu respectivo impacto sobre as pessoas e o meio ambiente (CASTELLS, 2005, v.1, p.39-40; GIDDENS, 2001a, p.68). Essas mudanças dizem respeito, em grande medida, a organizações; não apenas enquanto fatores de seu ambiente externo, mas também como consequência da própria atuação e interação das organizações na sociedade, sejam elas partidos políticos, organizações não-governamentais, entidades religiosas, centros de pesquisa, governos, empresas ou organizações criminosas.

Nesse contraditório processo de globalização, o mundo está se tornando, de acordo com Edgar Morin (2000, p.67), cada vez mais um todo: “cada parte do mundo faz, mais e mais, parte do mundo e o mundo, como um todo, está cada vez mais presente em cada uma de suas partes”. Desta forma, o mundo pode ser comparado a um holograma: “assim como cada ponto do holograma contém a informação do todo do qual faz parte, também, doravante, cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo” (MORIN, 2000, p.67). Essa analogia diz respeito não apenas a povos e nações, mas também a indivíduos e, por extensão, a organizações. Essa afirmação pode ser constatada, por exemplo, no provável cotidiano de um habitante europeu: ao acordar de manhã ele ouve uma rádio japonesa e recebe notícias do mundo enquanto toma chá do Ceilão, da China ou da Índia; nesse momento, ele pode estar vestindo paletó e calças de lã da Austrália ou blusão de couro

chinês; seu relógio é suíço ou japonês; seus óculos são feitos de casco de tartaruga equatorial; em sua mesa podem ser encontrados, durante o inverno, morangos e cerejas da Argentina ou do Chile (MORIN, 2000, p.67-68).

Essa mesma lógica pode ser aplicada, no sentido inverso, às populações do terceiro mundo: milhares de africanos, asiáticos e sul-americanos são expulsos do campo por causa dos progressos da monocultura industrial e globalizada. Ao chegar à cidade, transformam-se em suburbanos e suas necessidades são agora traduzidas em termos monetários. Na busca por melhores salários, eles passam a aspirar à vida de bem-estar com a qual os fazem sonhar os comerciais e os filmes do Ocidente; ao se alimentar, utilizam recipientes de alumínio ou de plástico e bebem cerveja ou Coca-cola; ao dormir, descansam sobre restos recuperados de espuma e polietileno; ao amanhecer, vestem camisetas com estampas americanas. “Dessa maneira, para melhor ou para pior, cada ser humano, rico ou pobre, do Sul ou Norte, do Leste ou do Oeste, traz em si, sem saber, o planeta inteiro. A mundialização é ao mesmo tempo evidente, subconsciente e onipresente” (MORIN, 2000, p.68).

1.3 Implicações da globalização para a Comunicação Organizacional

As contradições apresentadas pelo processo de globalização também se colocam como um desafio à Comunicação Organizacional, por envolver uma ruptura simultaneamente histórica e epistemológica, provocando obsolescências e ressurgências de realidades e formas de pensamento (IANNI, 2003, p.335). Sob a perspectiva epistemológica, o surgimento de novas formas de interação social nesse contexto está levando ao reconhecimento da existência de lacunas intelectuais no campo comunicacional pela falta de diálogo entre suas subdivisões (ROGERS, 1999), o que também se reflete na esfera da Comunicação Organizacional e disciplinas correlatas (BUENO, 2003; KUNSH, 2003a). De acordo com Taylor, em sua entrevista a Casali (2006, p.10), a Comunicação Organizacional se tornou, nos últimos anos, uma das áreas mais produtivas em pesquisa no Canadá e nos Estados Unidos. Esse fenômeno ocorreu, segundo esse autor, devido a três razões principais, estreitamente relacionadas: tecnologia, globalização e mudanças culturais. As mudanças tecnológicas estão levando as pessoas a se organizarem de outras formas e, conseqüentemente, a mudanças organizacionais em diversos níveis. A expansão das organizações em escala global, por sua vez, provoca o encontro de diversas culturas locais e apresenta à Comunicação Organizacional uma série de questões sobre a formação de culturas e identidades.

No decorrer da expansão global, a fusão e descaracterização das organizações na forma de cadeias, redes, conglomerados e alianças estratégicas colocam para os estudos organizacionais o questionamento sobre a relevância de um foco “organizacional” no sentido estrito, pois as fronteiras que antes delimitavam uma organização externamente estão sendo derrubadas. O mesmo ocorre com o ambiente interno, pois as fronteiras que antes delineavam a burocracia também estão desaparecendo, tornando as organizações mais ágeis e flexíveis, com menor número de níveis hierárquicos. Para completar esse quadro, as relações interorganizacionais nas quais uma organização se envolve podem se constituir numa fonte mais importante de capacidade organizacional do que as características internas, tais como tamanho e tecnologia. Em algumas dessas articulações, a competição combinada com a cooperação, torna-se comum (CASTELLS, 2005, v.1, p.39-40; CLEGG & HARDY, 1998, v.1, p.27-52).

Sob a perspectiva histórica, o presente problemático e inquietante desafia a repensar o passado, de forma a resgatar princípios e desdobramentos, continuidades e descontinuidades (IANNI, 2003, p.335), levando a questionar a delimitação histórica da comunicação organizacional enquanto fenômeno. Embora as organizações estejam presentes na história desde os primórdios da sociedade humana, a maior parte dos estudos organizacionais e, por extensão, da Comunicação Organizacional, adotam a Revolução Industrial como o grande marco de suas respectivas áreas do conhecimento (CHIAVENATO, 2000; KUNSCH, 1997; MOTTA, 2001; REGO, 1987). Aquém desse marco, a história das organizações costuma ser tratada apenas como antecedente de sua principal manifestação nos tempos modernos: as empresas.

Essa delimitação pode até ser coerente sob o ponto de vista histórico da institucionalização dos estudos organizacionais, mas não das organizações enquanto objeto de estudo. Um exemplo paradigmático nesse sentido encontra-se no trabalho de Eisenberg (2000) sobre a influência das missões jesuíticas no pensamento político moderno. Ao investigar os dilemas enfrentados pelos jesuítas na resolução de conflitos sociais e organizacionais, sob a orientação dos “Exercícios Espirituais” (1538) de Ignácio de Loyola (1491-1556), o autor estimula a reflexão sobre o papel das formas simbólicas⁴ na constituição e transformação das organizações e da sociedade, em determinado momento histórico. Trazendo essa reflexão para os dias atuais, torna-se possível relativizar a importância do papel

⁴ *Forma simbólica* é o termo adotado por Thompson (1995) para designar uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações, gestos e rituais até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte.

representado, por exemplo, pelos manuais de administração e pelo Alcorão na transformação das organizações e da sociedade pós-globalizada.

2. A Comunicação Organizacional em processo de transformação

A exemplo do *Management*, a década de 1980 pode ser considerada um novo marco para a Comunicação Organizacional, na medida em que se verificam, a partir dessa época, transformações fundamentais nessa área do conhecimento, em diversas partes do globo. Embora esse processo de transformação apresente nuances conceituais, teóricas, políticas e culturais, de acordo com a região, país ou área de influência, é possível estabelecer, num primeiro momento, um quadro geral que deverá ser posteriormente aprofundado.

2.1 A Comunicação Organizacional na Europa e na América do Norte

Grosso modo, é possível afirmar que, na Europa, onde existe uma tradição teórica frente aos fenômenos sociais, a Comunicação Organizacional passou a apresentar um perfil cada vez mais aplicado, tanto no âmbito acadêmico quanto empresarial, no desenvolvimento de estudos sobre comunicação e imagem, com a designação inicial de Comunicação Corporativa e, posteriormente, de Comunicação Estratégica, procurando integrar as distintas áreas e técnicas de comunicação (COSTA, 2002b; GARRIDO, 2001; VAN RIEL, 1997; ALBERTO PÉREZ, 2001)⁵. No sentido inverso, a *Organizational Communication* norte-americana, conhecida por sua tradição funcionalista, aplicada ao ambiente interno das organizações, começou a realizar trabalhos nas linhas interpretativa e crítica⁶, além de reconhecer progressivamente a importância do ambiente organizacional externo, incorporando, desta forma, um espaço até então ocupado majoritariamente pelos estudos de

⁵ Entre os principais autores da Comunicação Corporativa e Estratégica europeia encontram-se o comunicólogo espanhol Joan Costa Solá Segales. Em 1975 ele funda na Universidade Autônoma de Barcelona o *Centro de Investigación y Aplicaciones de la Comunicación*, que em 1996 se transforma em *Consultoria en Imagen y Comunicación Corporativa* - CIAC, com sedes em Madri, Barcelona e Buenos Aires. A partir de sua experiência na academia e no mercado ele propõe uma visão de comunicação organizacional em que procura integrar os estudos de comunicação e a *praxeologia*, ou ciência das ações, desenvolvida originalmente pelo filósofo polonês Tadeuz Kotarbinski. Como resultado dessa integração, a comunicação organizacional proposta por Joan Costa parte do princípio que a comunicação é uma forma de ação e que as ações, por sua vez, também comunicam (COSTA, 2002b).

⁶ A linha interpretativa da *Organizational Communication*, desenvolvida nos Estados Unidos, tem exercido enorme influência nos estudos em Comunicação Organizacional. Ela é responsável, por exemplo, pelo surgimento, na década de 1980, de um movimento interpretativo no Canadá, conhecido como “Escola de Montreal”, cujo principal representante é James Renwick Taylor. A preocupação fundamental dessa escola é explicar como a comunicação se encontra na gênese das organizações (CASALI, 2006).

Relações Públicas e de Marketing (DANIELS, SPIKER & PAPA, 1997; KUNSCH, 1997; PUTNAM, 2001; TOMPKINS & WANCA-THIBAUT, 2001).

Essa adesão da *Organizational Communication* a novas perspectivas teóricas não representou, entretanto, uma radical transformação dos estudos norte-americanos sobre o assunto, na medida em que a abordagem funcionalista continuou a ser adotada no interior dessa e de outras disciplinas. Apesar de seu reconhecimento institucional por importantes associações de comunicação norte-americanas⁷, a *Organizational Communication* não é a única denominação empregada nessa região para designar o estudo da comunicação na esfera das organizações. Antes mesmo de sua consolidação como disciplina, durante a década de 1960, já era possível encontrar nos Estados Unidos os termos *Business Speech*, *Industrial Communication*, *Industrial Relations* e *Business Communication*, entre outros (DANIELS, SPIKER & PAPA, 1997, p.6; SENTON & STAUDT, 1959, p.101). Atualmente, as principais denominações com as quais a *Organizational Communication* compartilha espaços acadêmicos e profissionais são *Business Communication*, *Management Communication* e *Corporate Communication* (SHELBY, 1993).

Enquanto a *Organizational Communication* passava a incorporar o ambiente organizacional externo entre suas preocupações, as Relações Públicas norte-americanas caminhavam no sentido de desenvolver sua própria teoria (BOTAN & TAYLOR, 2004; GRUNIG, 2003) e de fomentar uma visão alternativa de Comunicação Organizacional – a *Corporate Communication*⁸ – em sintonia com a Comunicação Corporativa europeia (ARGENTI & FORMAN, 2002)⁹. Essa sintonia não resultou, entretanto, numa completa convergência de interesses, na medida em que, em muitos países europeus, ao utilizar os idiomas nativos, é praticamente impossível falar de *relações públicas* com os mesmos significados que nos Estados Unidos, sendo esse termo substituído por designações tais como

⁷ As principais associações norte-americanas em que a *Organizational Communication* é reconhecida como disciplina acadêmica são a *International Communication Association – ICA* e a *National Communication Association – NCA*.

⁸ Entre os principais autores da Comunicação Corporativa norte-americana encontram-se Paul A. Argenti, professor da *Tuck School of Business at Dartmouth*, situada na cidade de Hanover, estado de New Hampshire, e John B. Goodman, fundador e diretor do *Corporate Communication Institute*, vinculado à *Fairleigh Dickinson University* em Madison, New Jersey. Outras informações sobre esses autores e universidades encontram-se disponíveis, respectivamente, em <<http://www.tuck.dartmouth.edu>> e <<http://www.corporatecomm.org/index.html>>, acessados em 10 jan.2006.

⁹ Paul A. Argenti e Janis Forman (2002), por exemplo, reconhecem a contribuição dos estudos sobre reputação organizacional desenvolvidos por Charles Forbrum e Cees van Riel na *Rotterdam School of Management*, vinculada à *Erasmus University*, em Roterdam, na Holanda. Charles Formbrun também é professor na *Stern School of Business*, em Nova York, enquanto Van Riel é editor-chefe da revista científica *Corporate Communication Review*. Ambos fundaram em 1997 o *Reputation Institute*, que se encontra representado nos Estados Unidos (Nova Iorque) e na Europa (Copenhague, Dinamarca). Mais informações sobre essa organização podem ser encontradas em: <<http://www.reputationinstitute.com>>, acesso em 10 jan.2006.

administração da comunicação, comunicação corporativa ou comunicação integrada (ARCEO, 2004, p.298; VAN RULER & VERSIC, 2003, p.158-159).

2.2 Relações Públicas, Comunicação Corporativa e Comunicação Estratégica

Talvez a principal diferença entre as escolas norte-americana e europeia esteja no papel desempenhado pelas Relações Públicas no contexto da Comunicação Corporativa e da Comunicação Estratégica. Nos Estados Unidos, as Relações Públicas são concebidas como atividade gerencial responsável pela administração de relacionamentos entre uma organização e todo o seu meio social, diferenciando-se do Marketing pela preocupação, neste caso, com a dimensão estritamente econômica. A incorporação dos profissionais de Relações Públicas pelo departamento de Marketing implicaria em submeter toda a comunicação organizacional apenas à dimensão econômica. O resultado prático dessa situação é que a organização perderia sua habilidade de se relacionar com os meios social e econômico (GRUNIG, 2003, p.77). Adotando a perspectiva da comunicação integrada, pelo menos da forma como é entendida no Brasil (KUNSCH, 2003), a Comunicação Corporativa (denominada Comunicação Empresarial ou Organizacional, no caso brasileiro) cumpriria justamente o papel de articular as dimensões social e econômica de uma organização, bem como seus ambientes interno e externo, configurando-se, deste modo, num campo de conhecimento hierarquicamente superior, para o qual convergiriam diversas disciplinas (Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Jornalismo entre outras). No entanto, de acordo com a literatura internacional, não existe unanimidade nessa relação entre comunicação integrada e Comunicação Corporativa.

Nos Estados Unidos, alguns de seus principais autores, como Paul Argenti e Janis Forman (2002), consideram a *Corporate Communication* uma extensão das Relações Públicas, preocupada em articular a comunicação publicitária, a comunicação interna, as relações com o governo, com os investidores e com os meios de comunicação, no sentido de resolver problemas relacionados à identidade, imagem, reputação e crise organizacionais. Essas mesmas questões encontram-se presentes entre os autores europeus, mas com uma grande diferença: na Europa, a Comunicação Corporativa *não é*, necessariamente, uma área do conhecimento ou atividade gerencial exclusiva das Relações Públicas. Essa afirmação pode ser comprovada não apenas em trabalhos acadêmicos, mas também na esfera das

práticas profissionais, pois em diversos países europeus, especialmente na Espanha, a administração da Comunicação Corporativa está sob a responsabilidade de uma nova categoria profissional, o Diretor de Comunicação - Dircom¹⁰. Nos Estados Unidos, essa denominação corresponderia ao *Senior Public Relations* ou ao *Chief Executive Officer* (CEO) em comunicação, enquanto, no Brasil, equivaleria ao Coordenador de Comunicação Social, embora, neste caso, não seja uma atividade regulamentada (COSTA, 2002a; GARRIDO, 2001, p.112-117; SANT'ANNA, 2004, p.122; VAN RIEL, 1997).

Para complexificar ainda mais essa situação, alguns autores vinculados à Comunicação Corporativa europeia também passaram a desenvolver pesquisas e a se articular politicamente no sentido de institucionalizar uma nova disciplina para os estudos de comunicação organizacional – a *Comunicação Estratégica* –, inclusive com a criação de uma associação internacional específica¹¹. Entre os poucos trabalhos realizados nessa linha, destaca-se o de Rafael Alberto Pérez (2001)¹², onde a vinculação entre os termos *estratégica* e *comunicação* é estabelecida radicalmente, a ponto de resgatar as principais contribuições históricas ao pensamento estratégico, bem como investigar a relação entre comunicação e estratégia desde os primórdios da humanidade. Sob essa perspectiva, a Comunicação Estratégica atual seria o resultado da convergência histórica entre Propaganda, Estratégia, Retórica, Publicidade e

¹⁰ Essa categoria está representada na Espanha por meio da *Asociación de Directivos de Comunicación* - ADC-Dircom, fundada em 1992. Seus principais objetivos são: 1) consolidar a comunicação como ferramenta estratégica para o desenvolvimento e a gestão das organizações, 2) estimular a formação permanente e a melhoria profissional dos diretores de comunicação, 3) constituir um foro privilegiado para a troca de experiências entre os profissionais de comunicação nos âmbitos nacional e internacional e 4) formar os futuros profissionais de comunicação. Essa associação está representada na *International Association of Business Communicators* - IABC e é membro fundador da *Global Alliance for Public Relations and Communication Management*. Mais informações sobre a ADC-Dircom estão em <<http://www.dircom.org/>>, acessado em 10 jan. 2006.

¹¹ Entre os autores de obras com a denominação *Comunicação e Estratégia* e *Comunicação Estratégica*, encontram-se, respectivamente, o espanhol Rafael Alberto Perez Gonzáles (2001) e o chileno Francisco Javier Garrido (2001), que possui estreito relacionamento com a Comunicação Corporativa europeia, particularmente espanhola. A criação da *Asociación Iberoamericana de Comunicación Estratégica-AICE*, depois transformada em *Asociación Internacional de Comunicación Estratégica-AICE*, foi proposta, originalmente, por pesquisadores e executivos reunidos durante o I Congresso Iberoamericano de Comunicação Estratégica, realizado em 2001, em Caracas, com a subscrição da *Carta de Caracas*. Entre seus signatários encontram-se Joan Costa e Francisco Javier Garrido, que também se tornaram, respectivamente, presidente e promotor da *Asociación Iberoamericana de Comunicación Estratégica*. O documento *Carta de Caracas* encontra-se em <<http://www.pizzolante.com/esp/declaracion.htm>>, acessado em 10 jan.2006. A existência da Asociación Internacional de Comunicación Estratégica pode ser comprovada em <www.comunicacionestrategica.com>, cujo site que está sendo reformulado. Acesso em: 03 mai.2006.

¹² Rafael Alberto Perez Gonzáles é doutor em Ciências da Informação, professor da Universidade Complutense de Madri e consultor em comunicação. Em 1982 funda o *Instituto de la Comunicación Pública* e em 1995 a empresa *Consultores Quantumleap Comunicación e Imagen*. No início da década de 1970 realiza seus primeiros trabalhos de pesquisa sobre a eficácia da comunicação publicitária, que evoluíram na década seguinte em direção a um marco teórico visando a unificação dos modelos propostos pelas Teorias da Comunicação e pelo *Management*. Também nessa época propôs a adoção da Teoria dos Jogos como paradigma científico da Comunicação. Mais informações sobre esse autor encontram-se em <<http://www.rafaelalbertoperez.com/>>, acesso em 10.jan.2006.

Relações Públicas respectivamente, cabendo ao Marketing uma contribuição importante, porém limitada a um determinado período histórico na longa trajetória do pensamento estratégico. Desta forma, as prerrogativas reivindicadas pelo Marketing e pelas Relações Públicas na orientação estratégica da comunicação organizacional ficariam diluídas no contexto da Comunicação Estratégica.

2.3 A Comunicação Organizacional na América Latina e no Brasil

Quando comparada às realidades europeia e norte-americana, a Comunicação Organizacional na América Latina manifesta características de ambas as regiões. Em países como a Colômbia, o Peru e o México o termo *Comunicação Organizacional* chegou a ser adotado em substituição ao de *Relações Públicas* (KUNNSCH, 1997, p.68). No Brasil, a Comunicação Organizacional parece oscilar entre a Comunicação Corporativa norte-americana e a Comunicação Corporativa e Estratégica europeias, apresentando menor proximidade com a Comunicação Organizacional norte-americana. Neste caso, a principal razão do distanciamento deve-se à origem de ambas as escolas: nos Estados Unidos, a Comunicação Organizacional nasceu nos departamentos de *Speech Communication*, que estudavam a comunicação enquanto ato de fala ou produção de discurso; no Brasil, os estudos em Comunicação organizacional encontram-se diretamente associados aos estudos de comunicação de massa e disciplinas correlatas (CASALI, 2006).

Por razões históricas e políticas, a expressão *Comunicação Empresarial* também é utilizada no Brasil (BUENO, 2003), apesar de muitos autores haverem migrado para *Comunicação Organizacional* devido à sua maior abrangência conceitual (KUNNSCH, 2003a; TORQUATO, 2002). No entanto, ambos os termos são traduzidos para o inglês e o espanhol como sinônimos de *Corporate Communication* e *Comunicación Corporativa* (ORGANICOM, 2005, n.1) e não de *Organizational Communication* ou *Comunicación Organizacional*. Essa preferência se justifica pela maior proximidade da Comunicação Organizacional brasileira com os estudos de comunicação de massa. Ela se desenvolveu, em grande medida, a partir da contribuição profissional e acadêmica das disciplinas de Relações Públicas e de Jornalismo, ao mesmo tempo em que ambos os segmentos passaram a disputar espaço no mercado de trabalho em assessorias de imprensa – uma atividade reconhecida

internacionalmente como prerrogativa das Relações Públicas – e, mais recentemente, nas coordenadorias de comunicação social (LOPES & VIEIRA, 2004).

Esse problema na delimitação das práticas profissionais ainda reverbera sobre o desenvolvimento da Comunicação Organizacional brasileira, com reflexos sobre a Comunicação Organizacional latino-americana. Um claro exemplo disso é o fato de importantes associações brasileira e latino-americana de pesquisa em comunicação vincularem o termo *Comunicação Organizacional* a *Relações Públicas* na designação de um mesmo grupo de trabalho, enquanto as disciplinas de Jornalismo e de Publicidade, Propaganda e Marketing são tratadas em núcleos particulares¹³. Essa associação parece corresponder à mesma estratégia adotada por alguns autores vinculados às Relações Públicas norte-americanas com a criação da *Corporate Communication*: submeter ou associar um campo mais abrangente a uma área específica. Sob o aspecto político, portanto, o estreito vínculo entre *Comunicação Organizacional* e *Relações Públicas* no Brasil corresponderia à Comunicação Corporativa norte-americana. Mas a ausência dessa vinculação, com o tratamento das Relações Públicas em separado, aproximaria a Comunicação Organizacional brasileira da Comunicação Corporativa e da Comunicação Estratégica européias ou, até mesmo, da Comunicação Organizacional norte-americana, acirrando ainda mais a disputa por espaços acadêmicos e profissionais em nível internacional. Neste sentido, a tão propalada filosofia da comunicação integrada, mesmo nas universidades e nas associações de pesquisa em comunicação, continua sendo um mero discurso. A comunicação integrada é conveniente, desde que subordinada à orientação de uma determinada disciplina ou atividade profissional, seja ela o Marketing, as Relações Públicas ou mesmo o Jornalismo, no caso da Comunicação Organizacional brasileira¹⁴.

¹³ A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom possui entre seus grupos de pesquisa, os núcleos de "Jornalismo", "Publicidade, Propaganda e Marketing", além do núcleo de "Relações Públicas e Comunicação Organizacional". A *Asociación Latinoamericana de Invetigadores de la Comunicación - Alaic* contempla entre seus grupos de trabalho a "Comunicación Organizacional y Relaciones Públicas", a "Comunicación Publicitária" e os "Estúdios sobre Periodismo". Mais informações sobre essas organizações podem ser obtidas em <www.intercom.org.br> e <www.alaic.net>, ambos acessados em 10 jan.2006.

¹⁴ Uma discussão sobre o conceito de comunicação integrada na esfera do marketing e da publicidade pode ser encontrada na dissertação de Nanci Maziero Trevisan (2002), *Comunicação (quase) total – as agências de propaganda e o conceito de comunicação integrada*, defendida junto à universidade Metodista de São Paulo – UMESP.

3. Implicações epistemológicas dos estudos em Comunicação Organizacional

Apesar das diferenças conceituais, teóricas e culturais entre essas diversas escolas, ou mesmo no interior de cada uma delas, existe um ponto fundamental que as une: elas tratam, primordialmente, da comunicação organizacional aplicada, procurando, quando muito, estabelecer algum tipo de vínculo entre a produção teórica e as práticas profissionais, com exceção dos recentes estudos da *Organizational Communication* norte-americana. Sob a perspectiva epistemológica, essa concepção hegemônica não é exclusiva da Comunicação Organizacional, podendo ser encontrada tanto no campo comunicacional como nos estudos organizacionais.

3.1 O compromisso da Comunicação Organizacional com o mercado

O compromisso majoritário da academia com o mercado leva a Comunicação Organizacional a direcionar a maior parte de seus esforços à elaboração de técnicas de gerenciamento e a se colocar como insumo estratégico das organizações. Desta forma, contribui para reforçar a predominância da perspectiva instrumental, ainda em vigor no campo comunicacional, em detrimento da compreensão sobre a constituição comunicativa da realidade social (FUENTES NAVARRO, 2003, p.34). Para além do domínio das técnicas, as ciências sociais ganham sentido quando apontam problemas e se aproximam dos interesses humanos mais profundos (LOPES, Luis Carlos, 2003, p.164). Esses questionamentos colocam em dúvida a inserção do campo comunicacional e, por extensão, da Comunicação Organizacional, na esfera das ciências sociais aplicadas, baseada no perfil profissionalizante do ensino em Comunicação, com a instituição de disciplinas tais como Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas, entre outras (LOPES, Luis Carlos, 2003, p.164);

A desarticulação do campo comunicacional em disciplinas profissionalizantes leva a confundir as condições de desenvolvimento dos mercados profissionais com as exigências de um campo intelectual (FUENTES NAVARRO, 2003, p.34-35), implicando em sérias conseqüências para o desenvolvimento da Comunicação Organizacional. A relação com o mercado de trabalho (subcampo profissional) é um componente importante do campo comunicacional, mas não o único, pois a Comunicação é também responsável pela produção de conhecimento teórico e aplicado (subcampo científico), assim como pela definição das

práticas de reprodução (subcampo educativo) desse conhecimento (LOPES, 2003, p.278). Entretanto, o compromisso majoritário da academia com o mercado transforma o campo comunicacional numa rinha política onde os grupos de interesse se chocam, em vez de aproveitarem a diversidade de perspectivas, transformando o choque de suas diferenças em posições teóricas (FUENTES NAVARRO, 2003, p.34; MARTINO, 2002, p.101). Embora não seja possível desconsiderar a dimensão política do campo científico, não se devem confundir lutas institucionais com lutas epistemológicas, na medida em que as primeiras não garantem, necessariamente, o fortalecimento teórico de um campo (LOPES, 2003, p.281).

3.2 Questões epistemológicas em Comunicação Organizacional

Os problemas e desafios da Comunicação Organizacional levantados até este momento remetem a diversas questões epistemológicas: Diante da diversidade de termos existentes em comunicação organizacional, existe alguma diferença fundamental entre eles? Em que medida os estudos atuais em comunicação organizacional contemplam as implicações epistemológicas decorrentes da sociedade pós-globalizada? Qual a relação entre *comunicação* e *organização*? Existe comunicação organizacional para além do *management*? Afinal, qual o estatuto epistemológico da Comunicação Organizacional? No âmbito deste trabalho, todas essas perguntas encontram-se subjacentes a uma pergunta fundamental: como as diferentes concepções de Comunicação Organizacional *pensam* o estudo da comunicação na esfera das organizações?

Responder a questões como essas, por intermédio de um estudo epistemológico, não é tarefa simples. O problema começa pela própria definição e delimitação da epistemologia enquanto área do conhecimento. Dependendo da fonte de referência, a epistemologia pode assumir um perfil marcadamente filosófico ou científico, com reflexos sobre metodologia adotada no trabalho. Filosofia e ciência são formas de racionalidade distintas, embora possam se beneficiar mutuamente (DOMINGUES, 2004; JAPIASSÚ, 2001; MARTINO, 2003; VIEGAS, 1999). A constatação dessas duas possibilidades de abordagem, assim como o reconhecimento da necessidade de contribuição mútua entre filosofia e ciência, levaram à construção de um quadro referencial em epistemologia para subsidiar as decisões teóricas e metodológicas a serem tomadas no âmbito deste trabalho.

II - EPISTEMOLOGIA

A epistemologia é concebida, de forma bastante ampla, como o “estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais” (JAPIASSÚ, 1991, p.16), mas sua delimitação e seu status disciplinar dependem da fonte de referência. Quanto à sua delimitação, essa disciplina apresenta desde uma configuração extremamente genérica, ao tratar do saber globalmente considerado (filosofia, religião, ciência etc.), até um perfil extremamente específico, enquanto instância metodológica do trabalho científico (JAPIASSÚ, 1999; MARTINO, 2003; LOPES, 1994). Quanto a seu status, a Epistemologia pode ser bastante valorizada ou, pelo contrário, praticamente ignorada como disciplina filosófica, de acordo com o autor e a corrente de pensamento a qual está vinculado.

Apesar dessas possibilidades, a epistemologia consagrou-se, historicamente, como um ramo da filosofia, assim como a lógica, a metafísica, a ética e a estética. Essa classificação hegemônica está presente em diversos dicionários e obras de divulgação filosófica (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; ROHMANN, 2000) ou mesmo em enciclopédias virtuais, como a Wikipedia¹⁵. Entre os que defendem essa visão encontra-se o filósofo estadunidense William James Durant (1885-1981) em sua “História da filosofia” (1926); entre os que discordam, encontra-se o filósofo italiano Nicola Abbagnano (2000), por considerá-la ingênua. Para ele, a epistemologia não passa de um modo de tratar um problema filosófico específico, nascido no âmbito de determinada corrente filosófica: o *idealismo*¹⁶. Alguns integrantes dessa corrente, como os filósofos da *Escola de Marburgo*¹⁷, identificam a Epistemologia com a lógica e reduzem a Filosofia a três disciplinas fundamentais: lógica, ética e estética (ABBAGNANO, 2000, p.183).

¹⁵ Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Philosophy#Branches_of_philosophy>, acesso em 10 jan.2006.

¹⁶ O termo *idealismo* engloba, na história da filosofia, diferentes correntes de pensamento. Em sentido geral, designa a tendência filosófica de interpretar a realidade do mundo exterior ou material em termos do mundo interior, subjetivo ou espiritual (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.134; LALANDE, 1999, p.487). A referência de Abbagnano ao idealismo designa especificamente a doutrina kantiana conhecida como *idealismo transcendental* ou *idealismo crítico*, a qual considera os objetos de nossa experiência como fenômenos, isto é, aparências, devendo-se distingui-los da realidade enquanto tal, que para nós é incognoscível (ABBAGNANO, 2000, p.523-524).

¹⁷ A Escola de Marburgo é um movimento de pensadores alemães do século XIX, que se opunham à filosofia romântica e aos grandes sistemas metafísicos então predominantes. Influenciados pela obra de Immanuel Kant, esse movimento interpreta a filosofia, sobretudo, como tarefa crítica voltada à teoria da ciência e à problemática do conhecimento. Os principais expoentes da Escola de Marburgo são Herman Cohen (1842-1918), Paul Natorp (1854-1924) e Ernst Cassirer (1874-1945) (HUISMAN, 2001; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996).

1 - A epistemologia no sistema filosófico

No âmbito da Filosofia, uma das principais razões para o reconhecimento ou a desconsideração da epistemologia enquanto disciplina é a impossibilidade de se separar rigidamente o problema do conhecimento dos demais problemas filosóficos. Assim como a própria definição de filosofia e a classificação de suas divisões variam de acordo com cada filósofo ou corrente filosófica, diferentes filosofias atribuem, no decorrer do tempo, ênfases diversas aos vários temas da tradição filosófica (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.104). A epistemologia e a ética de Platão (428/427-348/47 a.C), por exemplo, são provenientes de sua metafísica, ou seja, de sua crença na existência de um mundo superior que moldaria o mundo físico. Essa crença justifica sua desvalorização do conhecimento obtido através dos sentidos, pois o mundo da experiência encontra-se em permanente mudança, não oferecendo, portanto, nenhuma garantia de conhecimento genuíno. Essa posição diferencia-se do pensamento de um filósofo como René Descartes (1596-1650), que baseia suas idéias sobre a *existência* em suas idéias sobre o *conhecimento*: diante de um mundo em crise, onde as crenças das pessoas mudam drasticamente, a única segurança reside na razão (STEVENSON, 2001, p.28-29). Esses exemplos servem para mostrar como a epistemologia encontra-se estreitamente associada aos demais ramos filosóficos. Entretanto, devido à amplitude da filosofia, estão sendo privilegiadas neste trabalho as relações da epistemologia com a metafísica, a lógica e a ética.

1.1 Epistemologia e Metafísica

A metafísica¹⁸ é a disciplina filosófica que se ocupa dos problemas relacionados à natureza e à origem da realidade, bem como à possibilidade de sua representação objetiva, com importantes implicações para o problema do conhecimento em geral e para a ciência em particular (BLACKBURN, 2002, p.66; CHAÚÍ, 2005, p.180; ROHMANN, 2000, p.271). No pensamento sociológico, por exemplo, a metafísica é de especial relevância, na medida em que grande parte do que se acredita ser a base da vida social é abstrata e não pode ser observada diretamente. A questão se as sociedades existem ou não independentemente das pessoas que delas participam é uma pergunta metafísica. A maneira como respondemos a

¹⁸ O termo *metafísica* (do grego *ta meta ta physika*) significa, literalmente, *além da física*. Sua criação, por volta do ano 50 a.C deve-se Andrônico de Rodes, principal organizador da obra de Aristóteles, para designar um conjunto de textos aristotélicos que se seguiam ao tratado da física (ABBAGNANO, 2000, p.660; CHAÚÍ, 2005, p. 183; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.180).

perguntas como essa determina “o modo como focalizamos o problema de compreender a vida social e, portanto, forma a base sobre a qual repousa todo trabalho sociológico” (JOHNSON, 1997, p.161). Por isso a metafísica é considerada a *filosofia primeira*, o ponto de partida não apenas do sistema filosófico, mas da própria ciência, ao fornecer o fundamento comum às diversas formas de conhecimento, ou seja, o *objeto* a que elas se referem e os *princípios* dos quais elas dependem.

Os principais temas da metafísica são a *existência* e a *essência* da realidade em seus múltiplos aspectos, cuja investigação procura compreender os fundamentos, princípios e causas de todas as coisas, indagando porque elas existem e porque são o que são (CHAUÍ, 2005, p.181). Na tradição clássica e escolástica a metafísica é a parte mais central da filosofia, sendo que ao longo da história essa disciplina se apresentou sob três formas fundamentais: 1) como *teologia*, ao reconhecer como objeto o ser mais elevado e perfeito, do qual provêm todos os outros seres e coisas do mundo; 2) como *ontologia* ou doutrina que estuda os caracteres fundamentais do ser: o que todo ser tem e não pode deixar de ter e 3) como *gnosologia* ou *ciência universal*, que estuda as formas ou princípios cognitivos, constituintes da razão humana. Na obra de Aristóteles, a metafísica teológica é inseparável da metafísica enquanto ontologia: por ser a disciplina mais elevada, a metafísica também deveria privilegiar como objeto o ser mais elevado, origem de todos os demais (ABBAGNANO, 2000, p.660-666; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.180, grifos nossos)¹⁹.

O interesse da filosofia pelos problemas relacionados à realidade prevaleceu sobre os problemas do conhecimento até o século XVII. Desde seus primórdios, a questão filosófica fundamental era: “O que é a realidade que nosso pensamento conhece?” e não: “Pode nosso pensamento conhecer a realidade?” (CHAUÍ, 2005, p.182-183). Nesse primeiro período, a filosofia partia do pressuposto da existência objetiva da realidade externa como uma realidade racional em si e por si mesma, que poderia ser conhecida verdadeiramente pela razão ou pelo

¹⁹ No século XVII, o filósofo alemão Jacobus Thomasius (1622-1684) sugeriu a substituição do termo *metafísica* pelo termo *ontologia* (formado a partir das palavras gregas *tà onta*, que deriva do verbo *ser*, e *logia*, que significa *estudo* ou *conhecimento*), por considerá-lo mais adequado (CHAUÍ, 2005, p.183; ABBAGNANO, 2000, p.664). Grosso modo, a justificativa de Thomasius para essa substituição é que, enquanto o termo *metafísica* indicaria apenas o lugar dos livros da filosofia primeira no catálogo das obras de Aristóteles, o termo *ontologia* diria qual o assunto da filosofia primeira (CHAUÍ, 2005, p.183). Outro filósofo alemão, Johannes Clauberg (1622-1665), defendeu a denominação *ontologia* como a ciência que versa sobre o ente em geral, de forma a diferenciá-la de *teologia*, ou seja, da ciência que trata de Deus (ABBAGNANO, 2000, p.664). Essas justificativas, no entanto, são bastante contestadas, na medida em que a tradição consagrou a palavra *Metafísica* como “aquilo que é condição e fundamento de tudo o que existe e de tudo o que puder ser conhecido” (CHAUÍ, 2005, p.184). Apesar disso, na contemporaneidade, filósofos como Ubaldo Nicola (2005, p.29) e Marilena Chauí (2005, p.181) reconhecem a equivalência dos termos *metafísica* e *ontologia* ao designar o estudo do *ser* em geral.

pensamento (CHAUÍ, 2005, p. 68-69; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.231). Essa postura filosófica, conhecida como *realismo*, sofreu grande impacto com a publicação da obra “A crítica da razão pura” (1781), de Immanuel Kant (1724-1804), a qual demonstra a impossibilidade dos conceitos tradicionais da metafísica em alcançar e conhecer a realidade em si das coisas. No lugar da realidade, que até então ocupava o centro da reflexão filosófica, Kant propõe que a metafísica se preocupe com a nossa própria capacidade de conhecer. O vocabulário da metafísica continuará o mesmo, mas o sentido conceitual das palavras mudará totalmente, na medida em que passa a se referir *não* mais ao que existe independente de nós, mas àquilo que existe para nós, como sujeitos do conhecimento (CHAUÍ, 2005, p.181, grifo nosso). Em oposição ao *realismo*, essa postura filosófica passou a ser conhecida como *idealismo*.

Ao considerar o problema do conhecimento, a metafísica proposta por Kant tem levado muito de seus adeptos a negarem a existência da epistemologia como ramo filosófico ou, no máximo, a considerá-la sinônimo de metafísica do conhecimento (ABBAGNANO, 2000, p.183). Atualmente, os estudos dessa disciplina procuram superar tanto a metafísica tradicional quanto a kantiana, ao reconhecer o ponto em comum dessas duas orientações: para ambas, tanto o sujeito quanto o objeto do conhecimento continuam existindo como entidades independentes. A superação desse dilema tem gerado uma vigorosa produção acadêmica relacionada, em grande parte, à filosofia da linguagem. Na opinião de Abbagnano (2000, p.666, grifo do autor), a metafísica continua atuante na filosofia contemporânea sob a forma de dois problemas conexos: 1) a questão do significado ou dos significados de *existência* na linguagem das diversas ciências e 2) a questão das relações entre as ciências e das investigações que incidem nos pontos de intersecção ou de encontro entre elas. Segundo Chauí (2005, p.180), apesar das diversas transformações que a metafísica vem sofrendo ao longo da história, a pergunta fundamental dessa disciplina continua a mesma – “o que é?” –, podendo ser aplicada a qualquer coisa: o que é um objeto? O que é o corpo humano? O que é a consciência? O que é o tempo? O que é uma organização? O que é comunicação?

Na esfera da Comunicação Organizacional, questões de ordem metafísica ou ontológica começaram a despertar a atenção dos pesquisadores na década de 1980, com o surgimento da linha interpretativa nos estudos norte-americanos. Em vez de valorizar a comunicação como instrumento para a solução de problemas organizacionais, como ocorre na perspectiva tradicional, os estudos interpretativos se dispuseram a compreender como a realidade organizacional é construída socialmente por intermédio da comunicação (DANIELS, SPIKER & PAPA, 1997, p.10). Atualmente, muitas pesquisas realizadas sob essa

perspectiva são orientadas pela seguinte pergunta: “o que é uma organização?”. A resposta mais simples é a de que uma organização é um tecido de comunicação, ou seja, a comunicação encontra-se na gênese das organizações (CASALI & TAYLOR, 2006). A partir dessas premissas, diversos autores da *Organizational Communication* propõem uma reconstrução da teoria das organizações com base na comunicação (CASALI & TAYLOR, 2006; TOMPKINS & WANCA-THIBAUT, 2001).

1.2 Epistemologia e lógica

Em sentido amplo, a lógica é o estudo da estrutura e dos princípios relativos ao raciocínio. Ela se preocupa em distinguir os raciocínios válidos e coerentes dos raciocínios inválidos e incoerentes (ROHMANN, 2000, p.248; RUSS, 1994, p.170). A primeira e grande lição em lógica, de acordo com Kinouchi (2006, p.20-21), é perceber a diferença entre *verdade* e *validade*. O conceito de *validade* se refere ao modo “como” organizamos nossos argumentos, enquanto o conceito de *verdade* se refere “àquilo” que está sendo argumentado. A *validade* diz respeito à *forma* do argumento e pertence à *sintaxe*, enquanto a *verdade* diz respeito ao *conteúdo* do argumento e pertence à *semântica*. O problema é que, muitas vezes, a maneira pela qual é formulada determinada questão torna seu conteúdo ambíguo. Por exemplo, um cliente numa loja de sapatos, quando pergunta ao vendedor “Você tem sapatos para mulher de bico fino?” expressa um conteúdo ambíguo, pois coloca em dúvida se o bico fino é do sapato ou da mulher. Ambigüidade é tudo o que *não* se quer em lógica. Por isso, independentemente do conteúdo de um argumento, a lógica se esforça em garantir sua validade, contribuindo assim para que se chegue à verdade (KINOUCI, 2006, p.20-21).

A palavra *lógica* origina-se do termo *logos*²⁰, que nos primórdios da filosofia grega era concebido como um princípio cósmico, um conjunto de leis, regularidades e conexões que comandava o universo e se manifestava, por extensão, como inteligência ou razão humana: se a realidade da qual participamos é racional, então podemos conhecê-la porque também somos racionais (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.167; HOUAISS & VILLAR, 2001, p.1779). A preocupação em desvendar as leis e princípios do *logos* levou à criação da *lógica formal* por Aristóteles, em estreita relação com a metafísica. Neste caso, as categorias e princípios do raciocínio corresponderiam às categorias e princípios da realidade, levando Aristóteles a

²⁰ A palavra *logos* é talvez a mais importante de todo o vocabulário filosófico, mas não pode ser traduzida facilmente por envolver uma pluralidade de significados ligados entre si: verbo, sentença, discurso, palavra, cálculo, medida, avaliação, razão, causa e pensamento, entre outros (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.167; NICOLA, 2005, p.19).

organizar o mundo em *categorias*, que produziam conhecimentos ao permitir a identificação dos atributos comuns dos diversos entes. Foi daí que surgiu o *silogismo*, no qual dadas duas premissas, segue-se determinada conclusão. O exemplo clássico de silogismo é “Todos os homens são mortais; Sócrates é homem; logo, Sócrates é mortal” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.166; ROHMANN, p.248).

A *lógica formal* de Aristóteles não sofreu grandes modificações por mais de dois mil anos, apesar das tentativas, no século XVII, de redução ou eliminação da predominância do silogismo por filósofos cartesianos²¹. A grande revolução da lógica, no entanto, só começou a ocorrer em meados do século XIX com o surgimento da *lógica simbólica*, que nasceu do ideal, há muito acalentado na filosofia, de construção de uma lógica perfeita, inspirada na linguagem matemática (MAGEE, 1999, p.194; ROHMANN, 2000, p.249). Esse ideal, entretanto, só veio se concretizar a partir da publicação das obras “Análise matemática da lógica” (1847), de autoria do britânico George Boole (1815-1864) e “Lógica formal” (1847), do também britânico Augustus de Morgan (1806-1871), cabendo mais tarde ao filósofo alemão Gottlob Frege (1848-1925), e aos filósofos ingleses Bertrand Russel (1872-1970) e Alfred North Whitehead (1861-1947) completar e consolidar essa transformação (CHAUÍ, 2005, p.114; JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p.166; ROHMANN, 2000, p.249). No entanto, atribui-se a Frege a iniciativa de colocar a lógica no centro das preocupações filosóficas, com a publicação de sua obra “*Begriffsschrift* (Escritura de conceito)” (1879) (MAGEE, 1999, p.196).

A corrente de pensamento formada a partir das idéias de Frege tornou-se conhecida como *filosofia analítica*²², cujas ênfases na lógica e na teoria do significado levaram a filosofia a exercer a tarefa básica de análise lógica das sentenças, através da qual se obtém a solução dos problemas filosóficos. Essa corrente exerceu enorme influência sobre outra escola, o Círculo de Viena, uma associação fundada na década de 1920 por um grupo de cientistas, matemáticos e filósofos da ciência²³. Seu objetivo fundamental era a unificação do

²¹ Uma visão cartesiana da lógica encontra-se representada na obra “A lógica de Port-Royal ou a arte de pensar” (1662), escrita pelos filósofos franceses Antoine Arnauld (1612-1694) e Pierre Nicole (1625-1695). Como o próprio nome da obra sugere, seus autores não consideravam a lógica uma ciência que possua objeto próprio (o raciocínio formal), mas uma *arte prática*, do bem-pensar (HUISMANN, 2000, p.354; JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p.166; ROHMANN, 2000, p.249).

²² Além dos autores citados, a filosofia analítica inclui outros pensadores importantes, tais como George Edward More (1873-1958) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951).

²³ Entre os principais expoentes do Círculo de Viena encontram-se Rudolf Carnap (1891-1970), Moritz Schlick (1882-1936), Alfred Tarski (1901-1983), Otto Neurath (1882-1945), Kurt Gödel (1906-1978) e Ernest Nagel (1901-1985). Outro nome importante, geralmente associado ao Círculo de Viena, é o filósofo Ludwig Wittgenstein (1889-1951) que, apesar das afinidades com o grupo, não chegou, de fato, a integrá-lo (COLLINSON, 2004, p.252; JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p.45, MAGEE, 2001, p.40).

saber científico e seu principal interesse consistia em descobrir um critério para distinguir a ciência da metafísica, ou seja, afirmações que realmente dizem algo de afirmações que, segundo seus integrantes, não dizem absolutamente nada (JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p.45; MAGEE, 2001, p.40). A resposta encontrada pelo Círculo de Viena será responsável por colocar definitivamente a ciência no centro das preocupações epistemológicas.

De acordo com essa escola, as afirmações realmente significativas pertencem a uma dessas duas categorias: *enunciados analíticos* ou *enunciados sintéticos*. No primeiro caso, não é preciso realizar qualquer investigação para saber se o enunciado é verdadeiro ou falso, como no exemplo “aquele homem solteiro é casado e tem dois filhos”: os próprios termos da afirmação são suficientes para isso, porque uma pessoa não pode ser ao mesmo tempo casada e solteira. Já em relação aos *enunciados sintéticos*, a veracidade ou falsidade da afirmação só pode ser estabelecida pela verificação dos fatos. No exemplo “em minha rua moram vinte mulheres loiras” a única maneira de avaliar essa afirmação é examinar todos os moradores da rua e contar as mulheres loiras. Foi dessa forma que o Círculo de Viena chegou ao famoso *princípio da verificabilidade*: somente os enunciados verificáveis pela observação ou pela experiência poderiam transmitir informações factuais (MAGEE, 2001, p.39). As reações contrárias a esse princípio deram início a uma fértil produção em epistemologia²⁴. Apesar de suas restrições, o grande marco representado pelo positivismo lógico do Círculo de Viena é o deslocamento dos estudos epistemológicos da esfera exclusivamente filosófica para o contexto científico.

As implicações de ordem lógica no âmbito da Comunicação Organizacional vêm sendo levantadas desde a década de 1990, pelo professor Roberto Porto Simões (1995, 2001), porém restritas à disciplina de Relações Públicas. Ainda que o autor não vincule essa atividade profissional ao campo da Comunicação, mas da Administração, sua produção teórica foi motivada pela inexistência de uma razão lógica (*rationale*) nessa disciplina: “identifica-se este fato nas diversas obras existentes sobre Relações Públicas nas quais a definição conceitual da atividade, por vezes, equivale aos seus objetivos, outras aos seus

²⁴ Alguns dos principais autores e respectivas obras produzidas em decorrência da proposta do Círculo de Viena são: Gaston Bachelard (1884-1962) e “O novo espírito científico” (1934); Karl Popper (1902-1994) e “A lógica da pesquisa científica” (1934); Thomas Kuhn (1922-1996) e “A estrutura das revoluções científicas” (1962); Imre Lakatos (1922-1974) e “Falsificação e metodologia dos programas de pesquisa” (1970); Paul Feyerabend (1924-1994) e “Contra o método” (1975). Uma visão panorâmica sobre o pensamento da maior parte desses autores pode ser encontrada nas obras de Alan Chalmers (1993, 1994), respectivamente, “O que é ciência afinal?” e “A fabricação da ciência”. No Brasil, destaca-se a obra organizada por Oliva (1990), “Epistemologia: a cientificidade em questão”.

instrumentos, e mais ainda, à sua ética” (SIMÕES, 2001, p.29). Esse mesmo raciocínio poderia ser estendido à Comunicação Organizacional e disciplinas correlatas.

1.3 Epistemologia e ética

A ética (do grego *ethike*, de *ethikkós*: que diz respeito aos costumes) é considerada uma parte da filosofia prática, que tem por objetivo elaborar a reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p.93). De acordo com Skorupski (2002, p.197), “a ética examina a natureza dos valores morais e a possibilidade de justificar seu uso na apreciação de nossas ações, nossa vida e nossas instituições comuns”. Segundo Japiassu e Marcondes (1996, p.93), a principal diferença entre ética e moral, é que a primeira “está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme à sabedoria filosófica”, enquanto a segunda “está mais preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum”. Na visão de Rohmann (2000, p.146, grifos do autor), a ética pode ser dividida em *ética normativa*, “que propõe os princípios da conduta correta”, e *metaética*, que “investiga o uso e a fundamentação de conceitos como certo e errado, bem e mal”.

A reflexão ética pode ser encontrada em todas as tradições filosóficas conhecidas. Na tradição grega, as questões centrais dessa disciplina “giravam em torno do problema relacionado à constituição de uma vida bem vivida em vez de questões específicas com relação ao certo e ao errado” (ROHMANN, 2000, p.146). No século XVIII, Immanuel Kant revolucionou o campo da ética ao propor a tese do *imperativo categórico*²⁵, princípio absoluto e universal, que plantou um novo alicerce para a legitimidade da moralidade. As idéias de Kant também abriram caminho para o surgimento no século XX de um novo ramo filosófico, a *axiologia* ou *teoria dos valores*²⁶, mais abrangente que a ética por incluir a estética. Neste caso, a *ética* seria apenas uma das formas de conhecimento e de experiência de valores (ANDERSON & BAYN, 2004, p.608; JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p.22; SKORUPSKI, 2002, p.198).

²⁵ O *imperativo categórico* pode ser resumido na seguinte sentença: “age de tal modo que a máxima de tua vontade possa sempre valer simultaneamente como um princípio para uma legislação geral” (KANT, 2004). Uma visão ampla sobre as decorrências da concepção ética de Kant no pensamento contemporâneo pode ser encontrada em Freitag (2003).

²⁶ O termo *axiologia* (do grego *axios*: digno de ser estimado, e *logos*: ciência, teoria) passou a ser utilizado no lugar de *teoria dos valores* no início do século XX. Os primeiros textos em que esse termo aparece são: “*Logique de la volonté*” (1902), de Paul Lapie (1869-1927); “*Grundriss der Axiologie*” (1905), de Eduard von Hartmann (1842-1906) e “*Valuation*” (1909), de Wilbur Marshall Urban (1873 – 1952) (ABBAGNANO, 2000, p.101; HUISMANN, 2001, 2002).

De acordo com Williams (2006), de todos os problemas do conhecimento, o do valor é o menos discutido pelos filósofos contemporâneos, embora os demais dependam dele. Se o conhecimento não tivesse tanta importância, não perderíamos tempo imaginando como defini-lo, como obtê-lo, nem traçando linhas à sua volta, nem o defendendo do ceticismo. Em seu sentido original, o termo *valor* significa coragem, bravura e caráter, sendo utilizado desde a Antiguidade para designar a dignidade ou o mérito das pessoas, além de indicar a utilidade ou o preço de bens materiais. “A noção filosófica de valor está relacionada por um lado àquilo que é bom, útil, positivo; e, por outro lado, à de prescrição, ou seja, a de algo que deve ser realizado” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.268).

Os trabalhos contemporâneos em *axiologia* evidenciam os seguintes aspectos do valor: 1) o valor não é somente a preferência ou o objeto da preferência, mas o objeto de uma antecipação ou de uma *preferência normativa*; 2) o valor, por outro lado, não é um mero ideal que possa ser desconsiderado total ou parcialmente pelas preferências ou escolhas efetivas, mas serve de *guia ou norma* (nem sempre seguida) das escolhas e, em todo caso, seu *critério de juízo*; 3) conseqüentemente, a melhor definição de valor é a que o considera como uma disciplina inteligente das escolhas ou da crítica dos valores, que tende a determinar as *autênticas* possibilidades de escolha, ou seja, aquelas escolhas que, “podendo aparecer como possíveis sempre nas mesmas circunstâncias, constituem pretensão do valor à universalidade e à permanência” (ABBAGNANO, 2005, p.993, grifos nossos).

Os estudos sobre a relação entre conhecimento e ética encontram no filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-) um de seus principais representantes. Sua reflexão sobre o conhecimento é motivada pelo sentido de propósito moral: numa época em que a ciência e a tecnologia são soberanas na vida do indivíduo, elas até nos auxiliam na avaliação da consistência de nossos objetivos, mas não nos assistem na determinação de quais objetivos são intrinsecamente meritórios ou moralmente obrigatórios (HABERMAS, 2001; INGRAM, 1984). Uma das principais contribuições desse autor sobre epistemologia e ética reside em seu estudo sobre a estreita ligação entre conhecimento e interesse. De acordo com Habermas (2001, p.129-147), a existência de diferentes tipos de conhecimento científico está relacionada a diferentes tipos de interesse. Existe o interesse *técnico*, subjacente às ciências *empírico-analíticas*, cujo principal objetivo é o domínio da natureza; existe o interesse *prático*, característico das ciências *histórico-hermenêuticas*, cujo principal objetivo é a compreensão e controle dos fatos sociais; em seguida vem o interesse *reflexivo*, associado às ciências críticas, que objetiva a emancipação humana das inúmeras formas de dominação e ilusão.

Assim, como Habermas, o francês Edgar Morin (1921-) tem sido responsável por uma ampla produção teórica no campo do conhecimento, procurando relacioná-la com as demais abordagens filosóficas. Esse autor reconhece, por exemplo, que “o conhecimento científico não pode tratar sozinho dos problemas epistemológicos, filosóficos e éticos” (MORIN, 2000, p.21). Ainda está para ser produzido um estudo profundo e comparativo sobre esses dois pensadores, mas, grosso modo, verifica-se por parte de Morin uma grande afinidade com a teoria dos sistemas auto-organizados e da autopoiese, subjacentes à sua teoria da complexidade, enquanto Habermas as rejeita (pelo menos em sua versão luhmanniana)²⁷. Enquanto Habermas se dedica a completar o projeto de modernidade iniciado no Iluminismo, apostando num ideal de relacionamento entre emissor e receptor, Morin (2001, p.58) tem consciência que o ser humano é ao mesmo tempo racional (*Homo sapiens*) e irracional (*Homo demens*), sendo essas duas características antagônicas e complementares. O reconhecimento desse antagonismo na natureza humana, não significa, por parte de Edgar Morin, a abdicação da racionalidade e da ética. Para ele, “o princípio da consciência intelectual é inseparável da consciência moral”, devendo-se “estabelecer esse vínculo mesmo conservando a distinção existente. O pensamento complexo reconhece a autonomia da ética ao mesmo tempo em que a religa pelo estabelecimento do vínculo entre o saber e o dever” (MORIN, 2005, p.60-61).

O debate sobre as interfaces entre ética, valor, interesse e conhecimento representa uma grande oportunidade de investigação na esfera da Comunicação Organizacional, principalmente num momento em que se atribui à sociedade contemporânea a denominação de “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”. De forma geral, a adoção desses termos em obras de comunicação e administração encontra-se associada a estudos com

²⁷ A idéia dos sistemas auto-organizados encontra-se presente nas ciências físicas, biológicas e sociais. No âmbito da cibernética, uma das principais teorias é atribuída ao matemático húngaro radicado nos Estados Unidos, John Von Newman (1903-1957), que descreveu a diferença entre a máquina viva (auto-organizada e auto-reprodutora) e a máquina artefato (simplesmente organizada). A máquina artefato (um automóvel, por exemplo) é constituída por elementos extremamente confiáveis, mas é muito menos segura, porque basta uma alteração em um de seus componentes para que o conjunto se imobilize. Na máquina viva (o corpo humano, por exemplo), pelo contrário, seus componentes são muito frágeis, pois as moléculas se degradam muito rapidamente; mas elas morrem e renovam-se de tal modo que o organismo permanece idêntico a ele próprio. De acordo com Morin (1995, p.46), essa diferença mostra que “há um elo consubstancial entre organização e desorganização complexa nos sistemas auto-organizados”. A teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann (1927-1998), rejeitada por Habermas, é baseada na teoria dos sistemas autopoieticos elaborada pelos biólogos chilenos Humberto Maturana (1928-) e Francisco Varela (1946-2001). Ao contrário da teoria dos sistemas vigente, esses autores afirmam que todos os sistemas vivos são organizacionalmente fechados, e não abertos, como se pensava. A principal restrição de Habermas à teoria dos sistemas sociais de Luhmann é a total submissão do sujeito ao sistema, que “coloca de escanteio as premissas ontológicas comuns de um mundo do ente racionalmente ordenado, de um mundo de objetos representáveis, referido a sujeitos do conhecimento, ou de um mundo de estados de coisas existentes e representáveis por intermédio da linguagem” (HABERMAS, 2002, p.31). Uma discussão mais aprofundada de Habermas sobre a obra de Luhmann pode ser encontrada em Habermas (2000). Para uma visão da obra de Luhmann aplicada aos estudos em Comunicação Organizacional consultar Curvello (2001).

finalidades basicamente instrumentais de análise do ambiente e de intervenção organizacional (BUENO, 2003; CHOO, 2003; KUNSCH, 2003; TARAPANOFF, 2001). A leitura de produções teóricas consistentes, como as encontradas nas obras de Habermas e Morin, conduz à reflexão de que as questões relacionadas ao problema do conhecimento nas organizações vão muito além da perspectiva instrumental. Essas questões também dizem respeito a valores e interesses, colocando em xeque as intenções humanitárias de harmonia e justiça social declaradas no âmbito das práticas profissionais em Comunicação Organizacional.

2. As ambigüidades da Epistemologia

A questão sobre as ambigüidades da epistemologia não está relacionada apenas às diversas possibilidades de conexão entre o problema do conhecimento e os demais problemas filosóficos, defendidas ao longo da história. Ela se tornou mais evidente à medida que a ciência foi se consolidando como forma de conhecimento autônoma em relação à filosofia. Devido a essa separação, a epistemologia, em sentido amplo, passou a ser sinônima de *teoria do conhecimento* ou *gnosologia*. Neste caso, ela se ocupa da investigação sobre a origem, a natureza e os limites do conhecimento humano em geral, incluindo temas como a relação entre o conhecedor e o objeto do conhecimento; as variações entre os diversos tipos de conhecimento; os métodos mais válidos para se adquirir diferentes tipos de conhecimento, assim como o papel da razão e dos sentidos no ato de conhecer, entre outros temas (HOUAISS & VILLAR, 2001, p.1461; JOHNSON, 1997, p.85). Quando aplicada especificamente ao conhecimento científico, a *epistemologia* equivale à *filosofia das ciências*, aproximando-se, desta forma, de seu sentido etimológico original, construído a partir das palavras gregas *logos* (discurso, teoria, estudo) e *episteme* (ciência) (JAPIASSÚ, 1991). Nessa concepção, a epistemologia designa, essencialmente, “o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica (não psicológica), o seu valor e a sua importância objetiva” (LALANDE, 1999, p.313).

2.1 Filosofia e ciência: uma relação contraditória

Ao encontrar na filosofia seus *princípios* e na ciência seu *objeto*, a filosofia das ciências, de acordo com Japiassú (1991), apresenta um discurso ambíguo, dividido entre duas formas de discurso racional. Essa ambigüidade a coloca diante de um impasse: assumir a função de resolver o problema geral das relações entre filosofia e ciência ou buscar suas

funções, seus métodos e seu conteúdo fora da perspectiva filosófica. Esse problema já havia sido levantado em outra ocasião pelo filósofo Gaston Bachelard: o empreendimento de esclarecer os problemas da ciência por meio da reflexão filosófica sempre envolve o risco de não agradar a ninguém; nem aos cientistas, nem aos filósofos, nem aos historiadores (BACHELARD, 1984, p.3). Além disso, ao utilizar a ciência como mero pretexto para filosofar, essa disciplina também conduz à reflexão sobre o privilégio da filosofia de distribuir em torno de si os demais discursos: "não poderia o discurso científico descobrir por si mesmo seu próprio lugar?", questiona Japiassú (1991, p.26). Embora a epistemologia deva sua existência no passado à solidariedade da filosofia para com as demais ciências, atualmente os cientistas já se interessam por refletir sobre o que fazem. Isto não quer dizer que a epistemologia tenha cortado completamente seus laços com a filosofia. Entretanto, se tornou mais receptiva à contribuição de outras disciplinas que lhe são mais ou menos afins (JAPIASSÚ, 1991, p.24-30).

Apesar dessas transformações, ou talvez em função delas, definir o estatuto da epistemologia nos dias atuais ainda é uma "tarefa delicada, pois os limites do domínio de investigação dessa disciplina são muito flutuantes" (JAPIASSÚ, 1991, p.23). No pensamento anglo-saxão, por exemplo, existe a distinção entre *epistemologia* e *filosofia da ciência* (BUNNIN & TSUI-JAMES, 2002, grifos nossos). Nesse caso, a *epistemologia* é adotada como sinônimo de *teoria do conhecimento* (ou *gnosologia*) e se ocupa da investigação sobre a natureza, as origens e a validade do conhecimento (GRAYLING, 2002, p.40, grifos nossos). A *filosofia da ciência*, por sua vez, é segmentada em duas grandes áreas: a) *epistemologia da ciência*, em que os filósofos se perguntam se é possível crer ou não no que os cientistas nos contam, sendo boa parte de seu trabalho recente uma resposta ao problema da indução; b) *metafísica da ciência*, por meio da qual os filósofos se preocupam em saber como o mundo é, caso os cientistas estejam certos; muitas de suas discussões estão relacionadas à noção de causalidade (PAPINEAU, 2002, p. 291, grifos nossos)²⁸.

²⁸ Embora a *filosofia da ciência* tenha sido segmentada, neste caso, em *epistemologia da ciência* e *metafísica da ciência*, é interessante observar que princípios de *lógica* são encontrados, por exemplo, na discussão sobre o indutivismo, que Papineau (2002) incorpora como um problema de *epistemologia da ciência*. Isso demonstra a dificuldade de separação rígida entre as diversas disciplinas filosóficas, ao mesmo tempo em que revela a orientação filosófica, ou mesmo ideológica, dos autores das distintas classificações no âmbito da epistemologia.

2.2 A epistemologia como disciplina híbrida

Enquanto nos países anglo-saxões a epistemologia continua profundamente marcada pela filosofia, oscilando entre a teoria do conhecimento e a filosofia da ciência, no Brasil se admite sua aproximação com o campo científico (JAPIASSÚ, 1991; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; MARTINO, 2003). Neste caso, ela é definida como a "disciplina que toma as ciências como objeto de investigação tentando reagrupar: a) a crítica do conhecimento científico (exame dos princípios, das hipóteses e das conclusões das diferentes ciências, tendo em vista determinar seu alcance e seu valor objetivo); b) a Filosofia das ciências (empirismo, racionalismo, etc.); c) a História das ciências" (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.84-85). Segundo Martino (2003), a epistemologia é um híbrido da ciência e da filosofia, por não ser possível desconsiderar seu vínculo original com a tradição filosófica. Ao mesmo tempo, o autor reconhece, no âmbito das ciências humanas, a existência de diversas disciplinas preocupadas com o problema do conhecimento, tornando-se necessário distinguir o papel da epistemologia nesse contexto.

Diante dessa diversidade disciplinar, Martino (2003) afirma que o problema do conhecimento pode ser abordado tanto sob a perspectiva filosófica, como sob a perspectiva científica. As disciplinas circunscritas na perspectiva filosófica são a *gnosologia (ou teoria do conhecimento)* e a *filosofia das ciências*. Sob a perspectiva científica encontram-se principalmente a *história da ciência*, a *psicologia da ciência* e a *sociologia da ciência*. A diferença fundamental entre esses dois grupos é que as disciplinas filosóficas se situam num plano interno ao do conhecimento, ou seja, restringem sua discussão aos aspectos que lhes são inerentes, enquanto as demais se preocupam com os aspectos exteriores que determinam o desenvolvimento do trabalho dos cientistas. Embora as disciplinas científicas possuam certa autonomia em relação às questões epistemológicas propriamente ditas, às vezes elas se confundem com alguns caminhos e métodos do pensamento epistemológico. Nesse contexto, o autor restringe a epistemologia ao estudo do conhecimento científico: "Ela se opõe à filosofia da ciência por se ocupar de problemas mais específicos e próprios do conhecimento científico, tais como os de seu objeto, classificação, método (critérios de validade, de operação) e de sua fundamentação (lógica e ontológica)" (MARTINO, 2003, p.80).

Apesar de seu estreito vínculo com a tradição filosófica, a epistemologia pode ser colocada a serviço da ciência, na medida em que todo trabalho científico comporta uma dimensão epistemológica. "Nesse sentido, a ciência deixa de ser objeto de uma disciplina filosófica para ser parte da investigação científica. Inverte-se a relação pela qual definíamos a

epistemologia (definição geral), e vemos a epistemologia ser deslocada da filosofia para a ciência, não como disciplina à parte, mas como parte dessa última” (MARTINO, 2003, p.82).

3. Concepções de epistemologia

Devido a essa elasticidade da epistemologia, que engloba desde questões filosóficas gerais com a *teoria do conhecimento*, passando por questões filosóficas particulares com a *filosofia da ciência* até chegar à condição de *epistemologia aplicada*, há quem a considere uma disciplina *proteiforme* pois, segundo as necessidades, ela se apresenta enquanto "lógica", "filosofia do conhecimento", "sociologia", "filosofia", etc. (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.85). Diante desse problema, faz-se necessário organizar um quadro geral sobre as diversas concepções de epistemologia.

3.1 A epistemologia como teoria do conhecimento

Na condição de teoria do conhecimento, a epistemologia é a disciplina ou ramo da filosofia que se ocupa da investigação sobre a definição, origem, possibilidade, e valor do conhecimento humano. De acordo com Hessen (2003, p.22-23), a essência do conhecimento encontra-se estreitamente vinculada ao conceito de *verdade*: “Só o conhecimento verdadeiro é conhecimento efetivo. ‘Conhecimento não-verdadeiro’ não é propriamente conhecimento, mas erro e engano”. O problema do conhecimento encontra-se presente no pensamento filosófico desde seus primórdios, mas durante muito tempo permaneceu completamente inserido em contextos psicológicos e metafísicos (CHAUÍ, 2005; HESSEN, 2003). Os primeiros filósofos gregos afirmavam, por exemplo, “que a realidade (O Ser, a Natureza) é racional e que a podemos conhecer porque também somos racionais; nossa razão é parte da racionalidade do mundo, dela participando” (CHAUÍ, 2005, p.121). Devido à precedência milenar da metafísica, a teoria do conhecimento tornou-se uma disciplina filosófica somente a partir do século XVII, como reação dos filósofos modernos à filosofia medieval, a qual afirmava ser possível conhecer a verdade, desde que a razão não contradissesse a fé. O primeiro trabalho da filosofia moderna, portanto, foi desvincular fé e razão, tratando-as em domínios separados e sem nenhuma relação entre si (CHAUÍ, 2005).

3.1.1 A construção da teoria do conhecimento

Os primeiros filósofos modernos a iniciarem o exame da capacidade humana para a verdade e o erro foram o inglês Francis Bacon (1561-1626) e o francês René Descartes (1596-1650), mas deve-se ao inglês John Locke (1637-1704) a fundação da teoria do conhecimento propriamente dita (CHAUÍ, 2005; GRAYLING, 2002; HESSEN, 2003). Em 1671 ele escreve alguns esboços sobre a questão fundamental da extensão e dos limites do entendimento, que posteriormente será incorporada em sua obra mais famosa, o “Ensaio sobre o entendimento humano” (1690). Embora haja elementos metafísicos nesse livro, sua principal preocupação é epistemológica. O essencial de sua teoria consiste na defesa do empirismo contra o racionalismo cartesiano (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; HUISMAN, 2000; WOOLHOUSE, 2002).

A partir da contribuição de Bacon, Descartes e, especialmente, Locke, o problema do conhecimento torna-se crucial para a Filosofia, começando pelo exame da capacidade humana de conhecer. A teoria do conhecimento volta-se, então, para a relação entre o pensamento e as coisas, entre a consciência (interior) e a realidade (exterior) ou, em suma, para a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento (CHAUÍ, 2005; HESSEN, 2003). Posteriormente, o pensador alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) procurou refutar o ponto de vista epistemológico de Locke em “Novos ensaios sobre o entendimento humano” (1765), publicado postumamente. No Reino Unido, o irlandês George Berkeley (1685-1753), com seu “Tratado dos princípios do conhecimento humano” (1710) e o escocês David Hume (1711-1776), em sua obra principal “Tratado da natureza humana” (1739-1740) e em outra de menor dimensão, “Investigação sobre o entendimento humano” (1748) continuaram edificando sobre a base dos resultados obtidos por Locke (HESSEN, 2003; HUISMAN, 2000).

Há quem afirme ser o filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) o verdadeiro fundador da teoria do conhecimento em sua principal obra epistemológica, a “Crítica da razão pura” (1781), em que procura investigar *não* a gênese psicológica do conhecimento (como surge o conhecimento?), mas sim sua validade lógica: como é possível o conhecimento, sobre quais fundamentos, sobre quais pressupostos ele repousa? (HESSEN, 2003, p.15). Ao contrário de Hessen, Abbagnano (2000) atribui a Kant a responsabilidade de haver retirado o pedestal da teoria do conhecimento ao colocar em dúvida a validade de um de seus pressupostos fundamentais: que a consciência ou o sujeito devem ir para fora de si mesmos para apreender corretamente a realidade exterior, o que, em princípio, é impossível. Com Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), sucessor imediato de Kant, a teoria do conhecimento

aparece pela primeira vez intitulada “Teoria da ciência ou Doutrina da ciência” (1794)²⁹ (HESSEN, 2003; HUISMAN, 2000). Apesar de todas essas contribuições, a teoria do conhecimento continua procurando responder questões cruciais, para as quais ainda não encontrou solução definitiva, tais como: o que é o conhecimento? O conhecimento é possível? Qual a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento? Na literatura especializada, a abordagem sobre essas questões é organizada segundo os critérios estabelecidos por cada autor (ABBAGNANO, 2000; CHAUI, 2005; GRAYLING, 2002; HESSEN, 2003; MAGEE, 1999; MARTINO, 2003; NICOLA, 2005; ROHMANN, 2000; WILLIAMS, 2006). Entretanto, seja qual for o critério adotado, existem alguns problemas fundamentais que não podem ser ignorados: a) o problema da definição do conhecimento; b) o problema da origem do conhecimento e c) o problema da possibilidade do conhecimento.

3.1.2 O problema da definição de conhecimento

O que é o conhecimento? Como já havia afirmado Hessen (2003), a essência do conhecimento encontra-se estreitamente vinculada ao conceito de verdade. Essa afirmação vem ao encontro da definição estabelecida por Grayling (2002), para quem o conhecimento é uma *crença verdadeira justificada*, ou seja, parte da premissa que: 1) para conhecer algo se deve acreditar nisso; 2) a crença seja verdadeira e 3) a razão que se tem para acreditar em determinada crença precisa ser satisfatória à luz de algum critério, pois não se pode afirmar conhecer algo se as razões para acreditar nisso são arbitrárias ou casuais. Cada uma das três partes da definição – *crença, verdade e justificção* – expressa uma condição necessária para o conhecimento, e a tese é que, tomadas conjuntamente, são suficientes (ver figura 1). Trata-se, no entanto, de uma abordagem preliminar, a partir da qual propostas rivais são apresentadas como forma de adicionar outras condições ou de descobrir uma melhor formulação para o termo. Um dos grandes desafios nesse sentido consiste em definir claramente o que justifica uma determinada crença. Solucionar esse problema significa estabelecer, em última instância, a conexão correta entre a justificção, por um lado, e a crença e a verdade por outro (GRAYLING, 2002, grifos nossos).

²⁹ Esta obra apresenta, pelo menos, oito versões diferentes, sendo a mais conhecida a de 1794 (HUISMANN, 2000, p.524-525).

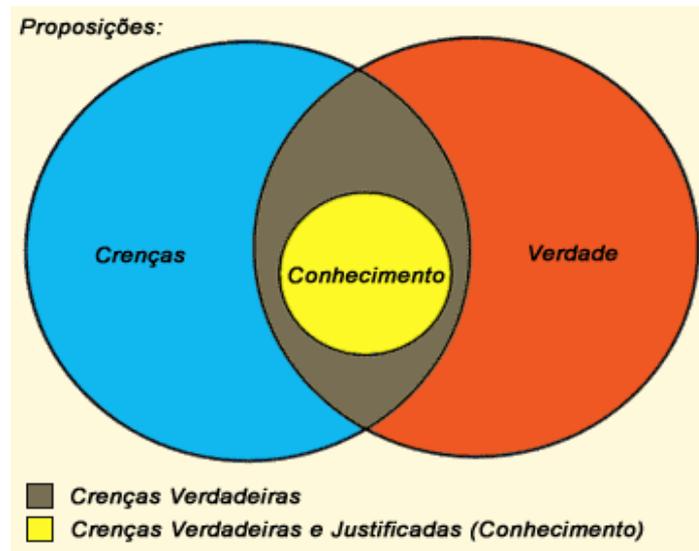


Figura 1 – Diagrama sobre o conhecimento. Fonte: Wikipédia, 2006

A teoria do conhecimento dispõe de, pelo menos, três versões diferentes para explicar o que seja uma “crença justificada”. A primeira delas é o *fundacionismo*, que emprega a metáfora de um edifício. De acordo com essa concepção, a maioria de nossas crenças requer o apoio de outras, mas essa cadeia de crenças não pode regredir ao infinito sem terminar numa crença fundacional. Entretanto, qual a razão para eximir uma crença fundacional de justificação? A pergunta continua em aberto. A insatisfação com o fundacionismo levou alguns epistemólogos a propor a *teoria da coerência*, ou *coerentismo*, para quem nossas crenças se apóiam mutuamente umas nas outras sem precisar que uma delas sustente as restantes. Tendo como base a noção de sistema, o coerentismo afirma que uma crença é justificada se for coerente com crenças inseridas num determinado conjunto já aceito, cujos elementos permanecem em relação mútua de consistência e com algum tipo de interdependência. Entretanto, ambas as teorias são consideradas “internalistas” por admitir a justificação somente nas relações internas entre as crenças – um conto de fadas coerente, por exemplo, pode não corresponder em ponto algum com a realidade externa. Surge então uma alternativa externalista para o problema da justificação, o *confiabilismo*, segundo o qual uma crença é justificada se ela se conecta, de modo confiável, com a verdade, principalmente se o critério de verdade estiver relacionado à relação causal entre uma crença e o objeto dessa crença (ALMEIDA, 2006; GRAYLING, 2002, p.42-46, grifos nossos).

3.1.3 O problema da origem do conhecimento

Paralelamente ao debate sobre a definição do conhecimento, há um outro sobre o a origem do conhecimento humano. De maneira geral, considera-se que a estrutura do sujeito cognoscente é dualista. O homem é um ser espiritual e sensível, o que corresponde, respectivamente, a dois pontos de vista epistemológicos: o *racionalismo* e o *empirismo*. O *racionalismo* (de *ratio*, razão) considera a razão o fundamento e a fonte do conhecimento verdadeiro. “O valor e o sentido da experiência sensível, bem como seu uso na produção de conhecimento dependem de princípios, regras e normas estabelecidos pela razão” (CHAUI, 2005, p.130). Neste caso, o paradigma do conhecimento é a matemática e a lógica, a partir das quais se chega às verdades necessárias pela intuição e pela referência racional. O conhecimento matemático, particularmente a geometria, impera com completa independência da experiência, na medida em que segue apenas suas próprias leis. Por isso, todos os juízos que formula distinguem-se pelas notas características da necessidade lógica e da validade universal (HESSEN, 2003; GRAYLING, 2002).

A manifestação mais antiga de racionalismo encontra-se em Platão (428/427-348/347 a.C), para quem os sentidos jamais fornecem um conhecimento genuíno, pois o mundo da experiência encontra-se em permanente mudança e modificação. “O que devemos aos sentidos não é uma *epistème*, mas uma *dóxa*: não um saber, mas meramente uma opinião” (HESSEN, 2003, p.50, grifos do autor). Na visão de Platão, para além do mundo sensível, existe um mundo supra-sensível, por ele denominado de mundo das idéias. Não se trata simplesmente de uma ordem lógica, mas também uma ordem metafísica, um reino de entidades reais. Uma derivação do racionalismo de Platão pode ser encontrada, durante a Idade Média, no pensamento de Santo Agostinho (354-430), que substitui o mundo das idéias pelo Deus pessoal. Neste caso, o conhecimento ocorre com o espírito humano sendo iluminado por Deus. Na Idade Moderna, o racionalismo alcança uma importância ainda maior em Descartes e Leibniz, continuador de sua obra. Para ambos os filósofos, o homem traz consigo certo número de conceitos inatos, fundadores do conhecimento, que não provém da experiência, mas constituem um patrimônio original de nossa razão. Mas enquanto para Descartes esses conceitos já estariam, de certa forma, prontos em nós, para Leibniz eles existem no ser humano apenas em germe, potencialmente. No século XIX, o racionalismo irá distinguir a origem psicológica da validade lógica do conhecimento, restringindo-se rigorosamente à fundamentação desta última (HESSEN, 2003, p.53).

A antítese do racionalismo é o *empirismo* (de *empeiria*, experiência), que afirma ser o fundamento e a fonte de todo e qualquer conhecimento a experiência sensível, “responsável pela existência das idéias na razão e controlando o trabalho da própria razão, pois o valor e o sentido da atividade racional dependem do que é determinado pela experiência sensível” (CHAUI, 2005, p.130). Neste caso, o paradigma do conhecimento é fornecido pela ciência natural, em que a observação e a experiência são essenciais para a investigação. Para o empirismo, a razão não possui nenhum patrimônio apriorístico, pois “a consciência cognoscente não retira seus conteúdos da razão, mas exclusivamente da experiência. Por ocasião do nascimento, o espírito humano está vazio de conteúdos, é uma *tabula rasa*, uma folha em branco sobre a qual a experiência irá escrever. Todos os nossos conceitos, mesmo os mais universais e abstratos, provém da experiência” (HESSEN, 2003, p.54-55). As primeiras concepções empiristas podem ser encontradas ainda na Antiguidade com os sofistas³⁰ e, posteriormente, com os estóicos³¹ (que formulam pela primeira vez a idéia da alma como uma *tabula rasa*) e com os epicuristas³². O desenvolvimento sistemático do empirismo ocorrerá na Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII com John Locke e seu sucessor, David Hume, que abandona os conceitos de substância e de causa. Assim como Locke, Hume reconhece no campo da matemática um conhecimento independente da experiência e, portanto, válido de modo universal. No século XIX o inglês John Stuart Mill (1806-1873) vai mais longe que seus antecessores ao vincular o conhecimento matemático à experiência (HESSEN, 2003; HUISMAN, 2000).

Na história da filosofia é possível encontrar diversas tentativas de mediação entre o racionalismo e o empirismo, começando por Aristóteles (384-322 a.C). Enquanto aluno de Platão, ele estava sob a influência do racionalismo, mas enquanto pesquisador da natureza por herança familiar, inclinava-se para o empirismo. Seguindo suas inclinações, ele deslocou o mundo platônico das idéias para a realidade empírica. A partir desse momento, as idéias não

³⁰ Os sofistas eram os mestres da retórica e da oratória na Grécia clássica, professores itinerantes que ensinavam sua arte aos cidadãos interessados em dominar melhor a técnica do discurso, instrumento político fundamental para os debates e discussões públicas. Foram combatidos por Sócrates, Platão e Aristóteles, que condenavam o relativismo dos sofistas e sua defesa da idéia de que a verdade é resultado da persuasão e do consenso entre os homens (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.252).

³¹ O estoicismo é a escola filosófica grega cujo nome deriva de *Stoa Poikilé*, um pórtico em Atenas, onde foi fundada por volta de 300 a.C, por Zenão de Cício. Sua doutrina consiste num sistema integrado pela lógica, pela física e pela ética, mas sua maior influência na tradição filosófica deve-se a seus princípios éticos de harmonia e equilíbrio baseados, em última análise, nos princípios que ordenam o próprio cosmo. A *ataraxia* (imperturbabilidade) é o sinal máximo de sabedoria e felicidade, já que representa o estado no qual o homem, impassível, não é afetado pelos males da vida (ABBAGNANO, 2000; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996).

³² Os epicuristas eram seguidores da escola filosófica de Epicuro de Samos (341 a.C – 270 c.C), fundada em 306 a.C, segundo a qual, na moral, o bem é o prazer, isto é, a satisfação de nossos desejos e impulsos de forma moderada, levando assim à tranqüilidade (ABBAGNANO, 2000; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996).

se encontram mais em um mundo a parte, mas passam a constituir o núcleo essencial e racional de todas as coisas, que as propriedades empíricas envolvem como uma membrana. Com este pressuposto metafísico, Aristóteles procura dar solução ao problema do conhecimento. Por meio dos sentidos, recebemos imagens perceptivas dos objetos concretos. Nessa imagem sensível está contida a idéia, a essência universal de todas as coisas, que pode ser extraída graças à razão humana. Essa teoria, conhecida como *intelectualismo*, será reorganizada na Idade Média por Tomás de Aquino (1225-1274), para quem os mais altos princípios do conhecimento estão fundamentados na experiência (HESSEN, 2003).

A mediação entre experiência e pensamento será continuada no século XVIII por Immanuel Kant, mas sob um ponto de vista diametralmente oposto ao do intelectualismo: o *apriorismo*. Como o nome dessa tendência sugere, nosso conhecimento apresenta elementos que são *a priori*, independentes da experiência. Essa afirmação é também colocada pelo racionalismo, mas a grande diferença entre ambos é que o racionalismo considera os fatores *a priori* como conteúdos, como conceitos completos, enquanto, para o apriorismo, esses fatores *não* são conteúdos, mas formas de conhecimento, que recebem seu conteúdo da experiência. Os fatores do apriorismo assemelham-se, num certo sentido, a recipientes vazios, que a experiência vai enchendo com conteúdos concretos³³. Nesse ponto, o apriorismo separa-se do racionalismo e aproxima-se do empirismo, mas de forma inversa a do intelectualismo. O intelectualismo deriva o fator racional do fator empírico. Todos os conceitos provêm, segundo essa visão, da experiência. O apriorismo recusa essa derivação, ao atribuir à razão o papel de levar as formas *a priori* até o material da experiência e determinar os objetos de conhecimento. Ou seja, parte do princípio que o pensamento não se comporta receptiva e passivamente em face da experiência como no intelectualismo, mas espontânea e ativamente (HESSEN, 2003).

3.1.4 O problema da possibilidade do conhecimento

A existência de diferentes visões relacionadas à origem do conhecimento, como o racionalismo, o empirismo, o intelectualismo e o apriorismo leva a uma preocupação central:

³³ Em analogia contemporânea, os fatores do apriorismo seriam algo semelhante ao software utilizado na elaboração deste texto, ainda que softwares não sejam o melhor exemplo de neutralidade. A esse respeito ver o interessante artigo de Abel Reis, *A interface cultural do Power Point*, publicado na edição eletrônica da revista *Trópico*. Texto disponível em <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2731,1.shl>>, acessado em 19-04-2006. No entanto, de acordo com Giddens (1998), até mesmo as categorias filosóficas mais abstratas não estão isentas de valores.

o conhecimento é mesmo possível? Diante dessa questão existem, pelo menos, cinco posições epistemológicas: o dogmatismo, o ceticismo, o criticismo, o relativismo e o pragmatismo.

O dogmatismo

O *dogmatismo* (do grego *dóigma*, doutrina estabelecida) é a postura epistemológica que professa a capacidade humana de atingir a certeza absoluta. Sob esta perspectiva, o problema do conhecimento não chega nem a ser levantado, na medida em que a possibilidade e a realidade do contato entre sujeito e objeto são pura e simplesmente pressupostas. (HESSEN, 2003; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996). De acordo com Hessen (2003, p.29), o dogmático “não vê que o conhecimento é, essencialmente, uma relação entre sujeito e objeto. Ao contrário, acredita que os objetos de conhecimento nos são dados como tais, e não pela função mediadora do conhecimento (e apenas por ela)”. O dogmatismo é considerado, tanto psicológica quanto historicamente, o primeiro e mais antigo dos pontos de vista, podendo ser aplicado aos domínios da teoria, da ética e da religião. No período inicial da filosofia grega essa visão predominou de modo quase generalizado devido à confiança ingênua dos filósofos pré-socráticos na razão humana. Este cenário começou a mudar com os sofistas, que levantaram pela primeira vez o problema do conhecimento, tornando o dogmatismo, tomado em sentido estrito, para sempre impossível no campo da filosofia (HESSEN, 2003). Enquanto postura filosófica, o dogmatismo opõe-se ao ceticismo.

O ceticismo

O *ceticismo* (do grego *skeptikós*, aquele que investiga) é a doutrina filosófica segundo a qual o espírito humano não pode atingir nenhuma certeza a respeito da verdade, sendo o conhecimento impossível ou, pelo menos, duvidoso (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; LALANDE, 1999, ROHMANN, 2000). Na opinião de Grayling (2002, p.47), a descrição do ceticismo como a tese de que nada pode ser conhecido é equivocada, pois se não sabemos nada, então não sabemos que não conhecemos nada e assim a tese destrói a si mesma. Essa posição estaria mais próxima de um dogmatismo negativo do que propriamente do ceticismo (MARCONDES, 2001). Diante desse problema, é mais útil considerar o ceticismo como um questionamento dirigido contra as pretensões do conhecimento, na forma de um pedido de justificação dessas pretensões (GRAYLING, 2002, p.47).

Embora existam diversas posições filosóficas na Antiguidade consideradas como céticas, historicamente o ceticismo surge na filosofia grega com Pirro de Élis (360-270 a.C.). Segundo a tradição filosófica, Pirro e seu mestre Anaxarco de Abdera teriam acompanhado os exércitos de Alexandre (356-323 a.C) até a Índia, onde haveriam entrado em contato com os *gimnosofistas* (os “sábios nus”, possivelmente faquires e mestres iogues), sendo por eles influenciados quanto à prática do distanciamento e da indiferença às sensações. Essa possível influência parece estar presente na solução encontrada por Pirro diante da impossibilidade de saber qualquer coisa com certeza: a suspensão do juízo (*époche*) em busca da *ataraxia*, ou seja, da imperturbabilidade (MARCONDES, 2001; ROHMANN, 2000). A lógica do ceticismo pirrônico é explicada por Marcondes (2001, p. 97) através da seguinte seqüência:

- 1) **Zétesis** (busca) – Os filósofos em busca da verdade se defrontam com uma variedade de posições teóricas (o dogmatismo).
- 2) **Diaphonia** (conflito) – Essas posições encontram-se em conflito (*diaphonia*), uma vez que são mutuamente excludentes, cada uma se pretendendo a única válida.
- 3) **Isosthenia** (eqüipolência) – Dada à ausência de critério para a decisão sobre qual a melhor das teorias, já que os critérios dependem eles próprios das teorias, todas se encontram no mesmo plano, dando-se assim a *isosthenia*, ou eqüipolência.
- 4) **Époche** (suspensão) – Diante da impossibilidade de decidir, o cético suspende o juízo e, ao fazê-lo, descobre-se livre de inquietações.
- 5) **Ataraxia** (imperturbabilidade) – Sobrevém assim a imperturbabilidade (*ataraxia*) almejada.

Uma forma de ceticismo menos radical pode ser encontrada nos sucessores de Platão na Academia. Eles concordavam com Pirro que a certeza nos escapa, mas moderaram sua visão, aceitando algumas exigências práticas da vida: não consideraram pertinente a suspensão do juízo e argumentaram que devemos aceitar as proposições ou teorias que são mais prováveis (GRAYLING, 2002). No período medieval o ceticismo será praticamente ignorado devido à sua refutação por Santo Agostinho em seu diálogo “Contra acadêmicos” (386). Mas ressurgirá com bastante força no Renascimento, como parte do movimento de volta aos clássicos, quando passará a adquirir significados mais específicos. Talvez o filósofo mais importante desse período seja o francês Michel de Montaigne (1533-1592), cuja visão cética presente em “Apologia de Raymond Sebond”, um dos capítulos mais significativos de seus “Ensaio” (1570-1580), possui uma dimensão mais ética do que epistemológica, ao

defender um ideal de vida equilibrado e moderado. O pano de fundo histórico para essa posição foram as constantes guerras entre católicos e protestantes, que levaram Montaigne à adoção de uma atitude de tolerância religiosa. Segundo ele, a fé não necessita de defesa racional ou de argumentos a seu favor, por se tratar de uma experiência do indivíduo. Não havendo argumentos racionais para defendê-la, não há, portanto, porque defender uma determinada religião contra outras em um sentido tão radical que leve à guerra, à morte e à destruição (MARCONDES, 2001).

O individualismo e subjetivismo defendidos por Montaigne será o ponto de partida de vários filósofos do século XVII. Diante de um mundo de incertezas, o homem refugia-se dentro de si. Foi assim que agiu Descartes ao investigar a natureza e as fontes do conhecimento: duvidar de tudo. A dúvida cartesiana é considerada tributária da noção cética de suspensão do juízo (*époché*). Por outro lado, ele acredita na existência de uma verdade cognoscível, embora considere que nada se pode supor sem provas. Nesse caso, trata-se de um ceticismo apenas metódico, e não de princípio. No sentido oposto, Hume retoma o ceticismo radical colocando que o conhecimento nada mais é que costume e hábito mental. Ao acreditar na impossibilidade de refutação do ceticismo, Hume afirma que não deveríamos ficar perturbados com isso, pois a natureza humana é constituída de tal modo que simplesmente não podemos deixar de ter crenças que o ceticismo nos desafia a justificar. Essa afirmação será considerada um escândalo por Kant, que buscará uma solução para o problema (GRAYLING, 2002; HESSEN, 2003; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; MARCONDES, 2001; ROHMANN, 2000). Diante das questões colocadas pelo ceticismo, Grayling considera que a melhor maneira de compreendê-lo “é como um *desafio*, não como uma *afirmação* de que não conhecemos ou não podemos conhecer nada; e a melhor maneira de responder ao ceticismo não é tentar refutá-lo argumento por argumento, mas mostrando como adquirimos justificação para nossas crenças” (GRAYLING, 2002, p.60, grifos do autor).

O criticismo e seus desdobramentos

O ponto intermediário entre o dogmatismo e o ceticismo é o *criticismo* (do grego *krínein*, examinar, por à prova), ao designar toda doutrina que faz da análise do conhecimento a condição prévia da pesquisa filosófica (HESSEN, 2003; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996). Introduzido na filosofia por Kant em sua obra “A crítica da razão pura”, o criticismo compartilha com o dogmatismo uma confiança inquestionável na razão humana, mas aproxima-se do ceticismo ao colocar à prova toda afirmativa dessa mesma razão, nada

aceitando inconscientemente. Trata-se de um meio termo entre a temeridade dogmática e o desespero cético (HESSEN, 2003). Sob essa perspectiva, a *crítica* é definida como a atitude filosófica por meio da qual a razão empreende o conhecimento de si, de forma a garantir suas pretensões legítimas, mas condenando aquelas que não têm fundamento. Em metáfora de ordem jurídica, a análise crítica dos fundamentos do saber compara-se a um tribunal, onde o juiz e o imputado são a mesma pessoa (ABBAGNANO, 2000; NICOLA, 2005).

O pensamento kantiano, em analogia estabelecida pelo próprio autor, representa para a filosofia o que a revolução copernicana representa para a ciência. Assim como Copérnico deslocou o Sol da periferia para o centro do sistema astronômico, Kant deslocou a razão humana para o centro do pensamento filosófico, até então ocupado pela preocupação com a realidade exterior. Ao contrário dessa visão, Kant atribui aos esquemas mentais o papel de determinar o que podemos conhecer do objeto. Eles funcionariam como uma espécie de filtro ou de óculos, selecionando as modalidades de realidade que podem ser acolhidas pela mente. Ou seja, no conhecimento, o homem não apreende as coisas tais como são “em si”, na medida em que as submete à sua própria lei, isto é, às formas *a priori*³⁴ da sensibilidade (espaço e tempo) e das categorias de seu entendimento (quantidade, qualidade, relação e modalidade). Em sua tentativa de sintetizar o racionalismo e o empirismo, Kant faz a distinção entre o mundo dos *fenômenos*, isto é, a realidade tal como é organizada pela razão, e o mundo dos *númenos*, ou seja, a realidade ou a coisa em si (*ding an sich*), a qual não temos acesso. A revolução filosófica de Kant transformou a própria teoria do conhecimento em metafísica e mostrou que o sujeito do conhecimento não é o sujeito psicológico individual, mas uma estrutura universal, idêntica para todos os seres humanos em todos os tempos e lugares (CHAUÍ, 2005; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; MAGEE, 1999; NICOLA, 2005; ROHMANN, 2000).

³⁴ Em sua origem etimológica, *a priori* é a expressão latina utilizada para designar algo que seja anterior à experiência; opõe-se à expressão *a posteriori*, que significa posterior à experiência, o que é estabelecido e afirmado em virtude da experiência (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.14). De acordo com Abbagnano (2000, p.76-77), esses dois termos foram utilizados como elementos de três distinções. A primeira remonta à Escolástica e distingue a demonstração que vai da causa ao efeito e a que vai do efeito à causa. A segunda distinção surge a partir do século XVII, estando inicialmente relacionada ao empirismo inglês. Neste caso, distinguem-se os conhecimentos que podem ser obtidos mediante o exercício da razão pura e os conhecimentos que podem ser obtidos com a experiência. Sob a influência do racionalismo, Kant propôs a noção de *a priori* como conhecimento independente da experiência, mas não precedente (no sentido cronológico) à própria experiência. Essa expressão foi posteriormente aperfeiçoada por ele, distinguindo-a dos conhecimentos *a priori puros* que, além de não dependerem absolutamente de nenhuma experiência, são desprovidos de qualquer elemento empírico. Enquanto o *a priori*, para Kant, designa a *forma* do conhecimento, o *a posteriori* designa o *conteúdo* do conhecimento. O idealismo romântico corrigiu a noção kantiana de *a priori* no sentido de admitir que todo saber é apriorístico, ou seja, inteiramente produzido pela atividade produtiva do eu. A terceira distinção, encontrada na filosofia contemporânea, nega o *a priori* kantiano e o *a priori* do idealismo romântico, entendendo-o simplesmente, na maior parte das vezes, como enunciado tautológico ou analítico, enquanto o *a posteriori* seria a verdade empírica.

A filosofia kantiana exerceu enorme influência sobre diversos pensadores e correntes filosóficas que procuraram ampliá-la, renová-la ou contestá-la. A grande ruptura com essa perspectiva se deve a Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), cujo pensamento, extremamente complexo, é considerado o último grande sistema da tradição clássica (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996). Sua tese central é muito parecida com a de Heráclito (540-480a.C), ao afirmar que o entendimento de qualquer área da realidade envolve a compreensão de um processo de mudança (MAGEE, 1999). A partir desta premissa, Hegel considera que a análise transcendental da consciência proposta por Kant é equivocada ao ignorar a origem e o processo de formação dessa consciência, tomando-a como dada e analisando-a em abstrato. Kant também se enganou ao afirmar que a razão conhece apenas fenômenos e não a realidade em si, pois, segundo Hegel, a razão é a unidade necessária do objetivo e do subjetivo, existindo uma coincidência entre a realidade e a racionalidade – o real é o racional e o racional é o real. A essa unidade Hegel atribui o nome de *espírito absoluto*. Entretanto, “a razão não tem como ponto de partida essa unidade, mas a tem como ponto de chegada, como *resultado* do percurso histórico ou temporal que ela própria realiza” (CHAUÍ, 2005, p.80, grifo da autora). Desta forma, o mundo é o desdobramento progressivo de uma espiritualidade racional que se exprime inconscientemente na natureza e conscientemente no homem (NICOLA, 2005, p.354). Trata-se de um processo de mudança, denominado por Hegel de processo dialético, ou simplesmente dialética, caracterizado por elementos conflitantes e produto da operação de forças históricas sobre as quais o indivíduo não possui nenhum poder. Mesmo quando se trata de criatividade individual, a pessoa é envolvida pelo espírito de seu tempo (*Zeitgeist*) (MAGEE, 1999).

A mediação entre os pensamentos de Kant e Hegel ocorrerá entre o final do século XIX e início do século XX com a filosofia de Edmund Husserl (1859-1938) – a *fenomenologia*³⁵ –, que reúne os principais significados da palavra *fenômeno* em ambos os autores. Em sua proposta, Husserl conserva a afirmação kantiana de que não conhecemos a realidade em si, mas apenas como ela aparece estruturada e organizada *a priori* pela razão. De Hegel, retém a visão da fenomenologia como a descrição do que aparece à consciência e a descrição do aparecer da consciência para si mesma. O resultado dessa articulação é que

³⁵ O termo *fenomenologia* foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo alemão Johann Heinrich Lambert (1728-1777), como título da 4ª parte do seu “Novo Organon” (1764), para designar o estudo das fontes de erro, sendo a aparência entendida como ilusória. Essa denominação também pode ser encontrada em Kant (1724-1804), particularmente em sua obra “Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza” (1786) e em Hegel (1770-1831) que a emprega em sua “Fenomenologia do espírito” (1807). No caso de Husserl, a fenomenologia se refere à corrente filosófica por ele fundada em sua obra “Investigações lógicas” (1900-1901) e em “Idéias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica” (1913) (ABBAGNANO, 2000; HUISMANN, 2000; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; MARCONDES, 2001).

Husserl propõe a fenomenologia como a investigação sistemática da consciência e de seus objetos. Para que isso seja possível, ele sugere, de forma renovada, a velha solução encontrada pelos céticos: a suspensão do juízo (*époché*), colocando “entre parêntesis” todas as nossas concepções, hábitos e convicções sobre o mundo para podermos olhar a realidade com os olhos livres³⁶. Essa estratégia permitiria, segundo o autor, descrever as atividades da consciência ou da razão como um poder *a priori* de constituição da própria realidade. Para Husserl, os objetos se definem precisamente como correlatos de estados mentais, sem haver distinção entre aquilo que é percebido e nossa percepção. Assim como no criticismo de Kant, a fenomenologia de Husserl dessubstancializa o sujeito do conhecimento ao considerar a consciência não uma substância pensante ou alma e sim uma atividade, um ato intencional (CHAUÍ, 2005; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; MARCONDES, 2001; NICOLA, 2005; STEVENSON, 2001).

Segundo Chauí (2005), ainda que na trajetória da filosofia a consciência tenha deixado de ser uma substância e se transformado numa atividade, um aspecto importante foi conservado desde Descartes até Husserl: o sujeito do conhecimento é uma realidade distinta e separada da realidade do objeto do conhecimento. Ou seja, a consciência é um modo de existir ou um modo de ser ontologicamente diferente das coisas. Essa dicotomia gerou duas posturas filosóficas diferentes. Segundo o *realismo ontológico*, que prevaleceu até época de Kant, se for eliminado o sujeito ou a consciência, restam as coisas em si mesmas, a realidade verdadeira. Para o *idealismo* kantiano, ao contrário, se forem eliminados as coisas ou o *númeno*, resta a consciência ou o sujeito. A superação desse problema filosófico milenar será proposta por Martin Heidegger (1889-1976) e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). Para esses dois filósofos, se a consciência for eliminada não resta nada, pois as coisas existem para nós, para uma consciência que as percebe. Se as coisas forem eliminadas, também não sobra nada, pois não é possível viver sem o mundo nem fora dele. Uma concepção ainda mais ousada será encontrada em filosofias como a de Michel Foucault (1926-1984), para quem o sujeito e o objeto não possuem existência física ou metafísica, mas puramente lingüística, como lugares e posições disponíveis e móveis num discurso (CHAUÍ, 2005; FOUCAULT, 2002).

³⁶ Ao comparar as concepções de *epoché* na fenomenologia e no ceticismo, Ubaldo Nicola (2005, p.459) afirma que “ao contrário da *epoché* cética, a fenomenológica não pretende demonstrar a inexistência de uma verdade qualquer, mas, ao contrário, demonstrar que o exercício da dúvida metódica e a suspensão de todo saber positivo já adquirido são instrumentos de higiene mental”. A propósito, é interessante notar como a fenomenologia marcará posteriormente, na Filosofia das ciências, o pensamento de autores como Gaston Bachelard (1884-1962), para quem “o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização” (BACHELARD, [1938] 1996, p.17).

O Relativismo

Enquanto o *dogmatismo* acredita na capacidade humana de atingir a certeza absoluta, o *ceticismo* professa que não há verdade alguma e o *criticismo* aposta na capacidade da razão humana de inquirir a si própria, o *relativismo* (do latim *relativus*, relativo) considera todo conhecimento dependente de fatores circunstanciais, não existindo, portanto, qualquer validade geral ou verdade absoluta. Neste sentido, o relativismo é considerado uma espécie de ceticismo. Sua tese fundamental é expressa na conhecida proposição de Protágoras (séc. V a.C) “*pánton khremáton métron ánthropos*”: o homem é a medida de todas as coisas, ou seja, julgamos o mundo mais pelos preconceitos e pelas nossas percepções do que por suas qualidades objetivas (HESSEN, 2005; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; ROHMANN, 2000). Apesar dessa origem remota, Abbagnano (2000) considera o relativismo um fenômeno moderno ligado à cultura do século XIX, mas que será adotado no século XX como uma espécie de subversão da filosofia dogmática.

Abbagnano (2000) e Hessen (2003) atribuem ao ideólogo alemão Oswald Spengler (1880-1936) a verdadeira paternidade do relativismo, expresso em seu livro “A decadência do Ocidente” (1918-1922). Nessa obra, Spengler afirma não apenas a relatividade do conhecimento, “mas também de todos os valores fundamentais da vida humana nas épocas da história consideradas como entidades orgânicas, cada uma das quais cresce, desenvolve-se e morre sem relação com a outra” (ABBAGNANO, 2000, p.845-846). Da mesma forma, cada cultura possui seu próprio critério, cuja validade começa e termina com ela, não havendo moral humana universal. Entretanto, apesar da paternidade atribuída à Spengler, o relativismo também pode ser concebido sob uma perspectiva kantiana. Neste caso, o conhecimento humano é relativo porque a “existência não é cognoscível em si própria, absolutamente, mas apenas nos seus modos ou fenômenos”, ou seja, “não se podem conhecer as coisas, mas apenas as relações” (LALANDE, 1999, p.945). No âmbito científico, o relativismo é a atitude daquele que considera a inexistência de verdade definitiva nas ciências, por se tratar de uma construção inteligível do mundo sempre aproximativa (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996).

O pragmatismo

O *pragmatismo* (do grego *prâgma*, a ação que se faz) é uma concepção filosófica, desenvolvida nos Estados Unidos entre fins do século XIX e início do século XX, mantida em diferentes versões (ROHMANN, 2000, p.317). Até então, a filosofia ocidental era

exclusivamente européia (OLIVER, 1998, p.138). De forma geral, essa concepção pode ser considerada uma espécie de ceticismo positivo (HESSEN, 2003) ao encarar o conhecimento como uma atividade prática (MAGEE, 1999, p.186), ou mesmo como um instrumento a serviço da atividade (LALANDE, 1999, p.839), a partir da qual é possível compreender as questões de significado e verdade. Seus principais representantes são Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952). Costuma-se considerar o ensaio de Peirce “Como tornar as nossas idéias claras” (*How to make our ideas clear*), publicado em janeiro de 1878, o primeiro texto importante sobre a doutrina pragmática (LALANDE, 1999; MAGEE, 1999; ROHMANN, 2000), embora em novembro do ano anterior ele já houvesse publicado “A fixação da crença” (*The fixation of belief*)³⁷ – ambos no *Popular Science Monthly* – artigo esse também considerado importante (NICOLA, 2005).

Em “A fixação da crença” Peirce examina os processos de formação de nossas convicções, colocando inicialmente que, assim como o avestruz esconde a cabeça na areia para não ver o perigo, o homem também procurar evitar toda evidência contrária às suas crenças. Para além das principais estratégias mentais adotadas na formação das convicções (os métodos da tenacidade, autoridade e metafísico), o método científico seria, de acordo com Pierce, o único capaz de admitir a possibilidade de erro e se autocorrigir. A aplicação desse método, porém, torna necessário deslocar a atenção para as conseqüências de uma teoria, para os resultados concretos a que ela conduz. De acordo com Nicola (2005, p.441), esta passagem é fundamental para a compreensão do Pragmatismo, “que seria a aplicação do método científico aos problemas filosóficos: a verdade de qualquer afirmação consiste nas conseqüências a que dá lugar e por estas deve ser julgada”.

Curiosamente, a palavra *pragmatismo* não se encontra presente nesses ensaios e parece ter sido impressa pela primeira vez num texto publicado por William James vinte anos mais tarde (LALANDE, 1999, p.837; SILVA FILHO, 2004, p.75). Algum tempo depois Peirce substituiu o termo original por *pragmaticismo*, dissociando-se publicamente da interpretação fornecida por seu amigo James e por outros autores. Desta forma, Peirce acabou distinguindo duas versões fundamentais de pragmatismo: a primeira, defendida por ele e denominada de pragmatismo metodológico (ABBAGNANO, 2000) ou pragmatismo reformista (HAAK, 2002), e a segunda, defendida por William James, denominada de pragmatismo metafísico (ABBAGNANO, 2000) ou pragmatismo revolucionário (HAAK, 2002). De acordo com Haak

³⁷ Uma tradução portuguesa do texto “A fixação da crença”, por Anabela Grandim Alves, encontra-se disponível na internet em: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:Ze5oDtcYuCMJ:www.dce.ufal.br/texts/texts_several/009.doc+%22a+fixa%C3%A7%C3%A3o+da+cren%C3%A7a%22>. Acesso em: 30 mai.2006 às 14:20.

(2002) essas duas versões possuem em comum a aspiração de libertar a filosofia de seus excessos metafísicos e, mais especificamente, dos limites artificiais da teoria cartesiana do conhecimento. Diferentemente de Descartes, Peirce não acreditava na existência de uma faculdade como a intuição, na qual se possa basear o critério de clareza e distinção. “Em espírito marcadamente darwiniano, Peirce vê a crença humana em continuidade com a expectativa animal, a investigação humana em continuidade com as explorações que os animais fazem de seu ambiente”. Desta forma, “a base primitiva da mais sofisticada atividade humana, a investigação científica, é um processo homeostático pelo qual o organismo luta para voltar ao equilíbrio, um processo interrompido quando se atinge um novo hábito, uma crença revista” (HAAK, 2002, p.644).

O pragmatismo de Peirce é denominado *metodológico e reformista* por estar mais preocupado com a avaliação pragmática das idéias, isto é, à luz de suas conseqüências experimentais, e menos em definir o que seja a verdade ou a realidade. Segundo esse filósofo, a idéia de um objeto é a idéia de seus efeitos sensíveis, sendo função do pensamento produzir hábitos de ação – ou seja, *crenças*. “A regra proposta por Peirce era, portanto, sugerida pela exigência de achar um procedimento experimental ou científico para fixar as crenças”, afirma Abbagnano (2003, p.784). Na opinião de Magee (1999), a originalidade do pensamento de Peirce encontra-se em rejeitar o conhecimento como um fato impessoal – visão aceita pelos cientistas durante cerca de dois séculos e meio –, isto é, para ele adquirimos nosso conhecimento como participantes, não como espectadores, pois também fazemos parte do mundo. Além do mais, o conhecimento científico não é um corpo de certezas, mas de explicações, e seu crescimento consiste em substituir as explicações existentes por outras melhores. Essas idéias vieram depois a ser compartilhadas por escolas geralmente consideradas opostas, entre elas o pensamento de Heidegger e o moderno existencialismo que se seguiu a ele, bem como a epistemologia de Karl Popper. Segundo Haak (2002), o pensamento de Peirce não exclui inteiramente a metafísica, mas antes discrimina a metafísica ilegítima, pragmaticamente desprovida de significado, da metafísica “científica”, que utiliza o método da ciência, observação e raciocínio. Neste sentido, o pensamento peirciano é admitido pelo próprio autor como um tipo de positivismo (HAAK, 2002, p.643).

Enquanto o pragmatismo de Peirce caracteriza-se por uma concepção metodológica mais preocupada com o problema do significado, o pragmatismo de James é considerado metafísico e revolucionário por se ocupar com o problema da verdade. Na medida em que o conhecimento é um instrumento a serviço da atividade e o pensamento possui um caráter essencialmente teleológico, “a verdade de uma proposição consiste na concordância do

pensamento com os objetivos práticos do homem” (LALANDE, 1999; HESSEN, 2003, p.40) – ou seja, naquilo, que provar ser útil, bem-sucedido, benéfico ou satisfatório na conduta prática. Sob esse ponto de vista, até mesmo “as crenças religiosas, as quais, em princípio, não podem ser verificadas ou falseadas, poderiam ser legitimadas devido a seu efeito salutar sobre a vida daquele que crê” (HAAK, 2002, p.647). Desta forma, a concepção de William James conduz a dois extremos de um mesmo dilema, entre os quais é possível situar a diversidade de sentidos da palavra pragmatismo. De um lado, encontra-se o pragmatismo mais cético, em que o êxito é entendido no sentido de um proveito ou de uma aprovação qualquer, obtida por aquele que adere a uma proposição. Neste caso, “a noção de verdade é inteiramente absorvida pela de interesse individual: uma mentira útil é uma verdade; o que é erro para um é, com o mesmo fundamento, verdade para outro” (LALANDE, 1999, p.839). No extremo oposto, encontra-se um pragmatismo mais próximo do racionalismo, em que o êxito é entendido como o “acordo espontâneo dos espíritos sobre aquilo que verificam os fatos objetivos, constatados em comum” (LALANDE, 1999, p.839).

Assim como Peirce, James considera que não é exatamente falso, mas inadequado afirmar que a verdade é a correspondência com a realidade. “A diferença entre crenças verdadeiras e falsas é que as verdadeiras são verificáveis, conduzem-nos de maneira bem-sucedida. O verdadeiro, diz James, é o satisfatório, o útil, o eficaz no caminho da crença. As crenças verdadeiras *funcionam*” (HAAK, 2002, p.648, grifo da autora). Mas enquanto Peirce recorre à formulação de gêneros e leis abstratas para definir a verdade como “a opinião que está fadada a receber a adesão de todos os que investigam” (PEIRCE, apud HAAK, 2002, p.649), James prefere concentrar-se em verdades particulares ou concretas. No entanto, “verdades concretas” não são, necessariamente, *verdades*, uma vez que podem revelar-se falsas com o tempo. Entre Peirce e James encontra-se John Dewey, que concorda com a noção de verdade do primeiro, mas que tende a salientar o concreto em vez do abstrato, a exemplo do segundo. Entretanto, na medida em que a verdade concreta não é de fato *verdade*, Dewey prefere substituir a palavra “verdadeiro” pelo conceito de assertibilidade justificada. Além disso, Dewey suspeita dos dualismos filosóficos, tais como objeto-sujeito, mente-corpo, teoria-prática. Para esse autor, “o conhecimento não se dá de modo isolado da prática, mas é ele próprio um tipo de prática – a ser considerada, com outras práticas, pelo sucesso no fim que se propõe, mais do que por algum suposto padrão de precisão da reflexão sobre seus objetos” (HAAK, 2002, p.650).

3.2 A epistemologia como filosofia da(s) ciência(s)

Enquanto prolongamento da reflexão gnosiológica, o termo que designa esta abordagem pode ser grafado tanto no singular quanto no plural, conforme a fonte de referência. No sentido estrito de Lalande (1999, p.313), citado anteriormente, a filosofia das ciências refere-se ao “estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências”. No sentido amplo, entretanto, ela costuma indicar todas as possibilidades, conjunto de questões e modos efetivos pelos quais a filosofia toma a ciência ou as ciências como objeto. Essa definição proposta por Martino (2003) e por Quintanilla³⁸ (1996) parece fazer sentido quando se verifica que a tradição anglo-saxã incorpora à *filosofia da ciência* a epistemologia e a metafísica da ciência (PAPINEAU, 2002). Levada às últimas conseqüências, essa disciplina poderia incluir, em tese, os demais ramos filosóficos, ou seja, a ética, a estética e a lógica da ciência. Entretanto, a concepção de Martino não acompanha, de forma direta, esse raciocínio. Para ele, os problemas indicados pela *filosofia das ciências* são agrupados da seguinte maneira: a) epistemologia; b) filosofia das ciências (sentido estrito) e c) gnosiologia. Quintanilla, por sua vez, elenca os seguintes problemas e métodos da *filosofia da ciência*: a) aqueles relativos à estrutura e natureza das teorias científicas; b) aqueles referentes ao desenvolvimento da ciência e aos procedimentos científicos da pesquisa científica e c) outros problemas e perspectivas.

Quando comparada à concepção anglo-saxã, a proposta de Martino para a *filosofia das ciências* pode ser considerada muito mais abrangente ao incluir a *gnosiologia*, que contempla, em algumas de suas definições, diversas formas de conhecimento e não apenas a ciência. Por outro lado, a *epistemologia*, segundo a visão de Martino, deixa de ser sinônimo de *filosofia das ciências*, em sentido amplo, para se constituir apenas em uma de suas partes. Neste caso, a epistemologia deveria se ocupar de problemas tais como: 1) o exame da *linguagem* da ciência e dos pressupostos básicos do trabalho científico; 2) a sondagem dos princípios *ontológicos*, metodológicos e *lógicos* da ciência; 3) a classificação e a relação entre as diversas disciplinas do saber de tipo científico. Enquanto isso, a *filosofia das ciências*, em sentido estrito, estaria preocupada com: 1) a problematização da correspondência das verdades científicas com o mundo; 2) a análise da evolução do conhecimento científico e 3) os problemas *éticos* surgidos da produção e da aplicação do conhecimento científico

³⁸ Martino prefere utilizar o termo *filosofia das ciências* embora sua definição utilize a palavra ciência no singular. Quintanilla adota o termo *filosofia da ciência* no singular e sua definição também inclui a palavra ciência no singular.

(MARTINO, 2003, p.78-79, grifos meus). O resultado dessa comparação é que a concepção de Martino sobre *filosofia das ciências*, em sentido amplo, encontra-se propícia a incorporar os principais ramos da filosofia – ética, epistemologia, metafísica e lógica – com exceção da estética, não citada explicitamente.

Mesmo adotando critérios de classificação diferentes dos de Martino, Quintanilla também incorpora os principais ramos da filosofia em sua concepção de filosofia da ciência. Para as duas categorias iniciais por ele criadas (a - problemas relativos à estrutura e natureza das ciências e b – problemas referentes ao desenvolvimento da ciência e aos procedimentos científicos da pesquisa científica) ele propõe os seguintes tipos de problemas: *lógicos*, *semânticos* e *metodológicos*. Para a primeira categoria ele acrescenta ainda os problemas *ontológicos* e *epistemológicos*. Na terceira categoria (c – outros problemas e perspectivas) ele insere problemas específicos de cada ciência ou tipos de ciência, além de questões relativas à ciência como instituição social – *éticas*, *sociais*, *políticas* etc. – ainda que abordadas estritamente sob a perspectiva filosófica (QUINTANILLA, 1996, p. 48-51, grifos meus).

Além dessas concepções é possível encontrar outra visão sobre a abordagem do conhecimento no âmbito da filosofia, representada pelo pensamento de Hessen (2003). Aqui o autor faz a diferenciação entre *lógica* e *teoria do conhecimento*, estando a primeira preocupada com os princípios formais do pensamento e a segunda com a verdade do pensamento em sua relação com o objeto. De acordo com o autor, ambas as disciplinas são integrantes da *teoria da ciência*, por ele considerada uma das partes da filosofia, que inclui ainda a teoria do valor (segmentada em ética, estética e filosofia da religião) e a teoria da visão de mundo (decomposta em metafísica e teoria da visão de mundo em sentido estrito). Em *A construção das ciências*, Gerard Fourez (1995) corresponde a *filosofia da ciência* ao domínio da *lógica* em seu sentido mais amplo, ou seja, como o estudo da maneira pela qual os saberes humanos se estruturam e podem ser considerados como válidos. Sob esta visão, a *epistemologia* seria uma parte da filosofia da ciência que considera a maneira pela qual os saberes se organizam. A ética é também por ele abordada, mas tratada como conhecimento filosófico à parte da filosofia da ciência.

3.3 A epistemologia como ciência autônoma ou metaciência

A concepção da epistemologia como ciência autônoma é um dos temas que mais gera controvérsia, porque se encontra no cerne das discussões sobre o estatuto dessa disciplina. Segundo Japiassú (1991, p.23), esse estatuto “está longe de poder ser definido, tanto em

relação às ciências, entre as quais pretende instalar-se como disciplina autônoma, quanto em relação à filosofia, de que insiste em separar-se”, o que seria um equívoco. Para ele, uma das razões de ser da epistemologia é postular a filosofia “como uma das exigências fundamentais de qualquer olhar crítico e reflexivo sobre as ciências que se vêm criando e transformando o mundo através de produtos que não cessam de lançar em nossa cultura” (JAPIASSÚ, 1991, p.23). Ao reconhecer o delineamento da epistemologia como um tema controverso, a professora Olga Pombo (2006), da Universidade de Lisboa, distingue três modos fundamentais sob os quais ela se apresenta: a) *epistemologia como ramo da filosofia*, entendida como uma reflexão filosófica sobre o conhecimento científico, pelo que constitui tarefa de filósofos, tais como Peirce, Husserl ou Cassirer; b) *epistemologia como atividade emergente da própria atividade científica*, em que os cientistas assumem o papel de filósofos, passando a analisar e refletir sobre a sua própria atividade científica, tais como Einstein e Eisenberg e c) *epistemologia como ciência autônoma*, considerada uma investigação metacientífica, uma “ciência das ciências”, ou ciência de segundo grau, constituindo domínio de epistemólogos como Piaget, Bachelard, Kuhn ou Lakatos.

Além da controvérsia gerada pela concepção de epistemologia como ciência autônoma, sua vinculação aos termos *metaciência*, ou *ciência das ciências*, conforme sugerida por Pombo (2006), também é alvo de grande polêmica, por duas razões principais. A primeira delas se deve à recusa por parte de autores como Martino (2003) de identificar a epistemologia como algo superior ou mais elaborado que a ciência, por considerar que o trabalho científico não deve ser separado de sua dimensão crítica-reflexiva. A segunda razão é que o termo *metaciência*, de acordo com Japiassú (1991), pressupõe a ciência como um objeto ideal e não como objeto real. Sob o ponto de vista da prática dos cientistas, não há ciência em geral, mas sistemas de conhecimento ou disciplinas científicas particulares (daí a razão do uso do termo *filosofia das ciências*). Os próprios cientistas, que em determinado momento acreditaram haver atingido um conjunto de verdades definitivas, hoje reconhecem a ciência não mais como um *estado ideal*, mas como um *processo*, como uma *história* que vai sendo construída pouco a pouco e incessantemente, chegando sempre a um conhecimento provisório, jamais acabado ou definitivo. Por isso Japiassú não considera adequada a utilização do termo metaciência, nem mesmo quando aplicado a uma disciplina particular. Daí o papel que ele atribui à epistemologia de “desmascarar a ilusão dos que pretendem conferir ‘à’ ciência uma importância global que suprime a filosofia, uma vez que ela quer ser sua própria filosofia, sob as denominações ‘metaciência’, de ‘lógica das ciências’ ou de epistemologia científica” (JAPIASSÚ, 1991, p.192).

Embora a epistemologia não possa ser considerada uma metaciência, no sentido de uma ciência ideal, Japiassú (1991, p.30-31) reconhece a existência de problemas filosóficos de epistemologia geral, que ultrapassam a competência dos especialistas. Mesmo assim, não é possível enquadrar, atualmente, a epistemologia como uma disciplina estritamente filosófica ou estritamente científica, por se situar na intersecção de preocupações e de disciplinas bastante diversas, sejam elas a própria filosofia, como também a história, a psicologia ou a sociologia das ciências. Esta concepção interdisciplinar é também conhecida como *filosofia da ciência pós-positivista* (OLIVA, 2003, p.16).

3.4 A epistemologia como saber aplicado

Um dos principais argumentos utilizados contra a concepção de epistemologia como ciência autônoma ou metaciência é que o conhecimento científico não deveria estar desvinculado de sua dimensão crítica-reflexiva. A materialização dessa idéia no Brasil ocorre, pelo menos, desde os anos de 1990, quando a professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes (1994), da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP, propôs um modelo metodológico para a pesquisa em comunicação, em que a Epistemologia é concebida como atividade fundamental no interior do trabalho científico. Esse modelo foi elaborado com base na literatura sobre as ciências humanas e sociais, a partir de uma dupla concepção de metodologia: “Metodologia *da* pesquisa para indicar a investigação ou teorização da prática da pesquisa científica e Metodologia *na* pesquisa para indicar o trabalho com os métodos empregados” (LOPES, 1994, p.81, grifos da autora). Entretanto, ao contrário de Martino (2003) e de Japiassú (1991), que evitam denominações supradisciplinares, a autora assume a Metodologia como uma metateoria ou metaciência. Sob o ponto de vista metodológico, o campo de pesquisa, segundo Lopes (1994), é ao mesmo tempo *estrutura* enquanto se organiza como discurso científico e é *processo* enquanto se realiza como prática científica. Enquanto estrutura, a pesquisa apresenta uma natureza vertical entre níveis, *instâncias* ou dimensões (epistemológica, teórica, metódica e técnica); enquanto processo, apresenta uma natureza horizontal composta por *fases* ou momentos de investigação (definição do objeto, observação, descrição, interpretação). Essa configuração encontra-se exposta na figura 2. No modelo elaborado por Lopes (1994), a epistemologia é considerada o critério fundador de todas as opções metodológicas e a primeira instância do trabalho científico.

O critério epistemológico orienta a opção em torno da diversidade dos paradigmas existentes nas Ciências Sociais e de seus modelos teóricos particulares. Seja implícita ou explícita, a adesão a um quadro teórico de referência se realiza na própria origem de um projeto de pesquisa, porque desse quadro depende a própria formulação do objeto de estudo (LOPES, 1994, p.88-89).



Figura 2 – Modelo metodológico de pesquisa. Fonte: Lopes, 1994

No caso da instância epistemológica, a autora utiliza os conceitos de vigilância, ruptura e obstáculo epistemológicos, emprestados de Gaston Bachelard, ao afirmar que essa instância “exerce uma função de vigilância crítica na pesquisa. Ao longo de toda a pesquisa essa instância se traduz em movimentos e operações destinadas: à explicitação dos obstáculos epistemológicos da pesquisa e sua autocorreção e à construção do objeto científico” (LOPES, 1994, p.105). Desta forma, essa instância envolve duas operações. A primeira delas é a ruptura epistemológica entre o objeto científico e o objeto real ou concreto, pela aceitação do princípio bachelardiano de que o fato científico é construído contra a ilusão do saber imediato. Na segunda operação metodológica, a construção do objeto científico, “o objeto é produzido ao longo de um processo de objetivação, que é a progressão da formação, da estruturação e do recorte dos fatos até os procedimentos de coleta de dados” (LOPES, 1994, p.106).

Além da instância epistemológica, esse modelo metodológico contempla ainda a instância teórica, considerada “o lugar de formulação sistemática das hipóteses e conceitos, da definição da problemática e da proposição de regras de interpretação”, a instância metódica, definida como “o lugar de enunciação das regras de estruturação do objeto científico, impondo a este uma certa figura, uma certa ordem entre seus elementos” e a instância técnica, ou seja, “o lugar de construção dos dados ou do objeto empírico” (LOPES, 1994, p.107-110). Uma visão seqüencial dessas diversas instâncias, com suas respectivas operações metodológicas, encontra-se detalhada na figura 3.

Instâncias metodológicas		Operações metodológicas	
A	Epistemológica (vigilância epistemológica)	1	Ruptura epistemológica
		2	Construção do objeto científico
B	Teórica (quadros de referência)	3	Formulação teórica do objeto
		4	Explicitação conceitual
C	Metódica (quadros de análise)	5	Exposição
		6	Causação
C	Técnica (construção dos dados)	5	Observação
		6	Seleção
		6	Operacionalização

Figura 3 – Componentes paradigmáticos do modelo metodológico.
Fonte: Lopes, 1994

Outra concepção de epistemologia aplicada é proposta pela professora Maria Aparecida Barbosa (1990), do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. Desta vez, entretanto, não se trata da epistemologia enquanto componente de um modelo metodológico para a pesquisa, mas de um “esquema de níveis epistemológicos” criado para organizar as questões sobre identidade científica, caracterização epistemológica das disciplinas e as relações de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Fundamentando-se na oposição aristotélica entre *epistème* e *téchne*, ou seja, “entre o processo de busca da verdade e construção do saber – ciência básica – e a aplicação de um saber e um fazer – ciência aplicada e/ou tecnologia – e nas complexas

relações que entre elas se observam” (BARBOSA, 1990, p.152), a autora chegou a aplicar sua proposta na análise das relações entre as disciplinas de lingüística, lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia e terminótica. A formalização desse trabalho da professora Maria Aparecida Barbosa encontra-se no esquema reproduzido a seguir (BARBOSA, 1990, p.157):

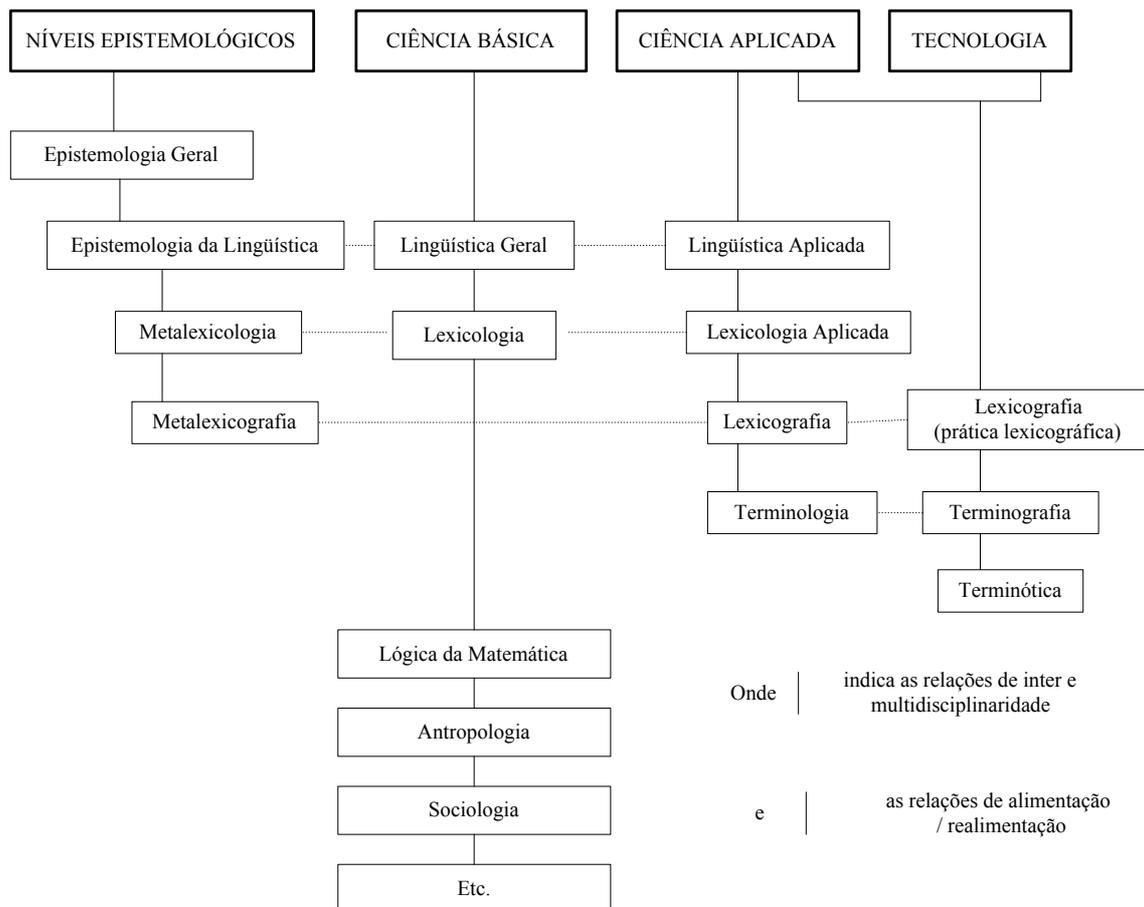


Figura 4 – Esquema de níveis epistemológicos. Fonte: Barbosa, 1990

Conforme pode ser constatado em seu trabalho, Barbosa especifica, por exemplo, que a *lexicologia*, como ciência básica, desempenha diversas tarefas, tais como definir um determinado universo léxico, examinar a palavra como instrumento de construção e detecção de ideologias ou de sistemas de valores, ou mesmo determinar a atuação de cada palavra em seus diferentes contextos possíveis. Enquanto ciência aplicada, a *lexicologia* é adotada no ensino da língua, no diagnóstico de distúrbios da linguagem, nas técnicas de documentação e tratamento da informação, etc. A *lexicografia*, por sua vez, se preocupa com o tratamento da palavra, apresentando desta forma a configuração de ciência aplicada – ao realizar o exame

científico do léxico – e também de tecnologia, ao se encarregar da produção de dicionários. A *terminologia* e a *terminografia* seguem o mesmo princípio das duas disciplinas anteriores, ou seja, a primeira está mais preocupada com o estudo dos termos específicos de uma determinada ciência, enquanto a segunda se dedica ao tratamento dos termos. Na terminologia moderna, o tratamento automático dos termos é uma tarefa da *terminótica*. Além disso, é importante ressaltar que essas disciplinas são antecedidas, em graus diferentes, por abordagens epistemológicas (*epistemologia da lingüística, metalexicologia, metalexicografia*), responsáveis por sua análise e descrição (BARBOSA, 1990; RIBEIRO, 1999).

Ao comparar as propostas de Lopes (1994) e Barbosa (1999), é possível constatar, em suas respectivas especificidades, que ambas foram concebidas segundo uma lógica muito semelhante: apresentam uma articulação dinâmica entre estruturas e processos, em que a reflexão epistemológica cumpre papel fundamental. No modelo de Lopes a estrutura corresponde às instâncias hierárquicas e o processo às diferentes fases da pesquisa; no esquema de Barbosa a estrutura corresponde aos níveis epistemológicos e o processo às relações entre ciência básica, ciência aplicada e tecnologia, necessários à configuração de uma determinada disciplina. Apesar de suas especificidades, é possível afirmar que ambas as propostas são complementares e pressupõem uma visão de ciência fortemente influenciada pelas ciências empírico-analíticas, fundamentadas no procedimento da observação, no princípio da causação e cujo interesse cognitivo predominante é de ordem técnica. Aliás, a própria construção de modelos é realizada com o emprego de métodos formais e não de métodos subjetivos como, por exemplo, a hermenêutica. Ainda que os textos das autoras reconheçam a pertinência de visões alternativas sobre a ciência, tais como a existência das relações intrínsecas entre ciência e sociedade, ou entre ciência e poder, e tenham consciência das restrições colocadas, por exemplo, pela teoria crítica à orientação positivista ou funcionalista, o fato é que tanto o modelo metodológico proposto por Lopes como o esquema proposto por Barbosa obedecem aos imperativos da ciência hegemônica, que determina os critérios de cientificidade. Esta é regra do jogo.

O reconhecimento de que alterações na perspectiva epistemológica podem interferir na configuração do esquema epistemológico de Barbosa (1999) e do modelo metodológico de Lopes (1994) não invalida as propostas das autoras, mas as enriquece. A prevalência da epistemologia como instância fundamental nesses dois trabalhos favorece a superação de suas restrições, principalmente devido ao fato do próprio termo *epistemologia* ser polissêmico e proteiforme. Essas características contribuem para ampliar as possibilidades heurísticas das

propostas originais, num momento em que a epistemologia contemporânea caracteriza-se pela crescente valorização das ciências humanas e de suas origens filosóficas.

4. A epistemologia contemporânea

A epistemologia contemporânea é o resultado de um longo processo histórico de evolução das relações entre filosofia e ciência, no qual se verifica a gradativa perda de prestígio social por parte da filosofia e a progressiva ascensão das ciências como saberes autônomos – inicialmente as ciências naturais, posteriormente as ciências humanas. De acordo com Pombo (2006), a história da epistemologia é marcada por três grandes períodos, que estão relacionados ao tipo de questão colocada pela filosofia à ciência. No primeiro período, que vai da Antiguidade ao Renascimento, a pergunta central consiste em saber se *a ciência é ou não possível*. Na Antiguidade, quando as reflexões sobre a ciência ainda estavam subjacentes ao problema do conhecimento e inseridas em contextos metafísicos, havia basicamente duas posições opostas a essa pergunta central: a dos céticos, que recusavam a possibilidade da ciência, e a dos grandes sistemas filosóficos de Aristóteles e Platão, que defendiam a ciência e sua possibilidade. Posteriormente, no Renascimento, assiste-se uma nova crise cética, mas diante desse ambiente negativo levantam-se em sua defesa outros grandes sistemas filosóficos, como o de Descartes e Leibniz, tendo como pano de fundo a ciência experimental de Copérnico e Galileu. Um segundo período é estabelecido a partir da obra de Kant, sustentada pelo edifício sólido construído por Newton, em que a ciência é tomada como um fato indiscutível, cabendo agora perguntar *como a ciência é possível*, ou seja, quais as condições que permitem passar de um conhecimento subjetivamente determinado a um conhecimento universal. No terceiro e último período, que chega aos dias atuais, o principal problema é responder à questão fundamental: *o que é ciência?* (CHAUÍ, 2005; POMBO, 2006).

É nesse último período de reflexão que, segundo Pombo (2006), a epistemologia encontra condições propícias para se desvincular, ainda que parcialmente, da filosofia e procurar se afirmar como disciplina autônoma ou conhecimento interdisciplinar. Para a questão fundamental “*o que é ciência?*” são propostas, basicamente, duas formas de abordagem: um *modo normativo* e um *modo descritivo*. No *modo normativo* a resposta está centrada nas condições de validade que permitem distinguir um enunciado científico de um não científico. A esse respeito consideram-se três tipos de resposta: a) *confirmação positiva*, em que os enunciados científicos distanciam-se dos não científicos porque têm a possibilidade

de serem confirmados positivamente pela experiência, como propõe a concepção positivista do Círculo de Viena; b) *confirmação negativa*, em que um enunciado é científico quando pode ser refutado pela experiência, posição bachelardiana em sua origem, mas desenvolvida por Karl Popper; c) *confirmação formalista*, em que não há possibilidade de confirmar, quer positiva, quer negativamente, qualquer enunciado científico pela confrontação com a realidade. Trata-se de uma concepção que fecha a ciência numa linguagem própria, num sistema interno de signos que pode vir a mostrar-se importante para compreender o mundo. No *modo descritivo* a pergunta seria: como a ciência funciona? Quais seus métodos? Qual a natureza do processo em jogo? Neste caso, a epistemologia consiste em descrever e fazer compreender o sentido, o alcance e o processo do fazer científico por intermédio das ciências humanas.

4.1 O pensamento pós-metafísico

Os três períodos históricos da epistemologia citados anteriormente encontram-se muito próximos dos paradigmas da filosofia estabelecidos por Habermas: 1) o *paradigma da ontologia*, relacionado à metafísica grega e clássica, em que o objeto de conhecimento é algo fornecido pela realidade exterior à consciência; 2) o *paradigma da filosofia da consciência*, que Habermas entende tanto a crítica kantiana como a fenomenologia husserliana, em que o sujeito determina o objeto, ou seja, o próprio sujeito constrói suas representações e significações de mundo, não recebendo passivamente as impressões causadas pelos objetos e 3) o *paradigma da filosofia da linguagem*, em que a prioridade é conferida às estruturas gramaticais e lógicas da linguagem (HABERMAS, 2002).

No primeiro capítulo de seu livro dedicado a esse assunto, Habermas (2002, p.11-12) começa perguntado se a filosofia do século XX é mesmo moderna – ou seja, em que medida o desenvolvimento do pensamento filosófico nesse período corresponderia às rupturas verificadas na música, com a passagem para o sistema dodecafônico, e na literatura, no momento em que esta rompe com as estruturas tradicionais da narrativa. Ou então, pelo contrário, se a filosofia estaria mais próxima do envelhecimento da modernidade como ocorre, em sua opinião, com a arquitetura pós-moderna, que se volta novamente ao adorno histórico e aos ornamentos proscritos. O fato é que, pelo menos sob o aspecto terminológico, os filósofos contemporâneos celebram suas despedidas ou seus rompimentos quando se auto-intitulam pós-analíticos, pós-estruturalistas ou pós-marxistas. Diante dessas novas denominações, Habermas (2002, p.12) demonstra extrema desconfiança e desencanto: “os que

se declaram ‘pós’ não são apenas oportunistas de faro atilado; temos que levá-los a sério como sismógrafos do espírito de uma época”. Ao mesmo tempo, o autor reconhece que no século XX a filosofia se alimenta dos temas levantados por quatro grandes movimentos: a filosofia analítica, a fenomenologia, o marxismo ocidental e o estruturalismo, bem como seus respectivos desdobramentos.

O pensamento pós-metafísico, de acordo com Habermas (2002), entra em vigor quando a racionalidade do método científico passa a decidir sobre a possibilidade de uma proposição em geral ser verdadeira ou falsa. Esse momento encontra-se delimitado historicamente com a formação do Círculo de Viena, edificado sobre o positivismo de Ernst Mach e sobre as concepções da filosofia analítica. Na realidade, o ataque frontal à metafísica já estava subjacente nas obras de Hume e sustentada de modo diferente pelo “idealismo crítico” de Kant, mas deve-se a Augusto Comte (1798-1857) a incorporação formal da fase da metafísica na história da humanidade, como fase superada pelo pensamento positivista. Entretanto, caberá a Ernst Macht o papel de principal mediador entre o positivismo de Comte e o positivismo do Círculo de Viena (GIDDENS, 1998). A partir desse momento, segundo Habermas, os critérios de validade capazes de iluminar o senso humano não estão mais à disposição da filosofia. “Ela é constrangida a operar sob condições de racionalidade que não foram escolhidas por ela”, perdendo a capacidade de executar suas partituras de modo independente (HABERMAS, 2002, p.27). As relações entre a filosofia e as ciências particulares passam, então, a ocorrer em diferentes graus de parentesco: enquanto algumas dessas ciências “são mais ou menos dependentes de pensamentos filosóficos”, outras são “mais ou menos abertas a tais arroubos especulativos” (HABERMAS, 2002, p.25). Essa tendência à especulação filosófica pode ser encontrada, especialmente, nas ciências humanas, tais como antropologia, a psicologia e a sociologia, que “transgrediram as linhas de demarcação da abstração e da análise ‘idealizadora’ e invadiram os santuários filosóficos” (HABERMAS, 2002, p.46).

4.2 Filosofia e ciências humanas

O relacionamento entre filosofia e ciências humanas é um fenômeno bastante recente. Nos dias atuais, ambas possuem um grande potencial de contribuição mútua, apesar das hostilidades que ainda se verificam entre os especialistas dessas disciplinas. De acordo com Japiassú, esse não-reconhecimento mútuo é pernicioso aos dois setores do conhecimento: “não somente a filosofia se perde em seus labirintos de abstrações sem conteúdo real e sem

alcance verdadeiramente cognitivo, como também os especialistas e os técnicos do ‘humano’ correm o risco de tornarem-se cegos àquilo que fazem, a ponto de não saberem mais o que estão fazendo” (JAPIASSÚ, 1991, p.165-166).

Diante da pré-disposição das ciências à especulação filosófica, particularmente as ciências humanas, Habermas é a favor que se determine, de modo novo, o nexos entre filosofia e ciência. Embora não possa mais “pretender um acesso privilegiado à verdade, nem um método próprio ou um campo de objetos próprio” a filosofia poderia “entrar numa divisão de trabalho não exclusiva e render o melhor de si própria, por meio de um questionamento universalista, mantido teimosamente”, desempenhando desta forma seu papel de “participante insubstituível no processo de cooperação daqueles que se esforçam por uma teoria da racionalidade” (HABERMAS, 2002, p.47). É justamente esse sentido de propósito moral em defesa da racionalidade, da emancipação e do entendimento, presente no pensamento de Jürgen Habermas (INGRAM, 1994), que o distancia da obra de autores geralmente considerados pós-modernos, tais como Michel Foucault (1926-1984), Jacques Derrida (1930-2004) e Niklas Luhmann (1927-1999) (CASTAÑÓN, 2005; MARCONDES FILHO, 2004; PECI, 2006). Ao contrário de Habermas, esses autores propõem a dissolução do sujeito do conhecimento (seja na linguagem, como em Foucault e Derrida, seja no sistema, como em Luhmann) e não estão preocupados em definir a distinção entre alienação e emancipação, ou seja, de apontar onde se encontra a estrada para a liberdade (HABERMAS, 2002, p.31; LETCHE, 2002, p.212).

Esse papel de reserva crítica atribuído à filosofia em favor do entendimento e da emancipação, também é defendido por Japiassú, ao reconhecer a existência de uma sociedade cada vez mais racional em seus meios, em suas técnicas e em sua organização, mas, em compensação, cada vez mais incerta de seus próprios objetivos: “Há um abismo de não-sentido no cerne de seus conhecimentos de racionalidade” (JAPIASSÚ, 1991, p.167). Daí a razão de se propor à filosofia um papel eminentemente reflexivo, e não o de uma superciência:

Nem tudo se presta ao controle dos instrumentos científicos. Nem tudo pode ser tratado como fato observável e submetido a leis rigorosas. Não pretendendo ser nenhuma super ou metaciência, a filosofia não pode abdicar de seu papel de situar o conhecimento científico em seu verdadeiro lugar. É sua função topológica (*topo* = lugar): encontrar o lugar adequado do conhecimento científico. A filosofia não atinge um super-saber. Ao contrário, ela cava suas fundações, para descobrir sobre que solo a ciência se constrói. A presença do homem ao mundo é este solo primitivo sobre o qual se edifica a ciência. Estamos diante de uma volta ao *fundamento*, de um retorno às fundações. E é somente *depois* da ciência, que se pode voltar *antes* da ciência. Em outros termos, é no ponto mais avançado de uma ciência que se pode colocar o problema de suas raízes (JAPIASSÚ, 1991, p.168, grifos do autor).

Ao trazer essa discussão para a epistemologia, Japiassú (1991, p.171) afirma que as questões dessa disciplina “não são pura e simplesmente as de lógica ou de metodologia, mas são função da realidade mesma das coisas que as ciências humanas investigam. Neste sentido, elas têm sempre uma vertente filosófica”. Por isso o autor acredita que, no contexto da epistemologia geral, a filosofia pode “operar como personagem ativo e passivo, e não ser colocada entre parênteses e, muito menos ainda, ser previamente tachada de invalidez epistemológica” (JAPIASSÚ, 1991, p.171). Ao mesmo tempo, Japiassú considera que as ciências humanas representam para o filósofo uma passagem obrigatória, caso ele deseje conhecer a realidade do homem. Ainda que procure ultrapassar o conhecimento científico ou esclarecê-lo pela reflexão, o filósofo não pode prescindir desse conhecimento, sob o risco de construir um sistema sem o pensamento e sem o fenômeno. “Isto quer dizer que todo discurso sobre o real, para ser válido, deve começar por recolher informações fornecidas pelos cientistas. A filosofia, em sua vertente epistemológica, intervirá como uma segunda leitura dessas informações, tentando construir um conjunto coerente” (JAPIASSÚ, 1991, p.179).

4.3 Perfil metodológico e disciplinar da epistemologia contemporânea

O reconhecimento da possibilidade de contribuição mútua entre filosofia e ciência humanas possui implicações de ordem disciplinar e metodológica. Sob o aspecto metodológico, uma forma de caracterizar as interfaces dessas duas formas de racionalidade é sugerida por Alberto Oliva (2003), com base na análise semiótica da linguagem científica. De acordo com esse autor, uma teoria completa da linguagem envolve três níveis – sintaxe, semântica e pragmática. A sintaxe representa a *forma do discurso* e concerne “às relações

subsistentes entre os signos sem que se leve em consideração a que se referem, em que contexto e porque são empregados”. A semântica representa o *conteúdo do discurso* e diz respeito “às relações entre linguagem e realidade, palavras e objetos, enunciados e estados de coisas. A regra semântica especifica sob que condições um signo é aplicável a um objeto ou situação. Seu problema central é a verdade”. A pragmática, por sua vez, representa o *contexto do discurso* e se refere “aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais que acompanham a utilização dos signos” (OLIVA, 2003, p.13). Tendo como base esses três níveis, um discurso científico bem construído deve ser formalmente impecável (requisito sintático), referir-se de maneira unívoca a estados da realidade (requisito semântico) e convencer a comunidade de pesquisadores do valor explicativo das teses defendidas (requisito pragmático).

Assim como Oliva, Pedro Demo (1995, p.20-21) considera que a cientificidade obedece a critérios internos e externos. No âmbito interno, os critérios básicos são a *coerência* (propriedade lógica ou falta de contradição), a *consistência* (capacidade de resistir à argumentação contrária), a *originalidade* (produção inventiva, não repetitiva) e a *objetivação* (a tentativa – nunca completa – de descobrir a realidade social tal como ela é, mais do que gostaríamos que ela fosse). O critério externo refere-se à *intersubjetividade*, que significa a opinião dominante da comunidade científica em determinada época e lugar, transparecendo desse modo a marca social do conhecimento. A comparação entre as duas propostas permite constatar muito mais semelhanças do que diferenças entre elas. Os critérios internos da *coerência* e da *consistência*, propostos por Demo, possuem grande afinidade com o *requisito sintático*, proposto por Oliva, devido à sua ênfase nos aspectos lógicos e formais da ciência; de modo semelhante, os critérios internos de *originalidade* e *objetivação*, propostos por Demo, possuem relação com o *requisito semântico*, proposto por Oliva, devido a suas conexões com a realidade empírica. Finalmente, tanto o critério externo da *intersubjetividade*, proposto por Demo, quanto o *requisito pragmático*, proposto por Oliva, estão relacionados ao contexto ou às condições de produção e recepção da pesquisa científica.

Apesar da existência de diversas possibilidades de investigação sobre o conhecimento científico, Oliva (2003) afirma que a filosofia da ciência tem dedicado a maioria de seus estudos à análise dos constituintes sintático-semânticos – lógicos e empíricos – da racionalidade científica, estando concentrada no denominado *contexto da justificação*. Não seria seu papel, por exemplo, preocupar-se com os processos históricos que culminam na criação de novos conhecimentos, ou seja, com o *contexto da descoberta* científica. A análise de fatores externos intervenientes na produção da ciência é, em princípio, objeto de

disciplinas tais como a psicologia, a história e a sociologia das ciências. Entretanto, como o próprio autor reconhece, depois da metade do século XX, a rígida distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação passou a ser cada vez mais questionada. A partir desse questionamento, a auto-intitulada *filosofia da ciência pós-positivista* passou a defender “a tese de que os estudos metacientíficos só conseguirão se livrar da tendência às reconstruções idealizadas caso a racionalidade da ciência seja abordada como um processo no qual a forma, o conteúdo e o contexto apareçam em inextrincável associação” (OLIVA, 2003, p.16).

Além do estabelecimento de critérios de cientificidade, outra grande preocupação dos filósofos e cientistas, segundo Oliva (2003), refere-se ao destino do conhecimento científico gerado. Se no mundo antigo os saberes visavam à contemplação da realidade e na época medieval a natureza era considerada sagrada, na era moderna as teorias passaram a ter seu valor definido pelo poder preditivo e manipulativo. Atualmente, “a crescente transformação do conhecimento científico em poder de manipulação sobre o que é estudado aponta para o risco de as biotecnologias vierem a tratar o homem não como um fim em si mesmo, mas como meio” (OLIVA, 2002, p.18). Por essa razão, o autor sugere que não se deve perder de vista os fundamentos éticos da pesquisa científica e da aplicação dos resultados. Diante de mais esse critério de análise, e considerando as diversas concepções de epistemologia descritas e analisadas nas páginas anteriores, é possível então estabelecer o seguinte perfil para a Epistemologia:

1. Epistemologia – disciplina filosófica que se ocupa do conhecimento humano em geral e do conhecimento científico em particular. Em sentido amplo o termo é adotado como sinônimo de teoria do conhecimento (ou gnosiologia), a partir do qual assume significações cada vez mais restritas.

1.1 Teoria do conhecimento (ou gnosiologia) – Disciplina ou ramo da filosofia que se ocupa da investigação sobre a definição, origem, possibilidade e valor do conhecimento humano.

1.1.1 Filosofia das ciências – Prolongamento da reflexão gnosiológica que designa todas as possibilidades e modos efetivos pelos quais a filosofia toma as ciências como objeto (metafísica, epistemologia, lógica, ética e estética).

1.1.1.1 Epistemologia (sentido estrito) – Disciplina híbrida, de origem filosófica, mas direcionada à solução de problemas científicos, tais como seu objeto, métodos e fundamentação. Divide-se em a) *epistemologia geral*, quando trata do conhecimento científico em geral e b) *epistemologia local*, quando relativa a uma disciplina particular.

1.1.1.1.1 Epistemologia aplicada – Atividade epistemológica de caráter científico, seja enquanto metodologia ou instância metodológica da pesquisa científica.

5. Epistemologia das ciências humanas

No âmbito da filosofia e, em particular, da epistemologia, a produção de estudos reflexivos em ciências humanas, além de ser um fenômeno recente, está relacionada aos interesses e tendências característicos de determinados movimentos filosóficos, que não podem ser delineados em termos estritamente geográficos. No mundo de língua inglesa, por exemplo, onde a tradição da *filosofia analítica* se faz presente, costuma-se denominar de *filosofia continental* alguns movimentos que se desenvolveram na parte principal da Europa durante o século XX, tais como a fenomenologia, o existencialismo, a teoria crítica, o estruturalismo e o desconstrucionismo, excluindo-se desse grupo, por razões óbvias, o positivismo lógico do Círculo de Viena (SEARLE, 2002; WILLIAMS, 2002; COOPER, 2002). Embora a influência da filosofia analítica seja preponderante em obras como “Compêndio de filosofia”, organizada por Bunnin e Tsui-James (2002), ali é possível encontrar, ainda que timidamente, o artigo *Filosofia das ciências sociais*, de Martin Hollis (2002). No âmbito da *filosofia continental* é possível enquadrar os estudos epistemológicos em ciências humanas realizados por Ivan Domingues (1999; 2004), sob influência da escola francesa, representada por autores como Gaston Bachelard (1884-1962), Georges Canguilhem (1904-1995) e Michel Foucault (1926-1984).

O ponto em comum nos trabalhos de Hollis (2002) e Domingues (2004), é que ambos se esforçam em elaborar um quadro geral das ciências humanas ou sociais, a partir da análise das orientações epistêmicas que as fundamentam. No entanto, cada autor adota uma estratégia metodológica diferente em seus respectivos estudos. No primeiro caso, Hollis centra sua atenção nas possibilidades de análise dos acontecimentos sociais, que podem se realizar com

valorização do *holismo* (quando as mudanças sociais ocorrem a partir do sistema) ou do *individualismo* (quando as mudanças sociais ocorrem a partir das *ações individuais*), segundo o modelo das ciências naturais (*explicação*) ou das ciências humanas (*compreensão*). Essas diversas opções de análise são abordadas sob as perspectivas metodológica, epistemológica e ontológica. A conclusão do autor é que não existe, entre essas possibilidades de investigação, uma chave-mestra capaz de servir de referência para as demais. Uma solução provisória para esse problema seria estabelecer uma pauta de questões sobre as fronteiras existentes dessas opções (HOLLIS, 2002).

O trabalho de Domingues (2004), por sua vez, é bem mais amplo, completo e detalhado que o estudo de Hollis, ao se dedicar à avaliação epistemológica das estratégias discursivas presentes nos estudos fundadores das ciências humanas³⁹. O primeiro aspecto a ser ressaltado nesse estudo refere-se à concepção de epistemologia por ele adotada. Neste caso, o autor assume sua pesquisa como uma obra de filosofia, tendo por núcleo duro a teoria do conhecimento e por campo de aplicação a epistemologia (epistemologia das ciências humanas). Embora reconheça que a epistemologia tenha nascido da interlocução da filosofia com a ciência, para quem perdeu toda a função tutelar, Domingues reserva a essa disciplina os aspectos teóricos e normativos do conhecimento. Ele também defende o direito ou a prerrogativa do epistemólogo de examinar, em interação com o cientista, a produção de determinada ciência e de chancelar ou não o *factum* (discursos, procedimentos e resultados) que se apresenta diante dele. Apesar da forte interlocução com a ciência, todas as perguntas e respostas desse trabalho são filosóficas, por se tratar de uma tese de idéias ou de doutrina, cabendo a disciplinas como a história das ciências e a sociologia do conhecimento a responsabilidade pelos aspectos factuais ou empíricos. Em vez de se excluírem e concorrerem entre si, a epistemologia e as demais abordagens terminam por cooperar e fecundar umas às outras (DOMINGUES, 2004, p.24-26)⁴⁰.

³⁹ Devido à extensão e profundidade da pesquisa de Domingues, e ao principal objetivo desta revisão bibliográfica, que é proporcionar uma visão geral sobre a produção acadêmica em epistemologia, as idéias expostas a seguir encontram-se basicamente na introdução e na primeira parte da obra “Epistemologia das ciências humanas” (DOMINGUES, 2004), que servem de exemplo metodológico a este trabalho.

⁴⁰ No âmbito da sociologia da ciência, por exemplo, Domingues reconhece a importância das estratégias de conquista por espaços institucionais, como as empreendidas por Durkheim no domínio das instituições francesas de ensino, ou por fundações privadas como a Rockefeller, cujo impacto na instauração do paradigma funcionalista na França é considerado mais forte que o legado de Durkheim (DOMINGUES, 2004, p.24-26).

5.1 Teses e postulações⁴¹

A tese sustentada ao longo da pesquisa de Domingues (2004) é baseada na afirmação de Lévi-Strauss, segundo a qual o grande desafio das ciências humanas é pensar a diferença. Ao contrário da identidade, que se configura numa tautologia e não encerra nenhum pensamento, a diferença pode tanto levar ao pensamento – que deverá colocar-se em marcha para operá-la e expressá-la – como bloqueá-lo pura e simplesmente, ao se explodir em contradições e aporias (DOMINGUES, 2004, p.22). A aplicação dessa idéia ao domínio do social permite a Domingues estabelecer duas postulações: 1) a postulação de que “a diferença é primitiva e a contradição derivada, não sendo outra coisa que seu desenvolvimento e seu aspecto, e podendo dar lugar seja à explosão e ao conflito de polaridades, seja à combinação e à complementaridade dos pólos opostos”; 2) a postulação de que “os princípios de identidade e de diferença são correlativos, não sendo as ações sociais reguladas – nem massiva nem exclusivamente – pelo princípio da identidade, podendo dar abrigo a toda sorte de oposições e conflitos, e sendo a própria crise que as polaridades provocam o fator regulador ou de resolução delas” (DOMINGUES, 2004, p.22). Essas duas postulações servirão de base para o autor evidenciar as muitas formas de tratamento da diferença, da oposição e da contradição no terreno social, que possibilitam as mais variadas formas de racionalidade e de estratégias discursivas no positivismo de Durkheim, na hermenêutica de Weber, na dialética de Marx e no estruturalismo de Lévi-Strauss.

Além da tese principal, o autor procura desenvolver uma segunda tese, fundada na hipótese auxiliar segundo a qual essas quatro abordagens foram conduzidas a instalar formas *objetivadas* da realidade, tais como as instituições sociais, o capital, os mitos e as relações sociais, em seu esforço de instaurar um conhecimento objetivo da realidade. Essa operação levou à condenação dos caminhos introspectivos, tais como a intuição e a “entropatia”⁴², e dos

⁴¹ Em filosofia, o termo *tese* “deriva dos textos lógicos de Aristóteles, nos quais se encontram com dois significados principais, ainda conservados: 1º para designar o que um interlocutor põe no início de uma dissertação como assunção sua” e “2º para designar uma proposição assumida como princípio” (ABBAGNANO, 2000, p.957). Em sentido genérico, o termo é compreendido como “a proposição que se defende como verdadeira, que se sustenta contra um adversário” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, P.260) ou “posição de uma doutrina que nos comprometemos a defender contra as objeções que lhe podem ser feitas” (LALANDE, 1999, p.1134). Em sentido específico é “a primeira asserção de uma antinomia, à qual se opõe uma antítese [...]. Na dialética, a tese é o primeiro momento positivo, ao qual se contrapõe uma antítese, gerando um conflito a ser resolvido em uma síntese” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.260-261). Já o termo *postulado* refere-se a uma proposição cuja verdade se admite ou se deseja com o objetivo de possibilitar uma demonstração ou um procedimento qualquer ou, então, de servir como ponto de partida de um sistema teórico (ABBAGNANO, 2000, p.782; JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.217).

⁴² O termo “entropatia”, citado por Domingues, não consta dos dicionários de filosofia consultados (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996; LALANDE, 1999 e NICOLA, 2000). No entanto, no *Dicionário Houaiss*

fatores subjetivos, tais como os sentimentos, as idealizações e os valores, considerados indignos ou estranhos à ciência. De acordo com Domingues (2004, p.23):

É nesse contexto, com o intuito seja de instaurar, seja de operar formas objetivadas do real, que entra todo o aparelho conceptual da teoria, assim como o *corpus* dos modelos, das descrições, das explicações e das interpretações, além da exigência de comparação, de demonstração e de verificação empírica, a funcionar como meios ou instrumentos de objetivação, porém considerados eles mesmos como formas objetivadas de pensamento. O resultado dessas *demarchés*, ao ressaltar as formas objetivadas da realidade histórico-social, pivoteadas pelos objetos, foi o esquecimento dos princípios e meios de objetivação, resultantes do trabalho de pensamento e dependentes do sujeito – donde o paradoxo do conhecimento-construção sem sujeito construtor ou sujeito epistemológico (...).

Diante desse paradoxo, o autor se propõe a abrir o caminho das investigações epistemológicas, formulando o argumento do “criador do conhecimento” ou do “conhecimento do criador”, que “deve ser visto como o núcleo duro da teoria do conhecimento e ponto de passagem para a epistemologia especial ou aplicada, ao se enlaçar com as ciências particulares” (DOMINGUES, 2004, p.24-25). O desenvolvimento desse argumento, segundo ele, forneceria as bases para a construção de uma teoria epistemológica particular, destinada a um determinado segmento das ciências, porém circunscrita a uma porção do tempo, ou seja, à epistemologia construtivista moderna. Trata-se de uma teoria formulada não apenas em concorrência com outras, mas como alternativa às epistemologias especulares, fundamentadas no pressuposto de que o conhecimento é necessariamente o reflexo ou cópia do real.

5.2 O argumento do conhecimento do criador

Ao contrário das teorias epistemológicas especulares, a teoria baseada no argumento do conhecimento do criador parte do princípio que só podemos conhecer do real aquilo que nós mesmos criamos. Segundo esse argumento, o conhecimento das coisas que existem e que *não* foram criadas por nós, com a ajuda de nossas mãos e de nossas mentes, é considerado impossível. Fora disso, o que existe são conjecturas, analogias e ficções. Essa idéia encontra-se subjacente na filosofia desde a Antiguidade, mas é formulada pela primeira vez, de maneira explícita, ainda que incompleta, pelo filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744) em

da *língua portuguesa* consta o antepositivo “entrop-”, que designa “ação de voltar-se, mudança de disposição, de sentimentos; ação de ensimesmar-se (por medo ou pudor)” (HOUAISS & VILLAR, 2001, p.1169).

“Princípios de um ciência nova” (1725). No entanto, ela demorou muito tempo para ser aceita, devido às barreiras teológico-religiosas que tiveram de ser superadas, de modo a permitir a entrada do ser humano como criador. Vencidas essas barreiras, “o homem se verá na tríplice condição de criador da sociedade (cultura), do conhecimento e de si mesmo (de seu corpo, quiçá de sua mente), a última condição assumida mais recentemente, na esteira da engenharia genética” (DOMINGUES, 2004, p.34).

O argumento do conhecimento do criador ou do criador do conhecimento tornou-se especialmente sedutor para as ciências humanas. Segundo Vico, enquanto a natureza é obra do Deus-criador (pelo menos, até à eclosão da engenharia genética), o mundo das instituições e dos negócios é criação do ser humano. Desta forma, as ciências humanas seriam superiores às ciências naturais, que deveriam contentar-se com o conhecimento indireto das coisas da natureza⁴³. Ao considerar esse argumento por demais pobre, Domingues procura transformá-lo em vista das necessidades de sua pesquisa. Para isso ele propõe um conjunto de cinco tipos ideais ou modelos que especificam certas modalidades ou variantes desse argumento, que estão (ou poderiam estar) presentes tanto nas ciências naturais quanto nas ciências humanas. Essas variantes ou modalidades são: 1) o realismo epistemológico, 2) o construtivismo⁴⁴, 3) o instrumentalismo⁴⁵, 4) o operacionalismo⁴⁶ e 5) o pragmatismo (DOMINGUES, 2004, p.35).

Ao elencar essas cinco formas, Domingues possui em mente um conjunto de pressuposições mais ou menos implícitas que as tornam possíveis. Essas pressuposições são: a) “tomar o *conhecimento e a ação* – e na extensão da ação as idéias de produção, de construção, de operação e de criação – *como rigorosamente simétricos* e em relação de dependência recíproca; b) “a possibilidade de *decompor o conjunto da ação*, que resulta em conhecimento e criação da realidade, em termos de agentes, atos, idéias, processos, antecipações, operações, instrumentos, elementos e objetos, com cuja ajuda se poderá pensar

⁴³ De acordo com Domingues (2004), dois paradigmas modelaram o conhecimento-criação e nuclearam o argumento do criador: o paradigma da tecnologia, tendo por protótipo o engenheiro, e o paradigma da arte, tendo por protótipo o pintor (Leonardo). Entretanto, não há dicotomia entre esses dois paradigmas, pois “antes de converter-se em técnico, o engenheiro é um artista e cria algo ao desenhar, do mesmo modo que o verdadeiro artista, ao criar, engenha e molda alguma coisa” (DOMINGUES, 2004, p.34).

⁴⁴ De forma genérica o construtivismo é a “teoria do conhecimento que se baseia numa concepção essencialmente dialética das relações entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido (mundo exterior), sendo a Razão ao mesmo tempo estruturante do real e estruturada por ele” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.53).

⁴⁵ O instrumentalismo é a “concepção segundo a qual as teorias científicas são apenas um instrumental para o tratamento do fenômeno e não uma tentativa de se chegar ao conhecimento da realidade em si mesma, devendo ser consideradas do ponto de vista de seus resultados e não de sua verdade ou falsidade. Opõe-se ao realismo e relaciona-se com o pragmatismo e o convencionalismo” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.143).

⁴⁶ Em filosofia da ciência, o operacionalismo é “a teoria que considera as entidades físicas e suas propriedades, bem como os processos físicos, como definíveis a partir das operações e experimentos através dos quais são apreendidos. Segundo essa teoria, o significado dos conceitos científicos deve ser estabelecido rigorosamente de acordo com a prática científica” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.201)

os atos de criação ou de produção de alguma coisa”; c) “a possibilidade de decidir a questão da verdade do conhecimento, reconduzindo o conhecimento à ação e localizando nesta os critérios da verdade/falsidade daquele” (DOMINGUES, 2004, p.42, grifos nossos).

Após submeter aquelas cinco modalidades a estes três pressupostos, o autor constata o progressivo empobrecimento do argumento do conhecimento do criador quando se passa do construtivismo ao instrumentalismo e deste ao pragmatismo. De todas as modalidades, o construtivismo é o que mantém todos os elos da cadeia argumentativa, na medida em que envolve: a) um sujeito cognoscente; b) o emprego de instrumentos (modelos etc); c) um conjunto de operações dirigidas ao objeto e d) a pergunta pela verdade do conhecimento obtido. Em compensação, tanto no pragmatismo como no instrumentalismo alguns elos importantes dessa cadeia são amputados e deixados de lado. No pragmatismo, a pergunta pela verdade é substituída pelo êxito da ação; no instrumentalismo, a pergunta não é pela verdade do conhecimento, mas pelo modo como ele funciona⁴⁷. No realismo epistemológico, pouco importa se o mundo é uma criação de nós ou é algo anterior a nós, porque tanto o mundo dos homens como o mundo das coisas são reais. O operacionalismo lida com o significado dos enunciados sem questionar sobre a natureza da realidade. Diante da indagação “o que devemos fazer para verificar o significado de um enunciado e decidir se ele é verdadeiro?”, o operacionalismo, em vez de respondê-la, procura descrever os comportamentos dos usuários da linguagem, bem como dos protagonistas do conhecimento, reduzindo o agir ao fazer (DOMINGUES, 2004, p.42-43).

Ao refletir sobre a presença dessas modalidades nas ciências naturais e humanas, o autor constata que todas elas encontram-se presentes nas ciências naturais, enquanto nas ciências humanas são ignorados o instrumentalismo e o operacionalismo. No caso dos autores investigados, Domingues considera Marx e Durkheim como dois representantes do realismo, sendo que Marx confere a essa modalidade um viés materialista, abrindo-se à dialética e nela incorporando elementos construtivistas, enquanto Durkheim confere ao realismo um viés positivista, porém ajustando-o ao kantismo e a seus aspectos morais. Lévi-Strauss e Weber são considerados construtivistas, sendo que o primeiro se caracteriza por uma espécie de kantismo sem eu transcendental, ao propor um sistema de categorias sem sujeito pensante, e o segundo ganha um viés compreensivo e hermenêutico (DOMINGUES, 2004, p.44).

⁴⁷ Isto ocorre, por exemplo, quando o engenheiro deixa de engenhar e pensar para se tornar um técnico, ou seja, transforma o conhecimento do criador em conhecimento do “fazedor” (DOMINGUES, 2004).

Diante dessa constatação, Domingues (2004, p.45) conclui que, embora esses autores compartilhem o argumento do conhecimento do criador em diferentes planos e níveis do mundo humano, todos são levados, por diferentes motivos, a mitigar suas posições. Essa mitigação ocorrerá, principalmente, por meio da associação de elementos realistas e antirealistas no interior de uma mesma teoria ou de um mesmo método. Ou seja, eles não assumem claramente uma posição a respeito do argumento do conhecimento do criador, ao apresentar diferentes variantes desse argumento.

6. Epistemologia da Comunicação

A realização de estudos reflexivos em Comunicação é um esforço que vem ocorrendo nas últimas décadas, não somente no Brasil, mas também no exterior. As discussões internacionais sobre os problemas relacionados à legitimação, institucionalização e profissionalização do campo comunicacional iniciaram-se com a proposta da *ICA – International Communication Association* de mobilizar pesquisadores de diversas partes do globo em torno de uma edição temática de sua principal revista científica, o “*Journal of communication*”, publicada em 1983, com o objetivo de discutir sobre o “fermento do campo” (*The ferment of the field*), entendido como uma “crise de paradigmas”. De acordo com Fuentes Navarro (2003), esse reconhecimento da fragmentação do campo comunicacional estimulou, entre outras conseqüências, um grande interesse na comunidade científica internacional em desvendar criticamente a história intelectual e social do campo. Esse debate, entretanto, não prosseguiu na segunda edição especial do “*Journal of communication*”, publicada dez anos depois. Pelo contrário. Em vez de continuar a crítica ao passado, o debate foi retomado em direção ao “futuro do campo” (*The future of the field*). A razão desse redirecionamento, segundo Fuentes Navarro (2003), ainda merece ser esclarecida. Mas havia a esperança de se voltar ao assunto numa terceira edição temática em 2003, o que não ocorreu. De qualquer forma, foi a partir da proposta inicial da ICA que a consistência científica do campo comunicacional passou a ser mais bem examinada sob uma perspectiva internacional (FADUL, DIAS & KUHN, 2001).

Uma amostra dessa discussão encontra-se presente na 36ª edição da revista “Comunicação & Sociedade” (2001), por meio dos textos de Jensen, de Newcomb e de Marques de Melo, bem como de Fadul, Dias e Kuhn. No artigo de Jensen (2001, p.57-72) verifica-se o debate epistemológico sobre a relação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada na constituição do campo da Comunicação e decorrente sugestão de desenvolvimento

interdisciplinar da área, na forma de uma faculdade de mídia, comunicação e cultura. Newcomb (2001, p.73-87), por sua vez, alerta para o problema da definição do campo da Comunicação, que pode oscilar entre duas atitudes extremas: a delimitação severa que impede a interdisciplinaridade ou a abertura excessiva que leva a questões sem respostas. Entre Jensen e Newcomb um ponto em comum: eles constatam que o desenvolvimento de novas tecnologias está levando ao questionamento de conceitos e divisões já consagrados na área, como as palavras “massa”, “audiência” e “indústria da mídia”, no primeiro caso, e a divisão entre “comunicação massiva” e “comunicação interpessoal” no segundo.

Outra perspectiva interessante sobre o campo comunicacional, que avaliza as opiniões anteriores, deve-se a Rogers (1999), em seu artigo “*Anatomy of the two subdisciplines of Communication study*”. Nesse trabalho ele discute a grande lacuna intelectual existente entre os estudos de Comunicação Interpessoal e os de Comunicação de Massa, a partir de três evidências empíricas: a) o baixo grau em que ocorrem citações cruzadas entre revistas científicas de comunicação massiva e interpessoal; b) o surgimento de diversas associações profissionais e de especialistas em cada uma dessas subdisciplinas ao longo de sua história e c) a separação organizacional de muitos programas de doutorado nas universidades dos EUA dentro da comunicação massiva ou da comunicação interpessoal. Para Rogers, esse “etnocentrismo disciplinar” possui três conseqüências disfuncionais: 1) a falta de integração da teoria da comunicação; 2) a compreensão limitada da comunicação humana sob a ótica de apenas uma das duas subdisciplinas e 3) a inadequação do estudo das tecnologias de comunicação interativas, como a internet e a *World Wide Web*, que não podem ser classificadas nem como comunicação de massa, nem como comunicação interpessoal. Para amenizar esses problemas, Rogers sugere, entre várias medidas, a combinação de programas de doutorado nas universidades que possuem os dois programas, a junção das três maiores associações internacionais de comunicação (*International Communication Association - ICA*, *National Communication Association – NCA* e *Association for Education in Journalism and Mass Communication – AEJMC*) em uma associação forte e a concessão de prêmios para pesquisas, artigos e outras atividades acadêmicas que diminuam as fronteiras subdisciplinares do estudo da comunicação.

Além da falta de integração entre as pesquisas básica e aplicada, bem como entre as subdisciplinas de Comunicação Interpessoal e Comunicação de Massa, verifica-se ainda a falta de interação entre o meio acadêmico e as demandas do sistema midiático na constituição das ciências da comunicação. Esse problema já havia sido alertado por Newcomb (2001), cujo pensamento foi resgatado por Marques de Melo (2001). O ponto de partida de Marques é a

premissa de que qualquer campo do conhecimento humano surge como conseqüência de demandas coletivas. Com base nessa premissa, Melo faz uma retrospectiva sobre a consolidação da Comunicação como um novo campo do saber e o insere no bloco das ciências aplicadas. Procurando operacionalizar essas preocupações, Fadul, Dias e Kuhn (2001) analisam a comunicação como disciplina científica a partir do exame de obras sobre epistemologia e métodos de pesquisa, além de propor a discriminação desse campo em áreas e sub-áreas.

6.1 A formação do campo comunicacional

O debate sobre a constituição do campo comunicacional recebeu bastante atenção e reconhecimento no Brasil em 2002, com a realização do III Seminário Interprogramas de Comunicação da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação – COMPÓS, do qual participaram especialistas de todos os cursos de pós-graduação do país. Esse evento teve como conseqüência a publicação dos trabalhos de seus 21 participantes, reunidos sob o título “Epistemologia da Comunicação”, organizada por Lopes (2003). De forma geral, é possível afirmar que grande parte dessas contribuições se caracteriza pela politização do debate sobre epistemologia da comunicação, a começar pelo único palestrante estrangeiro convidado, o mexicano Raúl Fuentes Navarro (2003), que abordou o problema da legitimação, institucionalização e profissionalização do campo comunicacional. De acordo com esse autor, a epistemologia encontra-se no ponto de tensão entre duas concepções opostas de ciência: a ciência enquanto conhecimento submetido às condições de racionalidade e a ciência enquanto conhecimento histórica e socialmente construído. Por isso, a análise epistemológica não pode estar desvinculada das dimensões ontológica, ética e social do conhecimento (FUENTES NAVARRO, 2003).

Uma das principais decorrências da abordagem política do campo comunicacional é a inevitável revisão histórica de sua formação. Diversos autores (FUENTES NAVARRO, 2003; LOPES, 2003; MALDONADO, 2003; MEDITSCH, 1999; RÜDIGER, 2003) são acordes em reconhecer que a Comunicação é a filha diletta da Guerra Fria. A disputa pela hegemonia política, econômica e cultural do planeta, por parte das duas grandes potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, levou a mudanças nas formas organizativas do trabalho científico, bem como à concentração dos pólos científicos em alguns países, com a hegemonia dos Estados Unidos (MEDITSCH, 1999, p.129; LOPES, 2003, p.284). Segundo Maldonado (2003, p.208), “o pensamento em comunicação na América Latina nas décadas de 1950 e

1960, época da institucionalização da pesquisa em comunicação na região, foi fundamentado, auspiciado e dirigido pelos organismos especializados estadunidenses”. O melhor exemplo dessa afirmação é a criação pela Unesco, em 1958, do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina – Ciespal, sediado em Quito, no Equador.

De acordo com Meditsch (1999, p.129-131), foi por influência dessa organização e das condições políticas favoráveis, que as escolas de jornalismo do Brasil e de outros países latino-americanos, até então centradas em uma formação clássica-humanista, transformaram-se em escolas de comunicação social, com perfil predominantemente técnico e profissionalizante. Mas, além desses aspectos políticos, Rüdiger (2003) considera que a revolução das comunicações também suscitou demandas e criou situações que levaram a Comunicação a pronunciar de maneira extrema as contradições da chamada cultura do profissionalismo, sob a crença de que o saber poderia ser reduzido à técnica e, portanto, a prática teria primazia sobre a reflexão. O resultado dessa postura foi a contínua incerteza sobre a direção que se deveria dar ao assunto, considerando que, carente de ciência, a técnica não avança e, sem formação teórica, não há atividade científica (RÜDIGER, 2003, p.51). Apesar desses problemas, o campo comunicacional se institucionalizou nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, privilegiando a comunicação midiada e com um sentido estritamente político, vinculado à propaganda e às ciências sociais, quando poderia estar associado, por exemplo, à educação e às humanidades (FUENTES NAVARRO, 2003, p.30; RÜDIGER, 2003, p.52).

Esse modelo institucional norte-americano se refletiu na configuração dos estudos comunicacionais em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil (MEDITSCH, 1999). Neste caso, Rüdiger (2003) atribui a José Marques de Melo a elaboração das três obras fundadoras dos estudos acadêmicos em comunicação no país: “Comunicação social” (1970), que “estabeleceu os limites do campo e lançou as principais linhas de erudição a serem seguidas”, “Estudos de jornalismo comparado” (1972), que “propôs um conjunto de princípios metodológicos que predominou pelo menos nos dez anos seguintes, colaborando para dar unidade gnosiológica ao campo” e “Sociologia da imprensa brasileira” (1973), que “explicitou o referencial teórico de fundo em que se projetaria boa parte da pesquisa acadêmica mais convencional a partir de então: o funcionalismo sistêmico, matizado com materiais historiográficos” (MARQUES DE MELO, 1972, 2003; RÜDIGER, 2003, p.65). Em texto recente, Marques de Melo (2001) revisou o perfil do campo comunicacional, recorrendo a Thomas Kuhn para atribuir à comunicação a fisionomia típica de uma ciência em crise. Lopes (1994), por sua vez, produziu um estudo simultaneamente histórico e metodológico

sobre pesquisa em comunicação, adotando como premissa a relação dinâmica entre o estado de conhecimento de uma ciência e seu contexto social. Também são dignos de nota os trabalhos em epistemologia da comunicação realizados por Fadul, Dias & Kuhn (2001), Epstein (2005), Marcondes Filho (2002, 2004), Muniz Sodré (2002), Neiva Júnior (1991) e Signates (2001). Entre esses, destacam-se os empreendimentos de Marcondes Filho (2002, 2004) e Signates (2001), que se propõem a rever o problema da comunicação sob a perspectiva filosófica.

Atualmente, diversos pontos do debate em epistemologia da Comunicação dizem respeito à Comunicação Organizacional. Entre eles encontra-se a institucionalização da Comunicação como saber aplicado, que reforça a predominância da perspectiva instrumental em detrimento da compreensão sobre a constituição comunicativa da realidade social (FUENTES NAVARRO, 2003). Outro problema refere-se à questão da interdisciplinaridade, que leva a refletir não apenas sobre relações de poder no campo científico, como também a questionar a coerência interna das disciplinas e a legitimidade de suas premissas intelectuais (LOPES, 2003).

6.2 A Comunicação como problema epistemológico

O estudo epistemológico da comunicação, seja sob a perspectiva científica ou filosófica vem conquistando espaços nos meios acadêmicos nacional e internacional. No exterior, deve-se à ICA – *International Communication Association* a criação de uma divisão de estudos específica sobre filosofia da comunicação. Recentemente, Anderson & Bayn (2004) fizeram um balanço dos textos publicados entre 1995 e 2004 pelas revistas científicas vinculadas às quatro principais associações internacionais de comunicação⁴⁸. Os textos foram avaliados sob a perspectiva dos seguintes domínios filosóficos: *ontologia* (existência), *epistemologia* (conhecimento), *praxeologia* (ação humana) e *axiologia* (valores). A avaliação da produção acadêmica em Comunicação sob esses critérios chegou a ser defendida por Fuentes Navarro (2003, p.23), durante o III Seminário Interprogramas da Compós. No entanto, é importante salientar que estudos como esse, embora contemple os principais ramos filosóficos como critério de análise, *não* se configuram em uma tese de idéias ou de doutrina,

⁴⁸ As associações são as seguintes: *International Communication Association - ICA*, *National Communication Association - NCA*, *Association for Education in Journalism and Mass Communication - AEJMC* e *Broadcast Education Association - BEA*. Entre as principais publicações encontram-se: *Communication theory*, *Human communication research*, *Communication Monographs*, *European journal of communication research* e *Asian journal of communication*.

onde todas as perguntas e respostas são filosóficas, por se tratar de uma pesquisa empírica. No Brasil, merece destaque o estudo da pesquisadora Maria Cristina Gobbi (2002), que se propôs a estabelecer as principais linhas de investigação do pensamento latino-americano em Comunicação. Para isso, utilizou abordagens qualitativas e quantitativas, neste caso, através da Cienciometria e da Bibliometria.

Exemplos de pesquisa epistemológica, de natureza filosófica, podem ser encontrados nos trabalhos realizados por Signates (2001) e por Marcondes Filho (2002, 2004). No primeiro caso, ao assumir a noção de “meios de comunicação de massa” como referencial problematizador, Signates alicerça-se na hipótese de que essa expressão revela uma inconsistência teórica que exige sua superação. A partir dessa hipótese, o autor elabora uma crítica a diversas formulações teóricas em comunicação e elabora uma proposta teórico-conceitual mais abrangente sobre o tema. Para realizar esse empreendimento, Signates (2001) adota como principal referência a teoria dual da sociedade em Habermas (sistema e mundo da vida)⁴⁹. No segundo caso, em seus trabalhos sobre a epistemologia da Comunicação, Marcondes Filho (2004, v.2, p.11-12) defende a idéia de que essa área do conhecimento pertence, em primeiro lugar, ao campo da filosofia. Sua tese epistemológica é que a pesquisa em comunicação deve se pautar pelo “princípio da razão durante”, proposta originalmente por Heráclito, ou seja, pela apreensão dos fenômenos enquanto processos, no momento de sua manifestação. Essa tese servirá de principal referência a Marcondes Filho em seu trabalho de reflexão sobre a comunicação, desde os primeiros passos da filosofia até nossos dias.

Uma análise comparativa dos estudos de Luiz Signates e Ciro Marcondes Filho na esfera da Comunicação, e de Ivan Domingues na esfera das ciências humanas, leva à conclusão que eles abordam, em diferentes graus de proximidade, um problema filosófico fundamental: a inadequação, nos tempos atuais, do excessivo apego a formas objetivadas da realidade, tais como as instituições sociais, o capital, os mitos e as relações sociais. No trabalho de Domingues (2004) a constatação desse problema nas obras de Durkheim, Weber, Marx e Lévi-Strauss é interpretada como negação do sujeito do conhecimento pelas ciências humanas. Diante desse problema, Domingues (2004) propõe a elaboração de uma teoria epistemológica particular, de natureza construtivista, com base no argumento do criador do

⁴⁹ No pensamento de Habermas a sociedade é pensada em dois níveis: *mundo da vida* e *sistema*. Grosso modo, o *mundo da vida* representa a dimensão da interação humana, baseada no agir comunicativo entre sujeitos livres, de caráter emancipador em relação à dominação técnica; a noção de *sistema* é definida como um conjunto de atividades orientadas pela razão instrumental, de forma a garantir a sobrevivência política e econômica das sociedades modernas. Essa racionalidade instrumental seria responsável pela dominação técnica e pela produção de relações assimétricas entre os indivíduos (HABERMAS, 2001, p.45-92; INGRAN, 1994, p.153-175; JAPIASSU & MARCONDES, 1996, p.121; SIGNATES, 2001, p.119-131, grifos nossos).

conhecimento, proposto originalmente por Vico. Nos estudos de Marcondes Filho (2002, 2004), o realismo epistemológico será considerado ultrapassado por não contemplar as ambigüidades da realidade, reveladas pelas novas teorias científicas (teoria do caos, teoria da complexidade, teoria da autopoiese), onde as coisas *são e não são* ao mesmo tempo. Essa constatação leva o autor a propor um método para os estudos de comunicação “adequado aos novos tempos de alta rotatividade, de rápida perecibilidade de idéias e modelos”⁵⁰ (MARCONDES FILHO, 2002, p.252). Luiz Signates, por sua vez, ao avaliar os estudos contemporâneos em comunicação social sob a teoria dual de Habermas, critica o enrijecimento teórico desse autor por institucionalizar a noção de *sistema* nas figuras do Estado e do mercado, e a noção de *mundo da vida* na esfera pública e na família. Como alternativa a esse problema, Signates propõe a transposição dessas duas categorias da condição de *institucionalidades* para a de *lógicas de ação social*, que poderiam ser identificadas dentro de quaisquer instituições (SIGNATES, 2001, p.229-235, grifos nossos).

Em suas especificidades, os dois trabalhos em comunicação citados anteriormente se esforçam no sentido de propor novas formas de pensar a comunicação, em consonância com os novos tempos representados pela sociedade globalizada, ou pós-globalizada. Uma característica comum desses estudos é a crítica às concepções ontológicas e epistemológicas excessivamente realistas. Contraditoriamente, a presença de novas formas de sociabilidade na sociedade contemporânea, é condicionada (não determinada), em grande parte, por um fato bem concreto: a emergência das novas tecnologias de informação. Um exemplo de como essas novas tecnologias estão afetando a produção teórica em Comunicação pode ser encontrado na obra de Pierre Levy (1993, 1996, 1999). De acordo com esse autor, “na abordagem clássica dos fenômenos da comunicação, os interlocutores fazem intervir o contexto para interpretar as mensagens que lhes são dirigidas”. Ao contrário dessa afirmação, Levy propõe que o contexto seja o próprio alvo dos atos de comunicação: “Em uma partida de xadrez, cada novo lance ilumina com uma luz nova o passado da partida e reorganiza seus futuros possíveis; da mesma forma, em uma situação de comunicação, cada nova mensagem recoloca em jogo o contexto e seu sentido” (LEVY, 1993, p.22).

Talvez essa metáfora da comunicação enquanto jogo não seja tão atraente para Habermas, em seu esforço de resgatar a interação humana. Mas, considerando a comunicação sob uma perspectiva menos normativa e mais descritiva, essa imagem parece adequada para caracterizar os processos comunicacionais que se verificam atualmente nas relações entre os

⁵⁰ Esse método ainda não foi totalmente desenvolvido pelo autor, o que deverá ocorrer no terceiro volume de sua obra dedicada à filosofia da comunicação, denominado “O princípio da razão durante”, ainda no prelo.

atores da nova ordem mundial. No contexto dessas relações, as tecnologias da informação operam como disseminadoras de instrumentos de poder, tornando o mundo global muito mais complicado e cheio de contradições. De acordo com Gilberto Dupas (2005, p.27-32), os atores do jogo global podem ser agrupados em três categorias principais: a área do capital, a área da sociedade civil, a área do Estado e, mais recentemente, os grupos terroristas, que adquiriram a condição de novos e importantes atores globais. Dupas se esquece de evidenciar as organizações midiáticas.

Ao mesmo tempo em que propõe essa categorização, Dupas (2005, p.40) reconhece que os atores nunca são bem definidos no jogo global: eles se delinham por meio de alianças temporárias de geometria variável, onde as regras vão se constituindo durante o próprio jogo: o aliado de hoje pode ser o inimigo de amanhã. Isso ocorre, por exemplo, quando os Estados Unidos inventam o conceito de guerra preventiva para invadir o Iraque à revelia da Organização das Nações Unidas, quando a Espanha decide julgar um ex-presidente chileno por crime contra a humanidade, ou quando uma corporação transnacional tenta controlar sozinha o genoma da espécie humana (DUPAS, 2005, p.37). Se ação e comunicação são quase sinônimos, com a diferença que a comunicação visa mais diretamente o plano das representações (LEVY, 1993, p.21), então seria possível compreender as diversas possibilidades de jogo na ordem global enquanto processos comunicacionais envolvendo organizações.

6.3 Epistemologia e Comunicação organizacional

Considerando que o campo comunicacional, em sua natureza filosófica, ainda é profundamente impactado por concepções epistemológicas e ontológicas realistas, em que medida esse problema também se aplica à Comunicação organizacional? Para responder a essa pergunta, o primeiro passo é resgatar as principais orientações teóricas dessa área do conhecimento. Na literatura é possível encontrar diversas propostas nesse sentido (DANIELS, SPIKER & PAPA, 1997; PUTNAM, 2002), mas procurou-se adotar a tipologia de Deetz (2000) pelo fato dela proporcionar algumas reflexões epistemológicas, já contempladas no âmbito deste trabalho.

6.3.1 – Dimensões de avaliação epistêmica

Ao adotar o termo “orientações discursivas” no lugar de “paradigmas”, Deetz (2000) procura levar em conta, na criação de sua tipologia, os seguintes aspectos: os sistemas lingüísticos de distinção presentes nas orientações; os valores inerentes à concepção de ciência adotada pelo pesquisador; a orientação do pesquisador sobre questões relacionadas ao conflito e à ordem, bem como a relação do pesquisador com outros grupos (a comunidade científica a qual pertence e a comunidade organizacional investigada). Esses aspectos encontram-se articulados em duas dimensões de avaliação: *a) local/emergente - elite/a priori* e *b) consenso - dissenso*. A combinação dessas duas dimensões permite à Deetz (2000) a construção de quatro tipos de discursos predominantes nos programas de pesquisa em Comunicação organizacional: *normativo, interpretativo, crítico e dialógico* ou *pós-moderno*.

A dimensão local/emergente e elite/a priori

O principal objetivo das análises proporcionadas por essa dimensão é desvendar as concepções que estão por trás do processo de pesquisa relacionado aos membros de uma organização. Basicamente, essas concepções encontram-se localizadas em dois pólos opostos: *local/emergente* e *elite/a priori*. No primeiro pólo prevalece a idéia de que o conhecimento é social e linguisticamente construído, não havendo, portanto, a separação rígida entre sujeito e objeto. Na prática, isso ocorre por meio da interação do pesquisador com a comunidade investigada. Neste caso, o pesquisador assume mais o papel de colaborador do que de observador. Seu vocabulário teórico é adotado apenas como guia inicial de investigação, que se encontra constantemente aberta a novos conceitos, interpretações e redirecionamentos. Ao contrário dessa posição, o pólo *elite/a priori* considera que o conhecimento científico *não* é afetado por suas condições de produção, além de privilegiar o sistema de linguagem do pesquisador e de sua comunidade científica. Ainda que não assumido explicitamente, esse sistema é considerado, por seus adeptos, o que melhor representa “a realidade”, quando comparado ao conhecimento leigo. Por isso a pesquisa tende a ser orientada fortemente pela teoria científica, que cumpre o papel de direcionar a interpretação do pesquisador sobre as experiências e comportamentos da comunidade investigada. Enquanto a dimensão *local/emergente* valoriza as particularidades do conhecimento localizado, a dimensão *elite/a priori* possui a expectativa de produção de um conhecimento universal, que pode ser empregado na investigação de qualquer contexto (DEETZ, 2000, p.13).

Quadro 1
Características da dimensão local/emergente e elite/a priori

Local/Emergente	Elite/A priori
▪ Comunidades comparadas	▪ Comunidade privilegiada
▪ Múltiplos jogos de linguagem	▪ Jogo de linguagem fixo
▪ Particularidade	▪ Universalidade
▪ Ateórica	▪ Dirigida pela teoria
▪ Determinismo situacional ou estrutural	▪ Determinismo metodológico
▪ Não fundacional	▪ Fundacional
▪ Narrativas locais	▪ Grandes narrativas de progresso e emancipação
▪ Sensibilidade e entendimento como interesses centrais	▪ Racionalidade e verdade como interesses centrais
▪ Conhecimento prático localizado	▪ Conhecimento teórico generalizável
▪ Tendência em ser feminino na atitude	▪ Tendência em ser masculino na atitude
▪ Busca o incomum	▪ Busca o familiar
▪ Direcionamento da pesquisa a partir do outro	▪ Direcionamento da pesquisa a partir de si mesmo
▪ A ontologia da “diversidade” prepondera sobre o método	▪ Questões epistemológicas e de procedimento preponderam sobre questões localizadas
Fonte: adaptado por Fonseca Júnior a partir de Deetz (2000)	

A dimensão consenso-dissenso

Esta dimensão encontra-se direcionada ao relacionamento entre ciência e ordem social. Consenso ou dissenso não devem ser interpretados como concordância ou discordância, mas como a presença de unidade ou diferença, continuidade ou descontinuidade em qualquer discurso predominante. Essa ênfase no discurso deve-se ao fato de os estudos contemporâneos sobre processos de dominação valorizarem mais as relações de conflito e poder subjacentes aos controles normativos, em detrimento de abordagens macrosociológicas, tais como os conflitos entre grupos. O pólo do *consenso* abrange os programas de pesquisa que concebem a ordem como a característica dominante dos sistemas natural e social. Sob essa concepção, o objetivo principal da pesquisa é apresentar uma determinada descoberta com alto grau de fidedignidade ou probabilidade. Neste caso, a linguagem é tratada como um sistema neutro de representações, utilizada apenas para revelar a suposta realidade recém-descoberta. A ordem existente também é tratada como natural e não problemática. Eventos aleatórios, conflitos ou dissonâncias são desconsiderados ou, no máximo, encarados como problemas a serem resolvidos em benefício da manutenção da ordem. Já o pólo do *dissenso* representa os

programas de pesquisa que consideram a luta, o conflito e as tensões como o estado natural das coisas. O próprio processo de pesquisa é situado dentro de um terreno conflituoso. Ao desafiar os mecanismos de manutenção da ordem, as investigações orientadas pelo *dissenso* valorizam mais a capacidade produtiva das observações (a habilidade de desafiar valores, rotinas e práticas sociais) do que sua validade. Nesse sentido, a pesquisa orientada pelo dissenso é considerada anti-positivista (DEETZ, 2000, p.15-16).

Quadro 2
Características da dimensão Consenso-Dissenso

Consenso	Dissenso
▪ Confiança	▪ Suspeição
▪ Ordem hegemônica como estado natural	▪ Conflitos acima da ordem como estado natural
▪ Naturalização do presente	▪ A ordem presente é historicizada e politizada
▪ A integração e harmonia são possíveis	▪ A ordem representa dominação e eliminação de conflitos
▪ Pesquisa focada na representação	▪ Pesquisa focada na mudança e na representação
▪ O espelho como metáfora dominante	▪ A lente como metáfora dominante
▪ A validade como interesse principal	▪ Insight e práxis como interesses principais
▪ Teoria como abstração	▪ Teoria como forma de olhar
▪ Ciência unificada e triangulação	▪ Complementaridade posicional
▪ A ciência é neutra	▪ A ciência é política
▪ A vida é descoberta	▪ A vida é conflito e criação
▪ Pesquisador anônimo, além do tempo e do espaço	▪ Pesquisador identificado e posicionado
▪ Pesquisador livre e autônomo	▪ Pesquisador situado histórica e socialmente
Fonte: adaptado por Fonseca Júnior a partir de Deetz (2000, p.15)	

6.3.2 Orientações discursivas

A combinação dessas duas dimensões proporciona quatro abordagens discursivas distintas que, segundo Deetz (2000), não devem ser consideradas “paradigmas” por diversas razões. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que cada um desses discursos representa “tipos ideais”, construídos artificialmente. Mesmo no interior de cada um deles é possível encontrar, na literatura disponível, disputas, conflitos e debates acadêmicos acalorados. Em

segundo lugar, muitos pesquisadores e professores não se consideram pertencentes, de forma exclusiva, a um desses protótipos, podendo se situar em suas encruzilhadas e mover-se de um lado para outro, sem se preocupar com seu enquadramento em determinada classificação. Em terceiro lugar, esses discursos não se encontram totalmente isolados uns dos outros, na medida em que disputas filosóficas podem deixar traços em cada um desses protótipos, enriquecendo desta forma, os vários programas de pesquisa em Comunicação Organizacional. Apesar dessas restrições, a matriz desenvolvida por Deetz (2000) cumpre o importante papel de auxiliar na investigação sobre as principais orientações discursivas adotadas no estudo dos processos comunicacionais relativos às organizações. Esses discursos são denominados pelo autor de *normativo*, *interpretativo*, *crítico* e *dialógico* ou *pós-moderno*. Entre as duas últimas denominações Deetz prefere adotar o termo *dialógico* por considerar o termo *pós-moderno* desgastado. Entretanto, como no Brasil o termo dialógico encontra-se historicamente vinculado à obra de autores como Paulo Freire, que não é citada por Deetz, preferiu-se optar pelo termo *pós-moderno* (DEETZ, 2000, p.11).

O discurso dos estudos normativos

A pesquisa normativa tende a aceitar as organizações como objetos naturalmente existentes, sujeitos à descrição, predição e controle. Os objetivos estabelecidos por determinado grupo, geralmente a alta administração, são amplamente aceitos como os objetivos da própria organização. Em decorrência dessa orientação, a pesquisa científica é colocada, de forma implícita ou explícita, a serviço desses objetivos, geralmente econômicos, na medida em que grande parte das organizações retratadas na pesquisa normativa são corporações comerciais. Os pesquisadores vinculados a essa orientação costumam ser rotulados de funcionalistas, ao tratar a comunicação como transferência de informação, persuasão e controle. Entre os principais temas abordados encontram-se a comunicação entre superior e subordinado, redes, poder e relações com o público. Estudos realizados sob a perspectiva instrumental da cultura e de clima organizacionais também são enquadrados dentro dessa perspectiva. No discurso dos estudos normativos prevalece a grande narrativa de comprometimento das organizações com a construção de um mundo melhor por meio do progresso científico, da produção de bens e serviços acessíveis à população e do crescimento econômico (DEETZ, 2000, p.19-23).

O discurso dos estudos interpretativos

Para a maior parte dos pesquisadores interpretativos a organização é um lugar social, um tipo especial de comunidade que possui muitos pontos em comum com outros tipos de comunidade. O principal objetivo dessa orientação é mostrar como realidades particulares, representadas pelas organizações, são socialmente produzidas e mantidas através das conversas diárias, estórias, ritos, rituais e outras atividades cotidianas. As principais influências das pesquisas interpretativas encontram-se nos campos da antropologia e da hermenêutica. Por isso os estudos são realizados dentro da própria organização, por meio da observação participante e da realização de entrevistas em profundidade. A pesquisa interpretativa é muito mais aberta e emergente do que a pesquisa normativa, estando mais interessada em compreender as condições sociais da vida organizacional, por meio de uma profunda leitura cultural, do que comprometida com a eficácia organizacional. Embora os estudos interpretativos aceitem muito das idéias de consenso da perspectiva normativa, as pessoas *não* são por eles consideradas apenas objetos de estudo, mas produtoras ativas de sentido, tão importantes quanto o próprio pesquisador. Apesar dessa preocupação, a abordagem interpretativa passou, com o tempo, a ser instrumentalizada por interesses administrativos. Quando isso acontece, ela se transforma em abordagem normativa, na medida em que as profundas discussões sobre cultura são relegadas à condição de meras “variáveis culturais” (DEETZ, 2000, p.23-25).

O discurso dos estudos críticos

Os pesquisadores críticos concebem as organizações em geral como criações históricas e sociais, forjadas sob condições de conflito e relações de poder. As organizações são antes de tudo lugares políticos, sujeitos à interpretação por meio das teorias sociais. Das quatro orientações discursivas previstas, os estudos críticos são os que declaram mais explicitamente seu comprometimento com questões éticas e morais. Seu principal objetivo em relação à Comunicação Organizacional tem sido criar uma sociedade, assim como ambientes de trabalho, livres de dominação, onde todos os membros possam contribuir igualmente para a satisfação das necessidades humanas, promovendo o progressivo desenvolvimento de todos. Por isso os teóricos críticos estão atentos a questões gerais relacionadas a distorções da comunicação e a formas equivocadas de percepção nas organizações. Algumas vezes esses teóricos possuem uma clara agenda política, focada nos interesses de grupos específicos, tais

como trabalhadores, mulheres ou minorias étnicas. Seus estudos são influenciados por diversas concepções, tais como a produção acadêmica dos teóricos da Escola de Frankfurt, de teóricos especializados em conflitos, de alguns estruturalistas, assim como de autores dedicados a questões feministas no ambiente de trabalho, entre outros (DEETZ, 2000, p.25-30).

O discurso dos estudos pós-modernos

Assim como os estudos críticos, os estudos pós-modernos dedicam atenção a questões de dominação e assimetria nas organizações. Entretanto, enquanto os estudos críticos determinam previamente as formas de dominação, os estudos pós-modernos estão mais focados nos processos micropolíticos e na natureza intrínseca do poder e da resistência. Neste caso, a dominação é concebida como coisa fluida, circunstancial, não localizada e de origem indefinida. Mesmo os grupos e as identidades pessoais *não* são percebidos como fixos ou uniformes. Além disso, a perspectiva pós-moderna não está empenhada, como os estudos críticos, na concretização de ideais utópicos. Sua preocupação é demonstrar a incompletude da realidade, assim como os aspectos ocultos da resistência e da complexidade. Seu compromisso é transformar continuamente o mundo ao resgatar diversos aspectos relacionados às pessoas marginalizadas e subjugadas.

As principais concepções da perspectiva pós-moderna são tributárias da recente produção filosófica francesa, cujos principais autores são Pierre Bourdieu, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Michel Foucault, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Seus principais temas são: 1) *a centralidade do discurso*, ao valorizar o papel da linguagem na construção dos processos sociais; 2) *as identidades fragmentadas*, ao colocar em xeque tanto a visão filosófica ocidental centrada no *homem*, quanto a estabilidade das sociedades e de suas organizações no mundo contemporâneo; 3) *a crítica da filosofia da presença*, ao considerar que os objetos e os sentidos produzidos no âmbito das organizações não são universais e estáveis, mas fragmentados, instáveis e localizados; 4) *o declínio das grandes narrativas*, ao se colocar contra os grandes sistemas teóricos, tais como o marxismo e o funcionalismo; 5) *a conexão entre poder e conhecimento*, ao examinar o papel das pretensões de conhecimento e verdade nos sistemas de dominação; 6) *a hiper-realidade*, ao enfatizar a natureza fluida e hiper-real do mundo contemporâneo e 7) *a pesquisa como resistência e indeterminação*, ao valorizar o papel da pesquisa nos processos de mudança e ao resgatar a

voz daqueles que a perderam ou que se encontra encoberta na vida cotidiana (DEETZ, 2000, p.30-37).

Análise comparativa das orientações discursivas

De forma geral, a comparação das orientações discursivas propostas por Deetz (2000), leva à conclusão que as preocupações de ordem epistemológica e ontológica mais instigantes no âmbito da comunicação organizacional encontram-se no discurso dos estudos interpretativos e o dos estudos pós-modernos, por questionarem as premissas do realismo. Nos estudos normativos prevalece a concepção epistêmica e ontológica de natureza realista, enquanto nos estudos críticos as preocupações são predominantemente de ordem ética, mas de concepção epistêmica e ontológica, também de natureza realista. Uma visão comparativa dessas orientações pode ser verificada no quadro 3, exposto a seguir.

6.4 Avaliação terminológica

A existência de diversas designações para a Comunicação Organizacional e termos correlatos, tanto no Brasil como em outros países, parece estar associada a dois problemas epistemológicos profundos, levantados anteriormente: o primeiro é a disputa por espaço profissional e acadêmico no interior do campo; o segundo é a ausência de um quadro teórico-metodológico consistente que configure a Comunicação Organizacional como um campo científico. Esses problemas encontram-se estreitamente relacionados, pois, de acordo com Pedro Demo (1995, p.20-21) e Alberto Oliva (2003, p.13), a cientificidade obedece a critérios internos e externos. Cada um desses critérios e requisitos representa um grande desafio para o desenvolvimento da Comunicação Organizacional.

No âmbito interno, os critérios da *coerência* e *consistência*, propostos por Demo, assim como o *requisito sintático*, proposto por Oliva, requerem dos pesquisadores conhecimentos em lógica e terminologia para a construção apropriada do universo lexical de sua área de conhecimento. Outro grande desafio está relacionado aos critérios internos de *objetivação* e *originalidade*, bem como ao *requisito semântico*: na medida em que a sociedade da informação não é homogênea, apresentando enorme diversidade cultural e institucional, o reconhecimento da alteridade das organizações não-empresariais em seus próprios termos – inclusive as organizações criminosas – continua sendo um grande problema para a

Quadro 3

Comparação das formas discursivas em Comunicação Organizacional

Tema / Discurso	Normativo	Interpretativo	Crítico	Pós-moderno
Objetivo fundamental	Estabelecer relações entre objetos	Revelar a cultura unificada	Desmascarar a dominação	Recuperar o conflito
Método	Ciência normativa	Hermenêutica, Etnografia	Criticismo Cultural, Crítica Ideológica	Desconstrução, Genealogia
Expectativa	Emancipação progressista	Reestabelecimento de valores integrativos	Reforma da ordem social	Reivindicação de espaço para vozes esquecidas
Metáfora das relações sociais	Econômica	Social	Política	De massa
Metáfora organizacional	Mercado	Comunidade	Sociedade política (<i>polity</i>)	Carnaval
Preocupações	Ineficiência, desordem	Ausência de expressão, ilegitimidade	Dominação, consentimento	Marginalização, eliminação de conflito
Interesse relacionado à comunicação	Fidelidade, influência, necessidades informacionais	Aculturação social, afirmação de grupo	Equívocos cognitivos, distorção sistemática	Fechamento do discurso
Estilo de narrativa	Científico/técnico, estratégico	Romântico	Terapêutico	Irônico, ambivalente
Identidade histórica	Moderno	Pré-moderno	Modernidade tardia	Pós-moderno
Benefícios organizacionais	Controle, perícia	Comprometimento, qualidade da vida organizacional	Participação, expansão do conhecimento	Diversidade, criatividade
Humor	Otimista	Amigável	Desconfiado	Brincalhão
Preocupação social	Desordem	Despersonalização	Autoridade	Totalização, normatização

Fonte: Adaptado por Fonseca Júnior a partir de Deetz (2000, p.17).

Comunicação Organizacional. O terceiro grande desafio encontra-se no critério externo da *intersubjetividade* e no *requisito pragmático*, associados ao contexto ou as condições de produção da pesquisa científica, inclusive sua dimensão política. A face mais visível dessa dimensão encontra-se nas iniciativas de institucionalização das diversas denominações e classificações em comunicação organizacional. Como já dizia Pierre Bourdieu (1998, p.81), “a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto ou mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é, autorizada). Todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e de constituir o mundo nomeando-o”.

Na esfera da Comunicação Organizacional norte-americana, o trabalho de análise terminológica de suas principais denominações chegou a ser realizado por Shelby (1993), que procurou diferenciar teoricamente as fronteiras e interfaces de *Organizational communication*, *Business communication*, *Corporate communication* e *Management communication*. A partir da revisão da literatura sobre o assunto, e com base nas definições implícitas ou explícitas em mais de 200 livros e artigos científicos, a autora estabeleceu doze variáveis, distribuídas em seis pares opostos. Num segundo momento, esses descritores foram reorganizados em três grandes grupos: *sistema*, *processo* e *produto*. Apesar de reconhecer certa arbitrariedade nessa última classificação, a autora procurou, com esse procedimento, capturar o “sentido” essencial dos descritores por ela definidos. A combinação desses três grandes grupos com a tipologia dos seis pares de descritores permitiu a Shelby (1993) construir um “modelo conceitual integrado”, em busca de melhor compreensão sobre os aspectos inerentes àquelas quatro disciplinas. Sua proposta de classificação encontra-se descrita a seguir.

I - SISTEMA - Revela a natureza essencial das disciplinas, com base no *que é* estudado.

a) Díade/Coletividade – A díade refere-se à comunicação entre duas pessoas. Essa forma de comunicação pode ou não ser interativa e inclui qualquer formato, como cartas, relatórios e entrevistas. O critério de coletividade pode incluir a comunicação de um para muitos (comunicação pública), a comunicação grupal (encontros, conferências) ou inter-grupal (entre o departamento de vendas e o departamento de produção, ou entre grupos de interesse e grupos de parlamentares, por exemplo).

b) Interno/Externo – A comunicação interna se refere à comunicação que ocorre dentro da organização; a comunicação externa ocorre quando indivíduos da organização comunicam-se com aqueles externos a ela.

II - PROCESSO – Esclarece *como* os vários objetos das disciplinas são estudados.

c) Intervenção/Investigação – A intervenção diz respeito ao comportamento em comunicação direcionado à realização dos objetivos organizacionais. A investigação se refere ao estudo da comunicação organizacional enquanto fenômeno, visando sua compreensão e descrição.

d) Análise/Síntese – A análise sugere segmentação, divisão ou diferenciação de elementos relacionados à comunicação (micro-orientação). A síntese diz respeito à combinação das partes, a composição (macro-orientação).

III - PRODUTO – Refere-se aos *objetivos* inerentes ao conteúdo das disciplinas.

e) Teoria/Prática – A prática está focada nas habilidades comunicacionais; as teorias são princípios sistematizados, explicativos e preditivos relacionados ao objeto.

f) Método/Disciplina – O método se refere às técnicas de comunicação; a disciplina indica um coerente e distinto campo de estudo.

Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica e da análise terminológica das disciplinas relacionadas à comunicação nas organizações, permitiram a Shelby (1993) chegar às seguintes conclusões:

Organizational Communication

De acordo com Shelby (1993), os pesquisadores da *Organizational Communication* vêm obtendo, historicamente, pouco sucesso na definição de parâmetros claros para seu campo de estudo, na medida em que ainda não chegaram a um consenso sobre o assunto. Na época de realização de sua pesquisa, a autora encontrou, na revisão de literatura, duas

orientações opostas nessa disciplina: a *perspectiva funcionalista*, baseada na crença sobre a existência de uma realidade objetiva, e a abordagem *interpretativa*, voltada à análise dos processos organizacionais em que a realidade subjetiva é construída. O segundo problema por ela encontrado refere-se ao escopo da disciplina. Algumas abordagens são altamente inclusivas, envolvendo *internal communication*; *human relations*; *management-union relations*; *downward*, *upward* e *horizontal communication*⁵¹, além de habilidades relacionadas às comunicações oral e escrita, bem como à elaboração de programas de avaliação em comunicação. Outras definições são muito mais limitantes, chegando a restringir a *Organizational Communication* ao tratamento sistemático de variáveis mensuráveis em comunicação.

Ao analisar as definições de *Organizational Communication*, segundo os doze descritores por ela desenvolvidos, Shelby (1993) percebeu que a maior parte dos autores pesquisados encontra na comunicação coletiva, realizada dentro da organização, a abordagem apropriada para essa disciplina, embora algumas definições sejam mais inclusivas, ao incorporar a comunicação diádica e a comunicação com o ambiente externo. Grande parte dos autores atribui à *Organizational Communication* o papel de investigar os fenômenos comunicacionais nas organizações, embora alguns trabalhos incluam a intervenção em suas definições. Entretanto, nos processos de investigação dos fenômenos, tanto a análise quanto a síntese são adotados igualmente. Por outro lado, enquanto alguns pesquisadores incluem as habilidades comunicacionais como parte da disciplina, o interesse predominante é teórico, sendo a teoria dos sistemas a mais adotada historicamente. Apesar dessa preferência pela teoria, a questão sobre se a *Organizational Communication* deveria ou não incluir práticas comunicacionais, tais como a realização de conferências e treinamentos, a elaboração de documentos e a melhoria das relações interpessoais, tem sido muito debatida. Essa discussão a favor das práticas comunicacionais tem sido levantada principalmente pelos autores contemporâneos, oriundos da *Business Communication*. Em decorrência dessa posição, eles também defendem a caracterização da *Organizational Communication* como um método de investigação. Ao contrário dessa posição, os autores influenciados pela *Speech Communication* defendem a *Organizational Communication* enquanto disciplina.

⁵¹ Devido às diferenças existentes entre as terminologias em Comunicação Organizacional adotadas nos Estados Unidos e no Brasil, optou-se por manter os termos originais em inglês. No Brasil, por exemplo, a comunicação interna pressupõe as comunicações descendente (*downward communication*), ascendente (*upward communication*) e horizontal (*horizontal communication*) (KUNSCH, 2003).

Business Communication

Enquanto os pesquisadores da *Organizational Communication* encontram-se envolvidos na definição de seu campo, os autores da *Business Communication* tradicionalmente têm concordado entre si sobre a natureza e a abrangência de seu objeto. A partir dos anos de 1980, entretanto, eles começaram a se preocupar com questões de identidade, na medida em que a disciplina passou a se tornar mais dinâmica, mais inclusiva e, conseqüentemente, mais ambígua. Suas definições, muitas delas implícitas, refletem um domínio em expansão, que às vezes se funde às demais disciplinas. De acordo com as informações levantadas por Shelby (1993), historicamente, a disciplina *Business Communication* vem dedicando atenção principal à troca de mensagens escritas nos negócios, como suporte às atividades de compra e venda de bens e serviços. No entanto, em meados da década de 1970, muitos cursos de *Business Communication* começaram a contemplar novos temas, tais como planejamento, resolução de problemas, processos cognitivos, tecnologias e workshops. Essa expansão dos parâmetros pedagógicos levou a novas conceituações, chegando à década seguinte à fusão de definições relacionadas às disciplinas de *Business* e *Human Communication*. O resultado dessa iniciativa foi a ampliação da *Business Communication* com inclusão de mensagens verbais e não-verbais. Algumas definições foram ainda mais longe ao considerar como objeto dessa disciplina qualquer contato formal ou informal, seja no interior das organizações ou com seu ambiente externo.

A análise de Shelby (1993), de acordo com seus descritores, demonstrou que a *Business Communication* possui uma adesão histórica ao foco interpessoal, sendo a comunicação diádica a unidade básica de análise. Entretanto, a comunicação coletiva tem sido recentemente valorizada com a inclusão de temas tais como reuniões e oratória (*public speaking*). A *Business Communication* também continua interessada na comunicação interna e externa. As mensagens internas costumam envolver desde memorandos e relatórios a entrevistas e reuniões. As mensagens externas incluem documentos escritos (cartas, relatórios, etc) e conferências, enquanto os discursos são direcionados tanto às audiências internas quanto externas. A intervenção nos processos comunicacionais, característica fundamental da *Business Communication*, tem sido revigorada por novas abordagens em estratégia de comunicação, assim como sua vocação para a comunicação escrita. Na relação entre teoria e prática, a maior parte dos trabalhos concebem a teoria como secundária, se não periférica. As definições que designam a *Business Communication* como disciplina aplicada enfrentam forte resistência por parte dos autores que a consideram um método prático.

Management Communication

O levantamento das definições realizadas por Shelby (1993) caracteriza a *Management Communication* como uma área bastante recente, que ainda não se afirmou como disciplina acadêmica. Algumas vezes o termo *Management Communication* é adotado como sinônimo de *Business Communication*, embora algumas definições façam paralelos e distinções entre ambas as denominações. Neste caso, o foco estratégico e gerencial da *Management Communication* corresponderia, por um lado, ao foco intervencionista da *Business Communication*. Por outro lado, a *Management Communication* tende a colocar muito mais ênfase na integração entre teoria e prática do que a *Business Communication*.

A partir da análise de definições baseadas em seus descritores, Shelby (1993) chegou à conclusão que o escopo da *Management Communication* inclui tanto a comunicação diádica quanto a comunicação coletiva. Por outro lado, seu foco encontra-se tipicamente direcionado ao ambiente interno da organização. Apesar de sua dupla orientação investigativa e intervencionista, muito de suas pesquisas não possui aplicação prática imediata. Entretanto, ao se propor a atingir os objetivos organizacionais, ela procura combinar em seus estudos tanto a análise quanto a síntese. Por meio da análise, a *Management Communication* procura investigar as diversas partes do fenômeno comunicacional, tais como as audiências, os canais disponíveis, as melhores opções de mensagem. Por meio da síntese, ela relaciona essas diversas partes visando a melhor tomada de decisão. Quando comparada à *Business Communication* e à *Organizational Communication*, a *Management Communication* apresenta mais teoria e menos prática do que a primeira, porém menos teoria e mais prática do que a segunda. Ela também é concebida seja como método, seja como disciplina.

Corporate Communication

A *Corporate Communication* é considerada por Shelby (1993) uma espécie de guarda-chuva para uma variedade de formas e formatos de comunicação, que podem variar de organização para organização. De forma irônica, a autora também considera a *Corporate Communication* uma espécie de *self-service* ou loja de conveniência⁵² da comunicação, cujas opções disponíveis são *Public Relations* (redação de discursos, relações com a imprensa e

⁵² No texto original a denominação adotada por Shelby é “[...] cafeteria, from which choices are made includes public relations (speech writing, press/community relations), public affairs (including lobbying activities), and employee, customer, and stockholder communication.” (SHELBY, 1993, p.255).

com a comunidade), *Public Affairs* (incluindo atividades de *lobby*), além da comunicação com os empregados, clientes e acionistas. A *Corporate Communication* pode envolver ainda políticas corporativas de tomadas de decisão (*issue management*), bem como o desenvolvimento de políticas e estratégias de comunicação. De acordo com os descritores de Shelby (1993), o *locus* da *Corporate Communication* é composto pelas coletividades existentes dentro e fora das organizações. Seu foco é a intervenção, baseada tanto na análise, quanto na síntese. Devido à sua orientação pragmática, a *Corporate Communication* valoriza mais os métodos e as habilidades comunicacionais do que a teoria.

Após a análise de cada uma das quatro denominações, Shelby (1993) passou a verificar suas inter-relações com a adoção de seu modelo conceitual integrado. Conforme pode ser observado nas matrizes expostas nas páginas seguintes, esse modelo permite visualizar, conjuntamente, as principais características inerentes a cada uma dessas denominações, sob a perspectiva do *sistema* (o que elas estudam), do *processo* (como elas estudam) e do *produto* (quais seus objetivos). Uma última figura faz a síntese das fronteiras e dos relacionamentos entre *Organizational Communication*, *Business Communication*, *Management Communication* e *Corporate Communication*. Como poderá ser constatado, neste caso, *Organizational Communication* é o mais abrangente entre os principais termos adotados nos Estados Unidos, quanto ao estudo e à prática da comunicação nas organizações.

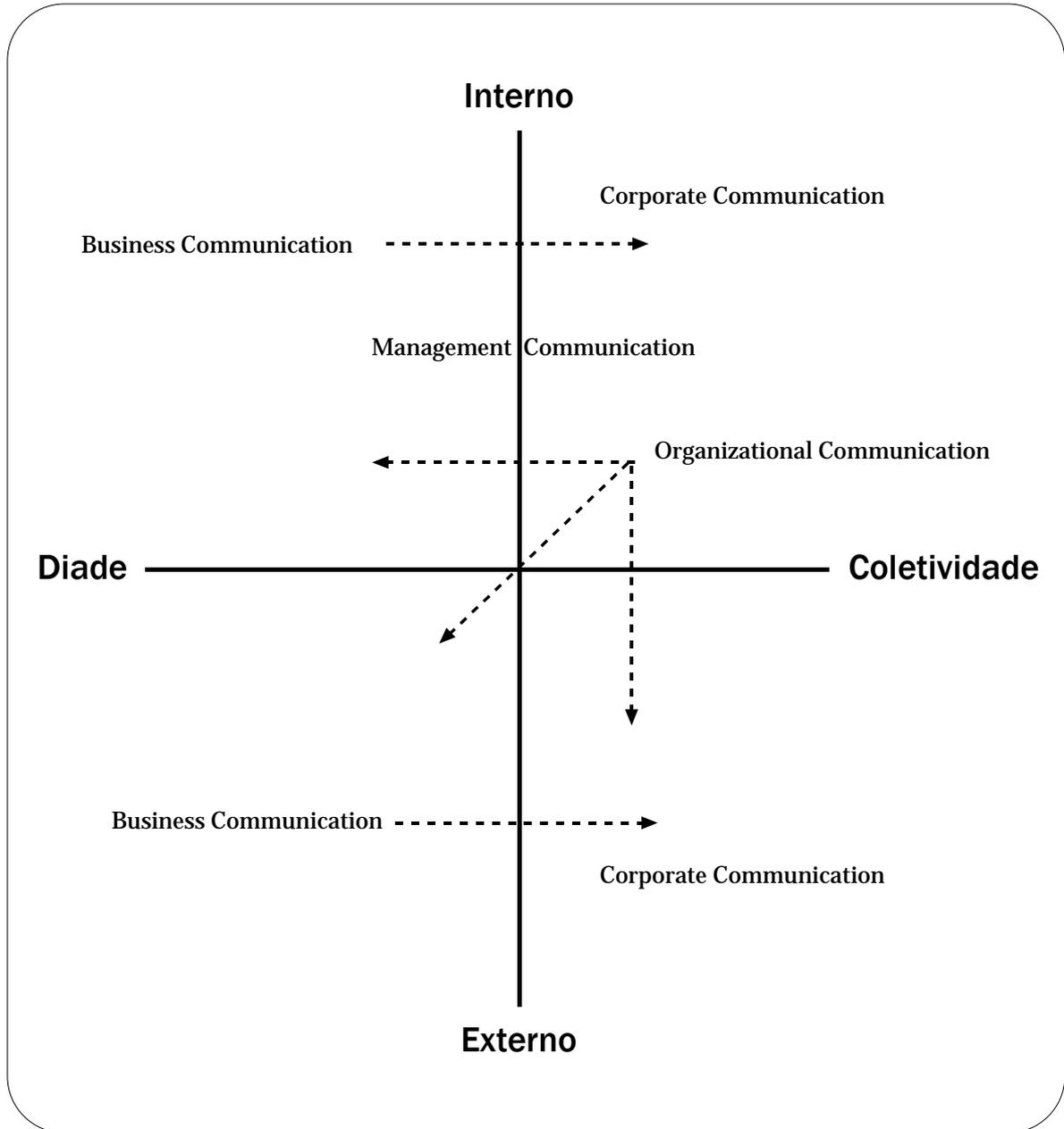


Figura 5 – Matriz de análise de sistema. Fonte: Shelby, 1993



Figura 6 – Matriz de análise de processo. Fonte: Shelby, 1993

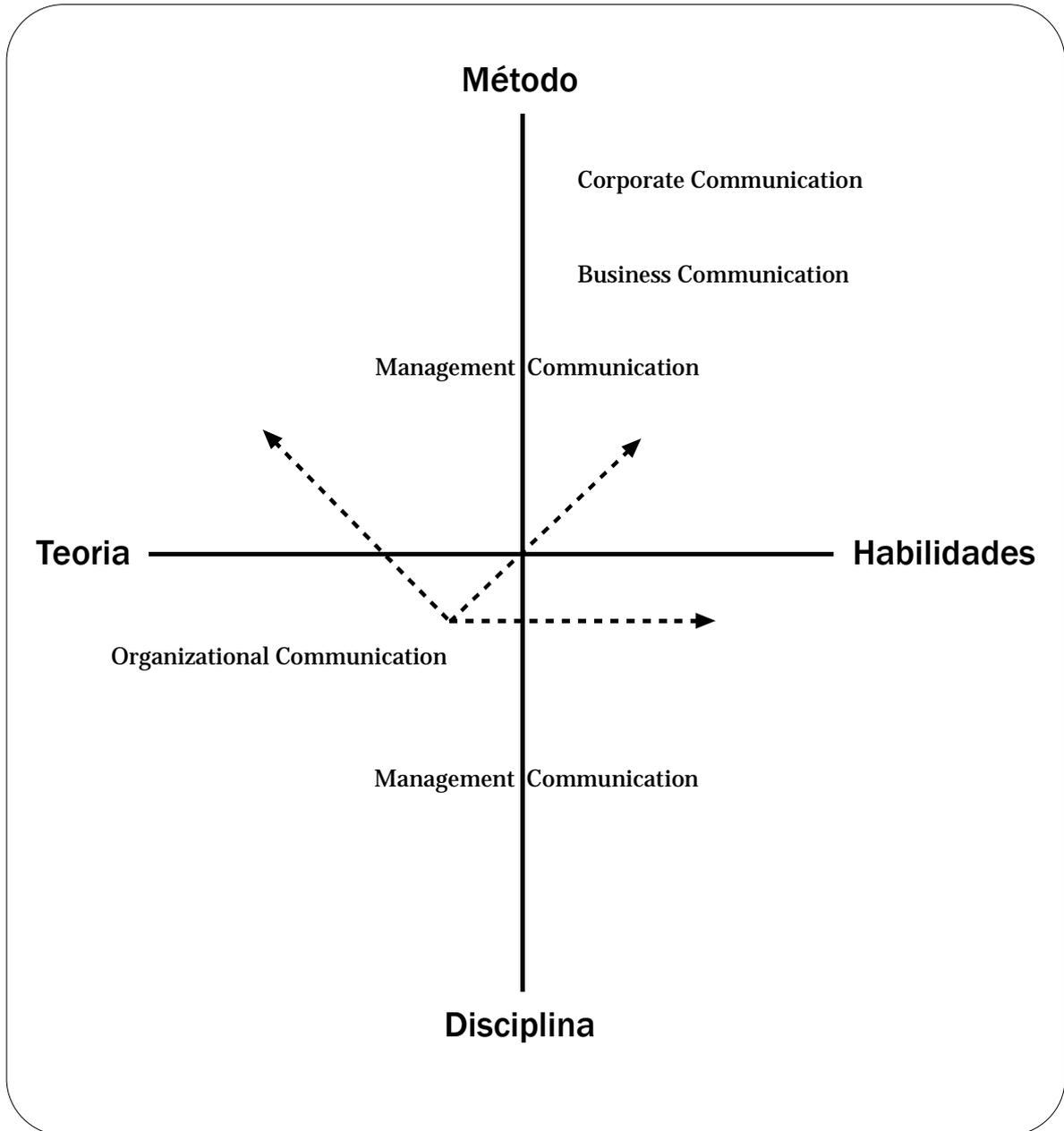


Figura 7 – Matriz de análise de produto. Fonte: Shelby, 1993

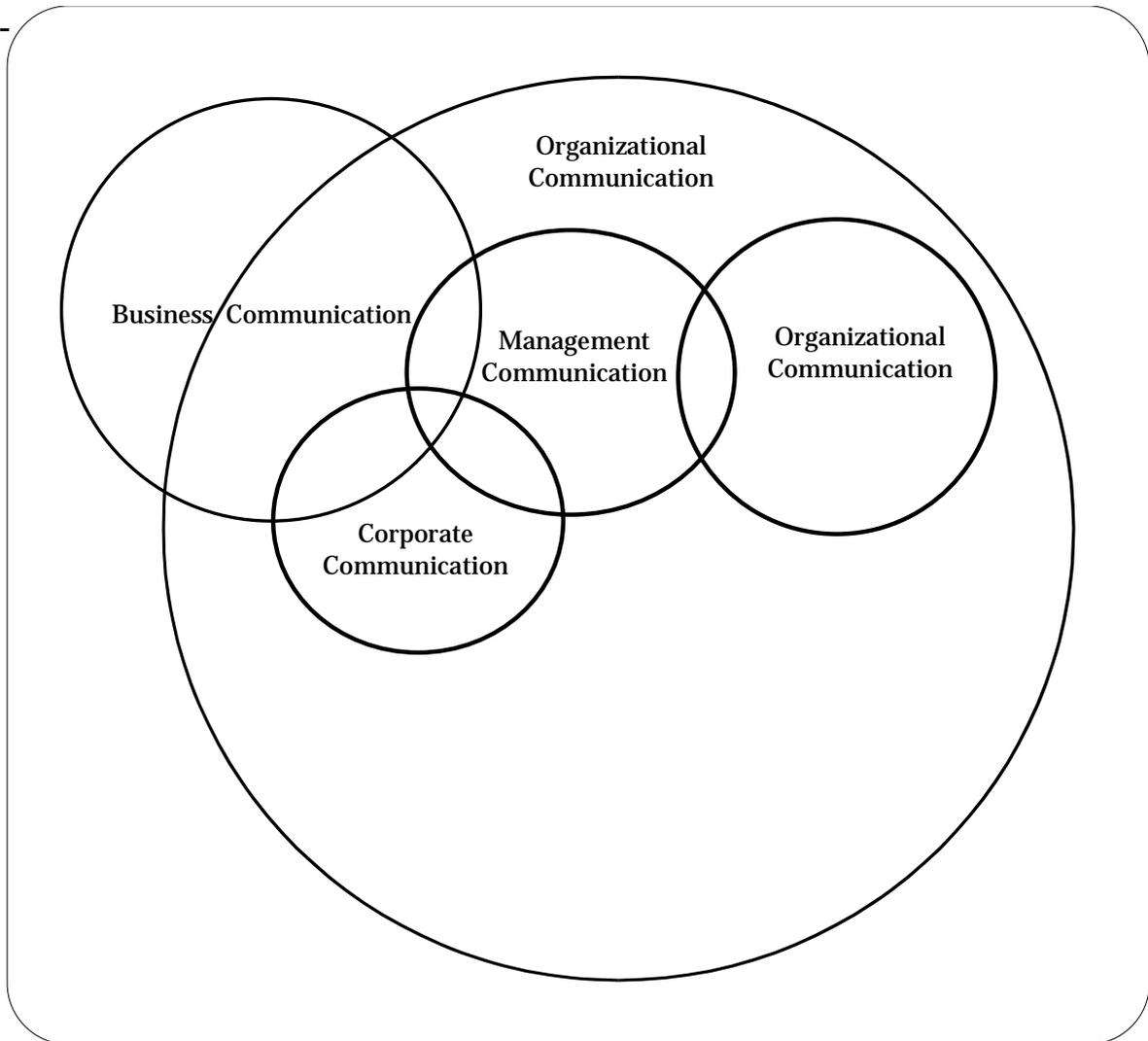


Figura 8 – Fronteiras e relacionamentos disciplinares. Fonte: Shelby, 1993

7. Metodologia em epistemologia

A definição metodológica em epistemologia varia de acordo com a fonte de referência sobre essa disciplina. Entretanto, é possível situar as diversas contribuições metodológicas entre os extremos de um mesmo gradiente. De um lado encontra-se a epistemologia como disciplina essencialmente filosófica. Segundo esta concepção, a epistemologia seria responsável por examinar a produção de uma determinada ciência ou conjunto de ciências, e por chancelar ou não o *factum* (discursos, procedimentos e resultados científicos) que se apresenta diante dela, com base nos aspectos teóricos e normativos da teoria do conhecimento (DOMINGUES, 2004). Trata-se, neste caso, de uma tese de idéias ou de doutrina, em que todas as perguntas e as respostas são filosóficas, ainda que subsidiadas por elementos factuais ou empíricos fornecidos por disciplinas científicas tais como a psicologia, história ou sociologia da ciência. Trabalhos exemplares nessa linha são as pesquisas em desenvolvimento por Ivan Domingues (2004) sobre a epistemologia das Ciências Humanas e por Ciro Marcondes Filho (2002, 2004) sobre a filosofia da Comunicação.

Uma pesquisa epistemológica, entretanto, não se caracteriza, necessariamente, pela produção de textos filosóficos. Talvez um dos melhores exemplos dessa afirmação seja o trabalho de Jean Piaget, que se empenhou na construção de uma epistemologia científica – a epistemologia genética (PIAGET, 2002). Seu principal empreendimento foi realizar a passagem da especulação filosófica para a ciência experimental, constituindo a epistemologia como ciência autônoma, distinta da filosofia. A partir desse momento, questões exclusivamente filosóficas começaram a ser tratadas de forma empírica. No entanto, mesmo para levar adiante sua proposta, Piaget precisou recorrer à filosofia, incorporando em sua epistemologia elementos do pensamento de Kant (a valorização do sujeito ativo em sua relação com o conhecimento), Leibniz (a distinção entre conhecimento formal e conhecimento empírico) e Hegel (o conhecimento como um processo).

Essa postura de Piaget é interessante para os propósitos desta tese, ao abrir caminho para uma epistemologia que leve em consideração tanto os benefícios da reflexão filosófica quanto os da investigação empírica. Essa postura já se encontra presente, de certa forma, no estudo de Domingues (2004), onde os discursos, procedimentos e resultados das ciências humanas são objetos de reflexão filosófica; no sentido oposto encontra-se o modelo de pesquisa em comunicação desenvolvido por Lopes (1999), onde a epistemologia é adotada como instância metodológica da pesquisa científica; um terceiro exemplo é o esquema de níveis epistemológicos elaborado por Barbosa (1990). Neste caso, o procedimento

metodológico é fornecido pela *terminologia*, para organizar as questões sobre identidade científica, caracterização das disciplinas e as relações de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

7.1 O processo epistemológico

Subjacente às principais posições metodológicas, expostas anteriormente, encontra-se uma questão central: o estatuto disciplinar da epistemologia. No entanto, para além de qualquer posição assumida a esse respeito (filosófica ou científica), é possível encontrar uma tendência comum nos estudos epistemológicos atuais: eles reconhecem a intrínseca relação entre filosofia e ciência – ainda que não seja mais possível falar da ciência em geral, mas de disciplinas científicas particulares. Qualquer que seja a metodologia adotada, ela pressupõe a existência de um processo epistemológico, em que filosofia e ciência beneficiam-se (ou poderiam se beneficiar) mutuamente. Nos estudos sobre determinado campo do conhecimento a filosofia depende dos elementos factuais e empíricos fornecidos pela ciência. Da mesma forma, a ciência não pode mais ignorar a origem filosófica das teorias que orientam seus estudos empíricos. Diante dos argumentos e evidências expostos até o momento, é possível então considerar a epistemologia uma disciplina híbrida, resultante do processo de interação entre filosofia e ciência.

O processo epistemológico permite diversas possibilidades de investigação, dependendo do enfoque (filosófico ou científico) e da abrangência da pesquisa. Se o ponto de partida do estudo for a filosofia, então as perguntas e respostas deverão ser necessariamente filosóficas, ainda que apoiadas em dados empíricos produzidos sobre determinada ciência ou conjunto de ciências durante a investigação – neste caso, o estudo se caracteriza como uma tese de idéias ou de doutrina. Se o ponto de partida for a ciência, então as perguntas e respostas deverão obedecer aos critérios da metodologia científica, cabendo à reflexão filosófica as tarefas de fundamentação e de vigilância crítica no âmbito da pesquisa. Em ambos os casos, a investigação poderá abranger desde um conjunto de ciências (por exemplo, ciências humanas, ciências naturais, ciências lógico-matemáticas), um grupo de ciências (Comunicação, Administração, Ciências da informação), de uma ciência em particular (Comunicação) ou de uma sub-área de determinada ciência (Comunicação Organizacional).

7.2 Proposta metodológica

Sob o aspecto metodológico este trabalho também assume a epistemologia sob a perspectiva híbrida. No entanto, atribui à filosofia um peso bem maior do que ela costuma representar na condição de instância epistemológica da pesquisa científica. Para isso, é preciso reconhecer, em primeiro lugar, não ser atribuição da filosofia, enquanto epistemologia, a investigação dos fenômenos empíricos, mas sim das teorias que orientam a pesquisa desses fenômenos (MARTINO, 2003, p.91). No sentido oposto, não é a ciência que determina a validade da dimensão filosófica dos estudos epistemológicos, embora ela contribua para isso, como acontece com a história, a psicologia e a sociologia das ciências. Em compensação, a aceitação da contribuição mútua dessas duas formas de racionalidade abre um enorme horizonte para a pesquisa epistemológica: a interação entre filosofia e ciência no interior de um mesmo estudo. Neste caso, o processo epistemológico ocorre *in loco*.

A metodologia exposta a seguir procura refletir esse processo internamente, começando pela perspectiva filosófica. Esse ponto de partida já se encontra contemplado, de certa forma, na proposta de Lopes (1994) para a pesquisa em comunicação, servindo de guia durante todo o processo de elaboração do trabalho científico – nesse caso, porém, a epistemologia se transforma em instância metodológica da ciência. No presente estudo, a idéia é ir além, ao respeitar os limites filosóficos e científicos da epistemologia, bem como suas interações. Mas em medida essa operação é possível, ou até mesmo factível? A resposta a esta pergunta requer a compreensão sobre as principais características de uma pesquisa em filosofia, cujos elementos podem ser encontrados nos trabalhos de Domingues (2004), Marcondes Filho (2004) e Signates (2001). O processo de investigação filosófica se caracteriza pela relação entre a leitura analítica, a compreensão hermenêutica e a produção textual. O primeiro passo na realização desse trabalho é a escolha do tema de pesquisa, seguido pela formulação de um tema-tese que orientará toda a investigação. O passo seguinte é a leitura analítica e crítica dos textos originais, isto é, das fontes primárias. Em seguida a essa leitura inicial, o levantamento bibliográfico de fontes secundárias permite a melhor compreensão dos autores originais. Posteriormente, o acesso a uma bibliografia complementar finaliza o levantamento bibliográfico, passando-se então à etapa final: a elaboração do texto filosófico.

No estudo de Domingues (2004), por exemplo, o tema principal é o desafio de pensar a *diferença* no âmbito das ciências humanas. Com base nessa idéia, ele formula o tema-tese segundo o qual, contrariamente à identidade, que não encerra nenhum pensamento, a

diferença pode tanto levar ao pensamento como bloqueá-lo pura e simplesmente, ao se explodir em contradições e aporias (DOMINGUES, 2004, p.22). Além da tese principal, o autor elabora uma tese secundária, fundada na hipótese auxiliar segundo a qual as diversas formas de tratamento da diferença no terreno do social obedecem a um pressuposto comum: a crença no conhecimento objetivo da realidade e a desvalorização dos princípios e meios de objetivação dependentes do sujeito (DOMINGUES, 2004, p.23). Para viabilizar essa pesquisa, Domingues realiza a leitura analítica e crítica das obras de autores por ele consideradas fundamentais nas ciências humanas: Émile Durkheim (positivismo e sociologia), Max Weber (a hermenêutica e as ciências histórico-sociais), Claude Lévi-Strauss (o estruturalismo e a antropologia) e Karl Marx (a dialética e a economia). Além dos textos originais, também são levadas em conta fontes secundárias sobre os autores investigados e uma bibliografia complementar.

Se a pesquisa epistemológica, de caráter filosófico, não se descaracteriza enquanto uma tese de idéias ou de doutrina ao contemplar publicações científicas como objeto de análise, o mesmo se pode dizer em relação às pesquisas epistemológicas de caráter científico, que não abandonam sua dimensão empírica ao adotar alguns princípios filosóficos norteadores. Por isso é possível afirmar que, resguardadas suas respectivas especificidades, essas duas formas de racionalidade podem ser incorporadas num mesmo projeto de pesquisa, conforme o modelo proposto abaixo:

Quadro 4
Modelo metodológico de pesquisa epistemológica

DIMENSÕES		ETAPAS	
I	Filosófica	a	Elaboração do tema-tese
		b	Desenvolvimento do tema-tese
II	Híbrida	c	Adoção de referencial teórico para a pesquisa empírica
III	Científica	d	Realização da pesquisa empírica
IV	Filosófica	e	Reflexão filosófica sobre os resultados da pesquisa empírica

7.3 Etapas da pesquisa epistemológica

a) Formulação do tema-tese

O primeiro aspecto a ser considerado na pesquisa epistemológica é a formulação do tema-tese, que deverá orientar toda a investigação. Na filosofia esse procedimento serve de base à pesquisa sobre os fundamentos de todo e qualquer sistema de pensamento, limitando-se, portanto, aos aspectos internos do saber. É importante salientar que, nesta metodologia, o tema-tese *não* é elaborado com o objetivo de ser validado pela pesquisa científica, por se situar na esfera filosófica. Sua principal função é servir de referência filosófica para a realização da pesquisa empírica e, posteriormente, como elemento de reflexão crítica sobre os resultados posteriormente obtidos por intermédio da pesquisa científica. Quando aplicado na pesquisa sobre uma disciplina ou área do conhecimento científico, o tema-tese deve refletir algum problema filosófico importante dessa disciplina, o que pressupõe o conhecimento prévio das principais questões a ela relacionadas. Mesmo no âmbito da filosofia, o pesquisador é, antes de tudo, um “homem de seu tempo” (JAPIASSÚ, 1991, p.166). A realização desta etapa envolve a opção pelo pensamento de determinados autores filosóficos com os quais o pesquisador se identifique.

b) Desenvolvimento do tema-tese

O segundo passo do processo epistemológico é o desenvolvimento do tema-tese com base na adoção de um referencial filosófico que melhor reflita o problema investigado. Esse referencial teórico deverá ser utilizado, num primeiro momento, na interpretação de textos selecionados sobre a área de conhecimento investigada. Num segundo momento, o desenvolvimento do tema-tese deverá apoiar a leitura filosófica dos resultados obtidos por meio da pesquisa científica.

c) Adoção do referencial teórico

Após o desenvolvimento do tema-tese sobre os principais referenciais teórico-metodológicos da área de conhecimento em questão, o próximo passo deverá ser a opção, por parte do pesquisador, do referencial teórico para a realização da pesquisa empírica, em sintonia com o tema-tese estabelecido anteriormente.

d) Realização da pesquisa empírica

A inserção de uma disciplina ou área do conhecimento dentro do campo científico pressupõe o atendimento a alguns critérios de cientificidade. Esta etapa da pesquisa consiste na formulação e desenvolvimento de uma pesquisa empírica, de modo relativamente independente da perspectiva filosófica. As hipóteses da pesquisa deverão estar associadas ao referencial teórico e aos dados empíricos. O levantamento de dados empíricos e sua posterior análise deverão ser realizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Critério sintático** - representa a *forma do discurso* e concerne às relações subsistentes entre os signos sem que se leve em consideração a que se referem, em que contexto e porque são empregados. Sua principal preocupação é analisar a propriedade lógica, ou seja, falta de contradição, argumentação bem estruturada, corpo sistemático e bem deduzido de enunciados, desdobramento do tema de modo progressivo e disciplinado, capacidade de resistir a argumentações contrárias (DEMO, 1995; OLIVA, 2003);

- **Critério semântico** - representa o *conteúdo do discurso* e diz respeito às relações entre linguagem e realidade, palavras e objetos, enunciados e estados de coisas próprias da ciência. A regra semântica especifica sob que condições um signo é aplicável a um objeto ou situação. Seu problema central é a verdade. Significa a tentativa – nunca completa – de descobrir a realidade social assim como ela é, mais do que gostaríamos que ela fosse (DEMO, 1995; OLIVA, 2003);

- **Critério pragmático** - representa o *contexto do discurso* e se refere às condições de produção do trabalho científico e/ou da área de conhecimento investigada. Refere-se à investigação sobre os aspectos psicológicos, históricos e/ou sociais que determinam o trabalho dos cientistas, tais como as lutas institucionais e epistemológicas existentes dentro de determinado campo científico (DEMO, 1995; LOPES, 2003; OLIVA, 2003).

e) Reflexão filosófica

Nesta última etapa o pesquisador deve submeter sua avaliação e suas conclusões à reflexão filosófica, procurando contextualizá-las numa perspectiva mais abrangente, em sintonia com o tema-tese estabelecido no início do trabalho, concluindo desta forma o processo epistemológico no âmbito da pesquisa, ou seja, do processo epistemológico local.

III – A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO EPISTEMOLÓGICO

Este trabalho se propõe a avaliar a configuração epistemológica dos estudos em comunicação organizacional, a partir da comparação entre suas principais denominações (Comunicação Empresarial, Comunicação Organizacional, Comunicação Integrada, Comunicação Corporativa e Comunicação Estratégica), escolas (norte-americana, européia, latino-americana e, particularmente, brasileira), correntes teóricas (positivista, interpretativa e crítica, entre outras), paradigmas filosóficos (filosofia ontológica, filosofia da consciência e filosofia da linguagem) e fatores condicionantes (históricos, sociais, acadêmicos e profissionais). Por se tratar de um estudo epistemológico, esta tese também servirá de referência para pesquisas em comunicação sob a essa perspectiva.

A motivação filosófica da pesquisa surgiu da constatação que a Comunicação Organizacional, em sua concepção hegemônica, é profundamente marcada pelas ciências do *management* e concebida como um conjunto de práticas e atividades de comunicação voltadas à eficácia empresarial. Entretanto, enquanto realidade social e histórica, a comunicação organizacional é um objeto muito mais amplo e extenso, devido não apenas à existência de diversas formas de organização, mas também porque a interação das organizações, na atual configuração da sociedade globalizada, é cada vez mais complexa. Segundo Japiassú (1991, p.167), “vivemos numa sociedade cada vez mais racional em seus meios, em suas técnicas, em sua organização. Em compensação, sempre mais incerta de seus próprios objetivos. Há um abismo de não-sentido no cerne de seus conhecimentos de racionalidade”. Daí o questionamento sobre a prevalência da Comunicação Organizacional enquanto *management* e a necessidade de levar a Comunicação Organizacional brasileira a reconhecer as possibilidades teórico-metodológicas além daquelas a serviço do *management*.

1. Procedimentos Metodológicos

Para realizar seus objetivos, este trabalho adota os procedimentos metodológicos descritos a seguir.

1.1 Formulação do tema-tese

Esta pesquisa adota como ponto de partida inicial a seguinte pergunta filosófica: como as diferentes perspectivas existentes em Comunicação Organizacional *pensam* a Comunicação

Organizacional? A idéia não é defender uma posição fechada sobre essa área do conhecimento, buscando sua “verdadeira” identidade. Pelo contrário, seguindo a tese sustentada por Domingues (2004, p.22) em seu estudo epistemológico, o grande desafio das ciências humanas é pensar a diferença. A aplicação desta idéia no domínio do campo social e, particularmente, da Comunicação Organizacional, permite estabelecer duas postulações para este trabalho:

1) a postulação de que “a diferença é primitiva e a contradição derivada, não sendo outra coisa que seu desenvolvimento e seu aspecto, e podendo dar lugar seja à explosão e ao conflito de polaridades, seja à combinação e à complementaridade dos pólos opostos” 2) a postulação de que “os princípios de identidade e de diferença são correlativos, não sendo as ações sociais reguladas – nem massiva nem exclusivamente – pelo princípio da identidade, podendo dar abrigo a toda sorte de oposições e conflitos, e sendo a própria crise que as polaridades provocam o fator regulador ou de resolução delas” (DOMINGUES, 2004, p.22). Essas duas postulações servirão de base para o tratamento da diferença, da oposição e da contradição no terreno da Comunicação Organizacional.

Além da tese principal, este trabalho defende a tese secundária de que a Comunicação Organizacional, enquanto área do conhecimento, ainda não é capaz de apreender toda a complexidade dos processos e práticas comunicacionais das organizações, no contexto da sociedade pós-globalizada. Essa incapacidade é devida, em parte, aos constrangimentos impostos a essa disciplina pelas práticas profissionais às quais se encontra vinculada. Em decorrência desses constrangimentos, a Comunicação organizacional se vê obrigada a privilegiar a abordagem instrumental direcionada à eficácia empresarial, sob uma perspectiva epistemológica fundamentada no realismo ontológico. Essa abordagem, no entanto, é insuficiente para a compreensão, sob a perspectiva comunicacional, das diversas formas de organização na sociedade global, assim como de seus diferentes modos de manifestação, na forma de cadeias, redes, conglomerados e alianças estratégicas. A apreensão adequada desses fenômenos exige uma postura epistemológica orientada pelo pensamento complexo, como a que se encontra presente na obra de Edgar Morin (1995, 1996, 1999, 2000, 2005).

1.2 Desenvolvimento do tema-tese

O tema-tese deste trabalho é tributário da epistemologia da complexidade proposta por Edgar Morin. De acordo com Petraglia (1995, p.28), considera-se como ponto inicial do pensamento desse autor sobre a complexidade o livro “O paradigma perdido: a natureza

humana”, publicado em 1973, que serviu de base para a construção de “O método”, uma obra em seis volumes, publicada a partir de 1977, que concentra o aspecto central de seu pensamento. Durante a elaboração de “O método”, Morin produziu diversos estudos complementares, tais como “Ciência com consciência”, em 1982, onde discute o papel da ciência na sociedade, em estreita relação com sua abordagem sobre o pensamento complexo. Suas principais idéias sobre essa questão encontram-se reunidas em “Introdução ao pensamento complexo”, de 1990. Na década seguinte, o autor produziu, por solicitação da UNESCO, o livro “Os sete saberes necessários á educação do futuro” (2000), que consiste em uma reflexão sobre o ensino a partir de suas idéias sobre a complexidade⁵³.

Em linhas gerais, Edgar Morin pode ser descrito como um pensador fértil, disposto a criticar todas as formas de dogmatismo e, conseqüentemente, a defender uma postura mais aberta em relação ao conhecimento. Embora tenha recebido diversas influências ao longo de sua vida, que vão do materialismo histórico à epistemologia, passando pela psicologia, história e literatura, suas principais idéias sobre a complexidade são decorrentes das descobertas simultâneas da nova biologia, da teoria dos sistemas, da cibernética, da teoria da informação e do problema-chave da auto-organização. Ao definir a si mesmo como um “contrabandista do saberes”, seu projeto intelectual consiste em incessante luta contra a hiper-especialização do conhecimento que impede a compreensão global da realidade (MORIN, 2000; PESSIS-PASTERNAK, 1993; PETRAGLIA, 1995).

O projeto intelectual de Morin se reflete diretamente sobre sua concepção de epistemologia. Para ele, a hiper-especialização do conhecimento, em que prevalecem os princípios de disjunção, de redução e de abstração, é tributária do “paradigma da simplificação” proposto por Descartes, que levou à separação entre o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa extensa (*res extensa*), ou seja, entre filosofia e ciência. Embora tenha propiciado grandes progressos ao conhecimento científico e à reflexão filosófica, esse paradigma também conduziu à inteligência cega, pois os problemas humanos foram abandonados pelo obscurantismo científico, com a respectiva produção de especialistas ignoros (MORIN, 1995, p.16-19, grifos do autor). Ao mesmo tempo, com os avanços das ciências naturais e humanas, o problema das possibilidades e dos limites do conhecimento ultrapassou os limites do terreno filosófico. Por isso Edgar Morin considera possível situar-se em território científico sem abandonar a interrogação filosófica, reconhecendo os limites e as

⁵³ Uma breve revisão, ainda que parcial, sobre a obra de Morin pode ser encontrada em Petraglia (1995). As datas de publicação citadas neste parágrafo correspondem às edições originais em francês e não às referências bibliográficas de Morin utilizadas nesta tese.

interações dessas duas formas de racionalidade. Em sua opinião, é possível definir a filosofia e a ciência em função de dois pólos opostos de pensamento: a reflexão e a especulação para a filosofia; a observação e a experiência para a ciência. Ao mesmo tempo, o autor considera que “seria uma loucura crer que não há reflexão nem especulação na atividade científica, ou que a filosofia desdenha por princípio a observação e a experimentação” (MORIN, 2005, p.28).

1.2.1 A teoria da complexidade

Morin (1995, p.20) define a complexidade (do latim *complexus*: o que é tecido em conjunto), como “o tecido de acontecimentos, acções, interacções, retroacções, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal”. Esses traços inquietantes de confusão, desordem, ambigüidade e incerteza foram renegados durante muito tempo pelo conhecimento científico, que se empenhou em colocar ordem nos fenômenos, em clarificar, distinguir e hierarquizar. Com o desenvolvimento da ciência física, que durante séculos se dedicou a revelar a ordem impecável do universo, os cientistas acabaram por reconhecer a complexidade do real, a partir da descoberta, no universo físico, de um princípio hemorrágico de degradação e desordem (segundo princípio da termodinâmica). Desenvolvimentos científicos posteriores comprovaram que o cosmos não é uma máquina perfeita, mas um processo em vias de desintegração e organização simultâneas (MORIN, 1995, p.20-21).

Essas descobertas na esfera da física e da biologia levaram a supor que os fenômenos antropossociais também obedeceriam a princípios de inteligibilidade complexos. Entretanto, na visão de Morin (1999, p.175), a problemática da complexidade continuou marginal no pensamento científico, epistemológico e filosófico. Na filosofia, ela já estava presente, de certa forma, na dialética hegeliana, que introduzia a contradição e a transformação no âmago da identidade. Na ciência, ela também havia surgido, sem ainda se identificar, durante o século XX, na microfísica e na macrofísica. Na microfísica, a complexidade foi reconhecida pela constatação da estreita relação entre observador e observado, assim como na noção desconcertante da partícula atômica elementar, que se apresenta ao observador, quer como corpúsculo, quer como onda. A macrofísica, por sua vez, fazia depender a observação do local do observador e tornava complexas as relações entre tempo e espaço, concebidos até então como essências transcendentais e independentes (MORIN, 1995, p.50). Essas novas descobertas influenciaram sobremaneira o epistemólogo Gaston Bachelard que, segundo Morin (1999, p.175), foi a primeira pessoa a reconhecer a complexidade como um problema fundamental, embora não o tenha desenvolvido suficientemente.

Enquanto a ciência se empenhava, durante o século XIX e início do século XX, em colocar ordem nos fenômenos, em eliminar o individual e o singular para só conceber leis gerais e identidades simples, a literatura fazia justamente o contrário: desvelava a complexidade na vida cotidiana. Na visão de Morin (1995, p.83-84), autores como Honoré de Balzac (1799-1850) na França, Charles Dickens (1812-1870) na Inglaterra e Fiódor Dostoievski (1821-1881) na Rússia mostravam seres singulares nos seus contextos e no seu tempo, assim como uma vida cotidiana onde cada um representava vários papéis sociais de acordo com o ambiente em que freqüentava, seja em casa, no trabalho, com amigos ou com desconhecidos. “Vê-se que cada ser tem uma multiplicidade de identidades, uma multiplicidade de personalidades nele próprio, um mundo de fantasmas e de sonhos que acompanham sua vida” (MORIN, 1995, p.84).

Devido a seu tratamento marginal na ciência e na filosofia, a complexidade suscitou, e ainda suscita, de acordo com Morin (1999), alguns mal-entendidos fundamentais. O primeiro deles consiste em conceber a complexidade como receita, como resposta, em vez de considerá-la como um desafio e como uma motivação para pensar: “o problema da complexidade é, antes de tudo, o esforço para conceber um incontornável desafio que o real lança sobre nossa mente” (MORIN, 1999, p.176). Na visão clássica, quando surge determinada contradição em um raciocínio, essa contradição é interpretada como erro; na visão complexa, quando se chega por vias empírico-rationais às contradições, isto significa não um erro, mas o acesso a uma camada profunda da realidade que não pode ser traduzida em nossa lógica (MORIN, 1995, p.99). O segundo mal-entendido consiste em confundir a complexidade com a completude, pelo julgamento errôneo de que os defensores da complexidade pretendem ter visões completas das coisas (MORIN, 1995, p.99). Na realidade, o problema da complexidade é o da incompletude, ou seja, “o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de pensamento mutilante se desfaz, excluindo o que eu chamo de simplificadores e por isso ele luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação” (MORIN, 1999, p.176). Num certo sentido, Morin (1995, p.100) reconhece que a aspiração à complexidade traz, subjacente, a aspiração à completude, mas por outro lado, também considera que a consciência da complexidade leva à compreensão de que não podemos escapar da incerteza.

É nesse conflito dialético entre a aspiração à completude e o reconhecimento da incerteza que o pensamento de Edgar Morin se move. Diante da inadequação “cada vez mais ampla, profunda e grave, entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares,

transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários”, o autor propõe, como exercício ao pensamento complexo, que se tornem evidentes os seguintes aspectos do conhecimento: *a) o contexto*, na medida em que o conhecimento das informações ou dados isolados é insuficiente, sendo necessário situá-los em seu contexto para que adquiram sentido; *b) o global*, que é mais que o contexto, por se constituir no conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional; *c) o multidimensional*, porque unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade são multidimensionais; o ser humano, por exemplo, é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional; *d) o complexo*, pela união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2000, p.36-39, grifos nossos).

1.2.2 Principais temas da teoria da complexidade

De acordo com Morin (1999, p.177), não é possível chegar à complexidade por uma definição prévia, devido à necessidade de se percorrer caminhos tão diversos, que é possível perguntar se não existiria, em vez de uma, diversas complexidades. Por isso, para compreender seu pensamento, torna-se necessário recorrer aos diversos temas que permeiam sua obra e conduzem ao desafio da complexidade. De forma geral, esses temas são abordados seguindo um mesmo fio condutor: o problema da compartimentação dos saberes e a necessidade de uma visão mais multidisciplinar, transversal e multidimensional sobre a realidade fenomenal.

a) A natureza humana

Apesar dos progressos concomitantes das várias ciências (cosmologia, ecologia, biologia, arqueologia etc.) verificados entre as décadas de 1960 e 1970, essas contribuições continuaram (e ainda continuam) desunidas, inclusive nas abordagens sobre a natureza humana. Para Morin (2000, p.47-48), “o humano continua esquarterado, partido como pedaços de um quebra-cabeça ao qual falta uma peça”. Diante dessa constatação, ele se propõe a realizar uma jornada intelectual com o objetivo de resgatar as diversas faces do ser humano em um todo coerente. Essa aventura já resultou no livro “O paradigma perdido – a natureza humana” (MORIN, 1996), a partir do qual ele aborda suas idéias sobre o assunto. Posteriormente, essas idéias passaram a povoar outras obras.

Entre suas principais considerações sobre o tema, o autor (MORIN, 2000, p.47-61) afirma que o homem é um ser a um só tempo plenamente biológico e plenamente cultural. Se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível. Por isso, o homem só se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura. “Não há cultura sem cérebro humano (aparelho biológico dotado de competência para agir, perceber, saber, aprender), mas não há mente (*mind*), isto é, capacidade de consciência e pensamento, sem cultura” (MORIN, 2000, p.52, grifo do autor), o que leva ao reconhecimento da existência de uma tríade em circuito entre cérebro/mente/cultura. Cada um desses termos é necessário ao outro: “a mente é o surgimento do cérebro que suscita a cultura, que não existiria sem o cérebro” (MORIN, 2000, p.53). Ao mesmo tempo, no nível estritamente cerebral, emerge uma outra tríade bioantropológica, formada pelo *paleocéfalo*, herdeiro do cérebro reptiliano (fonte da agressividade, do cio e das pulsões primárias), o *mesocéfalo*, herdeiro do cérebro dos antigos mamíferos (relacionado ao desenvolvimento da afetividade e da memória a longo prazo), e o *córtex*, que no ser humano é responsável pelas aptidões analíticas, lógicas e estratégicas, constantemente atualizadas pela cultura. As relações entre essas três instâncias não são apenas complementares, mas também antagonicas, comportando conflitos instáveis entre a pulsão, o coração e a razão. Desta forma, a racionalidade não dispõe de poder supremo, na medida em que pode ser dominada ou mesmo escravizada pela afetividade ou pela pulsão (MORIN, 2000, p.53).

Além das relações citadas anteriormente, existe uma terceira tríade formada pela relação *indivíduo/sociedade/espécie*. As interações entre indivíduos produzem a sociedade, que testemunha o surgimento da cultura, e que retroage sobre os indivíduos pela cultura. “Cada um desses termos é ao mesmo tempo meio e fim: é a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade”. Por essa razão, “não se pode tornar o indivíduo absoluto e fazer dele o fim supremo desse circuito; tampouco se pode fazê-lo com a sociedade ou a espécie” (MORIN, 2000, p.54). O reconhecimento desses três circuitos inerentes à natureza humana (*cérebro/mente/cultura*, *paleocéfalo/mesocéfalo/córtex* e *indivíduo/sociedade/espécie*), leva Morin (2000, p.58, grifos do autor) a propor o abandono da “visão lateral que define o ser humano pela racionalidade (*Homo sapiens*), pela técnica (*Homo faber*), pelas atividades utilitárias (*Homo economicus*), pelas necessidades obrigatórias (*Homo prosaicus*). O ser humano é complexo e traz em si, de modo bipolarizado, caracteres antagonistas”. Por isso, para Morin (2000, p.61), o estudo da complexidade humana deve

“mostrar e ilustrar o Destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis”.

b) Ordem e desordem

Edgar Morin (1999, p.179) concebe o universo como uma complexa relação entre ordem, desordem e organização, sendo esses termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos. “Um universo quer fosse apenas ordem, seria um universo onde não haveria nada de novo, nem criação. Já um universo que fosse apenas desordem, não chegaria a constituir uma organização e estaria inapto ao desenvolvimento e à inovação” (PESSIS-PASTERNAK, 1993, p.87). Por isso, o autor defende a idéia de uma “desordem organizadora”, contemplando, desta forma, as interações entre ordem e desordem. No início do século XX, a convivência dessas duas noções ainda era concebida como um paradoxo. Por um lado, o segundo princípio da termodinâmica indicava que o universo tende para a entropia geral, ou seja, para a desordem maximal, e por outro, parecia que neste mesmo universo as coisas se organizam, se complexificam e se desenvolvem. No entanto, nas últimas décadas desse mesmo século, os cientistas se deram conta que a ordem e a desordem, sempre inimigas uma da outra, cooperavam de certa maneira para organizar o universo (MORIN, 1995, p.89).

Em termos gerais, a noção tradicional de ordem pressupõe “tudo o que é repetição, constância, invariância, tudo o que pode ser colocado sob a égide de uma relação altamente provável, enquadrado sob a dependência de uma lei” (MORIN, 1995, p.129). Um dos principais problemas dessa concepção, segundo Morin, é justamente sua dependência à idéia de lei, que leva ao abandono, pela ciência, de tudo o que é singular, ou seja: só existe ciência no geral. O autor contradiz essa noção ao afirmar que “sabemos muito bem que aquilo que denominamos *a ordem viva está* ligado a seres vivos singulares, e as espécies vivas aparecem-nos como produtoras/reprodutoras de singularidades” (MORIN, 1999, p.198, grifo do autor). Por isso ele propõe a associação da idéia de ordem à idéia de interações. “De fato, as grandes leis da natureza tornaram-se leis de interação, ou seja, não podem operar se não houver corpos que interatuem; portanto, essas leis dependem de interações, que, por sua vez, dependem dessas leis” (MORIN, 1999, p.198). Outro aspecto importante é que essa nova concepção remete às idéias de estrutura e de organização, pois “a ordem singular de um sistema pode ser concebida como a estrutura que o organiza” (MORIN, 1999, p.198).

Assim como a noção de ordem, a concepção moderna de desordem é muito mais complexa. Tradicionalmente, a noção de desordem pressupõe “tudo o que é irregularidade,

desvio em relação a uma estrutura dada, aleatório, imprevisibilidade” (MORIN, 1995, p.129), estando ligada, portanto à idéia de acaso. A nova noção de desordem vai além do acaso, comportando um pólo objetivo e outro subjetivo. No pólo objetivo ela se manifesta na forma de agitações, dispersões e colisões ligadas ao fenômeno calorífico, na forma de desvios que aparecem num determinado processo, nos encontros aleatórios, nos acontecimentos, nos acidentes, nas desorganizações e desintegrações, nos ruídos e nos erros. Entretanto, estranhamente, para além da noção de acaso, a desordem também coopera na geração de ordem organizacional, na medida em que os encontros aleatórios foram geradores das organizações físicas (núcleos, átomos, astros) e do(s) primeiro(s) ser(es) vivo(s) (MORIN, 1999, p.198-200).

No pólo subjetivo, a desordem traduz-se pela incerteza e, curiosamente, conduz o observador a se integrar na sua observação. De acordo com Edgar Morin, “não podemos saber se a incerteza provocada por um fenômeno que nos parece aleatório resulta da insuficiência dos recursos e dos meios do espírito humano, que o impede de encontrar a ordem oculta na desordem aparente, ou se resulta do caráter objetivo da própria realidade”. Ou seja, “não sabemos se o acaso é uma desordem objetiva ou, simplesmente, o fruto da nossa ignorância”. Desta forma, “o acaso abre a problemática incerta do espírito humano diante da realidade e diante de sua própria realidade” (MORIN, 1999, p.201). Diante desse fato, o autor conclui que “o objeto do conhecimento não é o mundo, mas a comunidade nós-mundo, porque o nosso mundo faz parte da nossa visão de mundo, que faz parte do nosso mundo. Em outras palavras, o objeto do conhecimento é a fenomenologia e não a realidade ontológica. Essa fenomenologia é a nossa realidade de seres no mundo” (MORIN, 1999, p.205).

Conforme visto até o momento, a intrínseca relação entre ordem e desordem é fundamental na teoria da complexidade de Edgar Morin e ocorre nas mais diversas esferas: objetiva e subjetiva, biológica, sociológica e cultural. Talvez um dos melhores exemplos de Morin, ainda que parcial, sobre a relação entre ordem e desordem, encontra-se na própria organização do corpo humano. Segundo ele, nossos organismos só vivem pelo seu trabalho incessante no decorrer do qual nossas células se degradam. Viver é morrer e rejuvenescer incessantemente. O ser humano vive da morte de suas células, assim como uma sociedade vive da morte de seus indivíduos, o que lhe permite rejuvenescer. “Mas à força de rejuvenescer, envelhece-se, e o processo de rejuvenescimento desloca-se, desequilibra-se, e efectivamente, se vive da morte, morre-se da vida” (MORIN, 1995, p.92).

c) Sistema e organização

Subjacentes às noções de ordem e desordem, encontram-se as noções de sistema e organização. Para Edgar Morin (1999, p.274), o sistema não é uma palavra-chave para a totalidade, mas uma palavra-raiz para a complexidade. Por isso ele propõe elevar o conceito de sistema do nível teórico para o nível paradigmático. Segundo Morin, a idéia de sistema, ao procurar a explicação dos fenômenos no nível da totalidade (holismo), acaba fazendo o mesmo jogo do reducionismo, que procura a explicação no nível dos elementos de base. Ou seja, ambos não conseguem escapar do paradigma da separação/simplificação. A visão de sistema de Morin propõe “um tipo superior de inteligibilidade baseada na circularidade construtiva da explicação do todo pelas partes e das partes pelo todo, isto é, na qual essas duas explicações, sem poderem anular todos os seus caracteres concorrentes e antagônicos, se tornam complementares” (MORIN, 1999, p.259). Desta forma, o sistema deixa de ser considerado apenas uma unidade global para se transformar em *unitas multiplex*, ou seja, “não apenas uma constituição de unidade a partir da diversidade, mas também uma constituição de diversidade (interna) a partir da unidade” (MORIN, 1999, p.260).

A noção complexa de sistema, proposta por Morin, pressupõe que as relações todo-partes devem ser necessariamente mediadas por *interações*. Esse termo é importante porque substitui a idéia tradicional de sistema, constituído de *partes* ou *constituintes*, pela idéia de ação. Segundo essa nova concepção, um organismo, por exemplo, não é constituído pelas células, mas pelas ações que se estabelecem entre as células. É o conjunto dessas interações que constitui a organização do sistema. “A organização é o conceito que dá coerência construtiva, regra, regulação, estrutura etc. às interações” (MORIN, 1999, p.265). Desta forma, o conceito de sistema (na realidade, um macroconceito) possui três faces intimamente relacionadas, indissolúveis e recorrentes:

- sistema (que exprime a unidade complexa e o caráter fenomenal do todo, assim como o complexo das relações entre o todo e as partes);
- interação (que exprime o conjunto das relações, ações e retroações que se efetuam e se tecem num sistema);
- organização (que exprime o caráter constitutivo dessas interações – aquilo que forma, mantém, protege, regula, rege, regenera-se – e que dá à idéia de sistema a sua coluna vertebral) (MORIN, 1999, p.265).

No caso específico da organização, Edgar Morin (1999, p.180) a define como “aquilo que constitui um sistema a partir de elementos diferentes”. Na maior parte dos sistemas físicos naturais e em todos os sistemas biológicos a organização é ativa: “isso significa que comporta provisão, armazenamento, repartição, controle de energia, ao mesmo tempo [em] que, por seu trabalho, comporta gasto e dispersão de energia” (MORIN, 1999, p.266). Para o autor, a organização, enquanto atividade, produz *entropia* (ou seja, a degradação do sistema e sua própria degradação) e, ao mesmo tempo, *neguentropia* (isto é, a regeneração do sistema e sua própria regeneração). Esses dois termos não são maniqueistamente opostos, mas estão ligados um ao outro. Desta forma, é possível conceber a organização da seguinte forma: “a) como reorganização permanente de um sistema que tende a desorganizar-se; b) como reorganização permanente de si, isto é, não apenas organização, mas auto-reorganização” (MORIN, 1999, p.206). A partir dessa concepção, o termo organização não deve ser confundido com ordem, embora o pressuponha. A organização cria tanto ordem quanto desordem.

Outro aspecto importante da noção de organização (assim como de sistema), proposta por Morin, é que ela *não* exclui a idéia de ser ou de existência:

Tentei mostrar que a idéia de organização-em-si é produtora de ser e de existência [...]. Isto é de capital importância e opõe dois tipos de pensamento, um que só pode funcionar ocultando os seres e entes concretos, condenando-se a ver apenas o esqueleto dos seres-entes e condenando-os, assim, a todas as manipulações; o outro que só poderá funcionar revelando e patenteando a realidade dos seres existenciais, o que é, evidentemente, de capital importância no que diz respeito aos seres vivos, aos seres humanos (MORIN, 1999, p.268).

A materialização da idéia de Morin sobre as duas faces da organização, seja enquanto entidade, seja enquanto atividade, pode ser encontrada em sua descrição sobre a complexidade organizacional das organizações sociais. De acordo com o autor, essas organizações são ao mesmo tempo *acêntricas* (ou seja, funcionam de maneira anárquica por interações espontâneas), *policêntricas* (que possuem muitos centros de controle, ou organizações) e *cêntricas* (que dispõem, ao mesmo tempo, de um centro de decisão). Desta forma, as sociedades históricas contemporâneas se auto-organizam não só a partir de um centro de comando-decisão (Estado, governo), mas também de diversos centros de organização (autoridades estaduais, municipais, empresas, partidos políticos etc.) e de interações espontâneas entre grupos de indivíduos (MORIN, 1999, p.180-181, grifos nossos).

c) Informação e Comunicação

Para Edgar Morin a informação é uma noção nuclear, mas problemática: não se pode dizer nada sobre ela, mas não se pode passar sem ela. O autor reconhece o surgimento dessa noção nos trabalhos de Shannon e Weaver, integrada em uma teoria da comunicação, na forma de transmissão de mensagens, sob um aspecto estatístico, sendo seu primeiro campo de emergência a telecomunicação. Entretanto, rapidamente, a transmissão de informação tomou um sentido organizacional com a cibernética, na forma de um “programa” portador de informação que não se limita a comunicar uma mensagem a um computador, mas também lhe ordena certo número de operações. Da cibernética, a teoria extrapolou para o domínio biológico, desde que foi estabelecido que a auto-reprodução da célula ou do organismo poderia ser concebida a partir de uma duplicação de material genético, como a cópia de uma mensagem, ou seja, como emissão-recepção, sendo a mutação genética comparada a um ruído (MORIN, 1995, p.36-39).

Diante dessa diversidade de concepções, Morin afirma que os aspectos emergentes da teoria da informação, ou seja, o aspecto comunicacional e o aspecto estatístico, são apenas a fina superfície de um imenso icebergue: “o aspecto comunicacional não se dá conta do caráter poliscópico da informação, que se apresenta ao olhar quer como memória, quer como saber, quer como mensagem, quer como programa, quer como matriz organizacional” (MORIN, 1995, p.39). Ao mesmo tempo, “o aspecto estatístico ignora, incluído mesmo no quadro comunicacional, o *sentido* da informação e apenas apreende o caráter probabilístico-improbabilístico, não a estrutura das mensagens e, bem entendido, ignora todo o aspecto organizacional”. Desta forma, “o conceito de informação apresenta grandes lacunas e grandes incertezas. Isso é uma razão, não para o rejeitar, mas para o aprofundar (MORIN, 1995, p.39, grifo do autor).

No âmbito da comunicação, o pensamento de Edgar Morin encontra-se vinculado às teorias da comunicação de massa, sob a denominação de *teoria culturoológica* (WOLF, 1995, p.89-95), em que está mais interessado em compreender a cultura da sociedade contemporânea do que, propriamente, os meios de comunicação. Em duas obras sobre o assunto⁵⁴, produzidas originalmente na década de 1960, Morin já demonstra preocupação em refletir sobre determinados fenômenos sociais sob perspectiva mais ampla. Num momento em que os meios de comunicação de massa encontravam-se no centro das atenções

⁵⁴ Essas obras são “Cultura de massas no século XX: neurose” e “Cultura de massas no século XX: necrose”.

acadêmicas, no debate sobre seus benefícios ou malefícios para a sociedade, Edgar Morin procurava superar as concepções maniqueístas concebendo a cultura de massa como apenas uma das manifestações das sociedades contemporâneas, que seriam policulturais. Posteriormente a essas duas obras o autor não mais retoma o assunto em obras específicas. Mais recentemente, ele chegou a afirmar que seus estudos sobre a cultura de massas representam um desvio de rota em sua trajetória intelectual (PETRAGLIA, 1995). Isto não significa, entretanto, que Morin ignore a presença e a importância da comunicação na contemporaneidade. Pelo contrário. Ele reconhece que “na era das telecomunicações, da informação, da Internet, estamos submersos na complexidade do mundo” (MORIN, 2000, p.64).

d) Razão, racionalidade e ética

Outro aspecto fundamental na obra de Edgar Morin está relacionado ao problema da razão. Segundo esse autor, a razão “corresponde a uma vontade de ter uma visão coerente dos fenômenos, das coisas e do universo. A razão tem um aspecto incontestavelmente lógico” (MORIN, 1995, p.101). No entanto, faz-se necessário distinguir entre racionalidade e racionalização. A racionalidade para Morin (1995, p.102) “é o jogo, o diálogo incessante entre nosso espírito que cria estruturas lógicas, que as aplica sobre o mundo e que dialoga com o mundo real. Quando este mundo não está de acordo com nosso sistema lógico, é preciso admitir que o nosso sistema lógico é insuficiente, que apenas encontra uma parte do real”. Já a racionalização, empregada com frequência na descrição de patologias psíquicas, como a paranóia, por exemplo, “consiste em querer encerrar a realidade num sistema coerente. E tudo o que, na realidade, contradiz este sistema coerente é desviado, esquecido, posto de lado, visto como ilusão ou aparência” (MORIN, 1995, p.102).

Embora a racionalidade e a racionalização possuam a mesma origem, ao desenvolverem-se tornam-se inimigas uma da outra e é muito difícil saber em que momento passamos da racionalidade à racionalização. Um dos grandes problemas da humanidade, na visão de Morin (2000, p.43-45), é a falsa racionalidade, isto é, “a racionalização abstrata e unidimensional” que triunfa sobre as terras na forma de soluções presumivelmente racionais trazidas por peritos, que acabam contribuindo para a destruição do planeta. Para Morin (2000, p.43), “o problema dos humanos é beneficiar-se das técnicas, mas não submeter-se a elas”. No entanto, ele caracteriza o século XX como o da aliança entre duas barbáries: “a primeira vem das profundezas dos tempos e traz guerra, massacre, deportação, fanatismo. A segunda,

gélida, anônima, vem do âmago da racionalização, que só conhece o cálculo e ignora o indivíduo, seu corpo, seus sentimentos, sua alma, e que multiplica o poderio da morte e da servidão técnico-industriais” (MORIN, 2000, p.70). Diante desse fato ele propõe uma ética da compreensão, que comporta o conhecimento de sujeito a sujeito e requer a mundialização da compreensão, associada à solidariedade intelectual e moral da humanidade (MORIN, 2000, p.102).

e) Incerteza, ação e estratégia

De acordo com Morin (2000, p.79) o fim do século XX foi propício para a compreensão da incerteza irremediável da história humana. Os séculos precedentes sempre acreditaram num futuro, fosse ele repetitivo ou progressivo. Atualmente, o reconhecimento da incerteza, tem levado o homem a uma nova aventura. Entre as diversas manifestações da incerteza (histórica, lógica, ontológica etc), destaca-se a incerteza da ação. “Temos, às vezes, a impressão de que a ação simplifica, pois em uma alternativa decide-se, escolhe-se. Entretanto, a ação é decisão, escolha, mas é também uma aposta. E na noção de aposta há a consciência do risco e da incerteza” (MORIN, 2000, p.86). Um aspecto interessante dessa relação entre ação e incerteza é o que Morin denomina de *ecologia da ação*, que ele descreve da seguinte forma: “tão logo um indivíduo empreende uma ação, qualquer que seja, esta começa a escapar de suas intenções. Esta ação entra num universo de interações e é finalmente o meio ambiente que se apossa dela, em sentido que pode contrariar a intenção inicial. Frequentemente a ação volta como um bumerangue sobre nossa cabeça” (MORIN, 2000, p.86-87).

A ecologia da ação obedece a três princípios: **a) o circuito risco/precaução:** “para toda ação empreendida em meio incerto, existe a contradição entre o princípio do risco e o princípio da precaução, sendo um e outro necessários; trata-se de poder uni-los a despeito de sua oposição”; **b) o circuito fins/meios:** “como os meios e os fins inter-retro-agem uns sobre os outros, é quase inevitável que meios sórdidos a serviço de fins nobres pervertam estes e terminem por substituí-los. Meios de dominação utilizados para um fim libertador podem não apenas contaminar esse fim, mas também se auto-extinguir”; **c) o circuito ação/contexto:** “toda ação escapa à vontade de seu autor quando entra no jogo das inter-retro-ações do meio em que intervém [...]. A ação não corre apenas o risco de fracasso, mas de desvio ou de perversão de seu sentido inicial, e pode até mesmo voltar-se contra seus iniciadores” (MORIN, 2000, p.88-89).

Diante da incerteza da ação, Morin demonstra a existência de dois meios para enfrentá-la. O primeiro é totalmente consciente da aposta contida na decisão, o segundo recorre à estratégia. Ao contrário do *programa*, “que estabelece uma seqüência de ações que devem ser executadas sem variação em um ambiente estável”, a *estratégia* “elabora um cenário de ação que examina as certezas e as incertezas da situação, as probabilidades, as improbabilidades. Este cenário pode ser modificado de acordo com as informações recolhidas, os acasos, contratempos ou boas oportunidades encontradas ao longo do caminho” (MORIN, 2000, p.90). Embora a estratégia possa e deva muitas vezes estabelecer compromissos, não existe uma resposta geral que defina até onde esses compromissos devam ser estabelecidos. Isto não invalida a necessidade de luta contra as incertezas da ação, sendo possível superá-las em curto ou em médio prazo, mas não a longo prazo (MORIN, 2000, p.91).

Entre os recursos disponíveis para se lidar com a incerteza, Edgar Morin considera a Teoria dos Jogos, elaborada por von Neumann “uma grande teoria porque conseguiu integrar a eventualidade na determinação das escolhas e das decisões, sem reabsorvê-la” (MORIN, 1999, p.215). Ao mesmo tempo, reconhece suas deficiências porque, “além do duelo entre dois atores racionais, não se pode decidir com segurança a melhor estratégia. Entretanto, os jogos da vida raramente comportam dois atores e, ainda mais raramente, atores racionais” (MORIN, 2000, p.87).

f) Os princípios da complexidade

Em todos os temas sobre a teoria da complexidade abordados até o momento, é possível encontrar, de forma explícita ou implícita, alguns princípios básicos que norteiam o pensamento de Edgar Morin. Tratam-se, na realidade, de três princípios (princípio da organização recursiva, princípio hologramático e princípio dialógico), que são descritos e explicados pelo autor em várias obras e encontram-se expostos a seguir.

1) O princípio da organização recursiva

Este princípio está relacionado ao problema da auto-produção e auto-regulação. A melhor imagem para descrevê-lo encontra-se no processo do redemoinho, que é simultaneamente produzido e produtor. A interação entre indivíduo e sociedade é um dos exemplos mais significativos da manifestação desse princípio. De acordo com Morin (1999, p.182; 1995, p.108), a sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos, mas a

sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos para co-produzí-los enquanto indivíduos humanos, o que eles não seriam se não dispusessem da instrução, da linguagem e da cultura. Por outras palavras, os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. A idéia recursiva rompe com a idéia linear de causa-efeito, de produto-produtor e de estrutura-superestrutura, uma vez que tudo o que é produzido volta sobre o que produziu num ciclo ele mesmo auto-constitutivo, auto-organizador e autoprodutor. Desta forma, o processo social pode ser concebido como “um círculo produtivo interrompido no qual, de algum modo, os produtos são necessários à produção daquilo que os produz” (MORIN, 1999, p.182).

Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado às organizações. Uma empresa, por exemplo, situa-se num mercado e produz objetos ou serviços, que lhe tornam exteriores ao entrar no universo do consumo. Entretanto, ao produzir coisas e serviços, a empresa, ao mesmo tempo, auto-produz-se, ou seja, ela produz todos os elementos necessários à sua própria sobrevivência e à sua própria organização. “Ao organizar a produção de objectos e de serviços [a empresa] auto-organiza-se, automantém, se necessário auto-repara-se e, se as coisas vão bem, auto-desenvolve-se ao desenvolver sua produção” (MORIN, 1995, p.125). Assim, a complexidade aparece justamente nesse enunciado: quem produz as coisas ao mesmo tempo auto-produz-se; o próprio produtor é o seu próprio produto.

2) O princípio hologramático

No âmbito da complexidade também existe um princípio denominado hologramático. O holograma é descrito por Morin (1999, p.181) como uma “imagem física cujas qualidades de relevo, cor e de presença são devidas ao fato de cada um dos seus pontos incluírem quase toda a informação que ele representa”. Esse tipo de organização é encontrado, inclusive, no organismo biológico do homem, onde cada uma de suas células contém a informação genética do ser global. Da mesma forma, cada indivíduo e cada organização social recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo. Ou seja, não apenas a parte está no todo, mas também o todo está presente em cada uma de suas partes. A idéia do holograma ultrapassa o reducionismo, que só vê as partes, assim como o holismo, que só vê o todo. A idéia hologramática está ligada à lógica recursiva, pois o conhecimento sobre as partes regressa sobre o todo, assim como o conhecimento sobre o todo regressa sobre as partes. (MORIN, 1995, 1999, 2000).

Um exemplo de como esse princípio holográfico se manifesta no âmbito das organizações e da sociedade pode ser encontrado na provocação do coordenador da ONG

AfroReggae⁵⁵, José Júnior. Ao descrever o que denomina de “narcocultura”, ele afirma que a empresa de artigos esportivos Nike faz parte desse universo ao estimular, indiretamente, as crianças das favelas a traficar e roubar para atender ao sonho de consumo de adquirir um tênis com sua marca (SANCHES, 2006, p.65). Embora não se possa atribuir à Nike a responsabilidade pelo tráfico de drogas, o fato é que, de acordo com o princípio holográfico, a Nike habitaria o universo das organizações criminosas, assim como essas organizações habitariam o universo da Nike.

3) O princípio dialógico

O princípio dialógico cumpre a função de manter a dualidade no seio da unidade. “O termo dialógico quer dizer que duas lógicas, dois princípios, estão unidos sem que a dualidade se perca nessas unidades” (MORIN, 1999, p.189). A ordem e a desordem, por exemplo, são dois inimigos: uma suprime a outra, mas ao mesmo tempo, em certos casos, colaboram e produzem organização e complexidade (MORIN, 1995, p.107). A própria ciência obedece à dialógica porque ela continua andando sobre quatro pernas diferentes: o empirismo, a racionalidade, a imaginação e a verificação. “Racionalidade e empirismo mantêm um diálogo fecundo entre a vontade da razão de se apoderar de todo o real e a resistência do real à razão. Ao mesmo tempo, há complementariedade e antagonismo entre a imaginação que faz as hipóteses e a verificação que seleciona” (MORIN, 1999, p.189-190). Ao comparar os termos dialógica e dialética, Morin afirma que “a palavra dialógica não é uma palavra que permite evitar os constrangimentos lógicos e empíricos como a palavra dialética. Ela não é uma palavra-chave que faz com que as dificuldades desapareçam, como fizeram, durante anos, os que usavam o método dialético” (MORIN, 1999, p.190).

1.3 Adoção do referencial teórico

Este trabalho parte do reconhecimento da estreita relação entre a ciência e suas condições de produção, adotando como referencial teórico a teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu. Trata-se de uma perspectiva consagrada nas ciências sociais e que vem se afirmando como uma das mais estimulantes para as pesquisas no campo comunicacional (BARROS FILHO & MARTINO, 2003; FUENTES NAVARRO, 2003; LOPES, 2003;

⁵⁵ Organização sem fins lucrativos dedicada à resolução do problema da violência nas favelas do Rio de Janeiro.

MARTINO, Luis Mauro, 2003; PRADO, 2002; MIRANDA, 2005; THOMPSON, 1995). No âmbito deste trabalho, esta opção se justifica, em primeiro lugar, pela visão epistemológica de Bourdieu, para quem as dimensões teórica e metodológica do trabalho científico encontram-se estreitamente relacionadas, não podendo ser separadas rigidamente – além dessas, poderíamos acrescentar as dimensões filosófica e epistemológica. Outro aspecto importante de sua proposta é a superação das análises estritamente internalistas ou externalistas da ciência, às quais o autor contrapõe um nível intermediário, que se configura como um universo dentro do qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem o saber científico. Esse universo, denominado de campo científico, é um campo social como outro qualquer. No entanto, ele obedece a leis sociais mais ou menos específicas, onde se verificam conflitos políticos e lutas científicas, que se manifestam em sua produção simbólica, por meio de critérios de classificação e lógicas de distinção (BOURDIEU, 2004a, p.20-21; BOURDIEU, 2004b, p.4).

Essa concepção de Bourdieu revela-se extremamente atual quando aplicada à esfera da Comunicação Organizacional, em particular sobre sua vertente instrumentalista a serviço do *management*, cujos modelos de representação sobre a área geralmente estão a serviço dos interesses de determinadas categorias acadêmicas e profissionais, tais como as relações públicas, o marketing, a publicidade ou mesmo o jornalismo, no caso brasileiro. Ao mesmo tempo, a perspectiva bourdiana também pressupõe o exercício reflexivo por parte do pesquisador, de modo que sua própria posição seja questionada durante a realização da pesquisa, como forma de controle de seu trabalho de produção de sentido. No âmbito desta investigação, esse procedimento implica na tomada de consciência por parte de seu autor sobre o lugar de onde ele fala – o jornalismo, por formação profissional – com o objetivo de, se não neutralizar, pelo menos reconhecer as limitações e as implicações dessa formação na condução da pesquisa. Apesar do risco, trata-se de um trabalho que precisa ser feito porque “construir um objecto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com as representações partilhadas por todos” (BOURDIEU, 2004b, p.34). Além do mais, “uma prática científica que se esquece de pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz” (BOURDIEU, 2004b, p.27).

A postura crítica de Bourdieu no que se refere, neste caso, à investigação sobre uma determinada área do conhecimento, encontra ressonância em sua proposta metodológica, ao condicionar a adoção de uma postura mais aberta pelo pesquisador, pois sua noção de campo exige “que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista” (BOURDIEU, 2004b, p.27), ou seja: é preciso pensar *relacionalmente*,

procurando reconhecer as diversas formas de diferenciação social. “Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo” (BOURDIEU, 2004b, p.31). Na prática, “esse modo de pensamento realiza-se de maneira perfeitamente lógica pelo recurso ao *método comparativo*, que permite pensar relacionalmente um caso particular constituído em caso particular possível” (BOURDIEU, 2004b, p.33, grifo do autor). Para realizar esse empreendimento, a metodologia proposta pelo autor é aberta o suficiente para “combinar a mais clássica análise estatística com um conjunto de entrevistas em profundidade ou observações etnográficas” (BOURDIEU, 2004b, p.26).

Na medida em que este trabalho, em sua dimensão científica, se caracteriza como uma pesquisa de nível exploratório, tendendo para o descritivo, seu objetivo não é verificar hipóteses precisas, estabelecidas a partir de relações entre variáveis⁵⁶. Enquanto estudo exploratório, esta pesquisa visa proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, sobre o processo de transformação da Comunicação Organizacional, como área do conhecimento, no momento atual, sob a perspectiva dos campos sociais de Bourdieu. Enquanto estudo descritivo, o método comparativo de Bourdieu é utilizado com o objetivo de investigar as principais características subjacentes às diversas denominações em Comunicação Organizacional, sob a perspectiva de três critérios de cientificidade: sintático, semântico e pragmático.

Tendo como base o referencial teórico sobre essa disciplina abordado anteriormente, este trabalho formula as seguintes hipóteses:

a) De todas as denominações relacionadas à Comunicação Organizacional a serem contempladas na pesquisa empírica, o termo “organizational communication” é o que se enquadra com mais frequência nos três critérios de cientificidade selecionados;

b) Sob a perspectiva do critério semântico, de todas as denominações relacionadas à Comunicação Organizacional contempladas na pesquisa empírica, o termo “organizational communication” é o que adota com mais frequência referenciais teóricos relacionados à teoria da complexidade.

⁵⁶ De acordo com Gil (1999, p.56-58), é possível encontrar na literatura três tipos de hipóteses: 1) hipóteses casuísticas, 2) hipóteses que se referem à frequência de acontecimentos e 3) hipóteses que estabelecem relações entre variáveis. Entretanto, alguns autores consideram rigorosamente como hipóteses apenas as que se enquadram no terceiro nível.

1.4 Realização da pesquisa empírica

A metodologia empregada nesta etapa do trabalho foi elaborada a partir de estudos terminológicos, bibliométricos, sociolingüísticos e comunicacionais. A operacionalização do método comparativo proposto por Bourdieu, assim como os principais critérios de análise do *corpus*, foram estabelecidos com base na pesquisa terminológica de Ribeiro (1999) e nas referências bibliográficas em Comunicação Organizacional utilizadas neste trabalho. Todos os critérios foram organizados de acordo com as categorias de análise sintática, semântica e pragmática propostos por Alberto Oliva (2003) e Pedro Demo (1995). O detalhamento desta metodologia encontra-se descrito em capítulo à parte.

1.5 Reflexão filosófica

Nesta última etapa do trabalho os resultados e as conclusões da pesquisa empírica foram submetidos à reflexão filosófica sobre os problemas da diferença e da complexidade no âmbito da Comunicação Organizacional. Assim como a pesquisa empírica, essa reflexão encontra-se presente em capítulo à parte.

2. Pesquisa Empírica: perfil metodológico

Conforme esclarecido anteriormente, a metodologia empregada nesta etapa do trabalho foi elaborada a partir de estudos terminológicos, bibliométricos, sociolingüísticos e comunicacionais. No primeiro caso, a principal obra de referência é a proposta metodológica da pesquisadora Rosa Maria Alcebíades Ribeiro (1999) para a análise de artigos científicos. Outra contribuição valiosa reside no trabalho bibliométrico realizado por Maria Cristina Gobbi (2002) em sua investigação sobre as contribuições teóricas dos pesquisadores latino-americanos. A perspectiva sociolingüística foi fornecida pelo conjunto de textos sobre o assunto produzidos por Pierre Bourdieu (1998). Quanto aos estudos comunicacionais, são adotadas diversas obras sobre Comunicação Organizacional, com destaque para os estudos produzidos no Brasil por Margarida Maria Krohling Kunsch (1997, 2003), Wilson da Costa Bueno (2003, 2005) e, no exterior, pelos estudos organizados por Linda L. Putnam e Frederic M. Jablin (PUTNAM & JABLIN, 2000). Os principais critérios de análise do *corpus* foram estabelecidos com base na pesquisa terminológica de Ribeiro (1999) e nas referências bibliográficas em Comunicação Organizacional utilizadas neste trabalho. Todos os critérios foram organizados de acordo com as categorias de análise sintática, semântica e pragmática propostos por Alberto Oliva (2003) e Pedro Demo (1995).

2.1. Estudos terminológicos e sociolingüísticos

A terminologia é definida por Barros (2006:22) como “o estudo do vocabulário das áreas técnicas e científicas”. Sua afirmação como disciplina científica ocorreu no Ocidente, por meio dos trabalhos de Eugen Wüster (1898-1977), um engenheiro austríaco que, nos anos de 1930, estabeleceu as bases da futura Teoria Geral da Terminologia – TGT. Segundo essa corrente teórica, de tônica normalizadora, “o conceito deve ser estabelecido de antemão e, só então, deve-se procurar a expressão lingüística que mais adequadamente designe o conteúdo terminológico em questão” (BARROS, 2006:22). Compreendido como algo universal e imutável, o conceito é considerado pela TGT “como um conjunto de traços característicos, relevantes de um objeto” (BARROS, 2006:22). Essa concepção de natureza normativa, em que o conteúdo e a expressão do signo lingüístico são dissociados, orientou os estudos terminológicos ao longo dos 60 anos que seguiram à defesa da tese de doutorado de Wüster. Num segundo momento, o conceito passou a ser dimensionado de acordo com a concepção saussureana de unidade entre o significante e o significado. Nas duas últimas décadas, as

pesquisas terminológicas têm-se desenvolvido intensamente, suas bases teóricas têm sido revistas e novos modelos têm sido propostos. Sua mais recente abordagem deve-se à Maria Tereza Cabré, que em 1999 sistematizou uma nova proposta teórica: a Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT (BARROS, 2006). De acordo com essa concepção, “os termos podem ser vistos de diversos ângulos e analisados segundo os modelos das ciências lingüísticas, cognitivas e da comunicação que se consideram adequados à pesquisa em pauta” (BARROS, 2006:23, CABRÉ, 1999).

Além de produzir novas correntes teóricas, a terminologia vem sendo aplicada em diversas áreas, tais como o ensino de disciplinas técnicas e científicas, as ciências sociais, a documentação, a tradução, bem como o jornalismo científico e técnico. Nas ciências sociais, a principal contribuição dos estudos terminológicos, segundo Barros (2006), encontra-se no levantamento e identificação terminológica, recolha dos termos, análise por meio de mapas conceituais, sistematização e descrição dos termos e suas definições utilizados por determinada comunidade sociocultural em setores específicos de sua vida. Entretanto, sob a perspectiva sociolingüística de Pierre Bourdieu (1998), esses procedimentos precisam ser realizados com cuidado, pois a linguagem não é neutra. Na visão desse autor, as operações sociais de nomeação – seja no âmbito da sociedade investigada ou da comunidade científica que a investiga – são realizadas sob determinada lógica, em atendimento a determinados interesses e necessidades:

O ato de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce por si só um poder: as categorias “étnicas” ou “regionais”, como, por exemplo, as categorias de parentesco, instituem uma realidade valendo-se do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso* (BOURDIEU, 1998:110, grifos do autor).

Para Bourdieu, todo agente social aspira, na medida de seus meios, ao poder de nomear, pois a nomeação contribui para constituir a estrutura do mundo social. Por isso ele acredita que a “a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito da teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo” (BOURDIEU, 1998:81). O mesmo poderia ser dito em relação às teorias e aos estudos terminológicos.

2.2 Bibliometria, Cienciometria e Informetria

Bibliometria, cienciometria e informetria são termos utilizados para designar diversas formas de estudo quantitativas sobre a produção e disseminação do conhecimento científico. Segundo Macias-Chapula (1998), se um documento científico é a expressão de uma pessoa ou de um grupo de trabalho inseridos numa frente de pesquisa, então é possível dizer alguma coisa sobre as relações entre as pessoas a partir dos próprios documentos. Atualmente, os indicadores da atividade científica estão no centro dos debates, sob a perspectiva das relações entre o avanço da ciência e da tecnologia, por um lado, e o progresso econômico e social, por outro. Nos Estados Unidos e na Europa o termo *informetria* tornou-se comum entre os cientistas da informação nos últimos anos, como um campo geral de estudo que inclui a bibliometria e a cienciometria. A principal diferença entre eles, de acordo com o levantamento realizado por Macias-Chapula (1998) é a seguinte:

- **Bibliometria** – estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. Desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão.
- **Cienciometria** – estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica. Segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à bibliometria.
- **Informetria** – estudo dos aspectos quantitativos da informação em qualquer formato, e não apenas registros catalográficos ou bibliografias, referente a qualquer grupo social, e não apenas aos cientistas. A informetria pode incorporar, utilizar e ampliar os muitos estudos de avaliação da informação que estão fora dos limites tanto da bibliometria como da cienciometria.

Os indicadores bibliométricos e cienciométricos mais conhecidos e de maior importância no cenário nacional e/ou internacional, são, de acordo com Macias-Chapula (1998) os seguintes:

- **Número de trabalhos** - Reflete os produtos da ciência, medidos pela contagem dos trabalhos e pelo tipo de documentos (livros, artigos, publicações científicas, relatórios

etc.). A dinâmica da pesquisa em um determinado país pode ser monitorada e sua tendência traçada ao longo do tempo.

– **Número de citações** - Reflete o impacto dos artigos ou assuntos citados.

– **Co-autoria** - Reflete o grau de colaboração na ciência em nível nacional e internacional. O crescimento ou o declínio da pesquisa cooperativa podem ser medidos.

– **Número de patentes** - Reflete as tendências das mudanças técnicas ao longo do tempo e avalia os resultados dos recursos investidos em atividades de P&D. Esses indicadores determinam o grau aproximado da inovação tecnológica de um país.

– **Número de citações de patentes** - Mede o impacto da tecnologia.

– **Mapas dos campos científicos e dos países** - Auxiliam a localizar as posições relativas de diferentes países na cooperação científica global.

Diante das descrições disciplinares elaboradas por Barros (2006) e Macias-Chapula (1998), a metodologia adotada nesta etapa do trabalho a caracteriza como um estudo híbrido em que são contemplados aspectos terminológicos, bibliográficos e cienciométricos.

2.3. Estratégia metodológica

A metodologia utilizada neste trabalho foi elaborada com base no estudo terminológico da pesquisadora Rosa Maria Alcebíades Ribeiro (1999) sobre artigos científicos em recuperação de áreas degradadas, com espécies vegetais associadas a microorganismos. A escolha desse tema lhe permitiu desenvolver uma base de dados neónimicos e terminológicos, bem como uma metodologia para a realização de trabalhos terminológicos no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. O *corpus* de análise dessa pesquisa envolveu 38 artigos científicos apresentados em congressos, dos quais foram extraídos 497 termos. No caso desta tese, seu principal objetivo não se concentra na extração e definição de termos, mas na avaliação terminológica de uma área de conhecimento – a Comunicação Organizacional – a partir da análise de documentos relativos aos seus principais termos e conceitos, tais como são empregados no Brasil e em outros

países. Por isso houve a necessidade de adaptação da proposta de Ribeiro (1999) para os fins específicos deste trabalho. Neste caso, a metodologia se configura da seguinte forma:

2.3.1 – Estabelecimento dos *corpora*

a) *Corpus* de seleção de termos

Os termos empregados em Comunicação Organizacional foram selecionados previamente a partir da leitura de obras sobre o assunto produzidas no Brasil (BUENO, 2003, 2005b; KUNSCH, 1997, 2003; REGO, 1986, 1987; TORQUATO, 2002) e no exterior (ALBERTO PEREZ, 2001; ARGENTI & FORMAN, 2002; ARGENTI, 2006; DANIELS, SPIKER & PAPA, 1997; COSTA, 2003; GARRIDO, 2001; JABLIN & PUTNAM, 2000; PUTNAM, COSTA & GARRIDO, 2002; VAN RIEL, 1997).

b) *Corpus* de análise

O *corpus* de análise é composto por registros e documentos (artigos, resenhas, revisões bibliográficas e editoriais) relacionados aos principais termos adotados em Comunicação Organizacional, obtidos a partir de consultas nas bases de dados *Web of Science*. Esse material compõe o principal *corpus* de análise deste trabalho, formado por 1.181 registros, a partir dos quais foram obtidos 517 documentos.

c) *Corpus* de referência

A análise dos termos, bem como dos registros e dos documentos citados anteriormente também foi realizada com o auxílio das seguintes obras de referência: “Dicionário Houaiss de língua portuguesa” (HOUAISS & VILLAR, 2001), “Dicionário de Comunicação” (BARBOSA & RABAÇA, 2001), “Dicionário Enciclopédico de Administração” (COOPER & ARGYS, 2003), “*Dictionary of Business*”

(BANNOCK ET AL, 2002) e “*Oxford advanced learner’s dictionary*” (HORNBY, 2005).

d) *Corpus* auxiliar

Além das obras citadas anteriormente, encontram-se inclusas no *corpus* auxiliar as seguintes referências: Anderson & Bayn (2004), Bourdieu (1998), Deetz (2000), Peruzzo (1986), Shelby (1993) e Simões (1995, 2001, 2006).

2.3.2 – Critérios de análise

A leitura do *corpus* de referência e a investigação exploratória da base de dados *Web of Science* permitiram o estabelecimento dos critérios de análise, que estão detalhados nas páginas seguintes. Basicamente, esses critérios encontram-se reunidos em quatro grupos:

a) Análise terminológica estrita – refere-se à investigação de aspectos *sintáticos* (análise formal) e *semânticos* (análise de significado) relacionados aos termos, com base em sua inserção no interior dos registros fornecidos pelas bases de dados *Web of Science*.

b) Análise teórica da Comunicação Organizacional – refere-se à investigação semântica sobre as principais orientações teóricas em Comunicação Organizacional presentes nos registros e documentos, com base na tipologia estabelecida por Deetz (2000) para a *Organizational Communication*.

c) Análise do perfil geral da Comunicação Organizacional – refere-se à investigação dos aspectos *pragmáticos* (condições de produção) e *semânticos* dos registros e documentos (análise do significado). No primeiro caso, a análise foi realizada a partir dos dados fornecidos pelas próprias bases (nomes dos autores, universidades, países, idiomas adotados nos documentos etc). No segundo caso, a análise foi efetuada

com base na bibliografia especializada em Comunicação Organizacional adotada na tese.

2.3.3 – Tratamento eletrônico do *corpus* de análise

Após o estabelecimento dos critérios de análise, foi criada uma tabela e respectivo formulário com o auxílio do programa *Access* 2003, da *Microsoft*, visando a inserção dos dados. A primeira etapa do tratamento eletrônico consistiu na exportação dos dados presentes nos registros da base *Web of Science*, tais como o título da publicação, o nome dos autores e título do documento, entre outros, para o programa *Access*, seguida pela conferência dos dados exportados com os registros originais. Na segunda etapa foram acrescentados na tabela e no formulário os campos não contemplados pela base de dados, relativos aos critérios de análise estabelecidos neste trabalho.

2.3.4 – Processamento e análise dos dados

Após o preenchimento do formulário no programa *Access*, os dados relativos aos termos selecionados foram exportados para o programa *Vantage Point*, visando o processamento dos dados, bem como a análise de sua frequência e distribuição.

2.3.5 – Interpretação dos resultados

Os resultados obtidos na etapa anterior foram interpretados segundo o referencial teórico e epistemológico estabelecidos nos capítulos anteriores da tese.

2.4. A base de dados Web of Science

Disponível na Internet por meio do portal “Periódicos”, desenvolvido pela CAPES⁵⁷ a base de dados *Web of Science* pertence ao *Institute for Scientific Information – ISI* e é composta por três bases distintas: a *Science Citation Index Expanded (SCI-EXPANDED)*, especializada em ciências naturais e exatas, contem informações sobre pesquisas publicadas internacionalmente desde 1945; a *Social Sciences Citation Index (SSCI)*, especializada em ciências sociais, fornece dados de publicações indexadas a partir de 1956; e a *Arts & Humanities Citation Index (A&HCI)* contem informações sobre artes e humanidades publicadas a partir de 1975.

De acordo com Testa (1998, 2004), a seleção das publicações presentes na *Web of Science* é realizada com base em análises da literatura científica, que demonstram ser relativamente pequeno o número de periódicos que publicam todos os resultados científicos relevantes. Esse princípio é conhecido como Lei de Bradford, em homenagem ao documentalista inglês S.C. Bradford, que em meados da década de 1930 constatou a existência de um número essencial de publicações na formação da base de literatura para todas as disciplinas. Para uma publicação ser incorporada à *Web of Science*, ela precisa atender a alguns pré-requisitos: o primeiro e mais fundamental é sua periodicidade regular; títulos sinopses e palavras-chave de artigos em inglês também são essenciais; a existência de processo de revisão por pares (*peer reviewed journals*) é outro indicador importante, assim como a representação geográfica do periódico.

Além da adoção desses critérios, o *Institute for Science Information – ISI* realiza, de acordo com Testa (1998, 2004) um contínuo processo de avaliação dos periódicos, com base no método de indexação de citações desenvolvido por seu fundador, Eugene Garfield. No final da década de 1950, Garfield teve a idéia de aplicar à literatura científica o conceito de indexação adotado há mais de um século pelo sistema jurídico norte-americano. Em 1961, ao produzir um índice de citações em genética, ele descobriu que muitos artigos sobre esse campo eram publicados em periódicos não especializados, sentindo então a necessidade de criar uma ferramenta de recuperação multidisciplinar. Atualmente, o índice de citações presente na *Web of Science* é baseado nesse pressuposto fundamental: quando um pesquisador cita um artigo, livro ou patente em seu trabalho, isto implica em algum tipo de relacionamento

¹ Serviço oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, organização vinculada ao Ministério da Educação, a professores, pesquisadores, alunos e funcionários de 163 instituições de ensino superior e de pesquisa em todo país. Este serviço encontra-se disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>.

temático com a obra citada. Os dados das citações são também adotados pelo *Institute for Science Information* – ISI para a definição do *fator de impacto* e análise de publicações, agregados ao *Journal Citation Reports* – JCR. Enquanto o *índice de citações* focaliza o nível *micro* das citações de uma determinada obra, o *fator de impacto* focaliza o nível *macro* das citações de uma determinada publicação.

2.4.1 A utilização da base *Web of Science* nos estudos em comunicação

As bases de dados e os critérios de indexação do ISI são amplamente adotados por organizações educacionais e científicas, como a própria CAPES, assim como por pesquisadores em diversas partes do mundo. No âmbito da Comunicação, Everett Rogers (1999), por exemplo, investigou a existência de lacunas intelectuais nesse campo, ao comparar o número de citações cruzadas entre as principais publicações científicas produzidas em Comunicação Interpessoal e Comunicação de Massa nos Estados Unidos. Com base nessa pesquisa, ele concluiu não haver nesse país uma publicação capaz de abordar a comunicação de forma integral. Além disso, na medida em que esses periódicos são editados por organizações científicas, ele chega a sugerir a fusão das três maiores associações de comunicação norte-americanas⁵⁸, como forma de encorajar o avanço da comunicação em direção a um campo integrado. Outra pesquisa interessante encontra-se no artigo de Pleasant et al (2002) sobre Comunicação Ambiental (*Environmental Communication*). Nesse trabalho, seus autores utilizaram as bases de dados *Web of Science* em busca dos artigos disponíveis sobre o assunto, por meio da combinação de várias palavras (“*environment*” and “*communication*”, “*environmental*” and “*communication*”, “*nature*” and “*communication*” etc). A partir dessa busca, os pesquisadores conseguiram elaborar um perfil da literatura sobre o assunto, com a identificação das principais publicações, autores e palavras-chave.

Apesar do potencial e das facilidades de pesquisa proporcionadas pela *Web of Science*, também é possível encontrar na literatura trabalhos como o de Edmund Lauf (2005), que questiona o critério de indexação adotado pelo ISI na classificação das 40 principais publicações internacionais de comunicação. Com base na revisão de literatura e em análises estatísticas dos artigos publicados entre 1998 e 2002 nas revistas selecionadas pelo ISI, ele chegou à conclusão que a maior parte dessas publicações científicas pertence a países de

⁵⁸ De acordo com Rogers (1999), as principais associações norte-americanas de comunicação incluem a *International Communication Association* – ICA, a *National Communication Association* – NCA e a *Association for Education in Journalism and Massa Communication* – AEJMC.

língua inglesa, com predominância dos Estados Unidos, ficando de fora periódicos importantes, editados em diversas partes do mundo. Este é o caso, por exemplo do *Asian Journal of Communication* (editado pelo *Asian Media Information and Communication Centre* e pela *Nanyang Technological University of Singapore*), da *Nordicom* (editada pela organização homônima que reúne pesquisadores dos cinco países da região nórdica) e da *Publizistik* (editada pela Associação Alemã de Comunicação – *Deutsche Gesellschaft für Publizistik und Kommunikationswissenschaft* – DGPuK). A ausência de importantes publicações norte-americanas também foi notada pelo autor, como as editadas pela *American Association for Education in Journalism and Mass Communication* – AEJMC (*Journalism & Mass Communication Quarterly*, *Journalism & Mass Communication Educator*, *Journalism & Mass Communication Monographs*, *Journalism & Mass Communication Abstracts* e *Journalism & Mass Communication Directory*). Devido a essas ausências, Leaf (2005) sugere como critério de seleção internacional por parte do ISI as publicações editadas por associações de comunicação com grande número de filiados em diversas partes do mundo.

Se nas bases de dados do *Institute for Science Information* – ISI encontram-se ausentes publicações de comunicação importantes, editadas em países desenvolvidos, o que dizer das publicações editadas em países em desenvolvimento, com dificuldades de manutenção de periodicidade? Por mais que os critérios de indexação adotados pela *Web of Science* sejam estatisticamente pertinentes, eles não são significativos quanto à diversidade da produção acadêmica realizada internacionalmente, pelo menos em relação ao campo comunicacional. De qualquer forma, essa base incorpora uma parcela de artigos, autores, publicações e associações científicas dessa área do conhecimento, considerados importantes. Mais do que uma base de dados, a *Web of Science* também pode ser considerada uma forma de representação de determinada realidade social. Por isso, ao ser utilizada na pesquisa em Comunicação Organizacional, proposta neste trabalho, essa base também está sendo, indiretamente, avaliada.

2.4.2 Características das bases de dados *Web of Science*

Embora a *Web of Science* não seja a única base de dados disponível no portal da CAPES, uma investigação exploratória preliminar demonstrou ser a mais adequada para os objetivos desta pesquisa. Suas principais qualidades técnicas são a estabilidade do número de registros no período investigado – que pode variar em outras bases, como a *Scopus* – e a ausência de indexação de termos condicionada a um *thesaurus*, como ocorre com a base de

dados *Wilson Web* – nesta base, as buscas sobre *Organizational Communication*, por exemplo, são interpretadas pelo seu *thesaurus* como “*communication in organizations*”, ou seja, privilegia a comunicação exercida no interior das organizações. Os dados disponíveis nas bases *Web of Science* são apresentados em inglês, na forma de registros (*records*), de acordo com o exemplo exposto a seguir.

9) Title: Invisible social infrastructures to facilitate time-pressed distributed organizing

Author(s): [van Fenema PC](#), [Raisanen C](#)

Source: TIME & SOCIETY 14 (2-3): 341-360 SEP 2005

Document Type: Article

Language: English

Cited References: 46

Times Cited: 0

[FIND RELATED RECORDS](#) 

Abstract: How do complex societal demands and time constraints posed by distributed temporary organizing affect **organizational communication**? Extending Bowker and Star's (2002) work on infrastructures, we introduce two context-specific 'invisible', social infrastructures: organizational and relational. We empirically assess their role in an international, multi-site ERP-software implementation. We investigated how these infrastructures shaped organizational activities, aligned discourses, created order, and prevented divergent behaviours. We found that mutually interdependent organizational and relational infrastructures strengthened social relationships and saved time by facilitating non-routine collaboration and **organizational communication** under geographic and temporal constraints. We argue that the conceptualization of (infra)structural and process dynamics will help researchers and practitioners understand and handle **organizational communication** in distributed temporary organizations.

Author Keywords: distributed organization; infrastructures; **organizational communication**; time constraints; time-space

KeyWords Plus: COMMUNICATION; ORGANIZATIONS; KNOWLEDGE; MEDIA

Addresses: van Fenema PC (reprint author), Erasmus Univ, Rotterdam Sch Management, POB 1738, NL-3000 DR Rotterdam, Netherlands
Erasmus Univ, Rotterdam Sch Management, NL-3000 DR Rotterdam, Netherlands

Chalmers Univ Technol, SE-41296 Gothenburg, Sweden

E-mail Addresses: p.fenema@rsm.nl, christine.raisanen@chalmers.se

Publisher: SAGE PUBLICATIONS LTD, 1 OLIVERS YARD, 55 CITY ROAD, LONDON EC1Y 1SP, ENGLAND

Subject Category: SOCIAL SCIENCES, INTERDISCIPLINARY

IDS Number: 970JM

ISSN: 0961-463X

Figura 9 – Exemplo de registro (*record*) disponível nas bases *Web of Science*

Conforme pode ser observado nesse exemplo, os principais campos de um registro são o título do documento (*title*), o nome do(s) autor(res) (*authors*), título e outros dados da publicação (*source*), resumo (*abstract*), palavras-chave do autor (*author keywords*), palavras-chave da própria base (*keyword plus*), a vinculação institucional do(s) autor(res) (*addresses*), bem como a(s) área(s) do conhecimento pertinentes ao documento (*subject category*). A base também informa o nome e o endereço da editora comercial do documento (*publisher*), o número de citações utilizadas em determinado texto (*cited references*), assim como o número de vezes em que o texto em questão é citado em outros documentos (*times cited*). Entretanto, como esses números variam constantemente e o período de recuperação e análise dos registros ocorreu em diversos meses e ocasiões, esses dados não foram levados em consideração. Além desses aspectos, é interessante observar que a grafia do termo investigado (neste caso, *organizational communication*) é destacada no interior do registro. Outra questão importante é que nem sempre a base fornece todos os dados nos campos disponíveis. Isto ocorre principalmente com os registros das resenhas, em que é comum a ausência de resumo e palavras-chave. Entretanto, na medida do possível, procurou-se utilizar toda informação disponível.

Muitas vezes, os registros vêm acompanhados de um ícone de acesso aos textos originais, mas pode haver dificuldades na recuperação desses documentos. As dificuldades geralmente ocorrem nos casos em que a publicação científica ou sua editora comercial disponibiliza apenas o resumo do documento, exige a realização de assinatura ou cobra pela aquisição do texto valores a partir de 15 dólares. Quando esses problemas acontecem, a solução é recorrer à lista de publicações assinadas pelo portal da CAPES, onde nem sempre é possível encontrar a publicação ou o texto desejado, pelo fato de o período de assinatura das publicações não abranger as edições mais antigas ou as mais recentes.

2.5. Critérios de seleção, análise e classificação dos termos e registros

2.5.1 Critérios de seleção dos termos e respectivas bases de dados

A seleção dos termos pesquisados neste trabalho foi realizada com base em critérios qualitativos e quantitativos. Os critérios qualitativos decorrem da leitura das principais obras em Comunicação Organizacional produzidas no Brasil e no exterior. A partir dessa literatura, foram relacionadas diversas denominações empregadas em inglês, português e espanhol. Como a pesquisa nas bases de dados *Web of Science* é realizada em inglês, procurou-se, na

medida do possível, encontrar os termos em inglês correspondentes aos adotados nas demais línguas. Este é o caso, por exemplo, dos termos *comunicação institucional* e *comunicação mercadológica*, presentes nas bases de dados *Web of Science* como *institutional communication* e *marketing communication*, no sentido empregado por Kunsch (2003). Por outro lado, o termo *endomarketing*, já incorporado à língua portuguesa (BARBOSA & RABAÇA, 2001:268; HOUAISS & VILLAR, 2001:1141) não se encontra presente nas bases de dados *Web of Science*, nem nos dicionários de língua inglesa pesquisados (BANNOCK ET AL, 2002; HORNBY, 2005). O termo correspondente a *endomarketing* em inglês é *internal marketing* e, seu antônimo, *external marketing*. Por outro lado, o antônimo de *endomarketing* – *exomarketing* – não é encontrado nem mesmo nos dicionários de língua portuguesa. Outro critério qualitativo foi adoção das três bases de dados *Web of Science*, uma vez que, de acordo com Testa (1998, 2001) muitos artigos sobre determinada área são publicados em jornais não especializados.

Após a análise qualitativa, o próximo passo foi a realização de uma pesquisa bibliométrica exploratória com o objetivo de levantar a quantidade de registros disponíveis nas bases de dados *Web of Science*, no período de 1945 a 2005, relativos aos termos identificados anteriormente. Também foi verificada a quantidade de registros relacionados à combinação (co-ocorrência) dos termos entre si (por exemplo, entre “*organizational communication*” e “*corporate communication*”), bem como entre eles e outros termos pertinentes a este trabalho (por exemplo, entre “*organizational communication*” e “*globalization*”). Essa pesquisa envolveu, em sua totalidade, 5.057 buscas nas bases de dados *Web of Science* e seus resultados podem ser conferidos no Apêndice 1, disponível no CD anexo a este trabalho. A seleção final dos termos foi estabelecida pela articulação entre os critérios qualitativos e quantitativos, em virtude de, muitas vezes, a quantidade de registros extrapolar a possibilidade de análise no período selecionado. Este é o caso, por exemplo, dos termos *management* (506.687 registros), *marketing* (25.653 registros), *journalism* (3.369 registros) e *public relations* (2.426 registros), entre outros. Já a quantidade de registros relativos a termos como *organizational communication* (309 registros), *business communication* (193 registros) e *corporate communication* (37 registros) possibilitou a realização das análises no período selecionado. Essa pesquisa quantitativa preliminar permitiu ainda a seleção dos principais documentos de análise: a maior parte dos registros refere-se a artigos (*articles*), mas também foram selecionados resenhas (*book reviews*), revisões bibliográficas (*reviews*) e editoriais (*editorial materials*). O resultado desse trabalho encontra-se no quadro exposto a seguir.

Quadro 5
Relação de termos-chave e variações terminológicas

N	Termo-chave	Article	Review	Book	Edit	SB	T
1	"organizational communication"	205	20	74	1	300	309
2	"business communication"	124	3	52	8	187	193
3	"management communication"	65	1	15	3	84	88
4	"corporate communication"	28	0	3	4	35	37
5	"industrial communication"	25	3	3	1	32	35
6	"institutional communication"	10	2	1	1	14	14
7	"marketing communication"	81	0	16	0	97	101
8	"administrative communication"	3	1	7	0	11	11
9	"internal communication"	95	2	3	0	100	100
10	"internal * communication"	12	0	0	1	13	13
11	"external communication"	56	3	0	0	59	61
12	"external * communication"	5	0	0	0	5	5
13	"integrated communication"	83	5	1	3	92	97
14	"integrated * communication"	73	1	1	0	75	77
15	"strategic communication"	50	2	9	1	62	62
16	"strategic * communication"	8	0	5	2	15	15
	TOTAL	923	43	190	25	1181	1218
Legendas: Article (artigo), Review (revisões), Book (resenhas) Edit (editoriais), SB (sub-total) e T (Total)							

Conforme pode ser verificado no quadro acima, encontram-se nele relacionadas as buscas referentes a 12 termos e 4 derivações terminológicas, identificadas, neste caso, pela inserção de asterisco. A busca por essas derivações foi determinada para as ocasiões em que a revisão de literatura, associada à pesquisa exploratória preliminar nas bases *Web of Science*, revelou a maior possibilidade de determinados termos serem utilizados na construção de *sintagmas*. O sintagma é descrito na literatura especializada como uma criação lexical em determinada área do conhecimento, formada por um grupo de palavras que, em seu conjunto, constituem-se num termo (RIBEIRO, 1999). Este é o caso, por exemplo, do sintagma *Integrated Marketing Communication – IMC*, uma derivação dos termos *integrated communication* e *marketing communication* adotada por especialistas em publicidade e *marketing*. O processo de busca pelos termos selecionados resultou na obtenção de 1.181 registros, correspondentes a 96,9% do total de registros disponibilizados pela base. Esses registros estão relacionados, em sua maior parte, a artigos (923 registros ou 78,2% do subtotal), revisões bibliográficas (43 registros ou 3,6% do subtotal), resenhas (190 registros ou 16,1% do subtotal) e editoriais (25 registros ou 2,1% do subtotal), confirmando, desta forma, a predominância dos artigos sobre os demais tipos de documento presentes nos registros.

2.5.2 Critérios de análise terminológica *strictu sensu*

A análise terminológica estrita foi realizada a partir do estudo de a pesquisadora Rosa Maria Alcebiádes Ribeiro (Ribeiro, 1999) sobre a base de dados neonímicos e terminológicos da pesquisa agropecuária no Brasil. Na elaboração desse trabalho foram contemplados critérios sintáticos e semânticos.

Critério sintático

O critério sintático refere-se à forma gramatical do termo no interior do registro, seja nos títulos, resumos ou palavras-chave. Por exemplo, como resultado da busca “*management communication*”, as duas palavras que compõem esse termo aparecem grafadas de diversas maneiras: “*management communication*”, “*management-communication*” (separadas por hífen), “*management/communication*” (separadas por barra) ou “*management, communication*” (separadas por vírgula). No primeiro caso, o termo é avaliado como pertinente; no segundo e terceiro casos, o termo é considerado pertinente caso o hífen e a barra não impliquem em sua descontextualização. No último caso a separação das palavras por vírgula permite a associação de cada uma delas a contextos diferentes no interior da frase. Nas ocasiões em que os termos não são pertinentes, os registros aos quais estão vinculados também não foram considerados na análise semântica, realizada posteriormente, ainda que seu conteúdo diga respeito à Comunicação Organizacional. Para efeito de classificação, os registros em que os termos são sintaticamente pertinentes foram identificados pela palavra “sim”, enquanto os registros dos termos não pertinentes foram identificados pela palavra “não”. Nos casos dos registros em que os termos aparecem tanto de forma pertinente, como não pertinente, prevaleceu sua identificação pelo termo “sim”. Além disso, também foram identificadas a localização dos termos no interior dos registros (título, resumo, palavras-chave etc), bem como as principais variações gramaticais dos termos encontrados, tais como “*strategic management communication*” e “*intra-organizational communication*” etc. Quanto aos sintagmas, os termos presentes no interior dos registros foram incluídos em campo específico no formulário e identificados pelas palavras “sim” ou “não”, de acordo com sua pertinência sintagmática.

Critério Semântico

O critério semântico diz respeito ao conteúdo expresso no registro, isto é, se o documento ao qual o registro se refere. Está relacionado à área de Comunicação Organizacional, de acordo com a literatura produzida no Brasil (BUENO, 2003; BUENO, 2005; KUNSCH, 1997, 2003; REGO, 1986, 1987; TORQUATO, 2002) e no exterior (ARGENTI & FORMAN, 2002; ARGENTI, 2006; DANIELS, SPIKER & PAPA, 1997; COSTA, 2003; GARRIDO, 2001; PEREZ, 2001; PUTNAM & JABLIN, 2000; PUTNAM, COSTA & GARRIDO, 2002; VAN RIEL, 1997). Uma pesquisa exploratória inicial sobre os registros disponíveis, permitiu desenvolver a seguinte classificação:

- 0 – Conteúdo pertinente a outro(s) campo(s) do conhecimento;
- 1 - Conteúdo relacionado a outra(s) área(s) do conhecimento com alguma pertinência para a Comunicação Organizacional;
- 2 – Conteúdo relacionado à Comunicação Organizacional.

Os principais critérios utilizados para executar essa classificação foram o título da publicação, o resumo e a(s) área(s) do conhecimento fornecidos pelos registros das bases de dados. O trabalho de análise dos dados obtidos a partir dos registros pode ser aprimorado nos casos em que foi possível recuperar os documentos originais aos quais os registros se referem.

2.5.3 Análise teórica da Comunicação Organizacional – refere-se à investigação, sob o critério semântico, das principais orientações teóricas em Comunicação Organizacional presentes nos registros e documentos dos artigos (*articles*) e revisões (*reviews*), com base na tipologia estabelecida por Deetz (2000) para a *Organizational Communication*.

2.5.4 Critérios de análise do perfil geral da Comunicação Organizacional

Critério pragmático

O critério pragmático está relacionado às condições de produção da literatura investigada e diz respeito ao levantamento das publicações, dos autores dos documentos, suas instituições e respectivos países de origem, bem como ao idioma adotado na elaboração dos

textos. Esses dados foram obtidos a partir dos registros disponíveis das bases de dados *Web of Science*.

Critério semântico

O trabalho anterior de análise terminológica no sentido estrito foi aprofundado com a análise de conteúdo dos registros e documentos, tendo como base as referências bibliográficas em Comunicação Organizacional adotadas na tese.

3. Resultados

O primeiro aspecto a ser considerado sobre os estudos terminológicos, bibliométricos e censiométricos, elaborados com a utilização de bases de dados eletrônicas, é que eles podem revelar, durante sua realização, um terreno ao mesmo tempo fascinante e movediço. Fascinante ao permitir ao pesquisador o contato com a literatura internacional de uma forma até então nunca vivenciada; movediço devido às inúmeras possibilidades de análise que proporciona e à ilusão de se estar acessando o que existe de mais consagrado na literatura internacional sobre o assunto pesquisado. Se isso é uma verdade estatística revelada pelos métodos de indexação de citações e de avaliação do impacto das publicações, também é preciso considerar que se trata de uma representação da realidade. Por trás da sedutora frieza dos números podem ocorrer lutas institucionais e epistemológicas do campo científico que não se revelam de imediato. Diante do exposto, por mais que os resultados divulgados a seguir revelem uma parcela importante da produção científica em Comunicação Organizacional, eles não devem ser considerados representativos em termos da diversidade de enfoques existentes sobre o assunto no mundo.

3.1. Levantamentos preliminares

O primeiro passo para a realização desta etapa da pesquisa foi o levantamento preliminar sobre os principais termos utilizados em Comunicação Organizacional no Brasil e no exterior, com base na literatura existente. Esse levantamento proporcionou a realização de 5.057 buscas de ocorrências e co-ocorrências de termos nas bases de dados Web of Science, que permitiram uma visão geral sobre a quantidade de registros e documentos disponíveis. Dessa pesquisa inicial foram selecionadas algumas co-ocorrências com o objetivo de estabelecer um perfil geral sobre a presença da Comunicação Organizacional na base de dados Web of Science. Essas co-ocorrências estão organizadas nos quadros expostos e comentados a seguir, por meio dos quais encontram-se comparados: a) os principais termos pertinentes à Comunicação Organizacional entre si; b) os principais termos pertinentes à Comunicação Organizacional e as práticas profissionais a ela associadas; c) os principais termos pertinentes à Comunicação Organizacional e às principais sub-áreas da Comunicação; d) as principais sub-áreas da Comunicação e as atividades profissionais associadas à Comunicação Organizacional.

a) Comunicação Organizacional x Comunicação Organizacional

Na comparação dos diversos termos associados à Comunicação Organizacional foi possível obter no total 25 co-ocorrências, sendo o principal resultado obtido a existência de maior co-relação entre “*internal communication*” e “*external communication*”, com 7 co-ocorrências. O termo “*internal communication*” apresentou o maior número de co-ocorrências (9 no total), estabelecendo ainda relações com “*business communication*” (1) e “*corporate communication*” (1). Entre os demais resultados destacam-se “*business communication*”, com 4 co-ocorrências e “*organizational communication*”, com 3 co-ocorrências. Ambos os termos também apresentaram relações entre si (2). Além desses resultados, é interessante constatar a ausência de quaisquer co-ocorrências para os termos “*integrated communication*” e “*strategic communication*”, que na literatura brasileira costumam estar associados a “*marketing communication*”, “*institutional communication*” e “*internal communication*”.

Quadro 6

Número de co-ocorrências de termos relativos à Comunicação Organizacional

	ORC	BSB	MNC	COC	IDC	ITC	MKC	ADC	INC	EXC	IGC	STC	T
ORC	*	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
BSB	2	*	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	4
MNC	1	0	*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
COC	0	0	0	*	0	0	0	0	1	0	0	0	1
IDC	0	0	0	0	*	0	0	0	0	0	0	0	0
ITC	0	0	0	0	0	*	0	0	0	0	0	0	0
MKC	0	1	0	0	0	0	*	0	0	0	0	0	0
ADC	0	0	0	0	0	0	0	*	0	0	0	0	0
INC	0	1	0	1	0	0	0	0	*	7	0	0	9
EXC	0	0	0	0	0	0	0	0	7	*	0	0	7
IGC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	*	0	0
STC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	*	0
TOTAL	3	4	1	1	0	0	0	0	9	7	0	0	25

Legendas: * A comparação do termo consigo mesmo foi desconsiderada, ORC – Organizational Communication, BSB – Business Communication, MNC – Management Communication, COC – Corporate Communication, IDC – Industrial Communication, ITC – Institutional Communication, MKC – Marketing Communication, ADC – Administrative Communication, INC – Internal Communication, EXC – External Communication, IGC – Integrated Communication, STC – Strategic Communication, T – Total.

b) Comunicação Organizacional x Atividades Profissionais

Na relação entre os termos inerentes à Comunicação Organizacional e as atividades profissionais afins, foi possível obter o total de 185 co-ocorrências, sendo verificada a predominância de “*marketing communication*” (132) e “*marketing*” (117) sobre os demais termos. No sentido oposto, o termo “*journalism*” não apresentou nenhuma co-ocorrência com qualquer um dos termos relacionados à Comunicação Organizacional. Embora o termo “*public relations*” tenha apresentado menor número de co-ocorrências (27) que “*advertising*” (33), sua diversidade de co-ocorrências é superior por estabelecer associações com 8 termos, enquanto “*advertising*” está associado a apenas 5 outros termos. Também é interessante notar que “*public relations*” apresenta mais co-relações com “*corporate communication*” (8) e “*strategic communication*” (6). Esses resultados demonstram, por um lado, a predominância da perspectiva mercadológica sobre as demais orientações em Comunicação Organizacional. A ausência de co-relações para o termo “*journalism*” de um lado, e a diversidade de co-ocorrências para “*public relations*” de outro, sinaliza para o fato de que, em nível internacional, principalmente nos Estados Unidos e demais países de língua inglesa, a atividade de relações públicas (que inclui assessoria de imprensa) é preponderante no âmbito da Comunicação Organizacional, sendo o jornalismo desconsiderado nessa esfera.

Quadro 7

Número de co-ocorrências de termos relativos a Comunicação Organizacional e atividades profissionais

	ORC	BSB	MNC	COC	IDC	ITC	MKC	ADC	INC	EXC	IGC	STC	T
Journalism	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Public Relations	3	2	2	8	0	0	4	0	0	1	1	6	27
Advertising	0	1	0	2	1	0	27	0	0	0	0	2	33
Publicity	0	0	0	1	0	0	4	0	0	1	0	1	7
Propaganda	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Marketing	5	5	0	2	1	0	97	0	4	3	0	0	117
TOTAL	8	8	2	14	2	0	132	0	4	5	1	9	185

Legendas: ORC – Organizational Communication, BSB – Business Communication, MNC – Management Communication, COC – Corporate Communication, IDC – Industrial Communication, ITC – Institutional Communication, MKC – Marketing Communication, ADC – Administrative Communication, INC – Internal Communication, EXC – External Communication, IGC – Integrated Communication, STC – Strategic Communication, T – Total.

c) Comunicação Organizacional x sub-áreas da Comunicação

Na relação entre os termos inerentes à Comunicação Organizacional e as demais sub-áreas da Comunicação foi obtido o total de 39 co-ocorrências, dentre as quais destacam-se, no âmbito da Comunicação Organizacional, os termos “*marketing communication*” (10 co-ocorrências) e “*organizational communication*” (9 co-ocorrências). Na esfera das sub-áreas da Comunicação estão em evidência “*interpersonal communication*” (9 co-ocorrências) e “*global communication*” (7 co-ocorrências). Além desses resultados, também foi notada a ausência de co-relações para “*public communication*”, “*political communication*” e “*popular communication*”, o que leva à interpretação de que esses temas ainda são estranhos à Comunicação Organizacional. No sentido oposto, a Comunicação Organizacional está preocupada com a comunicação interna — devido à prevalência do termo “*organizational communication*” —, com a comunicação mercadológica, e com os fenômenos comunicacionais relacionados à sociedade globalizada (“*global communication*”) (ver quadro 8).

d) Sub-áreas da Comunicação x atividades profissionais

Na relação entre os termos associados às sub-áreas da Comunicação e às atividades profissionais inerentes à Comunicação Organizacional foi obtido o total de 289 co-ocorrências, dentre as quais destacam-se, no âmbito da Comunicação, os termos “*mass communication*” (110 co-ocorrências) e “*political communication*” (50 co-ocorrências). Na esfera das atividades profissionais destacam-se, respectivamente, “*journalism*” (85 co-ocorrências), “*advertising*” (69 co-ocorrências) e “*public relations*” (58 co-ocorrências). Essas três atividades profissionais também apresentam maior associação com “*mass communication*”, em percentuais que variam entre 40% a 45% proporcionalmente. No entanto, em relação à “*political communication*”, o termo “*journalism*” é o que apresenta maior associação (23%), superando “*advertising*” (17%) e “*public relations*” (14%). Além desses resultados, é interessante notar a ausência de co-ocorrências para o termo “*popular communication*” (ver quadro 9).

Quadro 8
Número de co-ocorrências de termos relativos à
Comunicação Organizacional e às sub-áreas da Comunicação

	ORC	BSB	MNC	COC	IDC	ITC	MKC	ADC	INC	EXC	IGC	STC	T
speech communication	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	3
mass communication	0	0	1	0	0	0	2	0	0	1	1	0	5
interpersonal communication	3	1	0	0	0	0	2	0	0	1	1	1	9
human communication	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
public communication	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
political communication	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
popular communication	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
scientific communication	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
global communication	0	1	1	0	0	0	2	0	1	1	1	0	7
international communication	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
development communication	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
health communication	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
social communication	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
group communication	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	3
media communication	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	3
TOTAL	9	2	3	2	0	0	10	0	1	4	5	3	39
Legendas: ORC – Organizational Communication, BSB – Business Communication, MNC – Management Communication, COC – Corporate Communication, IDC – Industrial Communication, ITC – Institutional Communication, MKC – Marketing Communication, ADC – Administrative Communication, INC – Internal Communication, EXC – External Communication, IGC – Integrated Communication, STC – Strategic Communication, T – Total.													

Quadro 9

Número de co-ocorrências de termos relativos às atividades profissionais afins em Comunicação Organizacional e às sub-áreas da Comunicação.

	Journalism	Public Relations	Advertising	Publicity	Propaganda	Marketing	T
speech communication	1	8	1	0	0	1	11
mass communication	38	23	28	3	4	14	110
interpersonal communication	0	2	2	1	0	6	11
human communication	0	0	0	0	0	1	1
public communication	9	5	5	5	0	1	25
political communication	19	8	12	3	5	3	50
popular communication	0	0	0	0	0	0	0
scientific communication	1	0	0	0	0	2	3
global communication	2	3	3	0	1	2	11
international communication	4	5	1	1	0	2	13
development communication	0	0	1	0	1	1	3
health communication	5	1	6	1	0	13	26
social communication	4	0	9	0	0	2	15
group communication	0	1	1	1	0	0	3
media communication	1	2	0	1	0	0	4
TOTAL	84	58	69	16	11	48	286
Legenda: T = Total							

Síntese dos resultados

Os resultados preliminares, apresentados anteriormente, sinalizam para a existência da seguinte configuração da Comunicação Organizacional na base de dados *Web of Science*:

1) Na observação de co-ocorrências entre os diversos termos relacionados à Comunicação Organizacional consigo mesmos, foi constatada a estreita co-relação entre os termos *Internal Communication* e *External Communication*, embora a literatura brasileira especializada reconheça mais explicitamente a comunicação interna como sub-área da Comunicação Organizacional. Quanto ao termo *Organizational Communication*, foram verificadas co-relações com “*business communication*” e “*management communication*”, mas não com “*corporate communication*”. Além disso, o termo *Integrated Communication* não possui qualquer

co-relação com os demais, embora o termo Comunicação Integrada seja bastante utilizado no Brasil; ou seja, não parece existir correspondência literal entre *Integrated Communication* e Comunicação Integrada;

2) No âmbito dos termos relacionados às práticas profissionais e à Comunicação Organizacional foi constatado, por um lado, a predominância de *Public Relations*, *Advertising* e *Marketing*. Sob o aspecto dos termos em Comunicação Organizacional, prevalecem *Corporate Communication* e *Marketing Communication*;

3) Na co-relação entre os diversos termos relacionados à Comunicação Organizacional e às sub-áreas da Comunicação, prevalecem, no primeiro caso, os termos *Organizational Communication* e *Marketing Communication*. Quanto às sub-áreas da Comunicação, prevalecem os termos “*interpersonal communication*” e “*global communication*”;

4) Os resultados obtidos nos dois itens anteriores levam ao reconhecimento da predominância da perspectiva mercadológica no âmbito da Comunicação Organizacional, pela prevalência do termo *Marketing Communication* em ambos os casos. Entretanto, excetuando-se esse ponto em comum, existe uma tendência para a predominância do termo *Corporate Communication*, quando relacionado às práticas profissionais, e para a predominância do termo *Organizational Communication* em sua relação com as sub-áreas da Comunicação. Essa constatação, associada à ausência de co-relações entre os termos *Corporate Communication* e *Organizational Communication*, leva a inferir inicialmente, pela comparação entre ambos, que *Corporate Communication* possui mais afinidade com as práticas profissionais, enquanto *Organizational Communication* revela um perfil mais teórico.

5) Na esfera das práticas profissionais, o termo *Corporate communication* está fortemente associado à *Public relations*. Já o termo *Journalism* não está associado a nenhum dos termos em inglês relacionados à Comunicação Organizacional;

6) No âmbito das sub-áreas da Comunicação o termo *Mass Communication* encontra-se fortemente associado à *Journalism*, *Advertising* e *Public relations*. Situação quase

semelhante ocorre com o termo *Political Communication*, que está mais associado à *Journalism e Advertising* e menos associado a *Public Relations*.

7) Os diversos termos relacionados à Comunicação Organizacional ignoram os termos “*public communication*”, “*political communication*” e “*popular communication*” que, por sua vez, não manifestam nenhuma ocorrência;

3.2. Análise terminológica em sentido estrito

3.2.1 Critério sintático

Na avaliação terminológica em sentido estrito foram encontrados diversos termos com problemas de ordem sintática (identificados no quadro 10 pela palavra “não”). Entre esses termos, o que mais se destaca por *não* corresponder ao critério sintático é *Management Communication*. Esse fenômeno ocorre devido ao fato de, no interior dos registros, as palavras *management* e *communication* aparecerem, na maior parte dos casos (71%), separadas por vírgula, ou seja, pertencem a contextos diferentes dentro de determinadas frases. No sentido oposto, destaca-se o termo *Organizational Communication*, pelo fato de não apresentar nenhum problema de sintaxe em seus 300 registros.

3.2.2 Critério Semântico

Na avaliação terminológica em sentido estrito, os termos que mais se destacam por envolver o maior percentual de registros que *não* correspondem à Comunicação Organizacional (identificados no quadro 11 pelo número “zero”) são *Integrated Communication* (88,04%), *Integrated * Communication* (80%), *Industrial Communication* (68,75%), *Internal * Communication* (46%) e *Internal Communication* (34%). Esse problema ocorre quando a maior parte dos registros diz respeito exclusivamente às áreas de Ciências da Computação, Engenharia e Telecomunicações. Nessas áreas, os registros relacionados ao termo *Integrated Communication*, por exemplo, fazem menção à integração entre som, voz e imagem na esfera dos sistemas técnicos de comunicação. Por outro lado, entre os termos com menor ocorrência desse problema encontra-se *Organizational Communication* (0,67%).

Quadro 10

Coerência sintática dos principais termos em Comunicação Organizacional

N	Termo	Registros	Não	%
1	Organizational Communication	300	0	0
2	Business Communication	185	2	1
3	Internal Communication	100	0	0
4	Marketing Communication	95	2	2
5	Integrated Communication	92	0	0
6	Management Communication	49	35	71
7	Integrated * Communication	64	11	17
8	Strategic Communication	62	0	0
9	External Communication	59	0	0
10	Corporate Communication	35	0	0
11	Industrial Communication	30	2	7
12	Strategic * Communication	11	4	4
13	Institutional Communication	14	0	0
14	Internal * Communication	12	1	8
15	Administrative Communication	11	0	0
16	External * Communication	4	1	25

Quadro 11

Classificação semântica dos termos em Comunicação organizacional

N	Termo	TOTAL	0	%
1	Organizational Communication	300	2	0,67%
2	Business Communication	187	29	15,51%
3	Internal Communication	100	34	34,00%
4	Marketing Communication	97	1	1,03%
5	Integrated Communication	92	81	88,04%
6	Management Communication	84	16	19,05%
7	Integrated * Communication	75	60	80,00%
8	Strategic Communication	62	5	8,06%
9	External Communication	59	18	30,51%
10	Corporate Communication	35	2	5,71%
11	Industrial Communication	32	22	68,75%
12	Strategic * Communication	15	0	0,00%
13	Institutional Communication	14	1	7,14%
14	Internal * Communication	13	6	46,15%
15	Administrative Communication	11	0	0,00%
16	External * Communication	5	0	0,00%
	TOTAL	1181	277	23,45%

Devido aos problemas verificados anteriormente, a amostra inicial de 1.181 registros passou por um novo critério de seleção, em que foram excluídos todos os registros que não corresponderam aos critérios sintático e semântico iniciais. Esse procedimento tornou-se necessário para que os registros não pertinentes não contaminassem os resultados e análises específicas direcionados à Comunicação organizacional. Desta forma, o número total da amostra, a partir desse momento, caiu para 866 registros, distribuídos conforme o quadro abaixo. De acordo com os dados, os termos mais freqüentes dessa amostra são *Organizational Communication* (34,41%), *Business Communication* (18,01%) e *Marketing Communication* (10,97%).

Quadro 12

Total de registros pertinentes por termo

N	Termo	N Registros	%
1	Organizational Communication	298	34,41%
2	Business Communication	156	18,01%
3	Marketing Communication	95	10,97%
4	Internal Communication	66	7,62%
5	Strategic Communication	57	6,58%
6	Management Communication	42	4,85%
7	External Communication	41	4,73%
8	Corporate Communication	33	3,81%
9	Institutional Communication	13	1,50%
10	Integrated * Communication	12	1,39%
11	Administrative Communication	11	1,27%
12	Integrated Communication	11	1,27%
13	Strategic * Communication	11	1,27%
14	Industrial Communication	10	1,15%
15	Internal * Communication	6	0,69%
16	External * Communication	4	0,46%
	TOTAL	866	100%

3.3. Análise teórica da Comunicação Organizacional

Esta análise refere-se à investigação, sob o critério semântico, das principais orientações discursivas em Comunicação Organizacional, com base na tipologia estabelecida por Deetz (2000) para a *Organizational Communication*, ou seja, as orientações *normativa*, *interpretativa*, *crítica* e *pós-moderna*. Nesta etapa da pesquisa foram considerados apenas os registros e documentos dos artigos (*articles*) e revisões (*reviews*). Entretanto, muitos desses registros não ofereceram todas as informações necessárias para a análise e não permitiram o acesso aos documentos originais. Devido a esses fatores, a amostra utilizada foi menor que 866 registros. Por outro lado, diversos registros puderam ser enquadrados em mais de uma orientação discursiva. O resultado geral dessa análise pode ser observado no quadro 13.

Quadro 13
Orientações discursivas em Comunicação Organizacional

N	TERMO	ORIENTAÇÕES DISCURSIVAS				
		Normativa	Interpretativa	Crítica	Pós	T
1	Organizational Communication	72	30	17	9	128
2	Business Communication	55	10	2	0	67
3	Management Communication	22	2	2	0	26
4	Corporate Communication	22	0	1	1	24
5	Industrial Communication	4	0	0	0	4
6	Institucional Communication	4	4	0	0	8
7	Marketing Communication	70	0	4	1	75
8	Administrative Communication	2	1	1	0	4
9	Internal Communication	46	5	3	0	54
10	Internal * Communication	4	0	1	0	5
11	External Communication	33	1	1	3	38
12	External * Communication	4	0	0	0	4
13	Integrated Communication	9	1	0	0	10
14	Integrated * Communication	9	0	1	0	10
15	Strategic Communication	34	2	5	0	41
16	Strategic * Communication	3	1	0	0	4
	TOTAL	393	57	38	14	502

Conforme pode ser observado no quadro acima, grande parte das orientações discursivas em Comunicação Organizacional, diz respeito à *perspectiva normativa*, cuja principal característica consiste na visão instrumental da comunicação; neste caso, as organizações são concebidas como objetos naturalmente existentes, sujeitos à descrição, predição e controle. Em segundo lugar vem a *perspectiva interpretativa*, cujo objetivo

primordial é mostrar como realidades particulares, representadas pelas organizações, são socialmente produzidas e mantidas por meio de conversas diárias, estórias, rituais e outras atividades cotidianas. Em terceiro lugar encontra-se a *perspectiva crítica*, segundo a qual as organizações são antes de tudo lugares políticos, forjadas sob condições de conflito e relações de poder; sua principal preocupação é criar uma sociedade, assim como ambientes de trabalho, livres de dominação, onde todos os membros possam contribuir igualmente para a satisfação das necessidades humanas. Em último lugar vem a *perspectiva pós-moderna*, que não está empenhada, como nos estudos críticos, na concretização de ideais utópicos de transformação da realidade social, mas sim em desvendar os processos micropolíticos e a natureza intrínseca do poder e da resistência.

Como o próprio Deetz (2000) alertou ao elaborar sua tipologia, essas orientações não podem ser consideradas paradigmas pelo fato de representarem “tipos ideais”, construídos artificialmente. Mesmo no interior de cada uma dessas orientações é possível encontrar, na literatura disponível, disputas, conflitos e debates acadêmicos acalorados. Além disso, muitos pesquisadores e professores não se consideram pertencentes, de forma exclusiva, a um desses protótipos. Tendo como base essa precaução, foi possível verificar na análise teórica que nem todos os artigos e revisões enquadram-se estritamente nessa tipologia. Alguns artigos que, em termos metodológicos, poderiam ser classificados como pertencentes à perspectiva normativa, devido à utilização de pesquisas de opinião, estavam bastante preocupados com questões relacionadas ao poder e a assimetria nas organizações – questões essas contempladas pela perspectiva crítica. Outros artigos, declaradamente críticos, adotaram em sua análise autores relacionados por Deetz (2000) à perspectiva pós-moderna. Essas constatações permitiram desmitificar algumas idéias correntes, associadas às principais orientações teóricas em Comunicação Organizacional, conforme pode ser verificado a seguir.

Perspectiva normativa – de acordo com a classificação de Deetz (2000), no discurso dos estudos normativos prevalece a grande narrativa de comprometimento das organizações, particularmente das corporações comerciais, com a construção de um mundo melhor por meio do progresso científico, da produção de bens e serviços acessíveis à população e do crescimento econômico. A análise teórica demonstrou que a concepção instrumental dessa perspectiva não é atributo exclusivo das organizações com fins lucrativos, sendo adotada por governos e organizações do terceiro setor (ongs, igrejas, associações de classe etc) em busca da realização de seus objetivos. Entre esses objetivos podem estar a melhoria do bem-estar da população pelo aprimoramento dos serviços públicos, a sensibilização da opinião pública em

favor de determinadas causas ou o comprometimento do governo na resolução de problemas sociais. Para isso, utilizam instrumentos inerentes à abordagem normativa, tais como a avaliação e implementação de processos organizacionais, a realização de pesquisas de opinião ou mesmo técnicas consagradas de *marketing*, entre outros.

Perspectiva interpretativa – sob essa perspectiva, a organização é concebida como um tipo especial de comunidade, sujeita a investigação por intermédio de estudos etnográficos e hermenêuticos. Sua principal atenção encontra-se direcionada para a compreensão da realidade organizacional. A análise teórica dos artigos e revisões presentes na *Web of Science*, demonstrou conexões entre essa orientação e as perspectivas crítica e normativa. Estudos etnográficos também são aplicados no interior de uma organização, de modo a permitir a compreensão de mecanismos de opressão, exclusão e controle. O resultado desse trabalho pode ser empregado na melhoria da qualidade de vida e das relações entre os públicos internos. A perspectiva interpretativa pode ainda ser empregada na compreensão das interações entre dirigentes de partidos políticos e seus filiados, na investigação sobre o papel do humor dentro das organizações, ou mesmo na compreensão de fenômenos tais como a construção simbólica de investigações criminais, por meio da análise das relações entre a polícia e a imprensa.

Perspectiva crítica – a orientação crítica dos estudos organizacionais é a que se declara mais explicitamente comprometida com questões éticas e morais, estando atenta às distorções da comunicação e a formas equivocadas de percepção nas organizações. Muitas vezes seus adeptos possuem uma clara agenda política, focada no interesse de grupos específicos, tais como trabalhadores, mulheres e minorias étnicas. Entretanto, a análise teórica constatou a presença de estudos críticos que extrapolam essa visão, como os que reconhecem, por exemplo, a existência de assimetrias e relações de poder empregados e voluntários de organizações não-governamentais. A existência desse tipo de problema no interior de organizações que, em tese, se dedicam a combater diversas formas de exploração e de injustiça sociais, sinaliza para o fato de que discussões de ordem ética e moral também devem ser travadas dentro de casa, não apenas como forma de manter a coerência com os objetivos organizacionais externos, mas também como forma de sustentabilidade institucional. Daí a importância, cada vez mais premente, dos estudos críticos em Comunicação Organizacional.

Perspectiva pós-moderna – A principal contribuição dos estudos pós-modernos é desvendar continuamente os processos micropolíticos e a natureza intrínseca do poder e da resistência, ao valorizar o papel da linguagem na construção dos processos sociais. Seus autores também estão preocupados em colocar em xeque a estabilidade das organizações e a enfatizar a natureza fluida e hiper-real do mundo contemporâneo, entre outros temas. A análise teórica dos artigos e revisões em Comunicação Organizacional presentes na base *Web of Science* revelou, no caso dos processos micropolíticos, a existência de estudos sobre assédio sexual, sobre a função da ironia na vida organizacional e sobre os mecanismos de resistência individual contra os processos de globalização, no interior das organizações. Além de temas específicos como esses, a perspectiva pós-moderna também se coloca a serviço de discussões mais amplas, tais como o questionamento, sob a abordagem desconstrutivista, de algumas teorias relacionadas às práticas profissionais em Comunicação Organizacional. Devido à sua inserção relativamente recente nos estudos de Comunicação Organizacional, a participação da abordagem pós-moderna ainda é pequena entre os artigos e revisões sobre essa área, presentes na base de dados *Web of Science*.

3.4. Perfil geral da Comunicação Organizacional

3.4.1 Critério pragmático

O critério pragmático está relacionado às condições de produção da literatura e diz respeito a vários fatores condicionantes da produção acadêmica, tais como os títulos das publicações, principais autores, instituições etc. O levantamento geral da base de dados parcial (866 registros) permitiu encontrar os seguintes resultados:

a) Principais autores em Comunicação Organizacional

O número total de autores encontrados em todos os registros foi de 1.285, sendo que apenas 35 desses autores comparecem, no mínimo, 3 vezes em todos os registros dos termos selecionados. Dos nomes citados no quadro 14, nenhum deles encontra-se presente, por exemplo, como autores de artigos elaborados para obras clássicas sobre a área, como é o caso do livro “The new handbook of organizational communication”, organizado por Jablin e Putnam (2004).

Quadro 14
Principais autores em Comunicação Organizacional

N	Autor	N	Autor
6	Beckermrotzek, M	3	Clair, RP
6	Carney, TF	3	Demeyer, A
6	Eisenberg, EM	3	Deschoolmeester, D
6	Moenaert, RK	3	Droge, C
5	Ashcraft, KL	3	Fleming, JH
5	Grunig, JE	3	Kitchen, PJ
4	Corman, SR	3	Markus, ML
4	Lievens, A	3	Muchinsky, PM
4	McPhee, RD	3	Mumby, DK
4	Oreilly, CA	3	Pacanowsky, ME
4	Pace, RW	3	Rice, RE
4	Ratzan, SC	3	Segars, AH
4	Roberts, KH	3	Sexton, R
3	AbdulGader, AH	3	Souder, WE
3	Andersen, TJ	3	Staudt, V
3	Berger, CR	3	Taylor, M
3	Buzzanell, PM	3	Vergaro, C
3	Calantone, RJ		

b) Principais periódicos em Comunicação Organizacional

O número total de periódicos encontrados em todos os registros foi de 366, sendo que apenas 33 desses periódicos comparecem, no mínimo, 6 vezes em todos os registros dos termos selecionados. Esses periódicos encontram-se relacionados a seguir, no quadro 14. Como pode ser observado, destacam-se entre as publicações científicas o “*Journal of communication*”, editado pela *International Communication Association – ICA*, o “*Public Relations review*”, considerada a mais antiga publicação científica sobre Relações Públicas, o “*Journal of business communication*”, publicação oficial da *Association for Business Communication – ABC*, “*Communication monographs*” e “*Communication education*”, ambos editados pela *National Communication Association – NCA*. Além desses, é possível encontrar publicações científicas especializadas nos campos da administração, relações humanas, psicologia, publicidade e marketing. Embora não conste nesse quadro, também foi registrada a presença de documentos associados à Comunicação Organizacional em publicações sobre religião, justiça ou, até mesmo, genética.

Quadro 15
Principais periódicos em Comunicação Organizacional

N	Registros	Periódicos
1	33	JOURNAL OF COMMUNICATION
2	30	PUBLIC RELATIONS REVIEW
3	27	JOURNAL OF BUSINESS COMMUNICATION
4	20	JOURNAL OF TECHNICAL WRITING AND COMMUNICATION
5	17	COMMUNICATION EDUCATION
6	17	COMMUNICATION MONOGRAPHS
7	15	JOURNAL OF BUSINESS AND TECHNICAL COMMUNICATION
8	12	JOURNAL OF ADVERTISING RESEARCH
9	12	JOURNAL OF BUSINESS ETHICS
10	12	JOURNAL OF BUSINESS RESEARCH
11	11	JOURNAL OF APPLIED COMMUNICATION RESEARCH
12	11	ORGANIZATION SCIENCE
13	10	COMMUNICATION THEORY
14	9	COMMUNICATION RESEARCH
15	9	INFORMATION & MANAGEMENT
16	9	JOURNALISM QUARTERLY
17	8	ANNALES DES TELECOMMUNICATIONS
18	8	HUMAN RELATIONS
19	8	JOURNALISM & MASS COMMUNICATION QUARTERLY
20	7	ACADEMY OF MANAGEMENT REVIEW
21	7	HUMAN COMMUNICATION RESEARCH
22	7	IEEE TRANSACTIONS ON PROFESSIONAL COMMUNICATION
23	7	INDUSTRIAL MARKETING MANAGEMENT
24	7	PERSONNEL PSYCHOLOGY
25	6	ADMINISTRATIVE SCIENCE QUARTERLY
26	6	DEUTSCHE SPRACHE
27	6	EKONOMICKY CASOPIS
28	6	INTERNATIONAL JOURNAL OF TECHNOLOGY MANAGEMENT
29	6	JOURNAL OF ADVERTISING
30	6	JOURNAL OF MANAGEMENT STUDIES
31	6	MIS QUARTERLY
32	6	PSYCHOLOGY & MARKETING
33	6	WESTERN JOURNAL OF COMMUNICATION

c) Principais instituições produtoras de conhecimento em Comunicação Organizacional

No total foram identificadas 587 instituições produtoras de conhecimento em Comunicação Organizacional, sendo que apenas 34 delas comparecem, no mínimo, 5 vezes em todos os registros selecionados. Essas instituições encontram-se relacionadas no quadro

16. Como pode ser observado nesse quadro, a grande maioria dessas universidades estão situadas nos Estados Unidos, onde se destacam a *Purdue University*, a *Michigan State University*, a *University of Colorado*, a *University of Texas* e a *University of Michigan*. Entre as universidades localizadas em outros países destacam-se a *Erasmus University*, da Holanda; a *State University of Ghent*, da Bélgica; a *Munster University*, da Alemanha e a *Ekon University Bratislava*, da Eslováquia. Embora não constem do quadro exposto a seguir, também foram identificadas algumas universidades iberoamericanas, tais como a Universidade Complutense de Madri e a Universidade Carlos III, ambas da Espanha, e o Instituto Tecnológico Celaya, do México.

d) Áreas do conhecimento pertinentes à Comunicação Organizacional

Talvez um dos resultados mais surpreendentes encontrados nesta pesquisa refere-se às intersecções entre a Comunicação Organizacional e as demais áreas do conhecimento. Conforme pode ser constatado no quadro 17, os registros disponíveis na base de dados *Web of Science* revelaram, para além das áreas de comunicação, *business* e *management*, abordagens relacionadas com outras 112 áreas e sub-áreas, entre elas ciências da computação, manejo de água, religião, engenharia química, ética médica, biologia celular, nutrição, ciências esportivas e criminologia. Nesses casos, os artigos costumam ser publicados em periódicos científicos não especializados em Comunicação Organizacional, embora eles tratem de temas relacionados a essa área do conhecimento. A existência desse fenômeno vem confirmar a descoberta de Garfield, revelada por Testa (1998, 2001), de que muitos artigos sobre determinado campo são publicados em periódicos não especializados. Este é o exemplo do artigo “*A system for improving internal communication within a police agency*”, de JM Hayes, publicado em 1983 na revista “*Police Chief*”; do editorial “*Effective corporate communication plans for dealing with negative news stories*”, publicado em 1994 na revista “*Genetic engineering news*”; ou do artigo de S.R Altman, “*Legal aspects of crisis-management communication*”, publicado em 2005 na revista “*Athletic therapy today*”.

Quadro 16
Principais instituições produtoras de conhecimento
em Comunicação Organizacional

N	R	Instituição	País
1	19	Purdue Univ	USA
2	17	Michigan State Univ	USA
3	16	Univ Colorado	USA
4	16	Univ Texas	USA
5	14	Univ Michigan	USA
6	14	Univ Wisconsin	USA
7	11	Univ N Carolina	USA
8	10	MIT	USA
9	10	Northwestern Univ	USA
10	10	Penn State Univ	USA
11	9	Univ Alabama	USA
12	9	Univ Minnesota	USA
13	8	Arizona State Univ	USA
14	8	Harvard Univ	USA
15	8	Texas A&M Univ	USA
16	8	Univ Hartford	USA
17	8	Univ Utah	USA
18	7	Cornell Univ	USA
19	7	Erasmus Univ	Netherlands
20	7	George Mason Univ	USA
21	7	State Univ Ghent	Belgium
22	7	Univ So Calif	USA
23	6	Georgia State Univ	USA
24	6	Iowa State Univ Sci & Technol	USA
25	6	Rutgers State Univ	USA
26	6	Univ Georgia	USA
27	6	Univ Illinois	USA
28	6	Univ Maryland	USA
29	6	Univ Munster	Germany
30	5	Ekon Univ Bratislava	Slovakia
31	5	Princeton Univ	EUA
32	5	Univ Florida	EUA
33	5	Univ Nebraska	EUA
34	5	Western Michigan Univ	EUA

Quadro 17

Áreas do conhecimento pertinentes à Comunicação Organizacional

S	N	Área do Conhecimento	S	N	Área do Conhecimento	S	N	Área do Conhecimento
1	269	Communication	39	4	Engineering, Environmental	77	1	Behavioral Sciences
2	220	Business	40	4	Environmental Sciences	78	1	Biochemistry & Molecular Biology
3	146	Management	41	4	Environmental Studies	79	1	Biotechnology & Applied Microbiology
4	45	Computer Science, Information Systems	42	4	Ergonomics	80	1	Cell Biology
5	43	Information Science & Library Science	43	4	History	81	1	Chemistry, Multidisciplinary
6	41	Psychology, Applied	44	4	Instruments & Instrumentation	82	1	Computer Science, Hardware & Architecture
7	26	Language & Linguistics Theory	45	4	Nursing	83	1	Construction & Building Technology
8	26	Sociology	46	3	Business, Finance	84	1	Critical Care Medicine
9	25	Economics	47	3	Chemistry, Analytical	85	1	Dentistry, Oral Surgery & Medicine
10	24	Education & Educational Research	48	3	Energy & Fuels	86	1	Education, Scientific Disciplines
11	24	Psychology, Multidisciplinary	49	3	Engineering, Manufacturing	87	1	Engineering, Aerospace
12	22	Operations Research & Management Science	50	3	Law	88	1	Engineering, Chemical
13	20	Telecommunications	51	3	Medical Informatics	89	1	Engineering, Mechanical
14	18	Applied Linguistics	52	3	Psychology, Clinical	90	1	Engineering, Petroleum
15	18	Psychology, Social	53	3	Religion	91	1	Film, Radio, Television
16	18	Social Sciences, Interdisciplinary	54	3	Surgery	92	1	Genetics & Heredity
17	17	Engineering, Industrial	55	2	Anthropology	93	1	Geosciences, Multidisciplinary
18	15	Engineering, Multidisciplinary	56	2	Criminology & Penology	94	1	Gerontology
19	14	Ethics	57	2	Ecology	95	1	History Of Social Sciences
20	12	Political Science	58	2	Family Studies	96	1	Immunology
21	11	Health Policy & Services	59	2	Humanities, Multidisciplinary	97	1	International Relations
22	10	Computer Science, Theory & Methods	60	2	Infectious Diseases	98	1	Literature, Romance
23	10	Engineering, Electrical & Electronic	61	2	Literature	99	1	Medical Ethics
24	10	Health Care Sciences & Services	62	2	Literature, German, Dutch, Scandinavian	100	1	Nuclear Science & Technology
25	8	Psychology	63	2	Materials Science, Paper & Wood	101	1	Nutrition & Dietetics
26	8	Public, Environmental & Occupational Health	64	2	Mathematics, Interdisciplinary Applications	102	1	Obstetrics & Gynecology
27	7	Computer Science, Interdisciplinary Applications	65	2	Mining & Mineral Processing	103	1	Otorhinolaryngology
28	7	Planning & Development	66	2	Multidisciplinary Sciences	104	1	Psychology, Developmental
29	6	Computer Science, Artificial Intelligence	67	2	Oncology	105	1	Psychology, Educational
30	6	Computer Science, Software Engineering	68	2	Psychiatry	106	1	Psychology, Mathematical
31	6	Industrial Relations & Labor	69	2	Social Sciences, Biomedical	107	1	Respiratory System
32	6	Medicine, General & Internal	70	2	Social Sciences, Mathematical Methods	108	1	Social Issues
33	6	Psychology, Experimental	71	2	Transplantation	109	1	Sport Sciences
34	6	Public Administration	72	1	Agriculture, Multidisciplinary	110	1	Transportation Science & Technology
35	5	Rehabilitation	73	1	Architecture	111	1	Veterinary Sciences
36	5	Social Work	74	1	Area Studies	112	1	Water Resources
37	4	Computer Science, Cybernetics	75	1	Art			
38	4	Engineering, Civil	76	1	Automation & Control Systems			

Legendas: S = Sequência numérica; N = Número de registros

e) Principais idiomas dos documentos em Comunicação Organizacional

Como era de esperar, a maior parte dos documentos disponíveis nas bases de dados Web of Science foram produzidos originalmente em inglês (91,69%), seguidos pelos idiomas alemão (4,04%) e francês (1,96%).

Quadro 18

Principais idiomas em Comunicação Organizacional

N	Idiomas	Registros	%
1	English	794	91,69%
2	German	35	4,04%
3	French	17	1,96%
4	Slovak	6	0,69%
5	Russian	3	0,35%
6	Italian	2	0,23%
7	Spanish	2	0,23%
8	Swedish	2	0,23%
9	Croatian	1	0,12%
10	Czech	1	0,12%
11	Finnish	1	0,12%
12	Japanese	1	0,12%
13	Rumanian	1	0,12%
	TOTAL	866	100,00%

f) Principais países produtores de conhecimentos em Comunicação Organizacional

Conforme o quadro disponível a seguir, o país com maior produção em Comunicação Organizacional são os Estados Unidos, que participa em 501 registros, seguido pela Inglaterra, com 43 registros e Alemanha, com 37 registros. O percentual, neste caso, não foi considerado porque em muitos registros encontram-se presentes dois ou mais países. O Brasil não aparece em nenhuma circunstância, mas, dos países ibero-americanos são citados a Espanha (7 registros), o Chile (1 registro) e o México (1 registro).

Quadro 19
Principais países produtores de conhecimentos
em Comunicação Organizacional

N	País	N Registros
1	USA	501
2	England	43
3	Germany	37
4	Netherlands	29
5	France	27
6	Canada	25
7	Australia	23
8	Italy	15
9	New Zealand	14
10	Belgium	13
11	Finland	13
12	Sweden	11
13	Israel	8
14	Japan	8
15	Denmark	7
16	Spain	7
17	North Ireland	5
18	Norway	5
19	Scotland	5
20	Slovakia	5
21	Peoples R China	4
22	Singapore	4
23	Turkey	4
24	Ireland	3
25	Saudi Arabia	3
26	South Africa	3

g) Comunicação Organizacional x Complexidade

Para a avaliação do vínculo entre a Comunicação Organizacional e a questão da complexidade foram levados em conta não apenas a presença de co-ocorrências quantitativas entre os diversos termos da área e do termo “complexity”, mas também o conteúdo dos registros e as referências bibliográficas citadas nos documentos (artigos, revisões etc) relativos às co-ocorrências. Os principais autores considerados nessa avaliação foram Edgar Morin, Niklas Luhmann, Humberto Maturana, Francisco Varela, Ilya Prigohine, Henri Atlan, Heinz von Foerster e Jean-Pierre Dupuy. A maior parte desses autores é citada por Edgar Morin. De todos os termos pesquisados, foram encontradas co-ocorrências sobre complexidade em relação aos termos “*organizational communication*” (6 co-ocorrências),

“*external communication*” (2 co-ocorrências), “*internal communication*” (4 co-ocorrências), “*internal * communication*” (1 co-ocorrência), “*integrated communication*” (1 co-ocorrência), “*strategic communication*” (3 co-ocorrências), “*management communication*” (2 co-ocorrências) e “*business communication*” (2 co-ocorrências). Entretanto, de todas as co-ocorrências citadas anteriormente, apenas duas delas, uma relacionada ao termo “*business communication*” e outra ao termo “*organizational communication*” atenderam ao critério estabelecido anteriormente devido a suas referências a Luhman, Maturana, Prigohine e Von Forestier, embora Edgar Morin não seja citado. Trata-se dos artigos “*Who am I gonna do this with?: self-organization, ambiguity and decision-making in a business enterprise*”, de autoria de Menz, do departamento de lingüística da Universidade de Viena, e de “*Shifting from a heteronomous to an autonomous worldview of organizational communication – communication theory on the cusp*”, de autoria do autor canadense JR Taylor, da Universidade de Montreal. O primeiro texto foi publicado em 1999 no periódico “*Discourse & Society*” e serve de exemplo paradigmático no sentido de alertar para o fato de que nem sempre as melhores referências sobre determinada área (no caso, *business communication*) encontram-se nas publicações a elas relacionadas diretamente. O segundo texto, publicado em 1995 no periódico “*Communication Theory*”, pode ser considerado representativo da Escola de Montreal, cuja principal característica é a abordagem da Comunicação Organizacional sob a perspectiva interpretativa.

Síntese dos resultados

Os resultados apresentados anteriormente, sobre o critério pragmático, permitem sinalizar para a existência da seguinte configuração da Comunicação Organizacional na base de dados *Web of Science*:

- 1) Existe estreita relação entre os periódicos científicos internacionais e as organizações de classe, na medida em que as principais publicações sobre Comunicação Organizacional presentes na base de dados *Web of Science* são editadas por associações acadêmicas ou profissionais;
- 2) Nem todos os documentos (artigos, resenhas, revisões) relacionados à Comunicação Organizacional são publicados em periódicos especializados nessa área. Muitas vezes, eles estão presentes em publicações que não possuem, aparentemente, qualquer

relação com o assunto. Existe uma grande diversidade de áreas, inclusive pertencentes às ciências físicas e naturais, que também se interessam pelo tema.

3) A maior parte das instituições produtoras de conhecimento em Comunicação Organizacional, presentes na base de dados *Web of Science*, estão localizadas nos Estados Unidos;

4) O principal idioma utilizado na produção de textos científicos em Comunicação Organizacional é o inglês.

5) O baixo número de co-ocorrências entre os termos associados à Comunicação Organizacional e à complexidade, revela um enorme horizonte a ser explorado sob essa perspectiva, particularmente no caso da teoria da complexidade proposta por Edgar Morin;

3.4.2 Critério semântico

A partir dos resultados disponíveis nas bases de dados *Web of Science* e na literatura investigada, é possível caracterizar as seguintes denominações em Comunicação Organizacional, como segue.

Organizational Communication

Trata-se do termo mais presente na base de dados *Web of Science*, quando comparado aos demais. Caracteriza-se pela ênfase na produção teórica, o que lhe permite contemplar diversas perspectivas teórico-metodológicas. Embora ainda centrada na comunicação exercida no interior das organizações, a *Organizational Communication* começa a se abrir para o ambiente externo, a adquirir características intervencionistas e a reconhecer as contribuições teórico-metodológicas no âmbito das Relações Públicas e do *Marketing*. O que no Brasil se denomina de Comunicação Institucional e Mercadológica é interpretado pela *Organizational Communication* como sinônimo de Comunicação Pública. Para diversos autores (DANIEL, SPIKER & PAPA, 1997), a *Public Communication* é considerada uma modalidade da *Organizational Communication* e se caracteriza pela comunicação de um para muitos, ou seja, pela comunicação de massa. Em nossa avaliação, a incorporação desse aspecto da

comunicação pela *Organizational Communication* pode gerar conflitos dentro do campo, principalmente em relação às atividades profissionais de Relações Públicas. De certa forma, esse conflito já existe, quando integrantes originários da *Business Communication* disputam a prerrogativa de conduzir a *Organizational Communication* para uma perspectiva mais aplicada. Entretanto, de todas as denominações, esta é a que se configura como a mais abrangente e a que melhor pode fornecer aportes teóricos-metodológicos mais consistentes, para além das questões relacionadas ao *management*.

Business Communication

Depois da *Organizational Communication*, a *Business Communication* é a modalidade mais presente nas Bases de dados *Web of Science*, embora, comparativamente, esse termo esteja mais sujeito à apropriação por outras áreas do conhecimento, como as Ciências da Computação, Engenharia e Telecomunicações. Ainda que continue se concentrando na troca de mensagens escritas direcionadas aos negócios, a *Business Communication*, em suas definições mais abrangentes, tende a incorporar o *modus operandi* do que no Brasil se entende por Comunicação Organizacional, ou seja, as práticas intervencionistas de comunicação voltadas para os ambientes interno e externo, passando a rivalizar, desta forma, com a *Corporate Communication* e com a *Organizational Communication*.

Management Communication

É a denominação mais inconsistente por estar bastante sujeita à sua apropriação por outras áreas do conhecimento em assuntos que não dizem respeito à Comunicação Organizacional. Esse termo ainda não se materializou como disciplina acadêmica, sendo algumas vezes confundido como sinônimo de *Business Communication*. Comparado com as demais denominações, o termo *Management Communication* se situa entre *Organizational Communication* e *Business Communication*, por não contemplar questões tão teóricas quanto a primeira e nem exclusivamente práticas quanto a segunda.

Corporate Communication

Embora alguns textos sobre Relações Públicas reclamem o fato de essa atividade ser confundida como sinônimo de Comunicação Corporativa, é justamente o que acontece nos

Estados Unidos, quando autores como Argenti & Forman (2002) caracterizam essa disciplina como uma espécie de evolução das Relações Públicas. Em países como a Espanha e a Holanda, a Comunicação Corporativa, traduzida como *Comunicación Corporativa* ou *Corporate Communication*, é interpretada como uma evolução da comunicação mercadológica, mas o princípio de todas essas abordagens é o mesmo: a integração entre os diversos instrumentos e públicos da comunicação, o que no Brasil, corresponderia, grosso modo, à concepção de Comunicação Integrada proposta por Margarida Kunsch (2003). Se existem diferenças entre essas abordagens, elas dizem respeito mais à defesa de território no âmbito das práticas profissionais do que propriamente diferenças teóricas significativas. Em função da demarcação desse terreno, a configuração da Comunicação Corporativa pode sofrer mudanças, de forma a privilegiar a prática profissional em jogo.

Integrated * Communication, Integrated Communication e Industrial Communication

Assim como a *Management Communication*, essas denominações também são contempladas sobremaneira pelas disciplinas das Ciências da Computação, da Engenharia e das Telecomunicações. Embora a *Industrial Communication* seja reconhecida como uma das disciplinas a partir das quais a *Organizational Communication* se originou, atualmente a maior parte dos registros com esse termo nas bases de dados *Web of Science* está relacionada a áreas do conhecimento estranhas ao campo comunicacional. Além disso, o termo **Integrated * Communication** se caracteriza por apresentar alguns problemas de sintaxe.

Internal Communication, Internal*Communication, External Communication e External * Communication

Embora esses termos também apresentem problemas semânticos por tratarem de assuntos que não a Comunicação, muitas vezes eles são citados conjuntamente no interior dos registros, o que demonstra serem inseparáveis. No Brasil, entretanto, a comunicação externa não é contemplada, pelo menos explicitamente, no modelo de comunicação integrada proposto por Margarida Kunsch (2003).

Administrative Communication

Embora a Comunicação Administrativa seja contemplada no modelo de Comunicação Integrada de Kunsch (2003) e já tenha sido abordada por integrantes da *Organizational Communication*, a denominação *Administrative Communication* é praticamente inexistente nas bases de dados *Web of Science*. Sua citação no interior dos documentos (artigos, resenhas e revisões) está relacionada, em alguns casos, à *Business Communication*, principalmente nos registros da década de 1990. Entretanto, a maior parte das citações do termo *Administrative Communication*, diz respeito a resenhas de livros publicados nas décadas de 1960 e 1970. Esses dados sinalizam para uma possível migração do uso do termo *Administrative Communication* para *Business Communication*.

Marketing Communication e Institucional Communication

Tratadas no Brasil como as duas faces da mesma moeda, ou seja, os aspectos institucionais e mercadológicos de uma organização, essas denominações receberam tratamento diferenciado nas bases de dados *Web of Science*. Enquanto a *Institucional Communication* é praticamente inexistente (13 registros), a *Marketing Communication* recebe atenção privilegiada (96 registros). Neste caso, destacam-se, no entanto, algumas contribuições que questionam a legitimidade do termo *Integrated Marketing Communication –IMC*, por considerá-lo modismo.

Strategic Communication

O termo *Strategic Communication* encontra-se bastante vinculado à *Corporate Communication*, por envolver questões relacionadas ao gerenciamento da reputação organizacional, às auditorias da comunicação, à publicidade e às questões de audiência, bem como à motivação pessoal.

3.5. Conclusão Geral e Discussão

A partir das hipóteses estabelecidas anteriormente, foi possível confirmar, por um lado, que o termo *Organizational Communication* é o que se enquadra com mais frequência nos três critérios de cientificidade (sintático, semântico e pragmático) selecionados. Entretanto, sob a perspectiva do critério semântico, de todas as denominações relacionadas à Comunicação Organizacional, contempladas na pesquisa empírica, não foi confirmada a maior frequência na adoção, por parte do termo *Organizational Communication*, de referenciais teóricos relacionados à teoria da complexidade, na medida em que essa abordagem é relativamente recente nos estudos em Comunicação Organizacional.

Conforme os resultados demonstrados até este momento, é possível concluir que os estudos em Comunicação Organizacional ainda se caracterizam pela preponderância da perspectiva normativa direcionada à perspectiva econômica. Com exceção da *Organizational Communication*, que se configura pela produção de textos mais investigativos e teóricos, os demais termos encontram-se direcionados a abordagens mais intervencionistas, preocupados com a eficácia dos processos comunicacionais no âmbito das organizações. Uma análise comparativa dos termos em inglês e português relacionados à Comunicação Organizacional (ver quadro 20) demonstra mais afinidade da Comunicação Organizacional brasileira com a *Corporate Communication* norte-americana. Enquanto nos Estados Unidos esse termo encontra-se fortemente associado à atividade de Relações Públicas, em países europeus como a Espanha e a Holanda a *Corporate Communication* é geralmente concebida enquanto decorrência histórica da idéia de comunicação integrada surgida nos estudos de Publicidade e Marketing.

No Brasil, a concepção de comunicação integrada materializou-se pela primeira em estudos acadêmicos no âmbito das Relações Públicas (KUNSCH, 1997, 2003). Entretanto, os termos mais utilizados em português para o estudo da comunicação no âmbito das organizações são Comunicação Empresarial e Comunicação Organizacional. A vinculação do termo Comunicação Organizacional a Relações Públicas por importantes associações brasileira e latino-americana de pesquisa em Comunicação⁵⁹, assim como a tradução do termo Comunicação Organizacional para o inglês e o espanhol como sinônimos de *Corporate Communication* e *Comunicación Corporativa* (ORGANICOM, 2005, n.1), e não

⁵⁹ As principais associações são as seguintes: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas – Abrapcorp e *Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – Alaic*.

Quadro 20

Principais afinidades dos termos em português e inglês relacionados à Comunicação Organizacional

TERMOS EM PORTUGUÊS	TERMOS EM INGLÊS											
	ORC	BSB	MNC	COC	IDC	ITC	MKC	ADC	INC	EXC	IGC	STC
Comunicação Organizacional				X								
Comunicação Empresarial				X								
Comunicação Corporativa						X						
Comunicação Estratégica				X								X
Comunicação Integrada				X								X
Comunicação Administrativa								X				
Comunicação Interna	X											
Comunicação Institucional						X						
Comunicação Mercadológica							X					

Legendas: ORC – Organizational Communication, BSB – Business Communication, MNC – Management Communication, COC – Corporate Communication, IDC – Industrial Communication, ITC – Institucional Communication, MKC – Marketing Communication, ADC – Administrative Communication, INC – Internal Communication, EXC – External Communication, IGC – Integrated Communication, STC – Strategic Communication.

Organizational Communication ou *Comunicación Organizacional*, são sintomáticos no sentido de revelar o crescente processo de institucionalização da Comunicação Organizacional brasileira em direção à perspectiva normativa e instrumental.

Apesar de sua vocação investigativa e teórica, voltada para o público interno das organizações, a *Organizational Communication* norte-americana já demonstra sinais de abertura ao reconhecer a importância do ambiente organizacional externo e a dimensão instrumental da comunicação. Entretanto, a *Organizational Communication* continua convivendo com *Public Relations* em núcleos de estudo distintos dentro da *International Communication Association – ICA* e da *National Communication Association – NCA*. Enquanto isso, na Espanha, a *Asociación de Directivos de Comunicación – ADC-Dircom* se propõe a consolidar a comunicação como ferramenta estratégica para o desenvolvimento e a gestão das organizações, segundo a concepção de comunicação integrada nascida no âmbito da Publicidade. Ao mesmo tempo, essa associação é membro fundador da *Global Alliance for Public Relations and Communication Management*. Nos países Nórdicos, é praticamente impossível falar de Relações Públicas com os mesmos significados que nos Estados Unidos, sendo esse termo substituído por designações tais como administração da comunicação, comunicação corporativa ou comunicação integrada (VAN RULER & VERSIC, 2003).

Essa configuração internacional da Comunicação Organizacional, ainda difusa, é paradigmática dos tempos em que vivemos; um tempo marcado por drásticas mudanças sociais condicionadas, em grande parte, pela profunda reestruturação do capitalismo e pela revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação, disseminados por todo o globo. Nesse contraditório processo de globalização, a tecnologia possibilita presenciar vários acontecimentos ao mesmo tempo, separando a idéia de *lugar*, que representa o que é fixo, da idéia de *espaço*, que pode ser veloz e constantemente ultrapassado, instigando-nos a descobrir o que há de planetário no local e de local no planetário. Este momento representa uma grande oportunidade para a Comunicação Organizacional brasileira interagir e se inserir no cenário internacional, de modo a criar fluxos de informação e de influência recíproca entre as diversas formas de organização institucional dessa área de conhecimento pelo mundo afora. Essa oportunidade, entretanto, também representa um desafio: o desafio de se posicionar adequadamente diante da diversidade.

Em nossa opinião, posicionar-se adequadamente significa adotar uma concepção de Comunicação Organizacional mais equilibrada em suas dimensões teórica/investigativa e prática/intervencionista. Quanto à dimensão teórica, a Comunicação Organizacional brasileira, apesar dos avanços, ainda tem muito o que aprender com a *Organizational*

Communication norte-americana; quanto à dimensão prática/intervencionista, a Comunicação Organizacional brasileira possui uma tradição que a coloca em condições de dialogar com as diversas propostas de organização dessa área do conhecimento em outros países. Certamente, um dos primeiros desafios desse posicionamento encontra-se na forma como a Comunicação Organizacional brasileira poderia ser traduzida para outros idiomas.

Diante da diversidade de termos existentes (pelo menos em inglês e espanhol) para Comunicação Organizacional, qualquer opção de tradução possui vantagens e desvantagens. Ao optar por sua tradução como sinônimo de *Corporate Communication*, a Comunicação Organizacional brasileira tende a se alinhar, em termos internacionais, à perspectiva normativa e instrumental da comunicação que a caracteriza atualmente, ficando bastante próxima da concepção internacional de comunicação integrada e, portanto, mais comprometida com as práticas profissionais. A desvantagem, neste caso, é que a Comunicação Organizacional brasileira abdicaria, perante a comunidade internacional, de sua dimensão mais teórica e investigativa. Por outro lado, caso a opção seja por *Organizational Communication*, a Comunicação Organizacional brasileira tenderia a ser interpretada como uma área mais teórica, voltada para a investigação dos públicos internos da organização, o que não corresponde, necessariamente, à sua realidade atual. Entretanto, sob a perspectiva acadêmica, essa postura poderia ser mais vantajosa a médio prazo, na medida em que a *Organizational Communication* caminha para o reconhecimento do ambiente externo e da importância das práticas profissionais.

Diante das transformações que verificam atualmente no âmbito da sociedade e das próprias organizações, em que a realidade vem se tornando cada vez mais complexa, optar pela tradução da Comunicação Organizacional como sinônimo de *Corporate Communication*, significa colocar essa área do conhecimento a serviço de uma visão estreita dos fenômenos e processos comunicacionais, na medida em que privilegia sua dimensão normativa e instrumental. Neste caso, a diversidade de organizações na sociedade, bem como suas interações, contradições e assimetrias, tendem a ser interpretadas a partir da missão e dos objetivos de cada organização, ficando a realidade social reduzida à condição de mero ambiente organizacional. Além disso, sob uma perspectiva mais teórica, a fusão e a descaracterização das organizações na forma de cadeias, redes, conglomerados e alianças estratégicas, no decorrer da expansão global, coloca em xeque alguns conceitos tradicionais da comunicação integrada, tais como a divisão da Comunicação Organizacional entre interna e externa, institucional e mercadológica.

Sob a perspectiva acadêmica, a Comunicação Organizacional brasileira teria muito a contribuir para o avanço do conhecimento, inclusive na esfera internacional, caso se alinhasse à *Organizational Communication* norte-americana (incluindo Estados Unidos e Canadá), na medida em que já dispomos de tradição e experiência no âmbito das práticas profissionais. Além disso, de acordo com o estudo elaborado por Shelby (1993), de todas as denominações em inglês para a Comunicação Organizacional, por ela estudada, o termo *Organizational Communication* é o que se encontra mais aberto a diversas contribuições e possui mais condições de incorporar as características dos demais. Entretanto, para que esse alinhamento se torne realidade no Brasil, faz-se necessário um profundo questionamento no interior do campo sobre em que medida suas lutas institucionais não estariam contribuindo negativamente para seu desenvolvimento, de forma a superá-las.

Certamente, um bom começo para essa superação seja repensar a Comunicação Organizacional enquanto área do conhecimento para além do *management*, contemplando a possibilidade de sua re-organização institucional a partir das conexões entre pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental. Esta é a classificação proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, por intermédio do Manual de Frascati (OECD, 2003), disponível a partir de 1963, em diferentes versões, e criado para fornecer diretrizes metodológicas globais, visando a avaliação do desenvolvimento científico e tecnológico das diferentes nações. De acordo com esse manual (OECD, 2003, p.81-83), a pesquisa básica “consiste em trabalhos experimentais e teóricos que se empreendem fundamentalmente para obter novos conhecimentos sobre os fundamentos dos fenômenos e fatos observáveis, sem pensar em atribuir-lhes nenhuma aplicação ou utilização determinada”. Quanto à pesquisa aplicada, ela “consiste também em trabalhos originais realizados para adquirir novos conhecimentos; no entanto, está dirigida fundamentalmente para um objetivo prático específico”. Já o desenvolvimento experimental “consiste em trabalhos sistemáticos fundamentados nos conhecimentos existentes obtidos pela pesquisa ou pela experiência prática, dirigidos à fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos, a estabelecer novos procedimentos, sistemas e serviços, ou melhorar consideravelmente os que existem”⁶⁰.

Em nossa avaliação esses conceitos fundamentais elaborados no âmbito da OECD encontram-se estreitamente relacionados ao esquema de níveis epistemológicos propostos por Barbosa (1990), citado nas páginas anteriores, criado para caracterizar epistemologicamente as diversas disciplinas, bem como suas relações de interdisciplinaridade e

⁶⁰ Tradução da versão espanhola do Manual de Frascati pelo autor.

multidisciplinaridade. Aliás, esta tese demonstrou em diversas ocasiões a estreita relação da Comunicação Organizacional com outras áreas do conhecimento. Devido a esse fato, faz-se também necessário o monitoramento constante da literatura internacional, principalmente através de bases de dados eletrônicas, como as disponíveis no Portal Periódicos Capes, de forma a se ampliar o conhecimento dessa área fascinante que é a Comunicação Organizacional. Afinal, nós nascemos, vivemos e morremos por intermédio de organizações. Investigar seus processos comunicacionais significa compreender a nós mesmos e o mundo em que vivemos; um mundo cada vez mais difuso, volátil, complexo e incerto, que necessita de abordagens mais abertas, não redutoras, como a proposta por Edgar Morin em sua Teoria da Complexidade. Na reflexão que fazemos a seguir, demonstramos a pertinência dessa teoria para a compreensão dos fenômenos e processos comunicacionais no âmbito das organizações.

4. Reflexão: complexidade e Comunicação Organizacional

A teoria da complexidade proposta por Edgar Morin possui diversas implicações para a Comunicação Organizacional. Na relação entre epistemologia e metafísica, a Comunicação Organizacional ainda se encontra distante da compreensão dos fenômenos que lhe são inerentes, devido ao excessivo apego a uma ontologia realista, em que o termo “organização” é concebido apenas como uma *entidade*, em detrimento da organização enquanto uma *atividade*. Desta forma, a Comunicação Organizacional se exime de compreender as complexas interações organizacionais que se manifestam na forma de cadeias, redes, conglomerados e alianças estratégicas no âmbito da sociedade. Como já dizia Edgar Morin (1999, p.180), as organizações são complexas por serem, a um só tempo, acêntricas, policêntricas e cêntricas. Um exemplo de manifestação dessa complexidade pode ser verificado a partir da década de 1990, quando se observaram diversas formas de interação organizacional na defesa de interesses relacionados à regulamentação dos alimentos geneticamente modificados no Brasil e no mundo. Entretanto, sob o aspecto das práticas profissionais, a Comunicação Organizacional ainda se limita a compreender a realidade e a defender interesses sob a perspectiva de determinada entidade organizacional, mais especificamente de seus dirigentes.

Mesmo no caso de se considerar a organização como uma entidade, é preciso reconhecer a existência da relação triádica entre indivíduo, organização e sociedade. Os processos comunicacionais relacionados às organizações não podem ser pensados de forma exclusiva sob apenas um desses aspectos, na medida em que cada um deles contempla os

demais. Sob o princípio hologramático, proposto por Morin (2000), os indivíduos encontram-se dentro das organizações, assim como as organizações encontram-se dentro dos indivíduos; da mesma forma, as organizações encontram-se no interior da sociedade, assim como a sociedade encontra-se no interior das organizações. Esse princípio deve ser levado em consideração, inclusive, na esfera das práticas profissionais. Por mais planejadas e organizadas que sejam as ações comunicacionais, suas decorrências escapam às nossas intenções porque supõem a complexidade, ou seja, os acontecimentos, as interações, as retroações, as determinações e os acasos que constituem o nosso mundo fenomenal.

Na relação entre epistemologia e ética, o estreito vínculo da Comunicação Organizacional às práticas profissionais decorre em prejuízo para ambas as dimensões. Sob a alegação do imperativo ético, as práticas profissionais se furtam em abordar realidades organizacionais que não se coadunam com a ordem vigente, tais como as organizações consideradas terroristas e criminosas, embora o conhecimento sobre essas organizações seja fundamental para a compreensão dos processos comunicacionais na sociedade globalizada. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, a Comunicação Organizacional, enquanto prática profissional, se envolve na defesa de interesses que, embora considerados lícitos, são questionáveis sob o imperativo ético, tais como o estímulo ao tabagismo, ao alcoolismo e ao consumismo desenfreado. Neste caso, a necessidade de estudos sobre o *modus operandi* das práticas e dos processos comunicacionais anti-éticos dificilmente é colocada em pauta no âmbito da Comunicação Organizacional.

De forma geral, boa parte dos estudos sobre as práticas profissionais, pelo menos no Brasil, costuma adquirir o *status* de “cases” de sucesso empresarial em congressos promocionais, onde o imperativo ético não é levado em conta e a sobrevalorização da eficácia técnica, muitas vezes questionável, é elevada à décima potência. O problema não se encontra, necessariamente, nas técnicas e nas práticas profissionais em si, mas em sua mitificação e em sua subordinação a determinados interesses. Como já dizia Morin (2000, p.43), “o problema dos humanos é beneficiar-se das técnicas, mas não submeter-se a elas”. Além do mais, a existência de códigos deontológicos não garante, por si só, o exercício pleno das atividades profissionais em conformidade com princípios éticos. Aliás, a necessidade de códigos deontológicos é reveladora no sentido de que as realidades profissionais podem não funcionar de acordo com as melhores intenções. Por isso, as próprias práticas também estão sujeitas à investigação crítica por parte da Comunicação Organizacional.

Na relação entre epistemologia e lógica, é preciso reconhecer, inicialmente, que a lógica encontra-se entre as principais manifestações da racionalidade humana e da própria

ciência. A lógica distingue, classifica, separa, compara, ordena, organiza. Em termos gerais, o primeiro problema da Comunicação Organizacional no exercício da lógica é justamente a dificuldade em se distinguir e organizar num todo coerente as diversas dimensões (epistemológica, metafísica, ética, lógica, etc) inerentes à compreensão dos fenômenos comunicacionais no âmbito das organizações. O segundo problema é mais específico e se refere à dificuldade verificada na correta definição de termos, bem como às diversas iniciativas de classificação e de organização da disciplina. Na realidade, esses problemas de lógica também estão relacionados a uma questão mais ampla, superior à própria lógica. Conforme evidenciou Morin (2000, p.53) a racionalidade não é a única forma de manifestação da natureza humana e nem dispõe de poder supremo, na medida em que pode ser dominada pela afetividade ou pela pulsão. Além do mais, o objeto do conhecimento não é a realidade ontológica, mas a fenomenologia, porque “o nosso mundo faz parte da nossa visão de mundo, que faz parte de nosso mundo” (MORIN, 1999, p.205).

Abordar a Comunicação Organizacional sob a perspectiva da Teoria da Complexidade significa, antes de tudo, adotar uma visão de mundo que reconhece as peculiaridades da natureza humana. De acordo com Morin (2000), o homem é a um só tempo plenamente biológico e plenamente cultural. Não há cultura sem cérebro humano, assim como não há mente, isto é, capacidade de consciência e pensamento, sem cultura, o que leva ao reconhecimento da tríade cérebro/mente/cultura. Ao mesmo tempo, no nível cerebral, emerge uma tríade bioantropológica, formada pelo *paleocéfalo*, herdeiro do cérebro reptiliano (fonte da agressividade, do cio e das pulsões primárias), o *mesocéfalo*, herdeiro do cérebro dos antigos mamíferos (relacionado ao desenvolvimento da afetividade e da memória a longo prazo), e o *córtex*, que no ser humano é responsável pelas aptidões analíticas, lógicas e estratégicas, constantemente atualizadas pela cultura. As relações entre essas três instâncias não são apenas complementares, mas também antagônicas, comportando conflitos instáveis entre a pulsão, o coração e a razão. A compreensão dessa natureza humana é fundamental para o entendimento dos processos comunicacionais no âmbito das organizações, na medida em que as interações entre os indivíduos produzem as sociedades e as organizações que, por sua vez, retroagem sobre os indivíduos.

Até o presente momento, a Comunicação Organizacional, em sua concepção hegemônica, encontra-se a serviço da satisfação das necessidades organizacionais e profissionais. O atendimento a essas necessidades tem levado essa disciplina a se preocupar primordialmente com a promoção dos interesses políticos e econômicos das organizações, bem como com a gestão das relações entre as organizações e seu ambiente. Entretanto, por

mais que as práticas profissionais (publicidade, propaganda, jornalismo, relações públicas) declarem seu compromisso para com o bem-estar da sociedade, esse compromisso é limitado pelos interesses organizacionais. Por isso, a Comunicação Organizacional, pelo menos a brasileira, precisa erguer os olhos para além das práticas profissionais e contribuir para a melhor compreensão das interações e retroações que se manifestam entre as organizações, as sociedades e os indivíduos. Se até agora o conhecimento estava a serviço das práticas profissionais, também se faz necessário que essas práticas sejam objeto de conhecimento, na medida em que elas contribuem para impactar a realidade social, organizacional e individual, ao mesmo tempo em que são impactadas por essas realidades. O princípio dialógico, proposto por Morin, sinaliza para a possibilidade de convivência dos opostos dentro da mesma unidade. Isto significa, no caso da Comunicação Organizacional, não a eliminação do conflito entre as práticas profissionais, mas a sinalização para a necessidade de contemplá-lo como um problema inerente à própria área, que deve ser constantemente monitorado e, se possível, transformado, em benefício não apenas do avanço do conhecimento, mas também do bem-estar da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1014 p.
- AKTOUF, Omar. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. Tradução de Maria Helena C.V. Trylinski. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 304 p.
- ALBERTO PÉREZ, Rafael (Org.). **Estrategias de Comunicación**. 1.ed. Barcelona: Ariel, 2001. 725 p.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. 164 p.
- ALMEIDA, Aires. Epistemologia. **Crítica – Revista de filosofia e ensino**. 29 jan.2005 Disponível em: <http://www.criticanarede.com/epi_epistemologia.html>. Acesso em 22 jan.2006.
- ANDERSON, James A.; BAYN, Geoffrey. Philosophies and philosophic issues in Communication, 1995-2004. **Journal of Communication**. v.54, n.4, p.589-615, december, 2004. Disponível em: <www.blackwell-sinergy.com/doi/pdf/10.1111/j.1460.2466.2004.tb02647.x>. Acesso em: 16 ago.2005.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Curso de Relações Públicas**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2002. 308 p.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Dicionário profissional de relações públicas e comunicação e glossário de termos anglo-americanos**. 1.ed. São Paulo: Summus, 1996. 168 p.
- ANDREWS, Christina W. **As policy sciences como “ciência”**: método e reificação. Disponível em <http://www.fclar.unesp.br/grupos/labpolgov/andrews_perspectivas.pdf>. Acesso em: 06 jan.2006.
- ARAUJO, Paula Mattos. **A comunicação para produtos “verdes”**. 2001. 113f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- ARCEO, Alfredo. Public Relations in Spain: an introduction. **Public Relations Review**. v.30, n.5, p.293-302, December, 2004. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MImg&_imagekey=B6W5W-4CyNTJG-6-1&_cdi-6581&_user-24977>. Acesso em: 29.01.2007
- ARGENTI, Paul A. **Comunicação Empresarial**. Tradução de Adriana Rieche. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 330 p.

ARGENTI, Paul A.; FORMAN, Janis. **The power of Corporate communication**. EUA: McGraw Hill, 2002. 256 p.

AZAMBUJA, Germano Augusto. **Entre e o branco e o negro**: as opções do funcionalismo público na comunicação organizacional entre as imposições sistêmicas e as negociações do mundo da vida. 2003. 713f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.

BACHELARD, Gaston. A filosofia do não: filosofia do novo espírito científico. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. In: **Bachelard**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p.1-87 (Os pensadores).

BANNOCK, Graham; DAVIS, Evan; TROTT, Paul; UNCLES, Mark. **The new Penguin Business Dictionary**. 1.ed. London: Penguin, 2002. 394 p.

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, lexicografia, terminologia, Terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 2, e ENCONTRO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA TÉCNICA-CIENTÍFICA, 1, 1990, Brasília. **Anais**. Brasília: IBICT, Paris: União Latina, 1992, p.152-158.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. 2.ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 802 p.

BARROS, Lídia Almeida. Aspectos terminológicos e perspectivas científicas da terminologia. **Ciência e Cultura**: revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo: SBPC/Imprensa Oficial, a.58, n2, p.22-26, 2006.

BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2003. 246 p.

BLACKBURN, Simon. Metafísica. In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P. (Edits). **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.65-90.

BORDENAVE, Juan Diaz; CARVALHO, Horácio Martins de. **Comunicação e planejamento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 248 p.

BORRADORI, Giovanna. **Filosofia em tempo de terror**: diálogos com Habermas e Derrida. Tradução de Roberto Muggiati. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 216 p.

BOTAN, Carl H.; TAYLOR, Maureen. Public Relations: state of the field. **Journal of communication**. v.54, n.4, p.645-661, december, 2004. Disponível em: <www.blackwell-sinergy.com/doi/pdf/10.1111/j.1460.2466.2004.tb02649.x>. Acesso em: 16 ago.2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a. 322 p.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Bárbara Catani. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004b. 86 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. Tradução de Sergio Miceli, Mary Amazonas Leite de Barros, Afrânio Catani, Denice Bárbara Catani, Paula Montero e José Carlos Durand. 2.ed. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 1998. 192 p.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: **Pierre Bourdieu: sociologia**. ORTIZ, Renato (Edit.). Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155 (Coleção grandes cientistas sociais).

BUENO, Wilson da Costa. Auditoria de imagem na mídia. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2005a, p.345-363.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial no Brasil: uma leitura crítica**. 1.ed. São Paulo: All Print, 2005b. 200 p.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial: teoria e pesquisa**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2003. 382 p.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação na era da qualidade**. A comunicação empresarial se prepara para enfrentar os desafios do século XXI. São Paulo: Comtexto / Unimed Amparo, 1995.

BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P. (Orgs.). **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 768 p.

CABRÉ, M. Tereza. **La terminologia**. Traducción castellana de Carles Tebé. 1.ed. Barcelona: Editorial Empúries, 1993. 530 p.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução de Maurício Santana Dias e Javier Rapp. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 268 p.

CASALI, Adriana Machado. Comunicação Organizacional: uma ciência híbrida. **Estudos**: revista semestral do Curso de Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: UMESP, n.6, p.9-15, 2006.

CASALI, Adriana Machado; TAYLOR, James R. Comunicação Organizacional: uma introdução à perspectiva da “Escola de Montreal”. **Estudos**: revista semestral do Curso de Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: UMESP, n.6, p.28-40, 2006.

CAPPARELLI, Sérgio; SODRÉ, Muniz; SQUIRRA, Sebastião (Orgs.). **Compós XIII: A comunicação revisitada**. 1.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. 247 p.

CASTAÑÓN, Gustavo Arja. Construtivismo e ciências humanas. **Ciências & Cognição**. v.05, p. 36-49, 2005. Disponível em < <http://www.cienciasecognicao.org/artigos/v05/m22542.htm>>. Acesso em: 03 mar.2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 9.ed.rev. e aum. São Paulo: Paz e terra, 2006, v.1. 698 p.

CHALMERS, Alan F. **A fabricação da ciência**. Tradução de Beatriz Sidou. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994. 182 p.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência, afinal?** Tradução de Raul Fiker. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 225 p.

CHANLAT, Jean-François. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. Tradução de Ofélia de Lanna Sete Tôres. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 102 p.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Edit.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2002, p.33-68.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2005. 424 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 700 p.

CHIRATO, Maria Aparecida Rhein. **O feitiço das organizações**: sistemas imaginários. 2.ed. São Paulo, Atlas, 2000. 150 p.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam as informações para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. Tradução de de Eliana Rocha. 1.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. 425 p.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs). **Handbook de estudos organizacionais – Volume 3**: Ação e análise organizacionais. Tradução de Miguel P. Caldas, Fernando A. P. Gimenez, José Luiz Celeste e Mauro Tapias Gomes, Paulo Antônio Zawislak, Egídio Furlanetto, Maria José Tonelli, Ailton B. Brandão, Vitarque Lucas Paes Coêlho, Cláudio P. Mazzili, Carlos Osmar Bertero, Edi Madalena Fracasso, Antonio Carlos Gastaud Maçada e Norberto Happen. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2004, v.3. 420 p.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R.(Orgs). **Handbook de estudos organizacionais – Volume 2**: Reflexões e novas direções. Tradução de Miguel P. Caldas, Ângela Denise da Cunha Lemos, Francisco Vidal Barbosa, Ailton Bomfim Brandão, Marcelo Milano Falcão Vieira, Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Sylvia Maria Azevedo Roesch, Maria José Tonelli, Carmem Penido, Vitarque Lucas Coelho, Tomas Assmar Santos, Maria Ceci Misoczky e Luis Roque Klering. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2001, v.2. 352 p.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs) **Handbook de estudos organizacionais – Volume 1: Modelos de análise e novas questões organizacionais.** Tradução de Miguel P. Caldas, Ailton Bomfim Brandão, Marcos Amatucci, Kátia Madruga, Humberto Falcão Martins, Regina Cardoso, Marcos Amatucci, Ivran Avichir, Ângela Denise da Cunha Lemos, e Mario Couto Soares Pinto. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1998, v.1. 465 p.

COLLINSON, Diané. **50 grandes filósofos.** Tradução de Maurício Waldman e Bia Costa. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2004. 288 p.

COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: UMESP, n. 39, 2003.

COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: UMESP, n. 36, 2001.

COOPER, David E. Filosofia europeia moderna. In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits). **Compêndio de filosofia.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.697-716.

COOPER, Cary L.; ARGYRIS, Chris (Orgs.). **Dicionário enciclopédico de administração.** Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente, Celso Augusto Rimoli, Cláudia Costabile, Elisa Duarte Teixeira, Gustavo mendes Gerheim, Helena Kerpe de Oliveira Tavares, Jerusa Mours Lopes, Kária Regina Vighy Hanna, Lenita Maria Rimoli Esteves, Luciana Latarini Ginezi, Maria Paula Gonzaga Duarte Rocha e Maria Tereza Qurino. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2003. 1456 p.

COSTA, Joan. **Imagen corporativa em el siglo XXI.** 2. Ed. Buenos Aires: La Crujía, 2003. 276 p.

COSTA, Joan. De la economia de producción a la economia de informação. In: PUTNAM, Linda L.; COSTA, Joan; GARRIDO, Francisco J (Edits). **Comunicación Empresarial.** 1. 1.ed. Ed. Barcelona: Gestion 2000, 2002a, p.19-32.

COSTA, Joan. Acción y comunicación em la cultura de servicios. In: PUTNAM, Linda L.; COSTA, Joan; GARRIDO, Francisco J (Edits). **Comunicación Empresarial.** 1.ed. Barcelona: Gestion 2000, 2002b, p.71-100.

COSTA, Joan. **La comunicación em acción:** informe sobre la nueva cultura de la gestión. Barcelona: Paidós, 1999. 162 p.

COSTA, Joan. **Comunicación corporativa y revolución de los servicios.** 1.ed. Madrid: Ediciones Ciências Sociales, 1995.

CURVELLO, João José. **Autopoiese, sistema e identidade:** a comunicação organizacional e a construção de sentido em um ambiente de flexibilização nas relações de trabalho. 2001. 162f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

DANIELS, Tom D.; SPIKER, Barry K.; PAPA, Michael J. **Perspectives on Organizational communication.** 4.ed. EUA: McGraw-Hill, 1996. 352 p.

DEETZ, Stanley. Conceptual foundations. In: JABLIN, Frederic M.; PUTNAM, Linda L. (Edits.). In: **The new handbook of Organizational Communication: advances in theory, research, and methods**. 1. Ed. EUA: Sage, 2001, p.3-44.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 1995. 293 p.

DIAS, Luiz Francisco. **Estratégias nas negociações sindicais nos sindicatos metalúrgicos do Estado de São Paulo**. 1999. 86f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas – Tomo 1: positivismo e hermenêutica**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2004. 672 p.

DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1999. 382 p.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 1.ed. São Paulo: EDUSP, 1998. 144 p.

DOWNING, John D.H et. al. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. Tradução de Silvana Vieira. 1.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002. 544 p.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa no Brasil. In: **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p.81-102.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 320 p.

DUPAS, Gilberto. **Hegemonia, estado e governabilidade: perplexidades e alternativas no centro e na periferia**. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002 (Série Livre Pensar, 12). 143 p.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. 1.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 264 p.

EPSTEIN, Isaac. Ciência, poder e comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Edits). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p.15-31.

FADUL, Anamaria; DIAS, Paulo da Rocha; Kuhn, Fernando. Contribuições bibliográficas para a pesquisa sobre o campo da Comunicação. **Comunicação & Sociedade: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social**. São Bernardo do Campo: UMESP, n. 36, p.111-140, 2001.

FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). **O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. 1.ed. São Paulo: CEBELA, 1995. 164 p.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. A comunicação organizacional como fato social. In: CONVICOM - CONGRESSO VITUAL DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL, 2, 2005. **Anais...** São Paulo: Comtexto Comunicação e Pesquisa. Disponível em: <<http://comtexto.com.br/trabalhos.htm>>. Acesso em: 31 out.2005.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Edits). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2005, p.280-304.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de mídia sonora. In: Duarte, Jorge; BARROS, Antonio (Edits). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2005. p.405-420.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. As organizações criminosas na comunicação organizacional. In: CONVICOM - CONGRESSO VITUAL DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL, 1, 2004. **Anais...** São Paulo: Comtexto Comunicação e Pesquisa. Disponível em: <<http://comtexto.com.br/trabalhos.htm>>. Acesso em: 31 out.2005.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Gilberto Braga será o candidato da Globo à presidência da República (merchandising e ética na novela Celebriedades). **Midi@ Fórum**, São Bernardo do Campo, a.3, n.1, dez.2003. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/midi@forum/midi@forum_2003/Midia01.htm>. Acesso em: 31 out.2005.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Problemas epistemológicos em Comunicação Organizacional. In: CONVICOM - CONGRESSO VITUAL DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL, 1, 2004. **Anais...** São Paulo: Comtexto Comunicação e Pesquisa. Disponível em: <<http://comtexto.com.br/trabalhos.htm>>. Acesso em: 31 out.2005.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Problemas epistemológicos em comunicação organizacional. **Revista: universitas//comunicação**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, v.2, n.2, ago.2004.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Sob o signo da crise. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, v.21, n. 2, maio/ago. 2004. (resenha do livro "Genes, povos e línguas", de Luigi Luca Cavalli-Sforza).

FONSECA JÚNIOR, Wilson. Corrêa da. Comunicação Rural: em busca de novos paradigmas. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio Teixeira de (Edits). **Comunicação para ciência, Ciência para comunicação**. 1.ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 338p.

FORTES, Waldir Gutierrez. **Transmarketing: estratégias avançadas de relações públicas no campo do marketing**. 1.ed. São Paulo: Summus, 1999. 216p.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes. 408p.

FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. 320p.

FREITAG, Bárbara. **A questão da moralidade:** da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. 1.ed. Brasília: Publicações SOS_imprensa; Universidade de Brasília. 69 p.

FUENTES NAVARRO, Raul. La producción social de sentido sobre la producción social de sentido: havia la construcción de un marco epistemológico para los estudios de la comunicación. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Edit.). **Epistemologia da comunicação.** São Paulo: Loyola, 2003, p.15-40.

GALERANI, Gilceana Soares Moreira. O desafio da avaliação de resultados em Comunicação Organizacional. **ORGANICOM:** Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo: ECA-USP, n.2, p.146-165, 2005.

GARRIDO, Francisco Javier. **Comunicación estratégica:** las claves de la comunicación empresarial em el siglo XXI. 1.ed. Barcelona: Gestion 2000, 2001. 243p.

GIACOMINI FILHO, Gino. **Ecopropaganda.** 1.ed. São Paulo: Editora Senac, 2004. 215p.

GIACOMINI FILHO, Gino. **Consumidor versus propaganda.** 4.ed. São Paulo: Summus, 1991. 176p.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via:** reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Tradução de Rita Vinagre. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a. 173 p.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001b. 190p.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social:** encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Tradução de Cibele Saliba Rizek. 1.ed. São Paulo: UNESP, 1998. 337p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 208p.

GOBBI, Maria Cristina. **Escola Latino-americana de comunicação:** o legado dos pioneiros. 2002. 421f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São bernardo do Campo.

GOODMAN, Michael B. **Corporate communication:** theory and practice. 1. ed. EUA: Sunny Press, 1994. 408p.

GOVATTO, Ana Claudia Marques. **Empresa-cidadã e comunicação mercadológica:** um estudo sobre a gestão da responsabilidade social corporativa e a propaganda. 2003. 195f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

GRAYLING, A.C. Epistemologia. In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits). In: **Compêndio de filosofia.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.39-63.

GRUNIG, James. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e social. Tradução de John Franklin Arce. **Comunicação & Sociedade**: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do campo: UMESP, n.39, p.67-92, 2003.

HAAK, Susan. Pragmatismo. In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits). In: **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.642-657.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. 272p.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução de Artur Morão. 1.ed. Lisboa: Edições 70, 2001. 148p.

HABERMAS, Jürgen. **La lógica de las ciencias sociales**. Tradução de Manuel Jiménez Redondo. 3.ed. Madri: Editorial Tecnos, 2000. 510 p.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais**: história e práticas. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 272 p.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Tradução de João Vergílio Galleranni Cutter. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 184 p.

HOLLIS, Martin. Filosofia das ciências sociais In: **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.357-387.

HORNBY, A.S. **Oxford Advanced Learner’s Dictionary of Current English**. 7.ed. São Paulo: Oxford University Press do Brasil. 1900 p.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2924 p.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. Tradução de Claudia Berliner, Eduardo Brandão, Ivone Castilho Benedetti e Maria Ermantina Galvão. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 1056 p.

HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. Tradução de Castilho Benedetti. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 610 p.

IANNI, Octavio. A sociedade mundial e o retorno da grande teoria. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Edit). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p.331-345.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 228 p.

INGRAM, David. **Habermas e a dialética da razão**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1994. 298 p.

ISI WEB OF KNOWLEDGE - Portal do Institute for Scientific Information. WEB OF SCIENCE. Base de dados. Disponível em <<http://portal.isiknowledge.com/portal.cgi>>. Acesso entre 1 jul.2006 e 28 fev.2007.

JABLIN, Frederic M.; PUTNAM, Linda L.(Orgs.). **The new handbook of organizational communication: advances in theory, research and methods**. 1.ed. EUA: Sage, 2004. 944 p.

JAPIASSÚ, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. 148 p.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. rer. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 296 p.

JENSEN, Klaus Bruhn. Na fronteira: uma meta-análise da situação da pesquisa sobre mídia e comunicação. **Comunicação & Sociedade**: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do campo: UMESP, n. 36, p.57-72, 2001.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução de Ruy Jungmann. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 300 p.

KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Afonso Bertagnoli. EbooksBrasil.com. (versão virtual). Disponível em: < <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/pratica.doc>>. Acesso em: 30 jan.2007.

KINOUCHI, Renato. Dizer a verdade não basta. **Discurindo filosofia**. São Paulo: n.3, p.20-21, 2006.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**: a tirania das marcas em um planeta vendido. Tradução de Rita Vinagre. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 544 p.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. Tradução de Arlete Símile Marques e Sabrina Cairo. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 593 p.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento das Relações Públicas na Comunicação integrada**. 1.ed. São Paulo: Summus, 2003a. 424 p.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Tendência da produção científica em relações públicas e comunicação organizacional no Brasil. **Comunicação & Sociedade**: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do campo: UMESP, n.39, p.93-125, 2003b.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações Públicas e modernidade**: novos paradigmas na comunicação organizacional. 1.ed. São Paulo: Summus, 1997. 160 p.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 1020 p.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. 1.ed. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 422 p.

LAUF, Edmund. National diversity of major International journals in the field of communication. **Journal of communication**. v.55, n.1, p.139-151, 2005. Disponível em: <<http://www.blackwell-sinergy.com/doi/pdf/10.1111/j.1460-2466.2005.tb02663.x>>. Acesso em: 30 mai.2006.

LETICHE, John. **Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade**. Tradução de Fábio Fernandes. 1.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002. 280 p.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1.ed. São Paulo: Ed.34, 1999. 264 p.

Levy, Pierre. **O que é o virtual?** Tradução de Paulo Neves. 1.ed. São Paulo: Ed. 34, 1996. 160 p.

Levy, Pierre. **As tecnologias da Inteligência**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. 208 p.

LOPES, Valéria de Castro. **A gestão da imagem corporativa: um estudo sobre a mensuração e a valorização dos resultados em Comunicação Corporativa e Relações Públicas**. 2005. 267f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

LOPES, Boanerges; VIEIRA, Roberto Fonseca (Orgs.). **Jornalismo e Relações Públicas: ação e reação**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad: 2004. 200 p.

LOPES, Luís Carlos. Hermenêutica, teorias da representação e da argumentação no campo da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Edit.). **Epistemologia da comunicação**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2003, p.163-185.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2003. 346 p.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Sobre o estatuto disciplinar do campo da comunicação. In: **Epistemologia da comunicação**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2003, p.277-293.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1999.148 p.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 1994. 148 p.

LORENZETTI, Gisele. Mensuração de resultados em comunicação: o fim da era do intangível. Disponível em: <http://www.lvba.com.br/portugues/quem_somos/pensamentos/artigogl01.pdf2005>. Acesso em: 27 nov.2005.

LUHMAN, Niklas. **Sistemas sociais: lineamientos para uma teoria general**. Tradução de Silvia Pappe e Bruhilde Erker. 2.ed. Barcelona: Anthropos; Bogotá: Universidad Iberoamericana; Santafé de Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1998. 445 p.

- MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2006.
- MAGEE, Bryan. **Confissões de um filósofo**. Tradução de Waldéa Barcellos. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 534 p.
- MAGEE, Bryan. **História da filosofia**. Tradução de Marcos Bagno. 1.ed. São Paulo: Loyola, 1999. 240 p.
- MALDONADO, Alberto Efendy. Explorações sobre a problemática epistemológica no campo das ciências da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Edit.). **Epistemologia da comunicação**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2003, p.205-225.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 300 p.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O escavador de silêncios: formas de construir e de desconstruir sentidos na comunicação: Nova teoria da comunicação II**. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2004. 572 p.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O espelho e a máscara: o enigma da comunicação no caminho do meio**. 1.ed. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora Unijuí, 2002. 322 p.
- MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional**. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2003a. 374 p.
- MARQUES DE MELO. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003b. 186 p.
- MARQUES DE MELO, José. Conhecer-produzir-transformar: paradigmas da Escola Latino-americana de Comunicação. **Comunicação & Sociedade**: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do campo: UMESP, n.36, p.89-110, 2001.
- MARQUES DE MELO, José. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 412 p.
- MARQUES DE MELO, José. **Estudos de jornalismo comparado**. 1.ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972. 264 p.
- MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade: a transgenia das linguagens na pós-modernidade**. 2000. 197f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

MARTINO, Luis C. As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Edit.). **Epistemologia da comunicação**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2003, p.69-101.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**: um ensaio sobre comunicação e campo religioso. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2003. 200 p.

MARTINS, Isildinha & SANCHEZ, Lúcia Helena. **Comunicação Organizacional: um estudo sobre o campo e as contribuições bibliográficas**. 2003. 160f. Trabalho acadêmico. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

MASTERMAN, Margareth. A natureza do paradigma. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Edits). **Crítica e desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1970.

MATTELART, Armand. **A invenção da comunicação**. Tradução de Maria Carvalho. 1.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 424 p.

MEDITSCH, Eduardo. Ciespal trouxe o progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina (Edits.). **Gênese do pensamento comunicacional latino-americano**: o protagonismo das instituições pioneiras CIESPAL, ICINFORM, ININCO. Anais da Escola Latino-Americana de Comunicação, 3. 1.ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, Cátedra UNESCO de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 1999. 304 p.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Marketing do terror**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2002. 146 p.

MIÉGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 1.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 144 p.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação**: por uma teoria da comunicação praxiológica. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. 196 p.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 288 p.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. Tradução de Cecília Whitaker Bergamini e Roberto Coda. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1996. 421 p.

MORIN, Edgar. **O método 3: O conhecimento do conhecimento**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. 287 p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya. 1.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. 118 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampio Dóris. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 352 p.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: neurose.** Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana.** Tradução de Hermano Neves. 5.ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996. 224 p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Tradução de Dulce Matos. 2.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 180 p.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das organizações: evolução e crítica.** 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 114 p.

MOUTINHO, Ana Viale; SOUZA, Jorge Pedro. Assessoria de imprensa na Europa. In: Duarte, Jorge (Edit). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.** 1.ed. São Paulo, Atlas, 2002, p.69-80.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 270 p.

NEIVA JÚNIOR, Eduardo. **Comunicação: teoria e prática social.** 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 228 p.

NESTARES, Maria Isabel de. Las fronteras de la comunicación estratégica (II). Siglo XX: comunicación persuasiva, publicidad y relaciones públicas. In: ALBERTO PÉREZ, Rafael (Edit.). **Estrategias de Comunicación.** 1.ed. Barcelona: Ariel, 2001. 725 p.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação empresarial integrada.** 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. 275 p.

NEWCOMB, Horace. À procura de fronteiras no campo dos estudos da mídia. **Comunicação & Sociedade:** revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do campo: UMESP, n.36, p.73-87, 2001.

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada da filosofia: das origens à idade moderna.** Tradução de Maria Margherita De Luca. 1.ed. São Paulo: Globo, 2005. 480 p.

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development. **Manual de Frascati:** propuesta de norma práctica para encuestas de investigación y desarrollo experimental. Madri: Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), 2003. 276p. Disponível em: <www.ocyt.org.co> . Acesso em: 26 jun.2006

OLIVA, Alberto. **Filosofia da ciência.** 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 76 p.

OLIVA, Alberto (Org.). **Epistemologia: a cientificidade em questão.** 1.ed. Campinas, SP: Papirus, 1990. 228 p.

OLIVER, Martyn. **História ilustrada da filosofia.** Tradução de Adriana Toledo Piza. 1.ed. São Paulo: Manole, 1998. 192 p.

ORGANICOM – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo: ECA-USP, n.2, 2005.

PAPINEAU, David. Filosofia da ciência. In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits). In: **Compêndio de filosofia.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 291-324.

PECI, Alketa. **Além da dicotomia objetividade-subjetividade.** Disponível em: <http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/0278_texto.pdf2006>. Acesso em: 14 mar.2006.

PERIÓDICOS CAPES – Portal Brasileiro de Informação Científica. Base de dados. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>> . Acesso entre 1 jul.2006 e 28 fev.2007.

PERUZZO, Cicília M. Krohling (Org). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina.** 1.ed. São Paulo: Angellara Editora, 2004. 376 p.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares.** 1.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 339 p.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Relações públicas no modo de produção capitalista.** 3.ed. São Paulo: Summus, 1986. 144 p.

PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **Do caos à inteligência artificial: quando os cientistas se interrogam.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Editoria da Universidade Estadual Paulista, 1993. 264 p.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber.** 1.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 120 p.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética.** Tradução de Álvaro Cabral; revisão da tradução de Wilson Roberto Vacari. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 130 p.

PLEASANT, Andrew; GOOD, Jennifer; SHANAHAN, James; COHEN, Brad. The literature of environmental communication. **Public understanding of science.** n.11, p.197-205, 2002. Disponível em: <<http://pus.sagepub.com/cgi/reprint/11/2/197.pdf>>. Acesso em: 30 jan.2007.

POMBO, Olga. **Apontamentos sobre o conceito de epistemologia e o enquadramento categorial da diversidade de concepções de ciência.** Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/cat_epist.htm>. Acesso em 03 mar.2006.

PRADO, José Luiz Aidar (Org.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas.** 1.ed. São Paulo: Hacker editores, 2002. 168 p.

PUGH, Dérek Salman; HICKSON, David. **Os teóricos das organizações.** Tradução de Afrânio Carvalho Aguiar et al. 1.ed. Rio de Janeiro: Qualimark, 2004. 226 p.

PUTNAM, Linda; COSTA, Joan; GARRIDO, Francisco Javier. **Comunicação empresarial** (Orgs.). 1.ed. Barcelona: Gestion 2000, 2002. 126 p.

PUTNAM, Linda L. El cambio em las metáforas de la comunicación organizacional. In: PUTNAM, Linda L.; COSTA, Joan; GARRIDO, Francisco J (Edits). **Comunicação Empresarial**. 1.ed. Barcelona: Gestion 2000, 2002, p.33-56.

PUTNAM, Linda L.; PHILLIPS, Nelson; CHAPMAN, Pamela. Metáforas da Comunicação e da Organização. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs). **Handbook de estudos organizacionais – Volume 3: Ação e análise organizacionais**. Tradução de Miguel P. Caldas, Fernando A. P. Gimenez, José Luiz Celeste e Mauro Tapias Gomes, Paulo Antônio Zawislak, Egídio Furlanetto, Maria José Tonelli, Ailton B. Brandão, Vitarque Lucas Paes Coêlho, Cláudio P. Mazzili, Carlos Osmar Bertero, Edí Madalena Fracasso, Antonio Carlos Gastaud Maçada e Norberto Happen. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2004, v.3. p.77-125.

QUINTANILLA, Miguel Angel. **Breve dicionário filosófico**. Tradução de Laura Nair Silveira Duarte. 1.ed. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1996. 320 p.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. Las fronteras de la comunicación estratégica (I): Planteamientos clásicos: propaganda y retórica. In: ALBERTO PÉREZ, Rafael (Edit.). **Estrategias de Comunicación**. 1.ed. Barcelona: Ariel, 2001.725 p.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização social: a Agenda 21 local de Vitória**. 2002. 206f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Jornalismo empresarial: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1987. 192 p.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. 5.ed. São Paulo: Summus, 1986. 184 p.

REIS, Abel. A interface cultural do Power Point. **Trópico**. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2731,1.shl>>. Acesso: 30 mai.2006.

RIBEIRO, Rosa Maria Alcebiades. **Base de dados neolinguísticos e terminológicos da pesquisa agropecuária no Brasil**. 1999. 150f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização**. 1.ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. 127 p.

ROGERS, M. Everett. Anatomy of the two subdisciplines of Communication Study. **Human Communication Research**, vol. 25, n. 4, p. 618-631, 1999.

ROHMANN, Chris. **O livro das idéias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo**. Tradução de Jussara Simões. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 496 p.

RÜDIGER, Francisco. **Ciência social crítica e a pesquisa em comunicação: trajetória histórica e elementos de epistemologia**. 1.ed. São Leopoldo, RJ: Editora Unisinos, 2003. 192 p.

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alberto Alonso Muñoz; revisão técnica de Scarlett Marton. 1.ed. São Paulo: Scipione. 384 p.

SANCHES, Pedro Alexandre. Arte na zona de guerra. **Carta Capital**. São Paulo, p.64-65, 25 out. 2006.

SANT'ANNA, Chico. Jornalismo corporativo – tarefa de quem? In: LOPES, Boanerges; VIEIRA, Roberto fonseca (Edits.). **Jornalismo e Relações Públicas: ação e reação**. 1.ed. Rio de Janeiro: Maud: 2004, p.107-140.

SANTOS, Arlete Prieto dos. **A comunicação empresarial brasileira e suas raízes italianas**. A contribuição da Pirelli. 2000. 113f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SEARLE, John R. Filosofia contemporânea nos Estados Unidos. In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits). In: **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 1-23.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. Tradução de OP Traduções. 20.ed. rev. e aum. São Paulo: Best Seller, 2002. 444 p.

SENTON, Richard; STAUDT, Virginia. Business Communication: a survey of literature. **The journal of social psychology**. v.50, n.1, p.101-118, 1959. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=3&hid=105&sid=e0d7731b-7279-4c74-82b2-08a589b487f1%40sessionmgr107>>. Acesso em: 20 nov.2006.

SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. Tradução de Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. 2.ed. rev. e aum. São Paulo: Loyola, 2000. 389 p.

SIGNATES, Luiz. **A sombra e o avesso da luz: apropriação crítica da teoria dual de sociedade em Habermas para os estudos contemporâneos de comunicação social**. 2001. 397f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

SHELBY, Annette Nevin. Organizational, Business, Management, and Corporate Communication: na analysis of boundaries and relationships. **The journal of business communication**. v.3, n.30, 1993. Disponível em: <<http://vnweb.hwwilsonweb.com/hww/jumpstart.jhtml?recid=0bc05f7a67b1790ef409bfd03ef7308d50f39dd28656b08e151d81821c21345b36ad5dd1735e7b91&fmt=C>>. Acesso em: 20 nov.2006.

- SILVA FILHO, Romero de Oliveira e. **Entre saberes e crenças: ciência e experiência religiosa no pensamento de William James (1842-1910)**. 2004. 102f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.pepas.org/teses/saberes_e_crenças.pdf>. Acesso em: 22 abr.2006.
- SILVA, Rizete da. **Comunicação no presídio: elos e contradições**. 1993. 116f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- SIMÕES, Roberto Porto. **Informação, inteligência e utopia: contribuições à teoria de Relações Públicas**. 1.ed. São Paulo: Summus, 2006. 120 p.
- SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas e micropolítica**. 3.ed. São Paulo: Summus, 2001. 112 p.
- SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas: função política**. 5.ed. São Paulo: Summus, 1995. 256 p.
- SKORUPSKI, John. Ética. In: In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits). In: **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 197-227.
- SRIRAMESH, Krisnamurthy; VERSIC, Dejan (Orgs.). **The global public relations handbook: theory, research and practice**. 1.ed. USA: Lawrence Erlbaum, 2003. 576 p.
- STEVENSON, Jay. **O mais completo guia sobre filosofia**. Tradução de Ivo Koritowsky. 1.ed. São Paulo: Mandarim, 2001. 321 p.
- SZAZI, Eduardo (org.). **Terceiro setor**. 1.ed. São Paulo: Peirópolis, 2005, vol.2. 240 p.
- SZAZI, Eduardo (org.). **Terceiro setor**. 1.ed. São Paulo: Peirópolis, 2004, vol.1. 144 p.
- SZYMANIAK, Włodzimiers Josef. **Dicionário das ciências da comunicação**. 1.ed. Portugal: Porto Editora, 2000. 256 p.
- TARAPANOFF, Kira. Referencial teórico: introdução. In: **Inteligência organizacional e competitiva**. 1.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. 344 p.
- TAVARES, Débora Cristina. **A internacionalização das agências de publicidade brasileiras**. E o movimento contrário da agência Fisher América. 2001. 119f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- TESTA, James. A base de dados do ISI: o processo de seleção de revistas. **Web of Science 7.0**. 1.ed. Philadelphia: Thompson, ISI, 2004, p.88-91 (manual de instruções).

TESTA, James. The ISI Database: the journal selection process. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200022&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago.2006.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão e Leonardo Avritzer. 1.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 261 p.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução de Pedrinho Guareschi et al. 1.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 427 p.

TOMPKINS, Philip K. Tompkins; WANCA-THIBAUT, Maryanne. Organizational Communication: prelude and Prospects. In: JABLIN, Frederic M.; PUTNAM, Linda L. (Edits.) **The new handbook of Organizational Communication: advances in theory, research, and methods**. 1.ed. EUA: Sage, 2001, p.xvi-xxxi.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. 1.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 304 p.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e ideologia**. 1.ed. São Paulo: Ática, 1980. 228 p.

TREVISAN, Nanci Maziero. **Comunicação (quase) total**: as agências de propaganda e o conceito de comunicação integrada. 2002. 163f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

VAN RIEL, Cees B.M. **Comunicación Corporativa**. 1.ed. Madrid: Prentice Hall, 1997. 264 p.

VAN RIEL, Cees B.M.; FOMBRUN, Charles J. **Essentials of Corporate Communication**. 1.ed. EUA: Taylor & Francis Inc., 2006. 384 p.

VAN RULER, Betteke; VERSIC, Dejan. Perspectivas europeias das relações Públicas. Trad. De John Franklin Arce. **Comunicação & Sociedade**: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do campo: UMESP, n.39, p.155-172, 2003.

VIEGAS, Waldyr. **Fundamentos de metodologia científica**. 1.ed. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999. 251 p.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O descompasso entre as nações**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 168 p.

WAINBERG, Jacques A. **Mídia e terror**: comunicação e violência política. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2005. 202 p.

WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio (Orgs.). **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. 1.d. Porto Alegre: Sulina, 2002. 296 p.

WIKIPEDIA. **Epistemologia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Epistemologia>>. Acesso em: 22 jan.2006.

WILLIAMS, Bernard. Filosofia contemporânea: um segundo olhar. In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits). **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.25-37.

WILLIAMS, Michael. O que é epistemologia? **Crítica – Revista de filosofia e ensino**. Disponível em: <http://www.criticanarede.com/fil_queeaepist.html>. Acesso em: 22 jan.2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 4.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995. 247 p.

WOOLHOUSE, R. S. Locke. In: BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits). **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p.539-551.